

SUMÁRIO

Pelas 10 horas e 8 minutos, ao abrigo do n.º 1 do artigo 173.º da Constituição, reuniu a Assembleia da República, tendo o Deputado [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), em nome do partido maioritário, saudado todos os Deputados eleitos e proposto que fosse convidada para presidir aos trabalhos a anterior Vice-Presidente [Edite Estrela](#), com o que a Câmara concordou.

A Presidente ocupou o seu lugar na Mesa e, após indicação dos Deputados [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) e [Adão Silva](#) (PSD), convidou os Deputados [Maria da Luz Rosinha](#) (PS) e [Duarte Pacheco](#) (PSD) para Secretários.

De seguida, a Presidente saudou todos os Deputados eleitos e deu conta do Projeto de Resolução n.º 1/XV/1.^a (PS, PSD, CH, IL, PCP e BE) — Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos, que foi aprovado por unanimidade.

Após interrupção da sessão, o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) procedeu à leitura do relatório daquela Comissão, que verificou os poderes de todos os Deputados, tendo o respetivo parecer merecido aprovação da Câmara.

Procedeu-se, depois, à eleição do Presidente da Assembleia da República para a XV Legislatura, tendo o candidato proposto pelo PS, o Deputado [Augusto Santos Silva](#), obtido a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efetividade de funções.

Posteriormente, o Presidente dirigiu-se à Câmara, agradecendo a sua eleição e desejando a todos as maiores felicidades, tendo-se seguido no uso da palavra os Deputados [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Adão Silva](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 52 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

O Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) procedeu à leitura do relatório da Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos, tendo sido aprovado o respetivo parecer, após o Deputado [André Ventura](#) (CH) ter usado da palavra para contestar a sua não distribuição atempada aos grupos parlamentares.

De seguida, o Presidente anunciou a eleição, na Sala do Senado, dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa e dos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República, tendo depois interrompido a sessão.

Reaberta a sessão, foram anunciados os resultados das eleições.

Foram eleitos para o Conselho de Administração da Assembleia da República os Deputados [Eurídice Pereira](#) (PS), [José Silvano](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [João Dias](#) (PCP) e [Joana Mortágua](#) (BE) — como efetivos — e os Deputados [Pedro do Carmo](#) (PS), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Diana Ferreira](#) (PCP) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE) — como suplentes.

Foram ainda eleitos, para Vice-Presidentes, os Deputados [Edite Estrela](#) (PS) e [Adão Silva](#) (PSD), para Secretários, os Deputados [Maria da Luz Rosinha](#) (PS), [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Palmira Maciel](#) (PS) e [Lina Lopes](#) (PSD) e, para Vice-Secretários, os

Deputados [Diogo Leão](#) (PS), [Helga Correia](#) (PSD) e [Joana Sá Pereira](#) e [Tiago Estevão Martins](#) (PS), não tendo obtido a maioria necessária os candidatos a Vice-Presidente [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), proposto pelo CH, e [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), proposto pelo IL.

Ao abrigo do [artigo 23.º](#) do Regimento da Assembleia da República, usaram da palavra o Deputado [André Ventura](#) (CH), que apresentou a candidatura para Vice-Presidente do Deputado [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), e o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL), que não apresentou nova candidatura.

O Presidente anunciou uma segunda votação, na Sala do Senado, para a eleição do Vice-Presidente da Mesa proposto pelo CH, após o que interrompeu a sessão.

Reaberta a sessão, foi anunciado que o candidato proposto pelo CH não obteve a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efetividade de funções, tendo o Deputado [André Ventura](#) (CH) usado da palavra para lamentar o resultado.

Depois de felicitar todos os candidatos e todos os Deputados eleitos, o Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 6 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 3 (2022.04.08)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

O Primeiro-Ministro (António Costa), após saudar o Presidente e os Deputados, procedeu à apresentação do Programa do XXIII Governo Constitucional, tendo, depois, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rui Rio](#) (PSD), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Catarina Martins](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [João Torres](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [Adão Silva](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Carla Castro](#) (IL), [Miguel Matos](#) (PS), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [João Dias](#) (PCP), [Jamilia Madeira](#) e [Porfírio Silva](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Francisco César](#) (PS) e [Paulo Mota Pinto](#) (PSD).

Iniciou-se o debate do Programa do XXIII Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Mónica Quintela](#) (PSD), [Marcos Perestrello](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH), [Luís Capoulas Santos](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Filipe Melo](#) (CH).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 36 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 4 (2022.04.09)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 18/XV/1.^a e do Projeto de Deliberação n.º 1/XV/1.^a

Prosseguiu o debate do Programa do XXIII Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Ministros da Economia e do Mar (António Costa Silva), do Ambiente e

da Ação Climática (Duarte Cordeiro) e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Ana Mendes Godinho), os Deputados Mariana Mortágua (BE), Afonso Oliveira (PSD), Patrícia Gilvaz (IL), Carlos Pereira (PS), Bruno Dias (PCP), Carlos Guimarães Pinto (IL), Jorge Salgueiro Mendes (PSD), Hugo Costa (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Rui Afonso (CH), Pedro Filipe Soares (BE), Luís Soares e Maria Antónia de Almeida Santos (PS), Rui Tavares (L), Rosário Gambôa e Hugo Pires (PS), Bruno Coimbra (PSD), Filipe Melo (CH), Diana Ferreira (PCP), António Prôa (PSD), Nuno Fazenda e Alexandre Quintanilha (PS), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), José Moura Soeiro (BE), Clara Marques Mendes (PSD), João Dias (PCP), Rita Matias (CH), Francisco César (PS), Joana Barata Lopes (PSD), Rui Paulo Sousa, Diogo Pacheco de Amorim e Pedro Pinto (CH) e Eurico Brilhante Dias (PS).

Entretanto, deu-se conta da entrada na Mesa da Moção de Rejeição n.º 1/XV/1.^a (CH) — Do Programa do XXIII Governo Constitucional, que posteriormente foi rejeitada.

Procedeu-se ao encerramento do debate do Programa do XXIII Governo Constitucional, tendo proferido intervenções, além da Ministra da Presidência (Mariana Vieira da Silva), os Deputados Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Catarina Martins (BE), Jerónimo de Sousa (PCP), Rodrigo Saraiva (IL), André Ventura (CH), Rui Rio (PSD) e Eurico Brilhante Dias (PS).

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 1/XV/1.^a (PAR) — Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 18/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Madrid e a Málaga.

Ao abrigo do artigo 77.º do Regimento da Assembleia da República, o Deputado André Ventura (CH) fez um protesto dirigido ao Presidente por ter sido interrompido durante a sua intervenção no encerramento do debate, tendo o Presidente sustentado a referida interrupção no n.º 3 do artigo 89.º do Regimento.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 21 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 5 (2022.04.14)

SUMÁRIO

A Presidente (Edite Estrela) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 1, 2 e 4/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 1 a 3, 5 a 31 e 33 a 39/XV/1.^a, dos Projetos de Regimento n.ºs 1 a 4/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 2 a 17 e 19 a 21/XV/1.^a

Em declaração política, a Deputada Berta Nunes (PS), aludindo ao Programa do XXIII Governo Constitucional, destacou a coesão territorial como um dos grandes temas da Legislatura, tendo elencado as principais medidas para a sua concretização. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Bruno Nunes (CH), Rui Rocha (IL), Fátima Ramos (PSD) e João Dias (PCP).

Entretanto, a Presidente (Edite Estrela) assinalou a presença, na tribuna do Corpo Diplomático, do Presidente da República da Bulgária, Rumen Georgiev Radev, e da respetiva delegação, os quais foram aplaudidos, de pé, pela Câmara.

Em declaração política, o Deputado Paulo Mota Pinto (PSD) condenou a guerra na Ucrânia e sublinhou a importância da defesa nacional e o papel de Portugal, enquanto subscritor do Tratado do Atlântico Norte, no apoio ao povo ucraniano, tendo, de seguida, respondido a

pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Pisco](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Pedro Pessanha](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL) e [Rui Tavares](#) (L).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH), referindo-se à decisão da Direção-Geral da Saúde de manter obrigatório o uso de máscara em ambiente escolar, chamou a atenção para os seus impactos negativos no desenvolvimento dos jovens e considerou essencial a resolução de problemas existentes nas escolas, designadamente de situações de bullying, de violência e de insegurança. Respondeu, depois, ao pedido de esclarecimento do Deputado [Rui Cristina](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), aproveitando o início dos debates da XV Legislatura, defendeu a mudança do modelo de desenvolvimento económico para combater a falta de investimento, de bons empregos e de oportunidades em Portugal. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Filipe Melo](#) (CH), [Carlos Pereira](#) (PS), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L), tendo, ainda, o Deputado [André Ventura](#) (CH), em interpelação à Mesa, solicitado a distribuição de um documento.

Em declaração política, o Deputado [Bruno Dias](#) (PCP) aludiu ao aumento generalizado de preços, destacando a necessidade de combater a especulação e de proteger o poder de compra dos trabalhadores e dos pensionistas. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Hugo Costa](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Jorge Galveias](#) (CH) e [Bernardo Blanco](#) (IL).

Em declaração política, a Deputada [Joana Mortágua](#) (BE) referiu-se à obrigatoriedade do uso de máscara nas escolas, bem como à falta de professores, alertando para danos a vários níveis, e defendeu o regresso à normalidade. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Diana Ferreira](#) (PCP), [Cláudia André](#) (PSD), [Carla Castro](#) (IL) e [Porfírio Silva](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) lamentou a existência de situações de assédio e discriminação na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e noutros locais, defendeu a necessidade de autonomização e previsão do crime de assédio sexual no Código Penal e exortou o Governo a apostar na criação de canais abertos para denúncia. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento das Deputadas [Alma Rivera](#) (PCP), [Rita Matias](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Cláudia Santos](#) (PS) e [Emília Cerqueira](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) expressou a necessidade de a Europa reduzir a dependência externa de combustíveis fósseis e aumentar a sua soberania e autonomia energética e anunciou a entrada na Mesa de uma proposta de penhora dos pagamentos à Rússia pelo fornecimento de gás natural e petróleo, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Hugo Pires](#) (PS), [António Prôa](#) (PSD) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Procedeu-se ao debate sobre a situação na Ucrânia, tendo proferido intervenções os Deputados [Francisco César](#) (PS), [Tiago Moreira de Sá](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L) — que usou ainda da palavra em defesa da honra relativamente a afirmações do Deputado [André Ventura](#) (CH), que também deu explicações — e [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD).

Foi lido, pelo Deputado [Fernando Negrão](#) (PSD), o Projeto de Voto n.º 1/XV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de João Manuel Lobo de Araújo, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 2/XV/1.^a (apresentado pelo PAN e subscrito pelo IL e pelo BE) — De pesar pela morte de Cesário Silva, jovem presidente da direção da Associação Académica de Coimbra, 7/XV/1.^a (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento do

agente da PSP Fábio Guerra e [16/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Fábio Guerra, agente da Polícia de Segurança Pública, cujas partes deliberativas foram aprovadas (a).

O Deputado [Filipe Neto Brandão](#) (PS) procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º [15/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento do Professor Doutor Fernando Rocha Andrade, ao qual se associaram a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes) e o Ministro das Infraestruturas e da Habitação (Pedro Nuno Santos), presentes na Câmara, em representação do Governo, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [31/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PS e pelo IL) — De pesar pelo falecimento de António Reis e [25/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Jorge Silva Melo, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

A Deputada [Emília Cerqueira](#) (PSD) procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º [26/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Américo Sequeira, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [27/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Lauro António, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foi lido, pelo Deputado [Paulo Mota Pinto](#) (PSD), o Projeto de Voto n.º [28/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Amélia Cavaleiro Monteiro Andrade de Azevedo, cuja parte deliberativa foi posteriormente aprovada (a).

A seguir à aprovação daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS a intervir em tribunal.

Foram aprovados os n.ºs 36 a 38 do Diário, relativos a reuniões da Comissão Permanente na 3.ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura.

Deu-se conta da Deputada que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 37 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 6 (2022.04.21)

SUMÁRIO

O Presidente ([Adão Silva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 3/XV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 22 a 30/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 40, 42, 45 e 49/XV/1.^a

Foi apresentado, pelo Ministro das Finanças (Fernando Medina), o Programa de Estabilidade, que foi discutido juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [24/XV/1.^a](#) (PCP) — Desenvolver o País, valorizar o trabalho e os trabalhadores, promover a produção nacional, romper com a dependência externa, [25/XV/1.^a](#) (BE) — Política orçamental de crescimento da despesa e investimento público, [26/XV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a apresentação de um verdadeiro Programa de Estabilidade incluindo uma estratégia de regresso de Portugal à convergência com os países europeus, [27/XV/1.^a](#) (CH) — Pela rejeição do Programa de Estabilidade 2022-2026, [28/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que complemente o Programa de Estabilidade com um programa de investimentos na defesa nacional, [29/XV/1.^a](#) (L) — Uma economia dinâmica para uma sociedade da dignidade: o

programa estratégico de desenvolvimento para a sustentabilidade de Portugal. Recomenda ao Governo que utilize os Programas de Estabilidade para focar os órgãos de governação na transição para um novo modelo de desenvolvimento, incorporando mais indicadores económicos de longo prazo, incluindo indicadores de desenvolvimento sustentável, dando prioridade aos aspetos mais diretamente ligados ao ambiente, qualidade de vida, felicidade, saúde e bem-estar e 30/XV/1.^a (IL) — Por um modelo de desenvolvimento focado no crescimento. Além do Ministro, usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Jamila Madeira](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Miguel Matos](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [Vera Braz](#) e [Hugo Costa](#) (PS), [Afonso Oliveira](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) (PS), [Rui Afonso](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Carlos Brás](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Miguel Cabrita](#) (PS) e [Filipe Melo](#) (CH). No encerramento do debate, usou de novo da palavra o Ministro das Finanças.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 44/XV/1.^a

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 17 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 7 (2022.04.22)

SUMÁRIO

Às 16 horas e 59 minutos, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Secretário-Geral da Assembleia da República, a Assessora do Presidente da Assembleia da República, a Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República e a Diretora da Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já Deputados e, na bancada do Governo, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, em representação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, e as Ministras da Defesa Nacional e Adjunta e dos Assuntos Parlamentares.

Encontravam-se também presentes:

Na Tribuna A, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.^a Fernanda Tadeu, o antigo Presidente da República António Ramalho Eanes e mulher, Dr.^a Manuela Eanes, e o antigo Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes;

Na Tribuna B, a Embaixadora da Ucrânia em Portugal e o Primeiro e a Terceira Secretários da Embaixada da Ucrânia em Portugal;

Na Galeria I, o Presidente do Tribunal de Contas, a Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a Procuradora-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior do Exército, o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, em representação do respetivo Chefe, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Núncio Apostólico, os Conselheiros de Estado Luís Marques Mendes e Leonor Beleza, o Presidente do Conselho Económico e Social, o Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias, o Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em representação do Presidente, e o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira;

Na Galeria II, o Presidente e Representantes da Associação dos Ucrânios em Portugal (*Spilka*), o Presidente da Associação «Pirâmide das Palavras», o Presidente da Associação da Juventude Ucraniana em Portugal, o Presidente da Associação dos Ucrânios do Algarve, o Presidente da Associação «Fonte do Mundo», o Presidente da Associação dos

Ucranianos em Portugal «Sobor», o Presidente da Associação «Movimento Cristão dos Ucranianos em Portugal», a Presidente da Associação de cultura e solidariedade social «Casa da Ucrânia», o Presidente da Associação «Êxito das Tendências», a Presidente da Associação Cultural de Solidariedade e Apoio — Coração Bondoso, a Representante do Presidente da Associação Lado a Lado — Associação Sociocultural Ucraniana, a Diretora do Centro Educativo-cultural «Dyvosvit» em Lisboa da Associação dos Ucranianos em Portugal, a Diretora do Centro Educativo-cultural «Oberig» em Estoril da Associação «Fonte do Mundo» e Representantes da Ordem Basílica de São Josafat em Portugal e do Sacro Arzobispado Ortodoxo em Portugal;

Na Galeria III, os Deputados ao Parlamento Europeu Manuel Pizarro, José Manuel Fernandes, Nuno Melo, Francisco Guerreiro, Pedro Marques, Lídia Pereira e Paulo Rangel, os Representantes da REPER Sofia Moreira de Sousa e Pedro Esteves, os antigos Deputados Nuno Magalhães, Telmo Correia, José Pedro Aguiar Branco e Paula Carloto, o Diretor de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros e convidados;

Nas Galerias IV a VI, os demais convidados.

Constituída a Mesa, o Presidente da Assembleia da República, à direita de quem o Presidente da República tomou lugar, declarou aberta a sessão, saudou os convidados e deu as boas-vindas ao Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy, que usou da palavra por videoconferência, tendo sido, no final, aplaudido, de pé.

Em seguida, usou da palavra o Presidente da Assembleia da República, após o que deu por encerrada a sessão, eram 17 horas e 35 minutos, tendo-se ouvido os hinos nacionais da Ucrânia e de Portugal, que foram cantados e aplaudidos, de pé, pelos presentes.

DAR — I SÉRIE — N.º 8 (2022.04.22)

SUMÁRIO

O Presidente ([Adão Silva](#)) declarou aberta a sessão às 18 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 50 a 52/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 31 a 37/XV/1.^a

Procedeu-se a um debate, com a presença do Governo, sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente. Na abertura do debate, intervieram o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Francisco André) e a Ministra da Defesa Nacional (Helena Carreiras), tendo-se seguido no uso da palavra os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Diogo Leão](#) (PS), [Carlos Eduardo Reis](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [João Dias](#) (PCP) — tendo o Grupo Parlamentar do IL saído do Hemiciclo durante esta intervenção —, [Joana Mortágua](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L). A encerrar o debate, usou de novo da palavra a Ministra da Defesa Nacional.

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 5 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 9 (2022.04.23)

SUMÁRIO

O Presidente, após ter declarado aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos, informou a Câmara de que deixará de ser obrigatório o uso de máscara nas instalações da Assembleia da República.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 53/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 38 a 41/XV/1.^a

Procedeu-se à discussão conjunta da proposta de lei e dos projetos de lei (na generalidade) e dos projetos de resolução seguintes:

Proposta de Lei n.º 1/XV/1.^a (GOV) — Consagra um pacote de medidas, de natureza extraordinária e temporária, para fazer face aos efeitos decorrentes do aumento dos preços dos combustíveis, que foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, com as alterações entretanto introduzidas, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada [Susana Amador](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões, e tendo os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH) e [Hugo Carneiro](#) (PSD) proferido declarações de voto;

Projeto de Lei n.º 13/XV/1.^a (PCP) — Plano estratégico para a soberania alimentar nacional, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 14/XV/1.^a (PCP) — Aprova medidas urgentes para a produção de cereais, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 15/XV/1.^a (PCP) — Medidas para melhoria do funcionamento da cadeia agroalimentar, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 16/XV/1.^a (PCP) — Reduz o preço dos combustíveis através do nível de incorporação de biocombustíveis, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 17/XV/1.^a (PCP) — Reduz o IVA da eletricidade e do gás para a taxa reduzida de 6% (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 18/XV/1.^a (PCP) — Fixa um preço de referência para combater a especulação e reduzir os preços dos combustíveis e do GPL, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 19/XV/1.^a (PCP) — Alarga o acesso à tarifa regulada de eletricidade e elimina o seu carácter transitório, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 20/XV/1.^a (PCP) — Elimina o chamado «adicional ao ISP» e a dupla tributação dos combustíveis (IVA sobre ISP), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 38/XV/1.^a (CH) — Fixa um desconto extraordinário sobre o preço por litro de combustível, que foi rejeitado, tendo os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP) e [André Ventura](#) (CH) proferido declarações de voto;

Projeto de Lei n.º 49/XV/1.^a (IL) — Redução do IVA da eletricidade e do gás para a taxa reduzida de 6% (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 50/XV/1.^a (PCP) — Cria uma medida de apoio aos custos com a gasolina na atividade da pequena pesca artesanal e costeira (gasolina verde), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 51/XV/1.^a (BE) — Reduz os impostos sobre os combustíveis e elimina a dupla tributação, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 9/XV/1.^a (PCP) — Regime extraordinário de apoio ao gasóleo colorido e marcado por forma a repor o preço praticado em janeiro de 2021, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 31/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que promova uma campanha de informação que permita aos consumidores finais acompanhar e compreender a formação e evolução dos preços dos combustíveis, que foi rejeitado.

Intervieram no debate, a diverso título, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [João Dias](#) (PCP), [Francisco Rocha](#) (PS), [Rui Afonso](#) (CH),

Rui Rocha (IL), Alexandre Simões (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Pedro dos Santos Frazão (CH), Hugo Carneiro (PSD), Ivan Gonçalves (PS) e Patrícia Dantas (PSD).

Foram apreciados, em conjunto, a Proposta de Lei n.º 2/XV/1.^a (GOV) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, que foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, com as alterações entretanto introduzidas, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada Susana Amador (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões, e o Projeto de Lei n.º 44/XV/1.^a (PAN) — Procede à adaptação da Lei de Enquadramento Orçamental ao disposto na Lei de Bases do Clima (na generalidade), que, a requerimento do PAN, baixou à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por 60 dias. Usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado do Orçamento (Sofia Batalha), os Deputados Pedro Anastácio (PS), Carla Castro (IL), Rui Paulo Sousa (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Bruno Dias (PCP), Sérgio Ávila (PS), Hugo Carneiro (PSD) e Rui Tavares (L).

Procedeu-se ao debate sobre o Programa Nacional de Reformas, tendo sido apreciados os Projetos de Resolução n.ºs 7/XV/1.^a (PAN) — Previsão no Programa Nacional de Reformas – 2022 de uma adaptação do Plano Nacional da Água às alterações climáticas, como medida de combate à seca, que foi aprovado, 38/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que, no âmbito do Programa Nacional de Reformas – 2022, implemente uma rede nacional de acolhimento animal, que foi rejeitado, 39/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que preveja, no Programa Nacional de Reformas – 2022, a criação de um plano de ação «rios livres», despoluídos e o reforço da monitorização, controlo e avaliação da poluição dos rios, que foi rejeitado, 40/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que implemente um programa nacional de crescimento, que foi rejeitado, e 41/XV/1.^a (L) — Conquistas fundamentais como princípio orientador de reformas, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, além da Ministra da Presidência (Mariana Vieira da Silva), que abriu e encerrou o debate, os Deputados André Pinotes Batista (PS), Rita Matias (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Rodrigo Saraiva (IL), Jorge Salgueiro Mendes (PSD), Pedro Coimbra (PS), Rui Tavares (L), Alma Rivera (PCP), Mariana Mortágua (BE), André Ventura (CH), Alexandre Poço (PSD) e Carlos Pereira (PS).

Foi lido, pelo Deputado Gil Costa (PS), o Projeto de Voto n.º 24/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Joel Hasse Ferreira.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 34/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pelo IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — De pesar pelo falecimento de Eunice Muñoz.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 35/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Gastão Cruz.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 36/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Madalena Sá e Costa.

Foi lido, pela Deputada Paula Santos (PCP), o Projeto de Voto n.º 39/XV/1.^a (apresentado pelo PCP e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de Jaime Serra.

Foi lido, pela Deputada Edite Estrela (PS), o Projeto de Voto n.º 41/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de António Maldonado Gonelha.

Após terem sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a) daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 24/XV/1.^a (PCP) — Desenvolver o País, valorizar o trabalho e os trabalhadores, promover a produção nacional, romper com a dependência externa, 25/XV/1.^a (BE) — Política orçamental de crescimento da despesa e investimento público, 26/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a apresentação de um verdadeiro Programa de Estabilidade incluindo uma estratégia de regresso de Portugal à convergência com os países europeus, 27/XV/1.^a (CH) — Pela rejeição do Programa de

Estabilidade 2022-2026, [28/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que complemente o Programa de Estabilidade com um programa de investimentos na defesa nacional, [29/XV/1.^a](#) (L) — Uma economia dinâmica para uma sociedade da dignidade e [30/XV/1.^a](#) (IL) — Por um modelo de desenvolvimento focado no crescimento.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 14 horas e 39 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — [N.º 10](#) (2022.04.26)

SUMÁRIO

Às 10 horas, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, o Secretário-Geral da Assembleia da República, a Chefe do Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, a Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora da Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a Procuradora-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, em representação do respetivo Presidente, o Presidente do Governo Regional dos Açores, o Conselheiro de Estado Domingos Abrantes Ferreira e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas.

Encontravam-se ainda presentes:

Na Tribuna A, a mulher do Presidente da Assembleia da República, Dr.^a Isabel Margarida Duarte, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.^a Fernanda Tadeu, o antigo Presidente da República António Ramalho Eanes e mulher, Dr.^a Manuela Eanes, e os antigos Presidentes da Assembleia da República Mota Amaral e Eduardo Ferro Rodrigues e mulher, Dr.^a Maria Filomena de Aguiar;

Na Tribuna B, o Núncio Apostólico, Decano do Corpo Diplomático, D. Ivo Scapolo;

Na Galeria I, os Deputados ao Parlamento Europeu João Pimenta Lopes e Cláudia Monteiro de Aguiar, o Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias, o Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional Afonso Patrão e as Juízas Conselheiras do Tribunal Constitucional Maria da Assunção Pinhal Raimundo e Mariana Rodrigues Canotilho, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Presidente e membros da Comissão da Liberdade Religiosa e o Presidente da Junta de Freguesia da Estrela;

Na Galeria II, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, a Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, o Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, o Presidente

da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Vice-Presidente do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ex-Conselheiros da Revolução, a Direção e membros da Associação 25 de Abril, os Secretários-Gerais da CGTP-IN e da UGT e o Presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas;

Na Galeria III, Secretários de Estado e o Presidente e membros da Direção da Associação dos ex-Deputados da Assembleia da República;

Nas Galerias IV a VI, público convidado;

Na Tribuna C, os Adjuntos do Secretário-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes de Gabinete da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, dos Grupos Parlamentares e dos Deputados únicos representantes de um partido;

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Bernardo Blanco](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rio](#) (PSD) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa).

A sessão foi encerrada eram 11 horas e 46 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

DAR — I SÉRIE — N.º 11 (2022.04.28)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 5 e 6/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 41, 43 e 54 a 58/XV/1.^a

Em declaração política, a Deputada [Fátima Ramos](#) (PSD) lamentou o atual ponto de situação do processo de descentralização de competências para as autarquias locais, alegando consequências negativas nas áreas da educação, da saúde e da ação social, tendo, de seguida, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Susana Amador](#) (PS), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL) e [Paula Santos](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Rita Matias](#) (CH) falou sobre o abalo causado pelo «inverno demográfico» na família, no País e na Europa, salientando a quebra da natalidade como o flagelo das contas nacionais, e sublinhou as assimetrias existentes entre litoral e interior.

Em declaração política, o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL) lançou um repto ao Parlamento para que se empenhe na concretização de reformas nas áreas da saúde, da educação, da justiça, da segurança social e, em particular, do sistema eleitoral, propondo a criação de círculos uninominais acrescidos de um círculo de compensação. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [André Coelho Lima](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [José Moura Soeiro](#) (BE) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Diana Ferreira](#) (PCP), a propósito de mais um aniversário do 1.º de Maio, aludiu à situação de pobreza dos trabalhadores e às dificuldades inerentes ao aumento generalizado dos custos de vida, anunciando a apresentação de iniciativas legislativas para fazer face à necessidade de valorizar os salários e combater a precariedade. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Rita Borges Madeira](#) (PS) e [Emília Cerqueira](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Joana Mortágua](#) (BE) teceu considerações relativamente à natureza do crime de violência sexual e à necessidade de o mesmo ser convertido em crime público, tendo respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Cláudia Santos](#) (PS), [Bernardo Blanco](#) (IL) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Jorge Seguro Sanches](#) (PS) referiu-se ao potencial estratégico de Sines como impulsionador de desenvolvimento industrial e logístico e um motor de crescimento da economia nacional, tendo respondido, em seguida, aos Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Bruno Dias](#) (PCP), que lhe dirigiram pedidos de esclarecimento.

Procedeu-se à apreciação da Petição n.º [26/XIV/1.ª](#) (Liliana Sofia Bouça da Silva e outros) — Descida do IVA para 6% em atos veterinários, conjuntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [54/XV/1.ª](#) (BE) — Reduz a taxa de IVA dos atos veterinários para 6%, [56/XV/1.ª](#) (CH) — Reduz a taxa de IVA aplicável aos serviços médico-veterinários e [57/XV/1.ª](#) (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos atos médico-veterinários. Intervieram no debate os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carlos Brás](#) (PS), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [Bruno Dias](#) (PCP).

Foi apreciada a Petição n.º [185/XIV/2.ª](#) (António José Gonçalves Fonseca e outros) — Pela criação de um apoio financeiro do Estado para as empresas e empresários de bares, estabelecimentos de bebidas sem espetáculo e estabelecimentos de bebidas com ou sem espaço de dança, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [58/XV/1.ª](#) (IL) — Redução do IVA das prestações de serviços de alimentação e bebida para a taxa reduzida de 6% (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro), tendo usado da palavra os Deputados [Rui Rocha](#) (IL), [Filipe Melo](#) (CH), [Márcia Passos](#) (PSD), [Hugo Carvalho](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [5/XV/1.ª](#) (GOV) — Procede à segunda alteração à Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, e dos Projetos de Lei n.ºs [34/XV/1.ª](#) (CH) — Revoga a reestruturação do sistema português de controlo de fronteiras decorrente da Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, repondo a estrutura orgânica e as missões do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e [37/XV/1.ª](#) (PCP) — Revoga a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Intervieram, a diverso título, além do Ministro da Administração Interna (José Luís Carneiro), os Deputados [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Rui Paulo Sousa](#) e [Pedro Pinto](#) (CH), [Alma Rivera](#) (PCP), [André Coelho Lima](#) (PSD), [Susana Amador](#) (PS) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foi anunciada a entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º [2/XV/1.ª](#)

Deu-se conta de dois Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 14 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 120/XIV/3.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 46 a 48/XV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 42/XV/1.^a

Na abertura do debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022, usou da palavra o Primeiro-Ministro (António Costa), que respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Mota Pinto](#) (PSD), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Catarina Martins](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [João Torres](#) (PS), [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Jamila Madeira](#) (PS), [André Coelho Lima](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Miguel Matos](#) (PS), [Sérgio Marques](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL), [Susana Amador](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) e [Bruno Aragão](#) (PS).

Usaram ainda da palavra, durante o debate, a diverso título, os Deputados [Tiago Estevão Martins](#) (PS), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [José Rui Cruz](#) e [Rosário Gambôa](#) (PS), [Luís Gomes](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Ana Bernardo](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#), [Pedro Pessanha](#) e [Filipe Melo](#) (CH).

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 60 a 64/XV/1.^a

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 26 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 13 (2022.04.30)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

De seguida, o Presidente anunciou a realização de eleições, durante a sessão, para o Conselho de Estado, o Conselho Superior de Defesa Nacional, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Conselho Superior de Segurança Interna, a Presidência do Conselho Económico e Social, o Conselho Superior de Informações, o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público, a Comissão Nacional de Eleições, o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço e de um membro para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 59/XV/1.^a

Concluiu-se o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022. Usaram da palavra, a diverso título, além dos Ministros das Finanças ([Fernando Medina](#)), das Infraestruturas e da Habitação ([Pedro Nuno Santos](#)) e da Saúde ([Marta Temido](#)), os Deputados [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Vera Braz](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Afonso](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Bruno Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Ivan Gonçalves](#) (PS), [Joaquim Miranda Sarmiento](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL), [Sérgio Ávila](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Miguel Iglésias](#) e [Hugo Pires](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Sobrinho Teixeira](#) e [Isabel Rodrigues](#) (PS), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Pedro Pinto](#)

(CH), *Paula Santos* (PCP), *Francisco César* e *Hugo Costa* (PS), *Carlos Guimarães Pinto* (IL), *António Topa Gomes* (PSD), *Maria Begonha* (PS), *Filipe Melo* (CH), *Paulo Moniz* (PSD), *Hugo Carvalho* (PS), *Paulo Mota Pinto* (PSD), *José Carlos Barbosa* (PS), *Jorge Salgueiro Mendes* (PSD), *Pedro do Carmo* (PS), *Paulo Ramalho* (PSD), *Jorge Galveias* (CH), *Luís Soares* (PS), *Joana Mortágua* (BE), *Joana Cordeiro* (IL), *Cláudia Bento* (PSD), *Joana Lima* (PS), *Pedro dos Santos Frazão* (CH), *João Dias* (PCP), *Pedro Melo Lopes* (PSD), *Alexandra Leitão* e *Patrícia Faro* (PS), *Emília Cerqueira* (PSD), *Bruno Nunes* (CH), *Rui Cristina* (PSD) e *Diogo Pacheco de Amorim* e *Gabriel Mithá Ribeiro* (CH).

No encerramento do debate, intervieram, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (*Ana Catarina Mendes*), os Deputados *Rui Tavares* (L), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Catarina Martins* (BE), *Jerónimo de Sousa* (PCP), *Carla Castro* (IL), *André Ventura* (CH), *Rui Rio* (PSD) e *Eurico Brilhante Dias* (PS), após o que a Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a (GOV) foi aprovada, na generalidade.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 43/XV/1.^a (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento da Sargento-Ajudante Paraquedista Alexandra Serrano Rosa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 36/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Timor-Leste e 37/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Londres e a Andorra.

Foram aprovados os Projetos de Deliberação n.ºs 2/XV/1.^a (PAR) — Suspensão dos trabalhos das comissões parlamentares durante o processo orçamental e 3/XV/1.^a (PAR) — Composição das delegações da Assembleia da República às organizações parlamentares internacionais na XV Legislatura.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 54/XV/1.^a (BE) — Reduz a taxa de IVA dos atos veterinários para 6%, 56/XV/1.^a (CH) — Reduz a taxa de IVA aplicável aos serviços médico-veterinários, 57/XV/1.^a (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos atos médico-veterinários e 58/XV/1.^a (IL) — Redução do IVA das prestações de serviços de alimentação e bebida para a taxa reduzida de 6% (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro).

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 5/XV/1.^a (GOV) — Procede à segunda alteração à Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões relativamente à proposta de lei.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 34/XV/1.^a (CH) — Revoga a reestruturação do sistema português de controlo de fronteiras decorrente da Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro, repondo a estrutura orgânica e as missões do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e 37/XV/1.^a (PCP) — Revoga a extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Foi, ainda, aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS a intervir em tribunal.

Foram anunciados os resultados das eleições que decorreram durante a sessão plenária, tendo sido eleitos os candidatos propostos para o Conselho de Estado, o Conselho Superior de Defesa Nacional, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Conselho Superior de Segurança Interna, a Presidência do Conselho Económico e Social, o Conselho Superior de Informações, o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público, a Comissão Nacional de Eleições e o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço e não tendo sido eleita a candidata proposta para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 3/XV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 43/XV/1.^a

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na sessão plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 2 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão de mandato de uma Deputada do PS e à respetiva substituição.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 7 e 8/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 4, 32, 65 a 72, 74 a 77, 79, 82 e 84/XV/1.^a, do Inquérito Parlamentar n.º 1/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 43 a 61/XV/1.^a

Foram aprovados três pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, dois autorizando um Deputado do PS a intervir em tribunal e um autorizando o levantamento da imunidade parlamentar a uma Deputada do PSD.

Iniciou-se a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022 (artigos 2.º a 6.º e 8.º a 115.º e propostas de artigos novos), tendo usado da palavra, a diverso título, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes) e dos Secretários de Estado da Administração Pública (Inês Ramires), Adjunto e da Saúde (António Sales) e da Inclusão (Ana Sofia Antunes), os Deputados [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Jamila Madeira](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Miguel Cabrita](#) (PS), [Helga Correia](#), [Paulo Mota Pinto](#) e [João Barbosa de Melo](#) (PSD), [Alexandra Tavares de Moura](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Fátima Ramos](#) (PSD), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Joana Sá Pereira](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Susana Amador](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Maria Antónia de Almeida Santos](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Catarina Martins](#) (BE), [Pedro Cegonho](#) (PS), [Emília Cerqueira](#), [Carlos Eduardo Reis](#) e [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Hugo Oliveira](#) (PS), [Jorge Galveias](#) (CH), [Paula Cardoso](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) e [Francisco César](#) (PS), [Paulo Moniz](#) e [Joaquim Pinto Moreira](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL), [Rita Borges Madeira](#) (PS) e [Nuno Carvalho](#) e [Joana Barata Lopes](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 58 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária anterior, bem como da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 73, 78, 80 e 81, 83, 85 e 87 a 89/XV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 62/XV/1.^a

O Presidente saudou a delegação de Deputados e funcionários da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, presente na Galeria II, que foi aplaudida pela Câmara.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022, foi apresentado um requerimento, pelo Deputado [Miguel Cabrita](#) (PS), solicitando a aceitação de um texto de substituição à proposta de alteração 1049-C, relativa ao artigo 95.º, o qual foi aceite pela Mesa. Usaram da palavra os Deputados [Paulo](#)

Mota Pinto (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Paula Santos (PCP), Mariana Mortágua (BE) e Bruno Nunes (CH).

Foram discutidos e votados, na especialidade, artigos e propostas de alteração avocados pelo Plenário — artigos 46.º, 77.º a 80.º, 82.º a 84.º, 86.º e 87.º, 90.º a 95.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado da Segurança Social (Gabriel Bastos) e do Desenvolvimento Regional (Isabel Ferreira), os Deputados Susana Amador (PS), Pedro Pinto e Bruno Nunes (CH), Diana Ferreira (PCP), Paula Cardoso (PSD), Jânila Madeira (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Joana Mortágua (BE), Rita Matias (CH), Rui Tavares (L), João Barbosa de Melo e Paulo Moniz (PSD), Rui Rocha (IL), José Moura Soeiro (BE) e André Ventura (CH).

Entretanto, em interpelação à Mesa, sobre o requerimento, formulado pelo Deputado Miguel Cabrita (PS), solicitando a aceitação de um texto de substituição à proposta de alteração 1049-C, relativa ao artigo 95.º, usaram da palavra os Deputados Pedro Filipe Soares (BE), Paulo Mota Pinto (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Hugo Carneiro (PSD), André Ventura (CH) e Paula Santos (PCP).

Foi rejeitado o recurso para o Plenário da aceitação pela Mesa do recurso, apresentado pelo PS, da decisão tomada pela Comissão de Orçamento e Finanças relativamente ao texto de substituição da proposta de alteração 1049-C, tendo este sido aprovado. Produziram declarações de voto os Deputados Paulo Mota Pinto (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Pedro Filipe Soares (BE) e Rodrigo Saraiva (IL).

Em relação ao artigo 95.º-A, constante da proposta de alteração 1049-C, da autoria do PS, que foi aprovado, usaram da palavra os Deputados Susana Amador (PS), Duarte Pacheco (PSD), Carla Castro (IL), André Ventura (CH), Paula Santos (PCP) e Rui Tavares (L).

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a (artigos 116.º a 126.º e 128.º a 217.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado da Agricultura (Rui Martinho), Adjunto e da Saúde (António Sales), da Mobilidade Urbana (Jorge Delgado), do Ambiente e da Energia (João Galamba) e do Desenvolvimento Regional, os Deputados Sérgio Marques (PSD), Diogo Leão (PS), Pedro Pessanha (CH), Pedro Coimbra (PS), Paula Santos (PCP), Mariana Mortágua (BE), Hugo Carneiro (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Isabel Alves Moreira (PS), Paulo Rios de Oliveira, Bruno Coimbra e Ofélia Ramos (PSD), João Dias (PCP), João Miguel Nicolau (PS), Paulo Ramalho (PSD), Nuno Fazenda e Carla Sousa (PS), Joana Mortágua (BE), Alexandre Poço (PSD), Miguel Matos (PS), Diana Ferreira (PCP), Carla Castro (IL), Tiago Estevão Martins (PS), Inês Barroso, Clara Marques Mendes, Pedro Melo Lopes, Rui Cristina e Hugo Patrício Oliveira (PSD), Luís Graça e Luís Soares (PS), Pedro dos Santos Frazão (CH), Joana Cordeiro (IL), Catarina Martins (BE), Jorge Botelho e Fátima Correia Pinto (PS), Rui Vilar (PSD), Rui Lage (PS), Sónia Ramos (PSD), Filipe Melo (CH), Bernardo Blanco (IL), Rui Tavares (L), António Prôa (PSD) e Raquel Ferreira (PS).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente (Adão Silva) encerrou a sessão eram 17 horas e 27 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 16 (2022.05.26)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a — Aprova o Orçamento do Estado para 2022, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocados pelo Plenário, foram discutidos e votados, artigos e propostas de alteração avocados pelo Plenário — artigo 179.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado do Ensino Superior (Pedro Nuno Teixeira), Adjunto e da Saúde (António Sales) e da Segurança Social (Gabriel Bastos), os Deputados [Eduardo Alves](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Cristina](#) (PSD), [Catarina Martins](#) (BE), [Luís Soares](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Fátima Ramos](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Miguel Matos](#) (PS), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rita Borges Madeira](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a (artigos 201.º a 239.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), da Habitação (Marina Gonçalves) e da Agricultura (Rui Martinho), os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Maria Begonha](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Márcia Passos](#) (PSD), [Clarisse Campos](#) (PS), [João Moura](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Alexandre Simões](#) (PSD), [Miguel Cabrita](#) (PS), [Carla Madureira](#) (PSD), [Carla Castro](#) (IL), [Helga Correia](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [António Topa Gomes](#) (PSD), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Miguel dos Santos Rodrigues](#) (PS), [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Artur Soveral Andrade](#) (PSD), [Vera Braz](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL), [Hugo Costa](#), [Nelson Brito](#) e [Francisco Rocha](#) (PS), [Bruno Nunes](#) e [Rita Matias](#) (CH), [Carlos Brás](#) (PS) e [Alexandre Poço](#) (PSD).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 50 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 17 (2022.05.27)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 85 e 91 a 96/XV/1.^a

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocados pelo Plenário — artigos 206.º, 218.º, 226.º, 227.º, 231.º, 234.º e 238.º e propostas de artigos novos. Usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Habitação (Marina Gonçalves) e dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes) e do Ambiente e da Energia (João Galamba), os Deputados [Pedro Anastácio](#) e [Ivan Gonçalves](#) (PS), [Márcia Passos](#), [Nuno Carvalho](#), [Alexandre Simões](#) e [Alexandre Poço](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Afonso](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Diana Ferreira](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L).

De seguida, prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a (artigos 1.º e 240.º a 264.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, os Deputados [Bruno Aragão](#) (PS), [Patrícia Dantas](#) (PSD), [Sérgio Ávila](#) (PS), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Miguel Iglésias](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) e [Mariana Mortágua](#) (BE), [Carlos Pereira](#) (PS), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD),

Diogo Pacheco de Amorim (CH), Sara Velez (PS), João Marques e Luís Gomes (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Cristina Sousa (PS), Rita Matias (CH), Isabel Guerreiro (PS), Mónica Quintela (PSD), Bernardo Blanco (IL), Jorge Galveias (CH), Rui Tavares (L), Alma Rivera (PCP), Sara Madruga da Costa, João Montenegro e Jorge Paulo Oliveira (PSD), Jâmila Madeira (PS), Paula Santos (PCP), Pedro Pinto (CH) e Rodrigo Saraiva (IL).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 29 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 18 (2022.05.28)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

De seguida, o Presidente anunciou a realização, durante a reunião plenária, das eleições para os seguintes órgãos externos à Assembleia da República: Presidente do Conselho Nacional de Educação, Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos e Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado. Posteriormente, foi anunciada a eleição de todos os candidatos propostos.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 4/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2022, foram discutidas e votadas propostas de alteração avocadas pelo Plenário, tendo também sido apreciados os artigos 242.º, 248.º, 256.º, 259.º e 262.º e propostas de artigos novos. Usaram da palavra os Deputados João Paulo Rebelo, Tiago Soares Monteiro e Cristina Sousa (PS), João Marques (PSD), Diana Ferreira (PCP), Bruno Nunes (CH), Pedro Delgado Alves (PS), João Cotrim Figueiredo (IL), Rui Paulo Sousa (CH), Joana Lima (PS), Pedro Filipe Soares (BE), Bernardo Blanco (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Pedro Pinto (CH) e Alma Rivera (PCP).

No encerramento do debate, usaram da palavra, além do Ministro das Finanças (Fernando Medina), os Deputados Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Catarina Martins (BE), Paula Santos (PCP), Carla Castro (IL), André Ventura (CH), Paulo Mota Pinto (PSD) e Eurico Brilhante Dias (PS), após o que a proposta de lei foi aprovada em votação final global.

Entretanto, a Câmara saudou a delegação de Deputados da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, sob a presidência do Sr. Deputado Higinio Lopes Cardoso, Presidente da respetiva Comissão de Assuntos Jurídicos, Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e a delegação do Ministério das Relações com o Parlamento da Argélia, chefiada pelo respetivo Secretário-Geral, Sr. Samir Lahouel, que assistiram à sessão.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 49/XV/1.^a (apresentado pelo PCP e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela perda de vidas humanas provocada pelo trágico acidente no Hotel Saratoga, em Cuba e 50/XV/1.^a (apresentado pelo CH) — De pesar pela morte de Marta Louro, jornalista do Correio da Manhã e da CMTV.

Foi lido, pelo Deputado Pedro Coimbra (PS), o Projeto de Voto n.º 56/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de José Emílio Vieira de Campos Coroa.

Foi lido, pelo Deputado Carlos Cação (PSD), o Projeto de Voto n.º 62/XV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pela morte de Victor Manuel Cardoso Ramos.

Foi lido, pelo Deputado [Sérgio Monte](#) (PS), o Projeto de Voto n.º 70/XV/1.ª (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Elisa Damião.

Aos familiares e amigos que se encontravam presentes nas galerias, o Presidente dirigiu palavras de saudação. Após terem sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a) daqueles projetos de voto, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

Foi, ainda, anunciada a retirada, pelo IL, do seu Projeto de Regimento n.º 2/XV/1.ª e a entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 63 e 64/XV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 97 e 98/XV/1.ª e da Proposta de Lei n.º 10/XV/1.ª

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 34 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 19 (2022.06.02)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à substituição de uma Deputada do PSD.

Deu-se conta da retirada, pelo L, do Projeto de Resolução n.º 5/XV/1.ª e, pelo IL, do Projeto de Lei n.º 29/XV/1.ª e da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 100/XV/1.ª, das Propostas de Lei n.ºs 9, 11, 12 e 14/XV/1.ª, dos Projetos de Regimento n.ºs 5 e 6/XV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 66 a 70/XV/1.ª

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre o tema «A garantia dos direitos e liberdades no acolhimento e integração dos refugiados ucranianos». Após o Deputado [André Ventura](#) (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes), os Deputados [Bernardo Blanco](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD).

Foi debatido o Inquérito Parlamentar n.º 1/XV/1.ª (CH) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à atuação do Estado português no estabelecimento de parcerias com associações de cidadãos russos no acolhimento e integração dos cidadãos ucranianos em Portugal. Usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Igualdade e Migrações (Isabel Almeida Rodrigues), os Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [André Coelho Lima](#) (PSD), [Alexandra Leitão](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 6/XV/1.ª (GOV) — Aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas e transpõe a Diretiva (UE) 2018/1972, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas, juntamente com o Projeto de Lei n.º 89/XV/1.ª (PAN) — Reforça os direitos dos utilizadores finais de serviços de comunicações eletrónicas. Usaram da palavra, além do Secretário de Estado das Infraestruturas (Hugo Santos Mendes), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Afonso](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Márcia Passos](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Pedro Anastácio](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 90/XV/1.^a

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 3/XV/1.^a (GOV) — Altera o Código de Processo Penal e a Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, juntamente com os Projetos de Lei n.ºs 86/XV/1.^a (PAN) — Corrige a legislação que concretiza a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 e aprofunda as garantias de proteção dos denunciantes, e 94/XV/1.^a (CH) — Criação do estatuto do arguido colaborador e agravamento das penas aplicáveis aos crimes de corrupção previstos no Código Penal. Proferiram intervenções, além da Ministra da Justiça (Catarina Sarmento e Castro), os Deputados *Inês de Sousa Real* (PAN), *André Ventura* (CH), *Patrícia Gilvaz* (IL), *Mónica Quintela* (PSD), *Alma Rivera* (PCP), *Francisco Pereira de Oliveira* (PS), *Rui Tavares* (L) e *Pedro Filipe Soares* (BE).

Foi apreciada a Petição n.º 18/XIV/1.^a (Ana Sofia Loureiro Marques) — Legalização da prostituição em Portugal e/ou despenalização de lenocínio, desde que este não seja por coação. Intervieram no debate os Deputados *Lina Lopes* (PSD), *Joana Sá Pereira* (PS), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Joana Mortágua* (BE), *Rita Matias* (CH), *Paula Santos* (PCP), *Rui Tavares* (L) e *Patrícia Gilvaz* (IL).

Foi debatida a Petição n.º 179/XIV/2.^a (Movimento 8%) — Por um investimento urgente em ciência em Portugal, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 90/XV/1.^a (L) — Consagra o dever de as instituições procederem à abertura de procedimento concursal para as funções desempenhadas pelos doutorados, quando se verifique o termo do contrato, e o Projeto de Resolução n.º 53/XV/1.^a (PCP) — Recomenda a adoção de medidas para a dinamização do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, combatendo a precariedade e o subfinanciamento. Proferiram intervenções os Deputados *Rui Tavares* (L), *Diana Ferreira* (PCP), *Carla Castro* (IL), *Rosa Venâncio* (PS), *Joana Mortágua* (BE), *Gabriel Mithá Ribeiro* (CH), *António Topa Gomes* (PSD), *Inês de Sousa Real* (PAN) e *Eunice Pratas* (PS).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 71 e 73/XV/1.^a e do Projeto de Deliberação n.º 4/XV/1.^a, bem como dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 17 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 20 (2022.06.03)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Em declaração política, o Deputado *Pedro dos Santos Frazão* (CH) falou sobre a necessidade de o Governo recuperar o Serviço Nacional de Saúde, instigando a maioria a promover a reforma dos cuidados de saúde primários e da gestão dos ativos humanos no setor.

Em declaração política, a Deputada *Joana Cordeiro* (IL) recordou a celebração do Dia Mundial da Criança, sublinhando as desigualdades educativas em Portugal e os impactos das medidas tomadas durante a pandemia no desenvolvimento das crianças. Respondeu, posteriormente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados *Carla Madureira* (PSD), *Bruno Aragão* (PS) e *Joana Mortágua* (BE).

Em declaração política, a Deputada *Diana Ferreira* (PCP) referiu, a propósito da celebração do Dia Mundial da Criança, que cabe ao Estado e à sociedade proteger as crianças e reafirmou o compromisso do PCP com o aprofundamento dos direitos das crianças em Portugal.

Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Cristina Mendes da Silva](#) (PS) e [Nuno Carvalho](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) debruçou-se sobre as questões da crise de habitação em Portugal, da especulação imobiliária e da atribuição de vistos gold, tendo, de seguida, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Márcia Passos](#) (PSD), [Maria Begonha](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Carlos Pereira](#) (PS) começou por destacar os números revelados pelo Instituto Nacional de Estatística relativamente ao crescimento económico do País e que apontam para níveis de crescimento pré-pandemia, sublinhando a capacidade que Portugal tem mostrado em atrair e reter investimento estrangeiro. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), que usou também da palavra para, em interpelação à Mesa, solicitar a distribuição de um documento, [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP) e [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD), a propósito da recente eleição de Luís Montenegro para Presidente do seu partido, criticou as opções governativas do Governo do PS, considerando-as responsáveis pela degradação dos serviços públicos, e sublinhou a necessidade de se encontrarem alternativas políticas. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Pessanha](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL) e — após interpelação à Mesa dos Deputados [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH) — [Luís Soares](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) alertou para as questões de inconstitucionalidade suscitadas em relação às normas do Código Penal que punem os maus-tratos a animais de companhia e defendeu a necessidade de densificação e alargamento do regime jurídico a todos os animais sensíveis, tendo respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Ramalho](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) aludiu ao Dia Mundial da Criança para se referir ao transporte de crianças ucranianas para território da Federação Russa e mostrou-se favorável à admissão da candidatura da Ucrânia à União Europeia, tendo admitido tratar-se de uma decisão a ser claramente assumida por todos os Estados-Membros até ao final do mês. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Paulo Rebelo](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD) e [André Ventura](#) (CH).

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 8/XV/1.^a (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1, que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros competência para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado da Economia (João Neves), os Deputados [Bernardo Blanco](#) (IL), [Jorge Botelho](#) (PS), [Márcia Passos](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Foi discutida e rejeitada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 106/XIV/2.^a (ALRAA) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2020, de 16 de setembro, que atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social. Intervieram os Deputados [Ana Bernardo](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Jorge Galveias](#) (CH), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Nuno Carvalho](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária e da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 72, 74 e 76/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 6 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [70/XV/1.ª](#) (PSD) — *Procede à segunda alteração à Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações, conformando-a com o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022, [79/XV/1.ª](#) (CH)* — *Altera a Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, por forma a harmonizá-la com os preceitos constitucionais em vigor e [100/XV/1.ª](#) (PCP)* — *Altera a Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, sobre conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas, em conjunto com a Proposta de Lei n.º [11/XV/1.ª](#) (GOV)* — *Regula o acesso a metadados referentes a comunicações eletrónicas para fins de investigação criminal. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça (Catarina Sarmento e Castro), os Deputados [Paulo Mota Pinto](#) (PSD), que também encerrou o debate, [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Alexandra Leitão](#) (PS) e [Rui Paulo Sousa](#) (CH).*

Foram, depois, aprovados requerimentos, apresentados, respetivamente, pelo PSD, pelo CH, pelo PCP e pelo PS, de baixa das referidas iniciativas à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação.

Foram lidos os seguintes projetos de voto:

N.º [72/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — *De pesar pelo falecimento de Manuel Fernandes Thomaz;*

N.º [76/XV/1.ª](#) (apresentado pelo CH) — *De pesar pelas três vítimas mortais do acidente com um autocarro que transportava peregrinos até ao Santuário de Fátima;*

N.º [80/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — *De pesar pelo falecimento de Raquel Seruca;*

N.º [81/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — *De pesar pelo falecimento de João Gomes Alves;*

N.º [82/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pelo IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — *De pesar pelo falecimento de Mário Mesquita.*

Após terem sido aprovadas as partes deliberativas (a) daqueles votos, a Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [79/XV/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por uma Deputada do PSD) — *De congratulação pela atribuição do Prémio LeYa 2021 ao poeta e escritor José Carlos Barros, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).*

Foi lido o Projeto de Voto n.º [83/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pelo IL, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — *De saudação pelo centenário de Gonçalo Ribeiro Telles, tendo usado da palavra os Deputados [Bruno Coimbra](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Hugo Pires](#) (PS) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE). Foi, depois, aprovada a respetiva parte deliberativa (a).*

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [73/XV/1.ª](#) (PAR) — *Composição da Comissão Permanente.*

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [4/XV/1.ª](#) (PAR) — *Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República.*

Foi rejeitado o Inquérito Parlamentar n.º 1/XV/1.^a (CH) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à atuação do Estado português no estabelecimento de parcerias com associações de cidadãos russos no acolhimento e integração dos cidadãos ucranianos em Portugal, tendo o Deputado [André Ventura](#) (CH) proferido uma declaração de voto.

Após interpelação à Mesa do Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE), foram aprovados requerimentos, apresentados pelo PS e pelo PAN, de baixa à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, sem votação, da Proposta de Lei n.º 6/XV/1.^a (GOV) — Aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas e transpõe a Diretiva (UE) 2018/1972, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas (por 60 dias) e do Projeto de Lei n.º 89/XV/1.^a (PAN) — Reforça os direitos dos utilizadores finais de serviços de comunicações eletrónicas (por 15 dias); apresentado pelo PS, também de baixa à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, sem votação, da Proposta de Lei n.º 8/XV/1.^a (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1, que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros competência para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantirem o bom funcionamento do mercado interno (por 60 dias); e, apresentado pelo L, de baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, do Projeto de Lei n.º 90/XV/1.^a (L) — Consagra o dever de as instituições procederem à abertura de procedimento concursal para as funções desempenhadas pelos doutorados, quando se verifique o termo do contrato (por 30 dias).

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 3/XV/1.^a (GOV) — Altera o Código de Processo Penal e a Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 86/XV/1.^a (PAN) — Corrige a legislação que concretiza a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 e aprofunda as garantias de proteção dos denunciantes e 94/XV/1.^a (CH) — Criação do estatuto do arguido colaborador e agravamento das penas aplicáveis aos crimes de corrupção previstos no Código Penal.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 53/XV/1.^a (PCP) — Recomenda a adoção de medidas para a dinamização do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, combatendo a precariedade e o subfinanciamento.

Foi aprovado o 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2022.

Foi aprovado o ponto 1 e rejeitado o ponto 2 do Projeto de Resolução n.º 46/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que defenda, no contexto da União Europeia, o fim da importação de gás da Rússia.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 12/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo o cabal cumprimento da Diretiva 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho de 2002, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente e 43/XV/1.^a (PSD) — Pôr em prática uma política de prevenção do ruído ambiente.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 6/XV/1.^a (L) — Instando as autoridades nacionais a participarem do esforço internacional de investigação, acusação, condenação e punição de todos os crimes de guerra na Ucrânia, na sequência da invasão lançada a 24 de fevereiro, sob a máxima responsabilidade de Vladimir Putin, presidente da Federação Russa.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 17/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão dos objetivos específicos da PEPAC.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º 7/XV/1.^a (PAN) — Previsão no Programa Nacional de Reformas – 2022 de uma adaptação do Plano Nacional da Água às alterações climáticas, como medida de combate à seca.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando o levantamento da imunidade parlamentar de Deputados do CH.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 7 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da retirada, pelo CH, do Projeto de Lei n.º 95/XV/1.^a e da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 99/XV/1.^a e 102 a 112/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 65/XV/1.^a, 75/XV/1.^a, 77 a 84/XV/1.^a e 86/XV/1.^a

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [53/XV/1.^a](#) (PSD) — Cria o tribunal central administrativo centro, procedendo à décima terceira alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado em anexo à Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, à décima primeira alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 325/2003, de 29 de dezembro, que define a sede, a organização e a área de jurisdição dos tribunais administrativos e fiscais, concretizando o respetivo Estatuto e [87/XV/1.^a](#) (PAN) — Adota medidas de otimização do desempenho dos tribunais superiores da jurisdição administrativa e fiscal, alterando o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Usaram da palavra os Deputados [Mónica Quintela](#) (PSD) — que iniciou e encerrou o debate —, [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Alexandra Leitão](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [7/XV/1.^a](#) (CH) — Aumenta o valor relativo ao complemento especial de pensão dos antigos combatentes, [52/XV/1.^a](#) (PCP) — Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes e [91/XV/1.^a](#) (BE) — Estabelece o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade aos antigos combatentes. Intervieram, a diverso título, os Deputados [André Ventura](#) (CH) — que iniciou e encerrou o debate —, [João Dias](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Vilar](#) (PSD), [Manuel dos Santos Afonso](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [76/XV/1.^a](#) (IL) — Consagração expressa do crime de exposição de menor a violência doméstica (56.^a alteração ao Código Penal), [82/XV/1.^a](#) (PAN) — Torna obrigatória a tomada de declarações para memória futura a pedido da vítima ou do Ministério Público, [85/XV/1.^a](#) (L) — Inclui expressamente a exposição, nos exemplos do que constituem maus tratos psíquicos, no âmbito do crime de violência doméstica; define a exposição, no caso de crianças e jovens, como suficiente para a sua caracterização como vítimas e consagra a frequência de programas específicos de educação parental na lista de penas acessórias, [92/XV/1.^a](#) (BE) — Criação do crime de exposição de menor a violência doméstica (55.^a alteração ao Código Penal), [96/XV/1.^a](#) (IL) — Dispensa da tentativa de conciliação nos processos de divórcio sem consentimento do outro cônjuge nos casos de condenação por crime de violência doméstica (Alteração ao Código Civil e ao Código do Processo Civil) e [97/XV/1.^a](#) (IL) — Assegura a nomeação de patrono às vítimas especialmente vulneráveis (Alteração ao Estatuto da Vítima e à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, que altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais). Usaram da palavra os Deputados [Patrícia Gilvaz](#) (IL) — que iniciou e encerrou o debate —, [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [Bruno Nunes](#) (CH), [Ofélia Ramos](#) (PSD), [Cláudia Santos](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP) e [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [48/XV/1.^a](#) (PCP) — Vinculação extraordinária de todos os docentes com três ou mais anos de serviço até 2023, [81/XV/1.^a](#) (PAN) — Alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos

Professores dos Ensinos Básico e Secundário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e 93/XV/1.^a (BE) — Programa extraordinário de vinculação dos docentes. Intervieram os Deputados *Diana Ferreira* (PCP) — que iniciou e encerrou o debate —, *Inês de Sousa Real* (PAN), *Joana Mortágua* (BE), *Gabriel Mithá Ribeiro* (CH), *Rui Tavares* (L), *Cláudia André* (PSD), *Carla Castro* (IL), *Porfírio Silva* e *Lúcia Araújo da Silva* (PS) e *Carla Madureira* (PSD).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 71/XV/1.^a (BE) — Altera as atividades específicas associadas a compensação em unidades de saúde familiar, de forma a eliminar discriminações de género na prática clínica e 88/XV/1.^a (PAN) — Elimina a discriminação de género nos critérios de compensação associada às atividades específicas dos médicos. Usaram da palavra os Deputados *Catarina Martins* (BE) — que iniciou e encerrou o debate —, *Inês de Sousa Real* (PAN), *Joana Cordeiro* (IL), *Pedro dos Santos Frazão* (CH), *Rui Tavares* (L), *Berta Nunes* (PS), *Fernanda Velez* (PSD) e *João Dias* (PCP).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

A Presidente (*Edite Estrela*) encerrou a sessão eram 18 horas e 6 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 23 (2022.06.11)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da retirada, pelo IL, do Projeto de Resolução n.º 45/XV/1.^a e da entrada da Proposta de Lei n.º 15/XV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 85 e 87 a 91/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 101, 113 a 121 e 123 a 142/XV/1.^a

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 74/XV/1.^a (PS) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal, 5/XV/1.^a (BE) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal, 83/XV/1.^a (PAN) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e procede à alteração do Código Penal e 111/XV/1.^a (IL) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal, que foram aprovados, e do Projeto de Resolução n.º 62/XV/1.^a (CH) — Realização de um referendo sobre a despenalização da morte medicamente assistida, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados *Isabel Alves Moreira* (PS), *Catarina Martins* (BE), *Inês de Sousa Real* (PAN), *João Cotrim Figueiredo* (IL), *André Ventura* (CH), *Paulo Rios de Oliveira* e *André Coelho Lima* (PSD), *Maria Antónia de Almeida Santos* (PS), *Alma Rivera* (PCP), *Alexandre Quintanilha* (PS), *Rui Tavares* (L), *Cláudia Bento* e *Sofia Matos* (PSD), *Alexandra Leitão* (PS), *Filipe Melo* e *Pedro dos Santos Frazão* (CH) e *Eurico Brilhante Dias* (PS).

O Deputado *André Ventura* (CH) procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º 85/XV/1.^a (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento do Cónego João Seabra.

O Deputado *Pedro Coimbra* (PS) procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º 89/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Carlos Manuel Dias Cidade.

Após terem sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a) daqueles projetos de voto, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 76/XV/1.^a (apresentado pelo PAR) — Deslocação do Presidente da República ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Brasília.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, do

Projeto de Lei n.º 53/XV/1.^a (PSD) — Cria o tribunal central administrativo do centro, procedendo à décima terceira alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado em anexo à Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, à décima primeira alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 325/2003, de 29 de dezembro, que define a sede, a organização e a área de jurisdição dos tribunais administrativos e fiscais, concretizando o respetivo Estatuto.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 87/XV/1.^a (PAN) — Adota medidas de otimização do desempenho dos tribunais superiores da jurisdição administrativa e fiscal, alterando o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei:

N.º 7/XV/1.^a (CH) — Aumenta o valor relativo ao complemento especial de pensão dos antigos combatentes;

N.º 52/XV/1.^a (PCP) — Consagra o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade para os antigos combatentes;

N.º 91/XV/1.^a (BE) — Estabelece o complemento vitalício de pensão e a pensão mínima de dignidade aos antigos combatentes;

N.º 76/XV/1.^a (IL) — Consagração expressa do crime de exposição de menor a violência doméstica (quinquagésima sexta alteração ao Código Penal);

N.º 82/XV/1.^a (PAN) — Torna obrigatória a tomada de declarações para memória futura a pedido da vítima ou do Ministério Público;

N.º 85/XV/1.^a (L) — Inclui expressamente a exposição, nos exemplos do que constituem maus-tratos psíquicos, no âmbito do crime de violência doméstica; define a exposição, no caso de crianças e jovens, como suficiente para a sua caracterização como vítimas e consagra a frequência de programas específicos de educação parental na lista de penas acessórias;

N.º 92/XV/1.^a (BE) — Criação do crime de exposição de menor a violência doméstica (quinquagésima quinta alteração ao Código Penal).

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 96/XV/1.^a (IL) — Dispensa da tentativa de conciliação nos processos de divórcio sem consentimento do outro cônjuge nos casos de condenação por crime de violência doméstica (Alteração ao Código Civil e ao Código do Processo Civil).

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo IL, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 97/XV/1.^a (IL) — Assegura a nomeação de patrono às vítimas especialmente vulneráveis (alteração ao Estatuto da Vítima e à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, que altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais).

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 48/XV/1.^a (PCP) — Vinculação extraordinária de todos os docentes com três ou mais anos de serviço até 2023, 81/XV/1.^a (PAN) — Alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e 93/XV/1.^a (BE) — Programa extraordinário de vinculação dos docentes.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 71/XV/1.^a (BE) — Altera as atividades específicas associadas a compensação em unidades de saúde familiar, de forma a eliminar discriminações de género na prática clínica e 88/XV/1.^a (PAN) — Elimina a discriminação de género nos critérios de compensação associada às atividades específicas dos médicos.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 49/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que contribua para o aprofundar da democracia europeia e para o fortalecimento do projeto

Europeu, através do debate de propostas para a melhoria da arquitetura institucional da União Europeia, bem como para garantir a nossa independência energética face a atores externos.

Foi aprovado o n.º 1 do Projeto de Resolução n.º 22/XV/1.^a (L) — Nem mais um euro da União Europeia para a guerra de Putin. Recomenda ao Governo que defenda no Conselho Europeu a adoção de um mecanismo de retenção dos pagamentos por combustíveis fósseis à Federação Russa e, através do estabelecimento de uma conta fiduciária num estado terceiro, de constituição de um fundo de reconstrução da Ucrânia a título de reparações de guerra, tendo sido rejeitados os n.ºs 2, 3 e 4.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 71/XV/1.^a (PAN) — Suspensão das largadas de touros em todo o território nacional e 32/XV/1.^a (PSD) — Programa Bairros Mais Sustentáveis visando intervenções que promovam uma maior eficiência no uso da energia.

Foram aprovados três pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando dois Deputados do PS a intervir em tribunal e não autorizando o levantamento da imunidade parlamentar de uma Deputada do BE, tendo este último levado o Deputado André Ventura (CH) a apresentar uma declaração de voto que motivou uma interpelação à Mesa da parte da Deputada Alexandra Leitão (PS), Presidente da referida Comissão.

O Presidente encerrou a reunião eram 17 horas e 54 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 24 (2022.06.17)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à substituição de um Deputado do PS.

Em declaração política, o Deputado Carlos Guimarães Pinto (IL) chamou a atenção para a importância do setor da habitação no desenvolvimento económico do País, tendo criticado a burocracia nos licenciamentos e a fiscalidade neste setor. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Hugo Costa (PS), Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Márcia Passos (PSD) e Mariana Mortágua (BE).

Em declaração política, o Deputado João Dias (PCP) criticou uma campanha de descredibilização levada a cabo em torno do Serviço Nacional de Saúde, que conduz à transferência para o setor privado de recursos públicos, com aumento de custos e insatisfação da população. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Carlos Guimarães Pinto (IL), Filipe Melo (CH), Guilherme Almeida (PSD) e Susana Correia (PS).

Em declaração política, o Deputado Pedro Filipe Soares (BE) teceu críticas ao Governo pela falta de políticas concretas nas áreas da saúde, da educação e da justiça, com vista à resolução dos problemas há muito detetados, nomeadamente na área da saúde. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Rui Rocha (IL), João Dias (PCP), Paulo Marques (PS), Pedro dos Santos Frazão (CH) e Helga Correia (PSD).

Em declaração política, o Deputado Paulo Pisco (PS), a propósito do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, elogiou a sua celebração oficial junto da diáspora, com a presença, este ano, do Presidente da República no Reino Unido e em Andorra, frisando a importância da abertura anunciada de um consulado-geral português naquele principado. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Ricardo Sousa (PSD),

[Pedro Pessanha](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Alma Rivera](#) (PCP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL) e [José Moura Soeiro](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [André Coelho Lima](#) (PSD) fez uma reflexão sobre as repercussões para a imagem do País por via das dificuldades sentidas nos aeroportos nacionais, em particular no de Lisboa, devido ao aumento da afluência de turistas, criticando a atuação do Governo nesta matéria, bem como nos processos de extinção do SEF e de fiscalização dos terminais de cruzeiros. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Alma Rivera](#) (PCP) e [Susana Amador](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [André Ventura](#) (CH) considerou grave a situação em que se encontra o Serviço Nacional de Saúde com o encerramento de serviços de obstetrícia e de urgência, criticando os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do IL e do BE por não terem falado neste tema nas suas declarações políticas. Respondeu, seguidamente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [André Coelho Lima](#) (PSD) e [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL). Usou também da palavra o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) em defesa da honra relativamente a afirmações do Deputado [André Ventura](#) (CH), que deu explicações.

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN), a propósito da realização, em Lisboa, da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, teceu considerações acerca da necessidade de haver em Portugal uma reflexão profunda sobre o mar e sobre o uso da água, tendo alertado para a situação de seca extrema em que o País se encontra. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD) e [Ricardo Pinheiro](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) teceu considerações relativamente ao Tratado da Carta da Energia, apontando-o como um dos responsáveis pela situação energética vivida na Europa e solicitou ao Governo que, à semelhança do que fizeram outros países europeus, o denuncie. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Nuno Fazenda](#) (PS) e [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD).

Foram apreciados, conjuntamente, a Petição n.º [199/XIV/2.ª](#) (Sílvia Marlene Carneiro da Silva e outros) — Concurso de mobilidade interna, os Projetos de Lei n.ºs [73/XV/1.ª](#) (PCP) — Garante a inclusão de todos os horários no procedimento de mobilidade interna do concurso interno de professores e [106/XV/1.ª](#) (CH) — Atribui ajudas de custo a professores do ensino básico e secundário que se encontrem deslocados, na generalidade, e o Projeto de Resolução n.º [80/XV/1.ª](#) (BE) — Pela revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário. Usaram da palavra os Deputados [Diana Ferreira](#) (PCP), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Ana Isabel Santos](#) (PS), [Maria Emília Apolinário](#) (PSD), [Carla Castro](#) (IL), [Carla Madureira](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

Foi apreciada a Petição n.º [612/XIII/4.ª](#) (Margarida Quintela e outros) — Contra o fim da atual Linha Amarela do metro de Lisboa, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs [69/XV/1.ª](#) (BE) — Suspensão imediata das obras da linha circular do metro de Lisboa, [52/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto no artigo 282.º da Lei do Orçamento do Estado de 2020 e suspenda o processo de construção da linha circular do metro de Lisboa e [84/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão do projeto de linha circular do metro de Lisboa rejeitada pelo Parlamento e evolução para a linha em laço. Usaram da palavra os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Prôa](#) (PSD), [Alma Rivera](#) (PCP), [Rui Afonso](#) (CH), [Pedro Anastácio](#) (PS), [Rodrigo Saraiva](#) (IL) e [Rui Tavares](#) (L).

Deu-se conta da Deputada que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

Foi anunciada a entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 16/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 144, 145, 147 e 148/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 92 a 103, 105, 106 e 122/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 31 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 25 (2022.06.18)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 44 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 122/XV/1.^a

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre o caos instalado nos serviços de urgência de ginecologia e obstetrícia do País. Após o Deputado [André Ventura](#) (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além da Ministra da Saúde (Marta Temido), os Deputados [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Jorge Botelho](#) (PS), [Rui Cristina](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) e [Luís Soares](#) (PS).

Foi debatido, e aprovado, o Projeto de Resolução n.º [55/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à reativação da Comissão de Acompanhamento da Descentralização. Intervieram os Deputados [Susana Amador](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Bruno Nunes](#) (CH), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Firmino Marques](#) (PSD), [José Moura Soeiro](#) (BE) e [Agostinho Santa](#) (PS).

Foram apreciados os Projetos de Lei n.ºs [4/XV/1.ª](#) (BE) — Elimina os vistos gold (oitava alteração ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional), [109/XV/1.ª](#) (PCP) — Revoga o regime de atribuição de vistos gold – autorização de residência para atividade de investimento (nona alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que define as condições de entrada, permanência, saída e afastamento do território nacional), [113/XV/1.ª](#) (PAN) — Revoga o programa de autorizações de residência para atividade de investimento, alterando a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, [114/XV/1.ª](#) (PAN) — Obriga o Governo a elaborar e entregar à Assembleia da República um relatório de avaliação do impacto do programa dos vistos gold no período de 2012 e 2021 e [130/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o regime jurídico da emissão de autorização de residência para investimento (vistos gold), que foram rejeitados, na generalidade, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [78/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a regulamentação urgente do Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro, por forma a permitir a operacionalização da plataforma online e a submissão de requerimentos online de vistos gold para fins imobiliários nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e no interior, que foi aprovado. Usaram da palavra os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE) — que abriu e encerrou o debate —, [Alma Rivera](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Pedro Anastácio](#) (PS), [Carla Castro](#) (IL) e [Ofélia Ramos](#) (PSD).

Foram apreciados, conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [68/XV/1.ª](#) (CH) — Altera a Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, eliminando várias isenções de que os partidos políticos beneficiam, que foi rejeitado, [42/XV/1.ª](#) (PSD) — Oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais), e terceira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos), que foi aprovado, [102/XV/1.ª](#) (IL) — Elimina os benefícios fiscais dos partidos políticos e reduz o valor das subvenções públicas (oitava alteração à Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, Lei n.º 19/2003, de 20 de junho), [110/XV/1.ª](#) (PCP) — Reduz o financiamento público aos partidos políticos e às campanhas eleitorais (oitava

alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho) e [116/XV/1.ª](#) (PAN) — Revoga benefícios fiscais atribuídos aos partidos políticos e diminui os limites das despesas de campanha eleitoral, altera a Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, que foram rejeitados, [117/XV/1.ª](#) (PAN) — Aumenta a transparência das contas dos partidos e dos orçamentos das campanhas eleitorais e assegura que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos dispõe de uma estrutura orgânica estável, alterando a Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais e a Lei de Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, que foi aprovado, e [123/XV/1.ª](#) (BE) — Introduz medidas de justiça fiscal, igualdade de tratamento e de transparência no financiamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais (oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho), que foi rejeitado. Proferiram intervenções os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH) — que abriu e encerrou o debate —, [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [25/XV/1.ª](#) (PCP) — Alteração ao Regime do Arrendamento Urbano, [118/XV/1.ª](#) (BE) — Reconhecimento de contratos de arrendamento (oitava alteração ao Novo Regime do Arrendamento Urbano), [119/XV/1.ª](#) (BE) — Pela estabilidade nos contratos de arrendamento (septuagésima oitava alteração ao Código Civil), [128/XV/1.ª](#) (PAN) — Procede à alteração ao Regime do Arrendamento Urbano e prevê a não-discriminação no acesso à habitação, e [131/XV/1.ª](#) (CH) — Procede à alteração do Regime do Arrendamento Urbano, que foram, posteriormente, rejeitados. Usaram da palavra os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), que abriu e encerrou o debate, [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Melo](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Maria Begonha](#) (PS), [Márcia Passos](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

No domínio dos debates europeus previstos na Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia, procedeu-se ao debate do Projeto de Resolução n.º [122/XV/1.ª](#) (Comissão de Assuntos Europeus) — Relativo ao Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a transparência e o direcionamento da propaganda política, tendo sido, posteriormente, aprovado. Usaram da palavra os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a dispensa do prazo previsto no n.º 1 do artigo 157.º do Regimento relativamente ao texto final da Proposta de Lei n.º [4/XV/1.ª](#) (GOV), que aprova o Orçamento do Estado para 2022.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [98/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pelo IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — De pesar pelo falecimento de Paula Rego, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a). Após o Presidente ter saudado a familiar e a Diretora da Casa das Histórias Paula Rego presentes nas galerias, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lido, pelo Deputado [Luís Capoulas Santos](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [90/XV/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus e subscrito por uma Deputada do PS e uma Deputada do PSD) — De saudação pela celebração do Dia da Europa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [90/XV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Nova Iorque.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [73/XV/1.ª](#) (PCP) — Garante a inclusão de todos os horários no procedimento de mobilidade interna do concurso interno de

professores e [106/XV/1.^a](#) (CH) — Atribui ajudas de custo a professores do ensino básico e secundário que se encontrem deslocados.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [80/XV/1.^a](#) (BE) — Pela revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [69/XV/1.^a](#) (BE) — Suspensão imediata das obras da linha circular do metro de Lisboa, [52/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto no artigo 282.º da Lei do Orçamento do Estado de 2020 e suspenda o processo de construção da linha circular do metro de Lisboa e [84/XV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão do projeto de linha circular do metro de Lisboa rejeitada pelo Parlamento e a evolução para a linha em laço.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a prorrogação do prazo, por mais 60 dias, de baixa à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, do Projeto de Lei n.º [44/XV/1.^a](#) (PAN) — Procede à adaptação da Lei de Enquadramento Orçamental ao disposto na Lei de Bases do Clima.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [42/XV/1.^a](#) (PAN) — Criação de um grupo de trabalho sobre arrojamentos na costa portuguesa.

Foram aprovados os pontos 1, 2, 4 e 5 do Projeto de Resolução n.º [61/XV/1.^a](#) (BE) — Recomenda a remoção de infraestruturas hidráulicas obsoletas, tendo sido rejeitado o ponto 3.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [11/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas fiscais de reforço e incentivo da solidariedade para com a Ucrânia, o seu povo e os refugiados e deslocados resultantes da crise humanitária causada pela invasão russa da Ucrânia.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [50/XV/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo medidas de diminuição das rejeições e do desperdício alimentar do pescado, restringindo a pesca de arrasto, eliminando subsídios perversos e valorizando o pescado.

Foi aprovado o ponto 1 do Projeto de Resolução n.º [63/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que tome iniciativas no sentido da formação de um Instituto Europeu com estatuto de Laboratório Associado ou do Estado, tendo sido rejeitado o ponto 2.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo Livre, solicitando o adiamento, para o dia 22 de junho, da votação do Projeto de Resolução n.º [89/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda o adequado acompanhamento do pedido da Ucrânia de adesão à União Europeia (UE), favorecendo a atribuição do estatuto formal de candidato à UE a este país.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando dois Deputados do PS a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 146/XV/1.^a e dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 18 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 26 (2022.06.23)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da não admissão do Projeto de Lei n.º 143/XV/1.^a e da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 17/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 149 a 162, 164 a 175 e 178 a 180/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 104, 107 a 121 e 123 a 130/XV/1.^a

O Presidente assinalou a presença, nas galerias, de uma delegação da Comissão de Ética Parlamentar da Assembleia da República de Moçambique, que foi aplaudida, de pé, pela Câmara.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Governo sobre política geral, tendo o Primeiro-Ministro (António Costa) respondido às perguntas formuladas pelos Deputados [Paulo Mota Pinto](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH) — que também interpelou a Mesa —, [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Catarina Martins](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Eurico Brilhante Dias](#) e [João Torres](#) (PS), [André Coelho Lima](#) e [João Marques](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP) e [Catarina Martins](#) (BE).

Procedeu-se ao debate preparatório do próximo Conselho Europeu, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Primeiro-Ministro (António Costa), que abriu e encerrou o debate, os Deputados [João Paulo Rebelo](#) e [Rui Lage](#) (PS), [Tiago Moreira de Sá](#) (PSD), [Rui Paulo Sousa](#) e [Pedro Pessanha](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [89/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda o adequado acompanhamento do pedido da Ucrânia de adesão à UE, favorecendo a atribuição do estatuto formal de candidato à UE a este país.

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 45 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 27 (2022.06.24)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 9 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 163, 176, 177 e 181/XV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 131/XV/1.^a

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos seguintes projetos de lei:

N.º [40/XV/1.ª](#) (PSD) — Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, revogando o artigo 14.º dessa lei;

N.º [28/XV/1.ª](#) (PCP) — Determina a cessação de vigência do regime de concessão da nacionalidade portuguesa por mero efeito da descendência de judeus sefarditas expulsos de Portugal em 1496 (décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade);

N.º [122/XV/1.ª](#) (BE) — Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, e trigésima sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro);

N.º [126/XV/1.ª](#) (L) — Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade — revogação da norma que faz depender os efeitos da nacionalidade da filiação estabelecida durante a menoridade;

N.º 127/XV/1.^a (L) — Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade — atualização dos requisitos de que depende a concessão de nacionalidade, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses;

N.º 132/XV/1.^a (IL) — Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade;

N.º 133/XV/1.^a (PS) — Define as circunstâncias em que a filiação estabelecida após a menoridade pode produzir efeitos relativamente à nacionalidade, procedendo à décima alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro;

N.º 134/XV/1.^a (PAN) — Revoga o artigo 14.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade.

Proferiram intervenções os Deputados [Paulo Mota Pinto](#) (PSD) — que abriu e encerrou o debate —, [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Alexandra Leitão](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Maló de Abreu](#) (PSD) e [Bruno Nunes](#) (CH).

Foi apreciada e rejeitada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 120/XIV/3.^a (ALRAA) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida e cria uma medida excecional de compensação, tendo intervindo no debate os Deputados [Alexandra Tavares de Moura](#) (PS), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Rui Rocha](#) (IL), [Jorge Galveias](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Francisco César](#) (PS) e [Francisco Pimentel](#) (PSD).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 809/XIV/2.^a (Cidadãos) — Valorização do ensino politécnico nacional e internacionalmente, 115/XV/1.^a (PCP) — Valorização e reconhecimento do ensino superior politécnico, reconhecendo a possibilidade de conferir o grau de doutor e 125/XV/1.^a (BE) — Cria a possibilidade de administração de doutoramentos no subsistema de ensino superior politécnico, através da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. Intervieram os Deputados [Diana Ferreira](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Porfírio Silva](#) (PS), [Cláudia André](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carla Castro](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) e [Tiago Estevão Martins](#) (PS).

Foram apreciados em conjunto a Petição n.º 216/XIV/2.^a (Arlindo Ferreira e outros) — Pelo fim das vagas no acesso ao 5.º e 7.º escalão da carreira docente, os Projetos de Resolução n.ºs 54/XV/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a eliminação da imposição administrativa de vagas para a progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente e 56/XV/1.^a (BE) — Pela remoção dos obstáculos à progressão de docentes para 5.º e 7.º escalões e, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 80/XV/1.^a (PAN) — Procede à revogação do atual sistema de acesso aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente, procedendo à alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário. Intervieram os Deputados [Diana Ferreira](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Agostinho Santa](#) (PS) e [Germana Rocha](#) (PSD).

Procedeu-se à apreciação da Petição n.º 145/XIV/2.^a (Célia Cristina Martins dos Santos Freire) — Pela requalificação urgente do IC8, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 57/XV/1.^a (PCP) — Requalificação do IC8, 68/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a requalificação do IC8, 70/XV/1.^a (BE) — Requalificação urgente do IC8, 77/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de requalificação do IC8, 83/XV/1.^a (PAN) — Requalificação urgente do IC8 e 86/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que execute com urgência o troço do IC8 entre Pombal e Avelar (Ansião), com inclusão de desnivelamentos dos acessos, e proceda à cabimentação dos recursos financeiros necessários. Proferiram intervenções os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Melo](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE),

Cláudia Avelar Santos (PS), Inês de Sousa Real (PAN), João Marques (PSD), Rui Tavares (L) e Pedro Pinto (CH).

Deu-se conta dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente (Adão Silva) encerrou a sessão eram 17 horas e 58 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 28 (2022.06.25)

SUMÁRIO

O Presidente (Adão Silva) declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Foram discutidos e rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 103/XV/1.^a (IL) — Assegura a independência das entidades reguladoras (quarta alteração à Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto), 112/XV/1.^a (CH) — Regula o procedimento de dissolução do conselho de administração das entidades reguladoras e de destituição individual dos seus membros, com fundamento em motivo justificado e 121/XV/1.^a (PAN) — Altera o modelo de nomeação dos conselhos de administração das entidades reguladoras por forma a assegurar um reforço da transparência e um maior respeito pela igualdade de género, alterando a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras. Intervieram, a diverso título, os Deputados Carla Castro (IL) — que abriu e encerrou o debate —, Carlos Pereira (PS), Pedro Pinto (CH), Inês de Sousa Real (PAN), João Barbosa de Melo (PSD), Rui Tavares (L), Mariana Mortágua (BE) e Paula Santos (PCP).

Foi debatida e aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 12/XV/1.^a (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/884, no que diz respeito ao intercâmbio de informações sobre nacionais de países terceiros. Usaram da palavra, além da Ministra da Justiça (Catarina Sarmento e Castro), os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Bruno Nunes (CH), Alma Rivera (PCP), Francisco Pereira de Oliveira (PS), Cristiana Ferreira (PSD), Pedro Filipe Soares (BE) e Rui Tavares (L).

Foi apreciada a Petição n.º 97/XIV/1.^a (Paulo Alexandre Esteves Borges e outros) — Reconhecimento dos direitos intrínsecos da natureza e de todos os seres vivos, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 105/XV/1.^a (PAN) — Procede à sexta alteração do Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que foi rejeitado, e com os Projetos de Resolução n.ºs 75/XV/1.^a (PAN) — Atualização da lista de espécies em risco e em vias de extinção e Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados, 81/XV/1.^a (PSD) — Proteger as áreas protegidas e 82/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a emissão de um novo despacho dos prazos para indemnização por danos em animais causados pelo lobo-ibérico e a sensibilização para a adoção de medidas preventivas que evitem ataques de lobo, que foram aprovados, na generalidade. Proferiram intervenções os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Hugo Patrício Oliveira (PSD), Raquel Ferreira (PS), Bernardo Blanco (IL), Rui Tavares (L), Pedro dos Santos Frazão (CH), Bruno Dias (PCP), Pedro Filipe Soares (BE) e Cláudia Avelar Santos (PS).

Procedeu-se ao debate da Petição n.º 223/XIV/2.^a (Associação de Profissionais de Educação de Infância) — Inclusão dos 0-3 anos no sistema educativo – alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 75/XV/1.^a (BE) — Cria o programa rede de creches públicas, 101/XV/1.^a (CH) — Novo regime jurídico da lecionação e da organização da disciplina e área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (CD) nos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário, 104/XV/1.^a

(PAN) — Cria um sistema de educação para a infância que garanta a inclusão das crianças dos 0 aos 3 anos no sistema educativo, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, [120/XV/1.ª](#) (PCP) — Propõe a criação de uma rede pública de creches como forma de garantir os direitos das crianças, [129/XV/1.ª](#) (L) — Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua redação atual, que aprova a Lei de Bases do Sistema Educativo – inclusão da educação na primeira infância no sistema educativo e criação de uma rede pública de educação na primeira infância e com os Projetos de Resolução n.ºs [72/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a alteração da designação de Ministério da Educação para Ministério do Ensino e [79/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie um mecanismo de comparticipação dos custos de inscrição e frequência para as crianças que ingressem em estabelecimento de natureza privada em virtude de ausência de oferta pública e inicie o processo de criação de uma rede pública de creches, que foram rejeitados. Proferiram intervenções os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Afonso](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Carla Castro](#) (IL), [Fernando José](#) (PS) e [Joana Barata Lopes](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente saudou o Sr. Deputado Federal Aécio Neves, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional do Brasil, presente na Galeria II, que foi aplaudido pela Câmara.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [103/XV/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por uma Deputada do PSD) — De congratulação à Orquestra Sem Fronteiras pela atribuição do Prémio Europeu Carlos Magno para a Juventude 2022 e [105/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pelo IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — De saudação pelo Dia Nacional da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-religioso, cujas partes deliberativas foram aprovadas (a), tendo o Presidente saudado os representantes da Orquestra e uma delegação da Comissão da Liberdade Religiosa.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos respetivos autores, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 30 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [40/XV/1.ª](#) (PSD) — Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, revogando o artigo 14.º dessa Lei, [28/XV/1.ª](#) (PCP) — Determina a cessação de vigência do regime de concessão da nacionalidade portuguesa por mero efeito da descendência de judeus sefarditas expulsos de Portugal em 1496 (décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade), [122/XV/1.ª](#) (BE) — Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, e trigésima sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 322-a/2001, de 14 de dezembro), [126/XV/1.ª](#) (L) — Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – revogação da norma que faz depender os efeitos da nacionalidade da filiação estabelecida durante a menoridade, [127/XV/1.ª](#) (L) — Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, na sua redação atual, que aprova a Lei da Nacionalidade – atualização dos requisitos de que depende a concessão de nacionalidade, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses, [132/XV/1.ª](#) (IL) — Décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade e [133/XV/1.ª](#) (PS) — Define as circunstâncias em que a filiação estabelecida após a menoridade pode produzir efeitos relativamente à nacionalidade, procedendo à décima alteração à Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, e, por um período de 60 dias, do Projeto de Lei n.º [134/XV/1.ª](#) (PAN) — Revoga o artigo 14.º da Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [809/XIV/2.ª](#) (Cidadãos) — Valorização do ensino politécnico nacional e internacionalmente, [115/XV/1.ª](#) (PCP) —

Valorização e reconhecimento do ensino superior politécnico, reconhecendo a possibilidade de conferir o grau de doutor, e [125/XV/1.^a](#) (BE) — Cria a possibilidade de administração de doutoramentos no subsistema de ensino superior politécnico, através da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [54/XV/1.^a](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a eliminação da imposição administrativa de vagas para a progressão aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente e [56/XV/1.^a](#) (BE) — Pela remoção dos obstáculos à progressão de docentes para 5.º e 7.º escalões e, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [80/XV/1.^a](#) (PAN) — Procede à revogação do atual sistema de acesso aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente, procedendo à alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [57/XV/1.^a](#) (PCP) — Requalificação do IC8, [70/XV/1.^a](#) (BE) — Requalificação urgente do IC8, [77/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de requalificação do IC8, [83/XV/1.^a](#) (PAN) — Requalificação urgente do IC8 e [86/XV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que execute com urgência o troço do IC8 entre Pombal e Avelar (Ansião), com inclusão de desnivelamentos dos acessos, e proceda à cabimentação dos recursos financeiros necessários, tendo sido rejeitado o Projeto de Resolução n.º [68/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo a requalificação do IC8.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [87/XV/1.^a](#) (PSD) — Reforçar a capacidade de armazenamento das albufeiras.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 13/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 182 e 183/XV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 132/XV/1.^a, bem como dos Deputados que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 57 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 29 (2022.06.30)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 19/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 184, 185 e 187 a 197/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 133 a 140/XV/1.^a

Procedeu-se a um debate, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia, sobre as prioridades da Presidência checa. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (Tiago Antunes) — que abriu e encerrou o debate —, os Deputados [Luís Capoulas Santos](#) e [Natália Oliveira](#) (PS), [Sérgio Marques](#) (PSD), [André Ventura](#) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se a um debate, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia, sobre os instrumentos da governação económica da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus — que abriu e encerrou o debate —, os Deputados [Carlos Brás](#) e [Miguel Matos](#) (PS),

[Paulo Moniz](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) e [Filipe Melo](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [108/XV/1.ª](#) (PS) — Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho, [9/XV/1.ª](#) (PAN) — Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais, [177/XV/1.ª](#) (CH) — Elimina restrições injustificadas no acesso a profissões reguladas e estabelece limites à duração e organização dos estágios e [178/XV/1.ª](#) (IL) — Reforma regulatória das associações públicas profissionais, combate ao corporativismo e democratização do acesso às profissões (primeira alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro). Usaram da palavra os Deputados [Joana Sá Pereira](#) (PS) — que abriu o debate —, [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Paula Cardoso](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Alexandra Leitão](#) (PS), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Miguel Matos](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), que encerrou o debate.

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [141/XV/1.ª](#) (CH) — Altera a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital no sentido de garantir o cumprimento do direito à liberdade de expressão, [179/XV/1.ª](#) (IL) — Protege a liberdade de expressão online e [180/XV/1.ª](#) (PS) — Simplifica o regime de proteção contra a desinformação, assegurando a sua articulação com o Plano Europeu de Ação Contra a Desinformação, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, que aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital. Intervieram os Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), que abriu o debate, [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Bruno Aragão](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Rita Matias](#) (CH), que encerrou o debate.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de uma Deputada do PS, à assunção do mandato correspondente e à respetiva substituição.

Deu-se conta da Deputada que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

Deu-se, ainda, conta da não admissão do Projeto de Lei n.º 198/XV/1.ª

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 35 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 30 (2022.07.01)

SUMÁRIO

O Presidente ([Adão Silva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 20/XV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 199 a 206/XV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 141 a 145/XV/1.ª

O Presidente ([Adão Silva](#)) assinalou a presença, na tribuna do Corpo Diplomático, do Presidente da República Federal da Nigéria, Muhammadu Buhari, e da respetiva delegação, os quais foram aplaudidos, de pé, pela Câmara.

A requerimento do IL, foi fixada a ordem do dia sobre a temática «SOS SNS», no âmbito da qual foram discutidos os seguintes diplomas:

Projeto de Lei n.º 181/XV/1.^a (IL) — Regulamentação e implementação das unidades de saúde familiar de modelo C (alteração ao Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto, na sua redação atual), que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 127/XV/1.^a (IL) — Plano de regularização atempada dos pagamentos em atraso aos fornecedores do Serviço Nacional de Saúde, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 128/XV/1.^a (IL) — Recuperação da atividade assistencial, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 129/XV/1.^a (IL) — Médico de família para todos os utentes, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 130/XV/1.^a (IL) — Registo de saúde eletrónico universal, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 148/XV/1.^a (CH) — Acesso dos cidadãos a consultas e meios complementares de diagnóstico e terapêutica em tempo útil e de acordo com as suas necessidades, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 187/XV/1.^a (PCP) — Autonomia dos estabelecimentos e unidades do Serviço Nacional de Saúde e alargamento da autorização para a realização de investimentos e despesas não previstas, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 191/XV/1.^a (L) — Alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova o regime da criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, e ao Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Organização e do Funcionamento das Unidades de Saúde Familiar, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 192/XV/1.^a (BE) — Reforço dos cuidados de saúde primários com médico e equipa de família para todos os utentes e universalização do acesso a cuidados de saúde oral, mental e outros, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 193/XV/1.^a (BE) — Medidas para aumentar o número de profissionais e promover a estabilidade de equipas no Serviço Nacional de Saúde, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 194/XV/1.^a (PAN) — Cria um regime excecional de pagamentos em atraso para as entidades do Serviço Nacional de Saúde, procedendo para o efeito à alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 195/XV/1.^a (PAN) — Reconhecimento da carreira de técnico auxiliar de saúde, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 196/XV/1.^a (PAN) — Altera a carreira de enfermagem, repondo a justiça e valorizando trabalhadores essenciais ao Serviço Nacional de Saúde e ao País, alterando diversos diplomas, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 197/XV/1.^a (PAN) — Aprova o regime de dedicação exclusiva aplicável aos profissionais de saúde, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 66/XV/1.^a (CH) — Pela contratação imediata de profissionais de saúde para a região do Algarve, assegurando que os serviços de obstetrícia e pediatria não encerram, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 103/XV/1.^a (CH) — Pela proteção da mulher grávida nos cuidados de saúde e no trabalho, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 133/XV/1.^a (CH) — Pela atribuição de um médico de medicina geral e familiar a todos os cidadãos, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 134/XV/1.^a (PCP) — Salvar e valorizar o Serviço Nacional de Saúde e valorizar os seus profissionais, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 138/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a criação de um programa Regressar Saúde, dirigido especificamente a profissionais de saúde, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 139/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que incentive mais transparência no setor privado da saúde, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Saúde (Marta Temido) e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde (António Sales), os Deputados João Cotrim Figueiredo e Joana Cordeiro (IL) — que encerrou o debate —, Pedro Filipe Soares (BE), Cláudia Bento (PSD), Eduardo Alves (PS), André Ventura (CH), João Dias (PCP), Ana Isabel Santos (PS), Inês Barroso (PSD), Rui Tavares (L), Sofia Andrade (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Cristina (PSD), Jorge Gabriel Martins (PS), Ricardo Baptista Leite (PSD), Miguel dos Santos Rodrigues e Eduardo Oliveira (PS), Pedro Melo Lopes (PSD), Rui Rocha (IL), Bruno Nunes (CH), Sara Velez (PS), Carla Castro (IL) e Pedro dos Santos Frazão (CH).

Entretanto o Presidente assinalou a presença nas galerias de uma delegação juvenil do Partido pelos Animais holandês, que foi aplaudida pela Câmara.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 109/XV/1.^a (apresentado Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por uma Deputada do PSD) — De saudação à participação nacional na Taça do Mundo de Canoagem, em particular a Fernando Pimenta pela conquista de quatro medalhas de ouro na Taça do Mundo de Canoagem, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Em interpelação à Mesa, os Deputados Paula Santos (PCP), Pedro Delgado Alves (PS), Pedro Filipe Soares (BE), Paulo Mota Pinto (PSD), João Cotrim Figueiredo (IL) e André Ventura (CH) pronunciaram-se acerca da votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 108/XV/1.^a (PS) — Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho, que se encontra em apreciação pública, após o que o mesmo foi aprovado.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 9/XV/1.^a (PAN) — Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais.

Foram aprovados dois requerimentos, apresentados, respetivamente, pelo CH e pelo IL, de baixa à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, pelo prazo de 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 177/XV/1.^a (CH) — Elimina restrições injustificadas no acesso a profissões reguladas e estabelece limites à duração e organização dos estágios e 178/XV/1.^a (IL) — Reforma regulatória das associações públicas profissionais, combate ao corporativismo e democratização do acesso às profissões (primeira alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro).

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 141/XV/1.^a (CH) — Altera a Carta de Direitos Fundamentais na Era Digital no sentido de garantir o cumprimento do direito à liberdade de expressão, tendo sido aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 179/XV/1.^a (IL) — Protege a liberdade de expressão online e 180/XV/1.^a (PS) — Simplifica o regime de proteção contra a desinformação, assegurando a sua articulação com o Plano Europeu de Ação Contra a Desinformação, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, que aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 14/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à atualização anual da tabela de honorários para a proteção jurídica, em cumprimento do disposto no artigo 36.º, n.ºs 2 e 3, da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, tendo sido rejeitado o

Projeto de Resolução n.º 100/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à atualização anual da tabela de honorários para a proteção jurídica.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 58/XV/1.^a(CH) — Recomenda ao Governo o aumento das casas-abrigo disponíveis como respostas de emergência às vítimas de violência doméstica.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, solicitando nova apreciação, na generalidade, por mais 90 dias, do Projeto de Lei n.º 90/XV/1.^a (L) — Consagra o dever de as instituições procederem à abertura de procedimento concursal para as funções desempenhadas pelos doutorados, quando se verifique o termo do contrato.

Deu-se conta da Deputada que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 37 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 31 (2022.07.07)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da retirada, pelo PAN, do Projeto de Lei n.º 173/XV/1.^a e da entrada na Mesa da Moção de Censura n.º 1/XV/1.^a, das Propostas de Lei n.ºs 18 e 21/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 186 e 207 a 214/XV/1.^a, do Projeto de Regimento n.º 7/XV/1.^a, do Projeto de Deliberação n.º 5/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 146 a 150/XV/1.^a

Na abertura do debate da Moção de Censura n.º 1/XV/1.^a (CH) — Acabar com a deterioração constante da credibilidade do Governo e o empobrecimento crónico dos portugueses, intervieram o Deputado André Ventura (CH) e o Primeiro-Ministro (António Costa).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados Eurico Brilhante Dias (PS), João Cotrim Figueiredo (IL), Paula Santos (PCP), Pedro Filipe Soares (BE), Maria Antónia de Almeida Santos (PS), Alma Rivera (PCP), Joana Sá Pereira (PS), Paulo Rios de Oliveira (PSD), Porfírio Silva e Susana Amador (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Jámila Madeira (PS), Pedro dos Santos Frazão (CH), Rui Tavares (L), João Torres (PS), Paula Cardoso (PSD), Bruno Nunes (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Rita Matias (CH), Bruno Dias (PCP) e Jorge Galveias (CH).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, de uma delegação de quatro funcionários da Assembleia da República de Moçambique, que foi aplaudida pela Câmara.

No encerramento do debate, intervieram a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes) e o Deputado Pedro Pinto (CH), tendo, no final, a moção de censura sido rejeitada por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Deu-se conta do Deputado que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 48 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 32 (2022.07.08)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Na abertura do debate da Interpelação n.º 1/XV/1.^a (PCP) — Sobre política geral, centrada nas soluções para a defesa do poder de compra e das condições de vida do povo, travando o aumento de preços e assegurando o aumento dos salários e pensões, intervieram o Deputado [Bruno Dias](#) (PCP) e a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Ana Mendes Godinho).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores e do Ministro da Economia e do Mar (António Costa Silva), os Deputados [Hugo Costa](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Miguel Cabrita](#) (PS), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Pedro Pinto](#) (CH), [Francisco César](#) (PS), [Rui Paulo Sousa](#) e [Pedro Pessanha](#) (CH) e [Rui Tavares](#) (L).

No encerramento do debate, intervieram a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) e o Ministro da Economia e do Mar.

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, de uma delegação de estudantes moçambicanos, acompanhada pelo Presidente da Câmara de Comércio Portugal Moçambique, que foi aplaudida pela Câmara.

Deu-se conta do Deputado que esteve presente, por videoconferência, na sessão plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 51 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 33 (2022.07.09)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da não admissão do Projeto de Lei n.º 215/XV/1.^a e da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 151/XV/1.^a, da Proposta de Resolução n.º 1/XV/1.^a e dos Projetos de Regimento n.ºs 8 a 10/XV/1.^a

O Deputado [André Ventura](#) (CH) protestou contra a não admissão do Projeto de Lei n.º 215/XV/1.^a (CH) — Prevê o aumento do teto máximo da pena de prisão para 65 anos em crimes de homicídio praticados com especial perversidade, nomeadamente contra crianças, tendo o Presidente dado explicações.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, das seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de Lei n.º 15/XV/1.^a (GOV) — Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno, que foi aprovada;

Projeto de Lei n.º 2/XV/1.^a (PCP) — Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, e décima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 3/XV/1.^a (PCP) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (décima nona alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 63/XV/1.^a (PCP) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva

(décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [64/XV/1.ª](#) (PCP) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [161/XV/1.ª](#) (BE) — Reforça os mecanismos de combate ao trabalho forçado e a outras formas de exploração laboral, responsabilizando diretamente toda a cadeia de subcontratação e as empresas utilizadoras, bem como gerentes, administradores e diretores, que, a requerimento do BE, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 120 dias;

Projeto de Lei n.º [162/XV/1.ª](#) (BE) — Revoga a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador (vigésima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), que, a requerimento do BE, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 120 dias;

Projeto de Lei n.º [163/XV/1.ª](#) (BE) — Alterações ao regime jurídico-laboral e alargamento da proteção social dos trabalhadores por turnos e noturnos (vigésima segunda alteração ao Código do Trabalho), que, a requerimento do BE, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 120 dias;

Projeto de Lei n.º [164/XV/1.ª](#) (BE) — Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (vigésima segunda alteração ao Código do Trabalho), que, a requerimento do BE, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 120 dias;

Projeto de Lei n.º [165/XV/1.ª](#) (BE) — Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da troica que vieram facilitar os despedimentos e reduzir as compensações devidas aos trabalhadores, procedendo à vigésima segunda alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que, a requerimento do BE, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 120 dias;

Projeto de Lei n.º [166/XV/1.ª](#) (BE) — Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado (vigésima segunda alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), que, a requerimento do BE, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 120 dias;

Projeto de Lei n.º [167/XV/1.ª](#) (BE) — Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório, que, a requerimento do BE, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 120 dias;

Projeto de Lei n.º [168/XV/1.ª](#) (BE) — Reforça a negociação coletiva, o respeito pela filiação sindical e repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (vigésima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro), que, a requerimento do BE, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 120 dias;

Projeto de Lei n.º [169/XV/1.ª](#) (L) — Alarga os direitos de parentalidade no âmbito do Código do Trabalho, reforçando os direitos das crianças e reforçando a igualdade de género na parentalidade (vigésima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, do Código do Trabalho), que, a requerimento do L, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 120 dias;

Projeto de Lei n.º [170/XV/1.ª](#) (L) — Estabelece as 7 horas por dia e as 35 horas por semana como o máximo do período normal de trabalho em Portugal (vigésima terceira alteração à Lei

n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, do Código do Trabalho), que, a requerimento do L, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 120 dias;

Projeto de Lei n.º [174/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê o regime de faltas por dores menstruais, alterando o Código do Trabalho, que, a requerimento do PAN, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias;

Projeto de Lei n.º [175/XV/1.ª](#) (PAN) — Altera o regime de faltas por motivo de luto gestacional, procedendo à alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [176/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova medidas de reforço da proteção na parentalidade, procedendo para o efeito à décima sexta alteração ao Código do Trabalho e à sexta alteração ao regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade, que, a requerimento do PAN, baixou à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias.

Intervieram, a diverso título, além da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Ana Mendes Godinho), que abriu o debate, e do Secretário de Estado do Trabalho (Miguel Fontes), que encerrou o debate, os Deputados [José Moura Soeiro](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL), [Pedro Roque](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Fernando José](#) (PS) e [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL).

Foram discutidos, conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [41/XV/1.ª](#) (PSD) — Procede à criação da lei das compras públicas circulares e ecológicas, [142/XV/1.ª](#) (PAN) — Estabelece medidas de promoção do desenho ecológico e do aumento do ciclo de vida dos equipamentos elétricos e eletrónicos, [159/XV/1.ª](#) (BE) — Estipula critérios para serviços públicos e compras ecológicas, sustentáveis e socialmente justas, [160/XV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece medidas de promoção da durabilidade e garantia dos equipamentos para o combate à obsolescência programada e [171/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova o regime jurídico das compras públicas ecológicas e circulares, tendo sido posteriormente rejeitados. Proferiram intervenções os Deputados [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Sofia Andrade](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Salvador Formiga](#) (PS).

Foram apreciados, em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [31/XV/1.ª](#) (PCP) — Alargamento dos incentivos para a fixação de profissionais de saúde em unidades e áreas geográficas com carências em saúde, [158/XV/1.ª](#) (BE) — Incentivos para fixação de profissionais de saúde em áreas carenciadas e [172/XV/1.ª](#) (PAN) — Altera o regime de incentivos para fixação de profissionais de saúde em áreas carenciadas, procedendo à alteração ao Decreto-Lei n.º 101/2015, de 4 de junho, tendo sido posteriormente rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [João Dias](#) (PCP), [Fátima Ramos](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Cristina](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Ricardo Lino](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Berta Nunes](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram apreciados, e posteriormente rejeitados, os Projetos de Resolução n.ºs [20/XV/1.ª](#) (BE) — Pelo perdão total da dívida externa ucraniana, [124/XV/1.ª](#) (CH) — Por uma moratória de 20 anos no pagamento da dívida externa da Ucrânia e responsabilização da Rússia e [125/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de renegociação ou perdão da dívida da Ucrânia a Portugal. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carla Castro](#) (IL), [Miguel Iglésias](#) (PS), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [Paula Santos](#) (PCP).

Após terem sido lidos os Projetos de Voto n.ºs [111/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de João Ferreira de Almeida e [113/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS e uma Deputada do PSD) — De pesar pelo falecimento de

Shinzo Abe, foram aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [5/XV/1.ª](#) (PAR) — Fixa a composição, distribuição e elenco dos Grupos Parlamentares de Amizade na XV Legislatura.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [64/XV/1.ª](#) (PSD) — Pela transposição para o ordenamento jurídico português da Diretiva (UE) 2019/789, que estabelece normas sobre o exercício do direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e à retransmissão de programas de televisão e de rádio e da Diretiva (UE) 2019/790 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [28/XV/1.ª](#) (PCP) — Determina a cessação de vigência do regime de concessão da nacionalidade portuguesa por mero efeito da descendência de judeus sefarditas expulsos de Portugal em 1496 (décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade).

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [51/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a implementação de um programa EXIT para saída do sistema de prostituição.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º [75/XV/1.ª](#) (PAN) — Atualização da lista de espécies em risco e em vias de extinção e Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º [81/XV/1.ª](#) (PSD) — Proteger as áreas protegidas.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º [82/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a emissão de um novo despacho dos prazos para indemnização por danos em animais causados pelo lobo-ibérico e a sensibilização para a adoção de medidas preventivas que evitem ataques de lobo.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [3/XV/1.ª](#) (GOV) — Altera o Código de Processo Penal e a Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [12/XV/1.ª](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/884, no que diz respeito ao intercâmbio de informações sobre nacionais de países terceiros.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando o Presidente a intervir em tribunal.

Deu-se conta do Deputado que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 4 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 34 (2022.07.21)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

De seguida, o Presidente cumprimentou a nova direção parlamentar do PSD, presidida pelo Deputado [Joaquim Miranda Sarmento](#), e agradeceu a colaboração da anterior.

Foi lido, e posteriormente aprovado, o parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o recurso do Chega relativo à não admissão do Projeto de Lei n.º [215/XV/1.ª](#) (CH) — Prevê o aumento do teto máximo da pena de prisão para 65 anos em crimes de homicídio praticados com especial perversidade, nomeadamente contra crianças. Usaram da palavra os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Cláudia Santos](#) (PS), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Alma Rivera](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

O Presidente saudou a delegação de Deputados da Assembleia da República de Moçambique e a Embaixadora da Suécia, presentes na tribuna diplomática, que foram aplaudidos pela Câmara.

Procedeu-se ao debate sobre o estado da Nação, tendo proferido a intervenção de abertura o Primeiro-Ministro (António Costa).

Seguiram-se no uso da palavra, a diverso título, além do Primeiro-Ministro e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática (Duarte Cordeiro), os Deputados [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Catarina Martins](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Filipe Neto Brandão](#) (PS), [Andreia Neto](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Susana Amador](#) (PS), [Pedro Melo Lopes](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Miguel Matos](#) (PS), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Francisco Pereira de Oliveira](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Marta Freitas](#) e [João Azevedo Castro](#) (PS), [Rui Cristina](#) (PSD), [Luís Graça](#) (PS), [Luís Gomes](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [João Moura](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rita Matias](#) (CH), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

No encerramento do debate, interveio o Ministro da Cultura (Pedro Adão e Silva).

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 216 a 227 e 230/XV/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 152 a 164, 166, 167 e 169 a 176/XV/1.ª e das Propostas de Resolução n.ºs 2 e 3/XV/1.ª

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 51 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 35 (2022.07.22)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 231 a 233 e 236/XV/1.ª e do Projeto de Resolução n.º 165/XV/1.ª

Procedeu-se à apreciação conjunta da Proposta de Lei n.º [19/XV/1.ª](#) (GOV) — Altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional — cujo texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, foi aprovado na generalidade e, após a assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão, em votação final global — e dos Projetos de Lei n.ºs [210/XV/1.ª](#) (L) — Impede a obtenção de nacionalidade portuguesa por via da autorização de residência para atividade de investimento e [211/XV/1.ª](#) (L) — Reforço dos procedimentos para atribuição de autorização de residência para atividade de investimento, que foram rejeitados na generalidade, [212/XV/1.ª](#) (L) — Estatuto de apátrida, que foi aprovado na generalidade, e [213/XV/1.ª](#) (CH) — Revê as

normas da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, em matéria de autorização de residência para exercício de atividade profissional e em matéria de condutas criminosas de auxílio à imigração ilegal, angariação e utilização de mão de obra ilegal, agravando as penas respetivas, que foi rejeitado na generalidade. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes), que abriu e encerrou o debate, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Eurico Brilhante Dias](#) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Sara Madruga da Costa](#) (PSD).

Entretanto, o Deputado [André Ventura](#) (CH), ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do [artigo 77.º](#) do Regimento, fez um protesto relativamente a uma intervenção do Presidente, que deu explicações, durante as quais o Grupo Parlamentar do CH saiu do Hemiciclo.

Foi discutida e aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [21/XV/1.ª](#) (GOV) — *Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento*. Intervieram, a diverso título, além do Secretário de Estado do Tesouro (João Nuno Mendes), os Deputados [Ivan Gonçalves](#) (PS), [Carla Castro](#) (IL), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Vera Braz](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foi debatido o Relatório Anual de Segurança Interna — 2021, tendo-se pronunciado, além do Ministro da Administração Interna (José Luís Carneiro), os Deputados [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Cláudia Santos](#) (PS) e [André Coelho Lima](#) (PSD).

Foi discutida e aprovada a Conta Geral do Estado de 2020, tendo usado da palavra, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes) — que abriu e encerrou o debate —, os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carla Castro](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Sérgio Ávila](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram discutidos conjuntamente, e aprovados, os Projetos de Resolução n.ºs [169/XV/1.ª](#) (Comissão de Assuntos Europeus) — *Parecer sobre a COM/2022/0245 – Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à recuperação e perda de bens, e COM/2022/0247 – Proposta de Decisão do Conselho relativa ao aditamento da violação de medidas restritivas da União aos domínios de criminalidade previstos no artigo 83.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, e [170/XV/1.ª](#) (Comissão de Assuntos Europeus) — *Resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu, de 3 de maio de 2022*. Usaram da palavra os Deputados [Susana Correia](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Diana Ferreira](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Sérgio Marques](#) (PSD) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).*

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º [6/XV/1.ª](#)

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [116/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — *De pesar pelo falecimento de Eurico Gonçalves*, [117/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — *De pesar pelo falecimento de Luís Ferreira Alves*, [121/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD e pelo CH) — *De pesar pelo falecimento do Padre António Vaz Pinto* e [122/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pelo IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — *De pesar pelo falecimento do Comandante Piloto André Serra*. Após terem sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [159/XV/1.ª](#) (PAR) — *Deslocação do Presidente da República ao Brasil* e [160/XV/1.ª](#) (PAR) — *Deslocação do Presidente da República à Argentina*.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 6/XV/1.^a (PAR) — Utilização da bandeira da União Europeia na Assembleia da República.

Foi aprovada em votação global a Proposta de Resolução n.º 1/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Acordo relativo à cessação da vigência de Tratados Bilaterais de Investimento entre os Estados-Membros da União Europeia, assinado em Bruxelas, em 5 de maio de 2020.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 176/XV/1.^a (Comissão de Assuntos Europeus) — Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 19/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de canais para queixas de comportamentos de assédio, discriminação e bullying em estabelecimentos de ensino e locais de trabalho, a implementação de códigos de conduta e programas de formação para a prevenção e combate ao assédio.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 110/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que considere a denúncia do Tratado da Carta de Energia.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 141/XV/1.^a (PAN) — Consagração do crime de ecocídio no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 92/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo português que apoie a criação de um Tratado Internacional para os Oceanos e uma harmonização da legislação em termos de áreas marinhas protegidas.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 147/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que promova um debate alargado sobre os riscos do Tratado da Carta da Energia e que proceda à sua denúncia.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 149/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que rejeite a proposta de regulamento da Comissão Europeia, que estabelece uma monitorização generalizada das comunicações eletrónicas, junto do Conselho da União Europeia.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 33/XV/1.^a (PSD) — ProSolos – Prevenção da contaminação e remediação de solos, foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 44/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a publicação da legislação ProSolos, o mapeamento urgente dos solos contaminados e que os fundos do PRR não sejam utilizados para a desresponsabilização e compensação dos poluidores e foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 111/XV/1.^a (L) — Recomenda a atualização e publicação da legislação ProSolos — prevenção da contaminação e remediação de solos — e a retoma do processo da Diretiva-Quadro dos Solos na União Europeia.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 93/XV/1.^a (PAN) — Aumento da Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas e criação de «Hope Spots» marítimos e «No Take Zones» e 144/XV/1.^a (BE) — Recomenda a constituição de áreas marinhas protegidas e a aplicação de uma moratória à mineração marinha.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 98/XV/1.^a (PSD) — Consagrar o dia 25 de maio como «Dia Nacional dos Jardins» e celebrar o legado de Gonçalo Ribeiro Telles na proteção do ambiente e na promoção da qualidade de vida, 126/XV/1.^a (PS) — Institui o dia 25 de maio como o Dia Nacional dos Jardins e 145/XV/1.^a (PAN) — Consagra o dia 25 de maio como Dia Nacional dos Jardins.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 91/XV/1.^a (PSD) — Salvar e proteger as águas subterrâneas e proteger os aquíferos.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 106/XV/1.^a (PSD) — Avaliar o consumo de recursos hídricos na produção de hidrogénio verde e aferir a sua sustentabilidade.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 123/XV/1.^a (PSD) — Incentivar a reconversão de moinhos e azenhas para produção de eletricidade e valorização do património cultural.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [132/XV/1.ª](#) (PSD) — Campanha de sensibilização para a poupança de água e energia.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [155/XV/1.ª](#) (PAN) — Manifesta formalmente a oposição da Assembleia da República à introdução da energia nuclear e do gás natural na lista de atividades económicas ambientalmente sustentáveis abrangidas pela taxonomia da União Europeia e recomenda ao Governo que assegure que Portugal prossegue a sua oposição a esta alteração, avaliando designadamente a possibilidade de recurso junto do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [57/XV/1.ª](#) (PCP) — Requalificação do IC8, [70/XV/1.ª](#) (BE) — Requalificação urgente do IC8, [77/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de requalificação do IC8, [83/XV/1.ª](#) (PAN) — Requalificação urgente do IC8 e [86/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que execute com urgência o troço do IC8 entre Pombal e Avelar (Ansião), com inclusão de desnivelamentos dos acessos, e proceda à cabimentação dos recursos financeiros necessários.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [179/XV/1.ª](#) (IL) — Protege a liberdade de expressão online e [180/XV/1.ª](#) (PS) — Simplifica o regime de proteção contra a desinformação, assegurando a sua articulação com o Plano Europeu de Ação Contra a Desinformação, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 27/2021, de 17 de maio, que aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º [14/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à atualização anual da tabela de honorários para a proteção jurídica, em cumprimento do disposto no artigo 36.º, n.ºs 2 e 3, da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º [6/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas e transpõe a Diretiva (UE) 2018/1972, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas (o Governo retirou a sua iniciativa a favor do texto de substituição).

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º [8/XV/1.ª](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1, que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros competência para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno (o Governo retirou a sua iniciativa a favor do texto de substituição).

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, um autorizando um Deputado do PSD a intervir em tribunal e outro autorizando o levantamento da imunidade parlamentar a um Deputado do PS.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 15 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a reunião às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 22 a 30/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 228, 229, 234, 235 e 237 a 262/XV/1.^a, das Apreciações Parlamentares n.ºs 1 a 3/XV/1.^a, do Inquérito Parlamentar n.º 2/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 177 a 203/XV/1.^a, 205 a 208/XV/1.^a e 211/XV/1.^a

Foi anunciado o adiamento da visita oficial do Presidente da República à Argentina.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos às suspensões de mandato de uma Deputada do PCP e de um Deputado do PS e respetivas substituições.

Foi aprovado o Regulamento da Comissão Permanente.

Em declaração política, o Deputado [João Dias](#) (PCP) identificou os principais problemas do Serviço Nacional de Saúde, criticando a gestão que tem sido feita pelo Governo do PS e sublinhando a necessidade de se adotar uma nova política de saúde.

Em declaração política, o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE) teceu considerações relativamente às medidas apresentadas pelo Governo para fazer face à crise inflacionista, classificando-as como insuficientes.

Em declaração política, o Deputado [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) referiu-se ao combate à inflação e ao agravamento do custo de vida como uma das prioridades do Governo, manifestando o apoio do Grupo Parlamentar do PS, e, nesse âmbito, avaliou negativamente as medidas apresentadas pelo PSD.

Em declaração política, o Deputado [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD) criticou o Grupo Parlamentar do PS por ter inviabilizado um debate com a Ministra da Saúde demissionária, aproveitando para mencionar que os problemas existentes no SNS têm levado à perda de confiança dos portugueses.

Em declaração política, o Deputado [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH) declarou que o Grupo Parlamentar do Chega não pretende desistir da moção de censura ao Presidente da Assembleia da República, tendo também referido a demissão da Ministra da Saúde enquanto reflexo do caos e condenado o Governo pela má gestão no combate aos incêndios e pelo pedido de desculpas que apresentou a Moçambique.

Em declaração política, o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL) acusou o Governo de incompetência na gestão dos vários problemas registados em agosto, nomeadamente no SNS e no combate aos incêndios, tendo concluído que a realidade do País contrasta com as muitas promessas feitas pelo Governo.

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN), a propósito da atual crise inflacionista, teceu críticas ao pacote de medidas apresentadas pelo Governo e propôs medidas adicionais.

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) apontou falhas às medidas anunciadas pelo Governo para enfrentar a inflação, tendo preconizado medidas adaptadas a um período de guerra.

Procedeu-se ao debate, requerido pelo PCP, sobre o aumento do custo de vida e dos lucros dos grupos económicos e o agravamento das desigualdades. Na abertura, entrevistaram a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) e a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes). Em seguida, usaram da palavra, além dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), da Segurança Social (Gabriel Bastos), do Ambiente e da Energia (João Galamba) e da Habitação (Marina Gonçalves), os Deputados

Carlos Pereira (PS), Joaquim Miranda Sarmiento (PSD), André Ventura (CH), Carla Castro (IL), Bruno Dias (PCP), Mariana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Clara Marques Mendes (PSD), Filipe Melo (CH), Rui Rocha (IL) e João Dias (PCP). No encerramento, intervieram a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares e a Deputada Alma Rivera (PCP).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 204/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Angola, que foi, depois, aprovado.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 194/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Califórnia.

Foram aprovados três pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando Deputados do PSD a intervirem em tribunal.

A Presidente (Edite Estrela) encerrou a reunião eram 18 horas e 18 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 37 (2022.09.15)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão e à renúncia de mandatos de Deputados do PSD, e respetivas substituições, e à retoma de mandatos de Deputados do PS.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 31 a 33/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 267 a 273 e 275 a 279/XV/1.^a, das Apreciações Parlamentares n.ºs 4 e 5/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 209, 210 e 212 a 220/XV/1.^a

O Deputado André Ventura (CH) questionou por que razão não baixou à comissão o Projeto de Lei n.º 263/XV/1.^a (CH) — Altera o Código Penal, agravando as penas aplicáveis aos crimes de violação e abuso sexual de crianças e introduzindo a possibilidade de aplicação de sanção acessória de castração química, em caso de reincidência, tendo o Presidente dado explicações.

Em declaração política, a Deputada Joana Mortágua (BE), a propósito da publicação da lista de alunos colocados no ensino superior, criticou o Governo por não ter apresentado medidas de apoio para proteger os estudantes da crise do alojamento e do aumento generalizado dos preços. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Carlos Guimarães Pinto (IL), Alma Rivera (PCP), Eduardo Alves (PS) e Alexandre Poço (PSD).

Em declaração política, a Deputada Sara Velez (PS) falou sobre as Jornadas Parlamentares do PS, que tiveram lugar nos dias 11, 12 e 13 de setembro, no distrito de Leiria, e destacou a importância de investir em políticas públicas que potenciem maior crescimento e coesão, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Hugo Patrício Oliveira (PSD), Rodrigo Saraiva (IL), André Ventura (CH) e João Dias (PCP).

Em declaração política, o Deputado Fernando Negrão (PSD), usando os dados revelados pelo Relatório Anual de Segurança Interna, referiu-se ao aumento da criminalidade grupal e da violência juvenil que se tem registado em Portugal e teceu críticas à forma como o Governo tem lidado com questões relativas à segurança. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Susana Amador (PS), Bruno Nunes (CH), Rui Tavares (L), Pedro Filipe Soares (BE) e Alma Rivera (PCP).

Em declaração política, o Deputado [André Ventura](#) (CH) começou por assinalar problemas nas áreas da saúde e da educação, declarando haver um descontrolo por parte do Governo, tendo, em seguida, falado do aumento da violência e da criminalidade juvenil.

Em declaração política, a Deputada [Carla Castro](#) (IL) manifestou preocupação pelo sofrimento psicológico sentido por alunos e professores e criticou as promessas e anúncios que têm vindo a ser feitos pelo Governo e que não têm resolvido os problemas. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Sónia Ramos](#) (PSD), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE) e [Porfírio Silva](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) referiu-se a vários problemas da escola pública e dos seus professores, tendo lembrado medidas apresentadas ao longo do tempo pelo seu grupo parlamentar que não foram aceites pela Câmara, e anunciou a apresentação de novas propostas. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Jorge Galveias](#) (CH), [Tiago Estevão Martins](#) (PS) e [Cláudia André](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L), a propósito do discurso sobre o estado da União proferido pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, chamou a atenção para várias propostas aí mencionadas no sentido de combater a inflação e a crise energética na Europa, tendo advertido para a necessidade de Portugal acompanhar esse movimento europeu. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Luís Capoulas Santos](#) (PS).

Procedeu-se ao debate conjunto do Inquérito Parlamentar n.º [2/XV/1.ª](#) (CH) — Comissão eventual de inquérito parlamentar sobre a credibilidade dos Relatórios Anuais de Segurança Interna que o Governo apresenta à Assembleia da República e do Projeto de Resolução n.º [154/XV/1.ª](#) (CH) — Comissão eventual de inquérito parlamentar para clarificar as causas de mortalidade relativas aos anos 2020 e 2021. Na abertura do debate intervieram os Deputados [Rui Paulo Sousa](#) e [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH). De seguida, usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Administração Interna (Isabel Oneto), os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paulo Marques](#) (PS), [André Coelho Lima](#) (PSD), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Araújo Correia](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [João Dias](#) (PCP), [Rui Cristina](#) (PSD) e [Alma Rivera](#) (PCP). No encerramento do debate interveio o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH).

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [28/XV/1.ª](#) (GOV) — Procede à reestruturação do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional. Intervieram, a diverso título, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes), os Deputados [Paula Cardoso](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 264, 266, 268 e 274/XV/1.ª

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 17 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 38 (2022.09.16)

SUMÁRIO

O Presidente (Adão Silva) declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 280 a 282/XV/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 221 a 224 e 227/XV/1.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 6/XV/1.ª

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do PSD, procedeu-se ao debate do Projeto de Resolução n.º 206/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que implemente um programa de emergência social como resposta à crise provocada pela inflação, o qual, posteriormente, foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Hugo Costa](#) e [Miguel Cabrita](#) (PS), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Sérgio Monte](#) e [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [João Moura](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Hugo Carvalho](#) (PS) e [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 283/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 225 e 226/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 26 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 39 (2022.09.17)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 14 minutos.

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) apresentou um recurso para o Plenário da decisão da Mesa de não agendamento, por arrastamento, do Projeto de Lei n.º 275/XV/1.^a (CH) — Amplia o leque de beneficiários do programa Porta 65 Jovem, assegurando o direito à habitação jovem, tendo o Presidente dado explicações. Em seguida, o recurso foi rejeitado.

Procedeu-se ao debate dos seguintes diplomas:

Proposta de Lei n.º 33/XV/1.^a (GOV) — Determina o coeficiente de atualização de rendas para 2023, cria um apoio extraordinário ao arrendamento, reduz o IVA no fornecimento de eletricidade e estabelece um regime transitório de atualização das pensões, que foi aprovada, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 237/XV/1.^a (BE) — Regime extraordinário de proteção da habitação face à inflação, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 247/XV/1.^a (PAN) — Cria uma taxa sobre lucros excessivos do setor energético, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 262/XV/1.^a (PAN) — Aprova medidas fiscais de incentivo ao uso de transportes coletivos, procedendo à alteração do Código do IRS e do Código do IRC, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 264/XV/1.^a (CH) — Prevê a redução da taxa de IVA aplicável ao gás e à eletricidade, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 265/XV/1.^a (IL) — Redução do IVA da eletricidade para a taxa reduzida de 6% (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro), que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 266/XV/1.^a (IL) — Redução do IVA do gás para a taxa reduzida de 6% (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro), que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 271/XV/1.^a (IL) — Incentiva a aquisição de equipamentos de alta eficiência energética (alteração à lista i do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84), que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º [273/XV/1.ª](#) (BE) — Estabelece uma taxa adicional sobre lucros extraordinários de grandes empresas nos setores da banca, energia e distribuição alimentar, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º [274/XV/1.ª](#) (BE) — Reduz o IVA no fornecimento de eletricidade e gás engarrafado ou canalizado para consumo, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Resolução n.º [195/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o alargamento das condições de acesso à tarifa social da eletricidade e à tarifa social do gás natural, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [196/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à aprovação da portaria de fixação de margens máximas de comercialização para os combustíveis simples, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [205/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que preveja medidas de incentivo ao uso de transportes coletivos e de redução do uso de combustíveis fósseis no âmbito do plano de poupança de energia que será apresentado à Comissão Europeia, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [207/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove um programa de mobilidade sustentável para a Administração Pública para o período de 2023-2028, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º [209/XV/1.ª](#) (PCP) — Propõe medidas de emergência para combater o aumento do custo de vida e o agravamento das injustiças e desigualdades, que foi rejeitado.

Intervieram, a diverso título, além do Ministro das Finanças (Fernando Medina), os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Francisco César](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Hugo Pires](#) (PS) e [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD).

Foram apreciadas, tendo sido aprovadas, as Propostas de Resolução n.ºs [2/XV/1.ª](#) (GOV) — Propõe à Assembleia da República a aprovação, para ratificação, do Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da República da Finlândia, assinado em Bruxelas, em 5 de julho de 2022, e [3/XV/1.ª](#) (GOV) — Propõe à Assembleia da República a aprovação, para ratificação, do Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão do Reino da Suécia, assinado em Bruxelas, em 5 de julho de 2022. Intervieram, além do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Francisco André), os Deputados [Marcos Perestrello](#) (PS), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Pessanha](#) (CH), [António Prôa](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L) e [Paula Santos](#) (PCP).

Foram apreciados conjuntamente, tendo sido rejeitados, na generalidade, os seguintes projetos de lei:

N.º [199/XV/1.ª](#) (IL) — Desburocratiza a entrega da declaração mensal de remunerações à Autoridade Tributária e à segurança social;

N.º [200/XV/1.ª](#) (IL) — Isenta as pequenas e médias empresas da obrigação de inventariação permanente de stocks (alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho);

N.º [201/XV/1.ª](#) (IL) — Possibilita a comunicação trimestral dos rendimentos devidos a sujeitos passivos não residentes (alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro);

N.º [202/XV/1.ª](#) (IL) — Simplifica o processo de recuperação do IVA no caso dos créditos de cobrança duvidosa (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro);

N.º 203/XV/1.^a (IL) — Simplifica a obtenção de declaração de situação tributária regularizada (alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro);

N.º 269/XV/1.^a (CH) — Reorganização de obrigações fiscais declarativas em IRC e IVA;

N.º 270/XV/1.^a (PAN) — Clarifica a aplicação da isenção de IVA relativamente a todas as prestações de serviços efetuadas no exercício da profissão de psicólogo, através de uma norma interpretativa do Código do IVA;

N.º 272/XV/1.^a (L) — Permite a entrega de uma única declaração mensal de remunerações à Autoridade Tributária e Aduaneira e à segurança social.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Carla Castro](#) (IL) — que abriu e encerrou o debate —, [Rui Afonso](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Coimbra](#) (PS), [Alexandre Simões](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 30/XV/1.^a (PCP) — Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde, 268/XV/1.^a (CH) — Alteração ao Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, no sentido de assegurar o direito à saúde dos cidadãos e altera o regime de dedicação plena e 276/XV/1.^a (BE) — Regime de exclusividade no Serviço Nacional de Saúde, que foram rejeitados. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados [João Dias](#) (PCP), [Cláudia Bento](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Pedro Melo Lopes](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L) e [Susana Correia](#) (PS).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 107/XV/1.^a (BE) — Garante o direito à habitação, protegendo o uso das frações para fins habitacionais e 55/XV/1.^a (IL) — Clarifica o Regime Jurídico da Exploração dos Estabelecimentos de Alojamento Local (alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto), que foram rejeitados. Usaram da palavra os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Hugo Oliveira](#) (PS), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foram lidos os seguintes projetos de voto:

N.º 133/XV/1.^a (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento do Sr. General João de Almeida Bruno;

N.º 147/XV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Joaquim Manuel Oliveira Vilela;

N.º 148/XV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do General Octávio Cerqueira Rocha;

N.º 150/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Carlos Caçador Durão;

N.º 152/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH e pela IL) — De pesar pelo falecimento da Rainha Isabel II;

N.º 153/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pela IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — De pesar pelo falecimento de Ana Luísa Amaral e

N.º 154/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pela IL, pelo PAN e pelo L) — De pesar pelo falecimento de Mikhail Sergeevitch Gorbachov.

Após a aprovação das respetivas partes deliberativas (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 219/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Luanda e 220/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Londres, tendo o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) feito uma declaração de voto.

Foi rejeitado o Inquérito Parlamentar n.º [2/XV/1.ª](#) (CH) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar sobre a credibilidade dos Relatórios Anuais de Segurança Interna que o Governo apresenta à Assembleia da República.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [154/XV/1.ª](#) (CH) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar para clarificar as causas de mortalidade relativas aos anos 2020 e 2021.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [28/XV/1.ª](#) (GOV) — Procede à reestruturação do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional.

Foram aprovadas as Propostas de Resolução n.ºs [2/XV/1.ª](#) (GOV) — Propõe à Assembleia da República a aprovação, para ratificação, do Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da República da Finlândia, assinado em Bruxelas, em 5 de julho de 2022, e [3/XV/1.ª](#) (GOV) — Propõe à Assembleia da República a aprovação, para ratificação, do Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão do Reino da Suécia, assinado em Bruxelas, em 5 de julho de 2022.

Foi rejeitado o ponto 1 do Projeto de Resolução n.º [135/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que acompanhe a Conferência Sobre o Futuro e o Parlamento Europeu, favorecendo, no Conselho Europeu, a convocação de uma Convenção com vista à revisão dos Tratados da União Europeia, tendo sido aprovado o ponto 2.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [74/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que defina as fórmulas de financiamento das despesas das competências no domínio da educação transferidas para os municípios no âmbito do processo de descentralização e que avalie a necessidade de aprovação de um novo regime jurídico do transporte escolar.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [163/XV/1.ª](#) (PAN) — Incentivo à utilização de materiais reutilizáveis em feiras, romarias, festivais, festas e eventos públicos e privados.

Em votação final global, foram aprovados os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [33/XV/1.ª](#) (PSD) — ProSolos – Prevenção da contaminação e remediação de solos e [111/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda a atualização e publicação da legislação ProSolos – prevenção da contaminação e remediação de solos – e a retoma do processo da Diretiva-Quadro dos Solos na União Europeia;

Apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [98/XV/1.ª](#) (PSD) — Consagrar o dia 25 de maio como Dia Nacional dos Jardins e celebrar o legado de Gonçalo Ribeiro Telles na proteção do ambiente e na promoção da qualidade de vida, [126/XV/1.ª](#) (PS) — Institui o dia 25 de maio como o Dia Nacional dos Jardins e [145/XV/1.ª](#) (PAN) — Consagra o dia 25 de maio como Dia Nacional dos Jardins.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º [265/XV/1.ª](#) e do Projeto de Resolução n.º [228/XV/1.ª](#)

O Presidente encerrou a sessão eram 15 horas e 8 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 40 (2022.09.22)

SUMÁRIO

O Presidente ([Adão Silva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs [263](#), [284](#), [286](#) a [290](#), [292](#), [293](#), [295](#), [297](#) a [300](#) e [304](#) a [308/XV/1.ª](#) e dos Projetos de Resolução n.ºs [229](#) e [230/XV/1.ª](#)

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 2/XV/1.^a (CH) — Sobre as sucessivas falhas no combate aos incêndios, intervieram o Deputado [André Ventura](#) (CH) e a Secretária de Estado da Proteção Civil (Patrícia Gaspar).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), [Eurídice Pereira](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Moura](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [José Carlos Alexandrino](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH), [Susana Amador](#), [Joaquim Barreto](#), [António Monteirinho](#) e [Francisco Pereira de Oliveira](#) (PS), [Joaquim Pinto Moreira](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Filipe Melo](#) e [Pedro Pinto](#) (CH).

No encerramento do debate, intervieram o Deputado [André Ventura](#) (CH) e a Secretária de Estado da Proteção Civil.

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 49 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 41 (2022.09.23)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

De seguida, o Presidente anunciou a realização, na Sala D. Maria II, da eleição de um Vice-Presidente da Assembleia da República.

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do PS, procedeu-se ao debate conjunto e, posteriormente, à votação das seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º 280/XV/1.^a (PS) — Cria o banco de terras e o fundo de mobilização de terras, que foi aprovado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 249/XV/1.^a (PAN) — Aprova um programa nacional de deseucaliptização, que, a requerimento do PAN, o qual foi aprovado, baixou à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por um período de 60 dias;

Projeto de Lei n.º 261/XV/1.^a (PCP) — Definição e execução de procedimentos para situações pós-incêndio, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Lei n.º 297/XV/1.^a (BE) — Cria o banco público de terras agrícolas, que foi rejeitado, na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 179/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que desenvolva um plano de ação para fazer face aos prejuízos provocados pelos incêndios de julho de 2022, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 182/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que adote medidas de ordenamento florestal e que reveja o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 183/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que crie medidas de apoio às empresas florestais, agrícolas e do ambiente, nos períodos de contingência e alerta, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 201/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a renaturalização e interdição da caça no Parque Natural da Serra da Estrela, que, a requerimento do PAN, o qual foi aprovado, baixou à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por um período de 60 dias;

Projeto de Resolução n.º 221/XV/1.^a (PCP) — Programa de emergência para a serra da Estrela, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados *Francisco Rocha* (PS), *Paulo Ramalho* (PSD), *Rui Rocha* (IL), *João Dias* (PCP), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Pedro Pinto* (CH), *Paula Reis* (PS), *Fátima Ramos* (PSD), *Pedro Filipe Soares* (BE), *Pedro dos Santos Frazão* (CH), *Ricardo Pinheiro* (PS), *João Marques* (PSD), *Hugo Pires* (PS), *Emília Cerqueira* (PSD), *Berta Nunes* (PS), *João Cotrim Figueiredo* (IL), *Rui Tavares* (L), *Francisco Pereira de Oliveira* (PS), *Luís Gomes* (PSD), *João Miguel Nicolau* e *Eurico Brilhante Dias* (PS).

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 65/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo medidas para o abandono do uso de pesticidas perigosos e para a promoção do princípio da proteção integrada.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 171/XV/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo que, ao abrigo da Lei n.º 108/2017, de 23 de novembro, proceda ao alargamento das medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais ocorridos em Portugal continental em 2017 às vítimas dos incêndios de julho de 2022.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 174/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo o licenciamento da arte de pesca denominada «corrimão».

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelo PSD, pelo BE e pelo PCP, de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, das suas propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 33/XV/1.^a (GOV) — Determina o coeficiente de atualização de rendas para 2023, cria um apoio extraordinário ao arrendamento, reduz o IVA no fornecimento de eletricidade e estabelece um regime transitório de atualização das pensões, tendo proferido intervenções os Deputados *Hugo Carneiro* (PSD), *Mariana Mortágua* (BE), *Bruno Dias* (PCP), *André Ventura* (CH), *Carla Castro* (IL), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Rui Tavares* (L) e *Miguel Matos* (PS). As propostas de alteração foram, depois, rejeitadas. De seguida, foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo àquela proposta de lei.

Foram aprovados os n.ºs 1 a 16 do Diário relativos à presente sessão legislativa.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar o levantamento da imunidade parlamentar a um Deputado do CH.

Foi anunciado o resultado da eleição de um Vice-Presidente da Assembleia da República, proposto pelo CH, que não obteve a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efetividade de funções. Em interpeleção à Mesa, o Deputado *André Ventura* (CH) lamentou o resultado, tendo ainda usado da palavra os Deputados *Eurico Brilhante Dias* (PS), *João Cotrim Figueiredo* (IL) e *Pedro Pinto* (CH).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 294/XV/1.^a, 296/XV/1.^a, 303/XV/1.^a e 309/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 231 a 234/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 9 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 42 (2022.09.24)

SUMÁRIO

Às 10 horas, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, a assistência —, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, o Secretário-Geral da Assembleia da República, a Representante da Chefe do Protocolo do Estado, o Chefe da Casa

Militar do Presidente da República, a Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, a Representante do Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora da Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas e o Representante do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, o Representante do Presidente do maior partido da oposição, a Procuradora-Geral da República, o Representante do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora de Justiça, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Chefe do Estado-Maior do Exército, o Representante do Chefe do Estado-Maior da Armada e o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

Encontravam-se ainda presentes:

Na Tribuna A, o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas Carvalho;

Na Tribuna B, o Representante do Núncio Apostólico, Decano do Corpo Diplomático, Monsenhor Gian Luca Perici;

Na Galeria I, a Deputada ao Parlamento Europeu Margarida Marques, o Representante do Presidente do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias, a Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Representante do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Representante do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública e o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Na Galeria II, o Presidente das Comemorações do Bicentenário do Constitucionalismo Português, a Presidente da Comissão Organizadora do Congresso Internacional do Bicentenário da Revolução de 1820, o Presidente da Academia de Ciências de Lisboa e outros convidados no âmbito das Comemorações, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, o Representante do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, a Representante da Comissão Nacional de Proteção de Dados, o Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, o Representante da Presidente da Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, a Representante do Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, a Representante da Secretária-Geral da CGTP-IN e o Representante da UGT;

Na Galeria III, os Secretários de Estado e o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna;

Nas Galerias IV a VI, público convidado;

Na Tribuna C, o Adjunto do Secretário-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes de Gabinete da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, dos Grupos Parlamentares e dos Deputados únicos representantes de um partido;

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Alexandre Poço](#) (PSD) e [Rui Lage](#) (PS), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa).

A sessão foi encerrada eram 11 horas e 30 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado, de novo, o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

DAR — I SÉRIE — N.º 43 (2022.09.29)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de duas Deputadas do PS e à suspensão do mandato de um Deputado do PSD, à assunção dos mandatos correspondentes e às respetivas substituições.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 34/XV/1.^a, da Proposta de Resolução n.º 4/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 291, 301, 302, 310 a 314, 316, 317, 321 e 323/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 235 a 239 e 242 e 243/XV/1.^a

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre a localização e construção do novo aeroporto de Lisboa. Usaram da palavra, além do Secretário de Estado das Infraestruturas (Hugo Santos Mendes), os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Filipe Melo](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Carlos Pereira](#) (PS) e [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD).

Procedeu-se ao debate, com a participação do Governo, sobre o estado da União, conforme previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da lei relativa ao Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no Âmbito do Processo de Construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio e Lei n.º 18/2018, de 2 de maio). Intervieram, além do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (Tiago Antunes), os Deputados [Jamila Madeira](#) e [Jorge Seguro Sanches](#) (PS), [Catarina Rocha Ferreira](#) e [Sérgio Marques](#) (PSD), [Pedro Pessanha](#) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Ao abrigo do [artigo 226.º](#) do Regimento, procedeu-se ao debate sobre o relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo. Intervieram, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes), que abriu e encerrou o debate, os Deputados [Joaquim Pinto Moreira](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Procedeu-se à discussão conjunta da Petição n.º [622/XIII/4.ª](#) (Plataforma Alentejo) — Apresentação de um conjunto de prioridades para o desenvolvimento sustentável da região do Alentejo e dos Projetos de Resolução n.ºs [108/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo português a avaliação ambiental estratégica do novo aeroporto de Lisboa que afira diversas hipóteses de localização de respostas aeroportuárias, [118/XV/1.ª](#) (PCP) — Por uma estratégia integrada de acessibilidades do Alentejo enquanto instrumento de promoção da coesão e desenvolvimento territorial e [150/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo o investimento na Linha do Leste. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Dias](#) (PCP), [Eduardo Alves](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Pedro do Carmo](#) (PS), [Sónia Ramos](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Pedro Pinto](#) (CH), [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L) e [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º 9/XIV/1.^a (José Batista Mestre Soeiro e outros) — Pela eletrificação e modernização da Linha do Alentejo, como uma prioridade de interesse nacional juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 88/XV/1.^a (BE) — Pela eletrificação e modernização de toda a Linha do Alentejo, 107/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo português que requalifique a linha ferroviária do Alentejo, 117/XV/1.^a (PCP) — Pela modernização e eletrificação de toda a Linha do Alentejo e reativação do ramal ferroviário de Aljustrel e 119/XV/1.^a (CH) — Pela criação de uma estratégia integrada de acessibilidade e mobilidade do Alentejo nas ligações nacionais e internacionais. Proferiram intervenções os Deputados Mariana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN), João Dias (PCP), Bruno Nunes (CH), Sónia Ramos (PSD), Nelson Brito (PS) e Rui Tavares (L).

Foi apreciada a Petição n.º 210/XIV/2.^a (Daniela Avdija e outros) — Solicitam o agravamento das molduras penais previstas para os crimes contra animais de companhia, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 6/XV/1.^a (PAN) — Alarga a tutela criminal dos animais, procedendo à quinquagésima sexta alteração do Código Penal, 260/XV/1.^a (PAN) — Regula o acorrentamento e o alojamento em varandas e espaços afins dos animais de companhia e prevê a implementação de um plano nacional de desacorrentamento e 301/XV/1.^a (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, aumentando a proteção dos animais de companhia. Intervieram, a diverso título, os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Rita Matias (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Paulo Araújo Correia (PS), Emília Cerqueira (PSD), Bruno Dias (PCP), Joana Mortágua (BE) e Rui Tavares (L).

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 240, 241 e 244 a 247/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 315, 319, 320, 322, 324, 328 e 329/XV/1.^a

Deu-se conta do Deputado que esteve presente, por videoconferência, na sessão plenária. A Presidente (Edite Estrela) encerrou a sessão eram 19 horas e 30 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 44 (2022.09.30)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, procedeu-se a um debate com o Governo sobre política geral, tendo o Primeiro-Ministro (António Costa) dado resposta às perguntas formuladas pelos Deputados André Ventura (CH), Joaquim Miranda Sarmiento (PSD), João Cotrim Figueiredo (IL), Jerónimo de Sousa (PCP), Catarina Martins (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Eurico Brilhante Dias, Susana Amador e Pedro Delgado Alves (PS), Pedro Pinto e Rui Afonso (CH), Carlos Guimarães Pinto (IL) e Paula Santos (PCP).

Deu-se conta da não admissão do Projeto de Resolução n.º 168/XV/1.^a e da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 318, 326, 327 e 331/XV/1.^a, assim como dos Projetos de Resolução n.ºs 248 a 250 e 252 a 254/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 38 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 45 (2022.10.01)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 325, 330 e 332/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 251 e 255/XV/1.^a

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 31/XV/1.^a (GOV) — *Procede à alteração do Código dos Impostos Especiais de Consumo, transpondo as Diretivas (UE) 2019/2235, 2020/262 e 2020/1151, e introduz diversas alterações destinadas a reforçar os mecanismos de controlo aplicáveis no âmbito destes tributos, que foi aprovada.* Usaram da palavra, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), os Deputados *Carla Castro* (IL), *Rui Afonso* (CH), *Rui Tavares* (L), *Bruno Dias* (PCP), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Sérgio Ávila* (PS), *João Barbosa de Melo* (PSD) e *Mariana Mortágua* (BE).

Foi discutida, na generalidade, tendo sido aprovada, a Proposta de Lei n.º 29/XV/1.^a (GOV) — *Conclui a transposição da Diretiva (UE) 2017/541, alterando designadamente a Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de Combate ao Terrorismo).* Intervieram, além da Ministra da Justiça (Catarina Sarmento e Castro), os Deputados *Alma Rivera* (PCP), *Mónica Quintela* (PSD), *Bruno Nunes* (CH), *Patrícia Gilvaz* (IL), *Rui Tavares* (L), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Francisco Pereira de Oliveira* (PS) e *Pedro Filipe Soares* (BE).

Foram debatidos em conjunto, na generalidade, tendo sido rejeitados, os Projetos de Lei n.ºs 244/XV/1.^a (BE) — *Regulamenta a instalação de culturas intensivas e obriga a avaliações de impacto ambiental,* 286/XV/1.^a (PCP) — *Avaliação Ambiental Integrada da intensificação do uso agrícola do solo e regime de avaliação de incidências ambientais de projetos agrícolas em regime intensivo e superintensivo, atividades industriais conexas e utilizações não agrícolas de solos RAN e* 288/XV/1.^a (PAN) — *Prevê a necessidade de avaliação de impacto ambiental da prática agrícola em modo intensivo e superintensivo de espécies arbóreas.* Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados *Pedro Filipe Soares* (BE), *João Dias* (PCP), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Norberto Patinho* (PS), *João Moura* (PSD), *Rui Rocha* (IL), *Rita Matias* (CH) e *Rui Tavares* (L).

Procedeu-se à discussão conjunta dos Projetos de Lei n.ºs 47/XV/1.^a (PCP) — *Aprova medidas de combate à carência de professores e educadores na escola pública,* 290/XV/1.^a (PAN) — *Estabelece mecanismos de compensação para docentes deslocados da residência no cumprimento do seu exercício profissional e* 291/XV/1.^a (BE) — *Programa de atração e fixação de docentes na escola pública, que foram rejeitados, na generalidade, e do Projeto de Resolução n.º 223/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que desenvolva as diligências necessárias para que os alunos iniciem o ano letivo de 2022/2023 com a atribuição de professores em todas as disciplinas, que também foi rejeitado.* Intervieram no debate os Deputados *Alfredo Maia* (PCP), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Joana Mortágua* (BE), *Gabriel Mithá Ribeiro* (CH), *Carla Castro* (IL), *Rui Tavares* (L), *Carla Madureira* (PSD) e *Agostinho Santa* (PS).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 243/XV/1.^a (PAR) — *Deslocação do Presidente da República a Malta e ao Chipre.*

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 108/XV/1.^a (PAN) — *Recomenda ao Governo português a avaliação ambiental estratégica do novo aeroporto de Lisboa e que afira diversas hipóteses de localização de respostas aeroportuárias e* 118/XV/1.^a (PCP) — *Por uma estratégia integrada de acessibilidades do Alentejo enquanto instrumento de promoção da coesão e desenvolvimento territorial.*

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 150/XV/1.^a (PS) — *Recomenda ao Governo o investimento na Linha do Leste.*

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 88/XV/1.^a (BE) — *Pela eletrificação e modernização de toda a Linha do Alentejo.*

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Resolução n.º 107/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo português que requalifique a linha ferroviária do Alentejo

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 117/XV/1.^a (PCP) — Pela modernização e eletrificação de toda a Linha do Alentejo e reativação do Ramal Ferroviário de Aljustrel e 119/XV/1.^a (CH) — Pela criação de uma estratégia integrada de acessibilidade e mobilidade do Alentejo nas ligações nacionais e internacionais.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 260/XV/1.^a (PAN) — Regula o acorrentamento e o alojamento em varandas e espaços afins dos animais de companhia e prevê a implementação de um plano nacional de desacorrentamento.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 301/XV/1.^a (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, aumentando a proteção dos animais de companhia.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 90/XV/1.^a (L) — Consagra o dever de as instituições procederem à abertura de procedimento concursal para as funções desempenhadas pelos doutorados, quando se verifique o termo do contrato.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 95/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a criação de planos energéticos municipais, 173/XV/1.^a (PAN) — Pela definição de uma moratória à mineração em mar profundo no âmbito nacional e internacional, em respeito pelo princípio da precaução e 197/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a valorização e reforço dos meios dos vigilantes de natureza.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar uma Deputada do PSD a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 2 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 46 (2022.10.07)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Deliberação n.ºs 7 e 8/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 333 a 347/XV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 256 a 262/XV/1.^a e da Proposta de Lei n.º 35/XV/1.^a

Procedeu-se à discussão conjunta e votação dos projetos de lei (na generalidade) e dos projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º 325/XV/1.^a (BE) — Cria o programa «Arrendar para Habitar», que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 326/XV/1.^a (BE) — Cria o regime de impenhorabilidade da primeira habitação e consagra a dação em pagamento, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 327/XV/1.^a (BE) — Limita a variação da taxa de esforço no crédito à habitação, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 328/XV/1.^a (BE) — Estabelece o regime excecional de moratórias bancárias, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 329/XV/1.^a (BE) — Estabelece uma contribuição especial sobre os lucros extraordinários no setor bancário, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [242/XV/1.ª](#) (PCP) — Proteção da casa de morada de família, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [275/XV/1.ª](#) (CH) — Amplia o leque de beneficiários do programa Porta 65 Jovem, assegurando o direito à habitação jovem, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [298/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o artigo 78.º-E do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) no sentido de aumentar a percentagem e os limites da dedução das despesas relativas a habitação, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [299/XV/1.ª](#) (CH) — Estabelece medidas de apoio e proteção dos particulares, por motivo do aumento das taxas de juros aplicáveis aos contratos de financiamento à aquisição de habitação própria e permanente, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [319/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova o regime de concessão de crédito bonificado à habitação para jovens, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [320/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova medidas fiscais de proteção das famílias com créditos à habitação, alterando o Código do IRS e o Estatuto dos Benefícios Fiscais, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [334/XV/1.ª](#) (L) — Determina que os mutuantes disponibilizem, aos interessados em contratar um crédito à habitação própria ou que sejam partes num, o regime de prestações constantes e mistas. Permite a renegociação dos créditos quando a taxa de esforço supere a recomendada pelo Banco de Portugal, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º [258/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que considere adotar as recomendações do Banco de Portugal referentes ao rácio LTV, ao rácio DSTI e à maturidade, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [259/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que proteja o direito à habitação, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [260/XV/1.ª](#) (PCP) — Propõe a fixação de um spread máximo pela CGD para o crédito à habitação, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [261/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda a adoção de medidas urgentes para responder aos aumentos no crédito à habitação, que foi rejeitado.

Intervieram no debate, a diverso título, além do Secretário de Estado do Tesouro (João Nuno Mendes) e da Secretária de Estado da Habitação (Marina Gonçalves), os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Carla Castro](#) (IL), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Carlos Brás](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Márcia Passos](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Ivan Gonçalves](#) e [Vera Braz](#) (PS), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Pedro Anastácio](#) e [Maria Begonha](#) (PS), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Hugo Costa](#) (PS), [Filipe Melo](#) (CH), [Miguel Cabrita](#) (PS) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 264/XV/1.ª

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 16 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 47 (2022.10.08)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Procedeu-se à discussão conjunta, e posterior votação, dos projetos de lei (na generalidade) e dos projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º 243/XV/1.^a (IL) — Fim dos limites para a fixação de vagas para estudantes internacionais em estabelecimentos de ensino superior particular e cooperativo, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 188/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão do modelo de financiamento dos estabelecimentos do ensino superior, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 189/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que proceda à avaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 224/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que antecipe os resultados do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para o ano letivo de 2023-2024, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 289/XV/1.^a (PAN) — Aprova medidas de alargamento da oferta de alojamento para estudantes do ensino superior, alterando a Lei de Bases da Habitação e o Código do IRS, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 292/XV/1.^a (BE) — Altera a natureza de financiamento das instituições do ensino superior extinguindo o regime fundacional, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 300/XV/1.^a (CH) — Altera a Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, densificando a necessidade de avaliação do RJIES, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 302/XV/1.^a (PCP) — Medidas de apoio aos estudantes no ensino superior no âmbito da ação social escolar, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 303/XV/1.^a (PCP) — Eliminação das propinas, taxas e emolumentos no ensino superior público, que foi rejeitado.

Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Carla Castro](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Maria João Castro](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foram discutidos em conjunto, e posteriormente votados, os projetos de lei (na generalidade) e os projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º 279/XV/1.^a (PSD) — Alargamento da rede de lugares de creche e gratuidade da frequência das creches, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 218/XV/1.^a (PSD) — Levantamento nacional do número de vagas em creche, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 281/XV/1.^a (IL) — Assegura a concretização de progressiva universalidade no acesso às creches, alargando a gratuidade das creches ao setor privado (alteração à Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 287/XV/1.^a (PAN) — Alarga a gratuidade da frequência de creche às crianças que ingressem em estabelecimento de natureza privada em virtude de ausência de oferta pública ou protocolada, alterando a Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 294/XV/1.^a (L) — Estabelece o dever de o Governo proceder ao levantamento e divulgação de dados referentes a creches e estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 296/XV/1.^a (BE) — Alarga os acordos de cooperação para o desenvolvimento de respostas sociais na valência de creche a entidades públicas, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 200/XV/1.^a (CH) — Pela garantia de creche gratuita em todo o território nacional, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Jorge Galveias](#) (CH), [João Dias](#) (PCP), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS) e [Nuno Carvalho](#) (PSD).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 263/XV/1.^a (CH) — Altera o Código Penal, agravando as penas aplicáveis aos crimes de violação e abuso sexual de crianças e introduzindo a possibilidade de aplicação de sanção acessória de castração química, em caso de reincidência, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados André Ventura (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Patrícia Gilvaz (IL), Joana Mortágua (BE), Alma Rivera (PCP), Rui Tavares (L), Emília Cerqueira (PSD) e Cláudia Santos (PS). Este projeto de lei foi rejeitado.

Foram discutidos em conjunto, e posteriormente votados, os projetos de lei (na generalidade) e os projetos de resolução seguintes:

Projeto de Resolução n.º 164/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo uma maior fiscalização dos contratos a termo, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 61/XV/1.^a (PCP) — Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 293/XV/1.^a (L) — Alargamento de atribuições da Autoridade para as Condições do Trabalho (alteração ao Decreto Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 295/XV/1.^a (PAN) — Aumenta as garantias dos beneficiários de prestações de desemprego no âmbito das regras referentes à formação profissional, alterando o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 304/XV/1.^a (BE) — Altera o regime jurídico aplicável à contratação a termo procedendo à vigésima primeira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que baixou a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias;

Projeto de Resolução n.º 228/XV/1.^a (CH) — Pelo reforço do quadro de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho – ACT, que foi rejeitado.

Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados Francisco Dinis (PS), Rui Rocha (IL), Alma Rivera (PCP), Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), José Moura Soeiro (BE), Bruno Nunes (CH), Helga Correia (PSD), Fernando José e Miguel Matos (PS).

Foi aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o recurso apresentado pelo Chega relativamente à não admissão do Projeto de Resolução n.º 168/XV/1.^a (CH) — De censura ao comportamento do Presidente da Assembleia da República por não pautar a sua conduta institucional com a imparcialidade e a isenção exigíveis ao exercício do cargo, tendo usado da palavra o Deputado Pedro Pinto (CH).

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 7/XV/1.^a (PAR) — Procede à primeira alteração à Deliberação n.º 1-PL/2022, de 8 de abril (Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes).

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 8/XV/1.^a (PAR) — Suspensão dos trabalhos das comissões parlamentares durante o processo orçamental.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 264/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Irlanda.

Foi aprovada a Proposta de Resolução n.º 4/XV/1.^a (GOV) — Aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, assinado em Trujillo, em 28 de outubro de 2021.

Foi aprovado o Orçamento da Assembleia da República para 2023.

Foram, ainda, aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar dois Deputados, um do PS e um do PSD, a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 23 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos, após o que procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República solicitando à Assembleia da República, caso esta considere relevante e necessário, que proceda à revisão da legislação em vigor referente à matéria do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, suas obrigações declarativas e respetivo regime sancionatório.

Deu-se conta da retirada, pela ALRAM, da Proposta de Lei n.º 9/XIV/1.^a e da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 36 a 39/XV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 263/XV/1.^a e 265 a 267/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 349 a 351/XV/1.^a

Em declaração política, o Deputado [Francisco César](#) (PS) saudou o Governo e a concertação social pela assinatura de um acordo de médio prazo sobre rendimentos, salários e competitividade, resultado do diálogo social e político. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Pedro Roque](#) (PSD), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Rui Rocha](#) (IL) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Em declaração política, a Deputada [Carla Castro](#) (IL) criticou a proposta de Orçamento do Estado para 2023, tendo tecido considerações acerca da falta de estabilidade, confiança e compromisso relativamente a famílias e empresas. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Sérgio Ávila](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Rita Matias](#) (CH), após ter saudado os estudantes universitários que iniciaram este ano o seu percurso académico, condenou o Estado pelas respostas insuficientes que tem dado no acesso ao alojamento estudantil, tendo referido que o seu partido irá apresentar medidas para mitigar a situação.

Em declaração política, a Deputada [Emília Cerqueira](#) (PSD), ao recordar os recentes casos que vieram a público sobre incompatibilidades e conflitos de interesse no exercício de funções políticas por parte de vários membros do atual Executivo, pediu explicações sobre o assunto e apelou a que se cumpra a lei. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) mencionou que a privatização da TAP não é solução para o País, tendo lembrado as sucessivas falhas que já ocorreram no processo, e defendeu que é necessário tomar medidas que protejam os postos de trabalho e os rendimentos dos trabalhadores dessa companhia aérea, salvaguardando a sua frota. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Hugo Oliveira](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Bernardo Blanco](#) (IL) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [José Moura Soeiro](#) (BE) teceu críticas ao Governo por ter afirmado que atualizar as pensões à taxa da inflação poria em causa a sustentabilidade da segurança social e traria a falência do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social na década de 2040, sustentado-se em dados enviados ao Parlamento pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, distintos dos apresentados no Relatório da proposta de Orçamento do Estado para 2023. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rui Rocha](#) (IL), [Joana Barata Lopes](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Rita Borges Madeira](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º 69/XIV/1.^a (Sara Alexandra Flores Gonçalves) — Pelo encerramento dos shoppings aos domingos, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 153/XV/1.^a (PCP) — Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição e 345/XV/1.^a (BE) — Regula e estabelece limites aos horários de funcionamento de grandes superfícies comerciais e consagra um regime transitório de redução do período normal de trabalho. Intervieram no debate os Deputados Paula Santos (PCP), José Moura Soeiro (BE), Rodrigo Saraiva (IL), Filipe Melo (CH), Márcia Passos (PSD), José Rui Cruz (PS), Inês de Sousa Real (PAN) e Rui Tavares (L).

Procedeu-se à discussão conjunta da Petição n.º 209/XIV/2.^a (Mariana Franco Fernandes) — Solicitam a atribuição da natureza de crime público à partilha não consentida de conteúdos sexuais e, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 156/XV/1.^a (CH) — Reforça a proteção das vítimas de devassa da vida privada por meio de partilha não consentida de conteúdos de cariz sexual, 157/XV/1.^a (PAN) — Prevê o crime de divulgação não consentida de conteúdo de natureza íntima ou sexual, 208/XV/1.^a (BE) — Criação do crime de pornografia não consentida (quinguentésima quinta alteração ao Código Penal e quadragésima quinta alteração ao Código de Processo Penal) e 347/XV/1.^a (PS) — Reforça a proteção das vítimas de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos, alterando o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, que aprova o comércio eletrónico no mercado interno e tratamento de dados pessoais. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados André Ventura (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Joana Mortágua (BE), Cláudia Santos (PS), Patrícia Gilvaz (IL), Sofia Matos (PSD), Alma Rivera (PCP) e Rui Tavares (L).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Revisão Constitucional n.º 1/XV/1.^a e do Projeto de Lei n.º 348/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 7 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 49 (2022.10.14)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Ao abrigo do artigo 74.º do Regimento, procedeu-se ao debate, requerido pelo PSD, sobre a privatização da TAP. Na abertura, intervieram o Deputado Paulo Moniz (PSD) e o Ministro das Infraestruturas e da Habitação (Pedro Nuno Santos). Em seguida, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados Carlos Pereira (PS), André Ventura (CH), Bernardo Blanco (IL), Paula Santos (PCP), Mariana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Hugo Costa e Pedro Coimbra (PS), António Prôa (PSD) e Filipe Melo (CH). No encerramento, intervieram o Ministro das Infraestruturas e da Habitação e o Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD).

Foram apreciados a Proposta de Lei n.º 24/XV/1.^a (GOV) — Aprova a Lei de Saúde Mental e altera legislação conexa e os Projetos de Lei n.ºs 335/XV/1.^a (L) — Cria um plano de saúde mental em centros educativos e estabelecimentos prisionais, 339/XV/1.^a (CH) — Cria o cheque de saúde mental, com o propósito de garantir o acesso em tempo útil a consultas de psiquiatria e a consultas de psicologia e 346/XV/1.^a (BE) — Lei de meios para a saúde mental (na generalidade) e o Projeto de Resolução n.º 177/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que coloque em ação o Plano Nacional de Saúde Mental. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro da Saúde (Manuel Pizarro), os Deputados Pedro Filipe Soares (BE), Rui Cristina (PSD), Pedro dos Santos Frazão (CH), Joana Cordeiro (IL), João Dias (PCP), Sara Madruga da

Costa (PSD), Rui Tavares (L), Cláudia Bento (PSD), Joana Lima (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Luís Soares (PS), Guilherme Almeida (PSD), Patrícia Gilvaz (IL), Helga Correia (PSD), Susana Correia (PS) e Fernanda Velez (PSD).

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 36/XV/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a transferir para os municípios uma subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal no ano de 2022. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes), os Deputados Firmino Pereira (PSD), Paula Santos (PCP), Susana Amador (PS), Rodrigo Saraiva (IL), Bruno Nunes (CH), José Moura Soeiro (BE), Rui Tavares (L), Luís Gomes (PSD) e Carlos Brás (PS).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 268/XV/1.^a.

O Presidente (Adão Silva) encerrou a sessão eram 19 horas e 35 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 50 (2022.10.15)

SUMÁRIO

O Presidente (Adão Silva) declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, procedeu-se a um debate com a participação do Ministro da Educação, tendo usado da palavra, além do Ministro (João Costa) e do Secretário de Estado (António Leite), os Deputados Sónia Ramos e António Cunha (PSD), André Ventura (CH), Carla Castro (IL), Alfredo Maia (PCP), Joana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Porfírio Silva, Bruno Aragão, Rosa Venâncio e Palmira Maciel (PS), Inês Barroso, Carla Madureira e Cláudia André (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH).

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 153/XV/1.^a (PCP) — Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição e 345/XV/1.^a (BE) — Regula e estabelece limites aos horários de funcionamento de grandes superfícies comerciais e consagra um regime transitório de redução do período normal de trabalho.

A Câmara aprovou três requerimentos, apresentados, respetivamente: pelo CH, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 156/XV/1.^a (CH) — Reforça a proteção das vítimas de devassa da vida privada por meio de partilha não consentida de conteúdos de cariz sexual; pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 157/XV/1.^a (PAN) — Prevê o crime de divulgação não consentida de conteúdo de natureza íntima ou sexual; e pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 208/XV/1.^a (BE) — Criação do crime de pornografia não consentida (quinguentésima quinta alteração ao Código Penal e quadragésima quinta alteração ao Código de Processo Penal).

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 347/XV/1.^a (PS) — Reforça a proteção das vítimas de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos, alterando o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, que aprova o comércio eletrónico no mercado interno e tratamento de dados pessoais.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 24/XV/1.^a (GOV) — Aprova a Lei de Saúde Mental e altera legislação conexa, tendo sido rejeitados, também na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 335/XV/1.^a (L) — Cria um plano de saúde mental em centros educativos e estabelecimentos prisionais, 339/XV/1.^a (CH) — Cria o cheque de saúde mental, com o

propósito de garantir o acesso em tempo útil a consultas de psiquiatria e a consultas de psicologia e [346/XV/1.^a](#) (BE) — Lei de meios para a saúde mental e o Projeto de Resolução n.º [177/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que coloque em ação o Plano Nacional de Saúde Mental.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [36/XV/1.^a](#) (GOV) — Autoriza o Governo a transferir para os municípios uma subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal no ano de 2022.

Foi aprovada a Conta de Gerência da Assembleia da República relativa ao ano de 2021.

Em votação na generalidade, na especialidade e final global, foram aprovados os Projetos de Lei n.ºs [188/XV/1.^a](#) (PSD) — Procede à alteração dos limites territoriais entre a Freguesia de A-dos-Francos e a Freguesia de Vidaís do Concelho das Caldas da Rainha e [232/XV/1.^a](#) (PS) — Procede à alteração dos limites territoriais entre a Freguesia de Caranguejeira, Município de Leiria, e a União das Freguesias de Matas e Cercal, Município de Ourém.

Foram rejeitados os seguintes Projetos de Resolução:

N.º [187/XV/1.^a](#) (BE) — Reconhecimento e regulamentação da profissão de informação turística;

N.º [148/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo o alargamento do Programa Regressar aos emigrantes da Madeira e dos Açores;

N.º [186/XV/1.^a](#) (BE) — Contabilização dos anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos;

N.º [263/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à contabilização do período compreendido entre os anos de 2013 a 2016 para efeitos de progressão na carreira dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos;

N.º [230/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que tome iniciativas após a determinação, por parte do Parlamento Europeu, de que a Hungria já não é uma democracia plena.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [231/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que transponha a Diretiva 2019/882, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços.

Em votação final global, foram aprovados os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [71/XV/1.^a](#) (BE) — Altera as atividades específicas associadas a compensação em unidades de saúde familiar, de forma a eliminar discriminações de género na prática clínica e [88/XV/1.^a](#) (PAN) — Elimina a discriminação de género nos critérios de compensação associada às atividades específicas dos médicos;

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º [138/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo a criação de um programa «Regressar Saúde», dirigido especificamente a profissionais de saúde;

Apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º [164/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo uma maior fiscalização dos contratos a termo;

Apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º [218/XV/1.^a](#) (PSD) — Levantamento nacional do número de vagas em creche.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º [269/XV/1.^a](#)

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 36 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à substituição de uma Deputada do PCP.

Deu-se conta da retirada, pelo CH, do Projeto de Lei n.º 219/XV/1.^a e da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 270 a 275/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 352 a 356/XV/1.^a

Procedeu-se ao debate preparatório do próximo Conselho Europeu, conforme previsto na lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, tendo proferido intervenções, além do Primeiro-Ministro (António Costa), que abriu e encerrou o debate, os Deputados [Luís Capoulas Santos](#) e [Rui Lage](#) (PS), [Catarina Rocha Ferreira](#) e [Paulo Moniz](#) (PSD), [André Ventura](#) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Ao abrigo do [artigo 239.º](#) do Regimento, foi apreciado o Relatório Anual do Provedor de Justiça, tendo proferido intervenções os Deputados [Alexandra Leitão](#) (PS), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Pedro Pinto](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram discutidos em conjunto os projetos de resolução e, na generalidade, os projetos de lei seguintes:

Projeto de Resolução n.º [85/XV/1.ª](#) (PSD) — Programa de redução das perdas de água nas redes de abastecimento público;

Projeto de Resolução n.º [97/XV/1.ª](#) (PSD) — Aumentar a reutilização de águas residuais tratadas;

Projeto de Resolução n.º [208/XV/1.ª](#) (PSD) — Programa para reforçar a capacidade de armazenamento das albufeiras e aumentar as reservas públicas de água;

Projeto de Resolução n.º [210/XV/1.ª](#) (PSD) — Recarga artificial de aquíferos para reforço da eficiência hídrica;

Projeto de Resolução n.º [216/XV/1.ª](#) (PSD) — Incentivar as infraestruturas verdes e a instalação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais;

Projeto de Lei n.º [124/XV/1.ª](#) (CH) — Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, no sentido de promover uma utilização eficiente dos recursos hídricos;

Projeto de Lei n.º [206/XV/1.ª](#) (BE) — Salvaguarda o uso eficiente de água potável e obriga ao recurso a água proveniente de estações de tratamento de águas residuais para rega de campos de golfe;

Projeto de Lei n.º [234/XV/1.ª](#) (PCP) — Plano nacional para a prevenção estrutural dos efeitos da seca e seu acompanhamento;

Projeto de Lei n.º [336/XV/1.ª](#) (PAN) — Reforça a monitorização, controlo e avaliação da poluição dos rios localizados em regiões hidrográficas internacionais, alterando a Lei da Água;

Projeto de Lei n.º [337/XV/1.ª](#) (PAN) — Altera o enquadramento legal dos planos de gestão de bacia hidrográfica previsto na Lei da Água, garantindo a existência de caudais ecológicos sustentáveis e a previsão obrigatória de medidas de mitigação dos efeitos das alterações climáticas e da seca;

Projeto de Lei n.º [338/XV/1.ª](#) (PAN) — Reduz para 6% o IVA das prestações de serviços que visem assegurar a eficiência hídrica das habitações, procedendo à alteração do Código do IVA;

Projeto de Resolução n.º 112/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que estabeleça a obrigatoriedade de sistemas de reciclagem/reutilização de águas cinzentas em novas construções e considere a elegibilidade desses sistemas para apoios financeiros através do Fundo Ambiental;

Projeto de Resolução n.º 190/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a gestão pública da albufeira Perímetro de Rega do Mira e medidas de salvaguarda da água;

Projeto de Resolução n.º 235/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a construção, modernização e reabilitação dos sistemas de regadio;

Projeto de Resolução n.º 269/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que adote medidas de reforço do regadio nacional.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Bruno Coimbra (PSD), António Monteirinho (PS), Rita Matias (CH), Pedro Filipe Soares (BE), Nelson Brito (PS), Bruno Dias (PCP), Eunice Pratas (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Norberto Patinho (PS), Rui Rocha (IL), João Moura (PSD), Pedro dos Santos Frazão (CH) e Hugo Patrício Oliveira (PSD).

Procedeu-se ao debate do Projeto de Resolução n.º 266/XV/1.^a (Comissão de Assuntos Europeus) — Parecer sobre a Proposta de Diretiva do Conselho que estabelece o sistema de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação) COM(2021)732 e a Proposta de Diretiva do Conselho que estabelece as regras de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação) COM(2021)733. Intervieram no debate os Deputados Isabel Meireles (PSD), Miguel Iglésias (PS), Bruno Nunes (CH), Alfredo Maia (PCP), Bernardo Blanco (IL), Rui Tavares (L), Pedro Filipe Soares (BE) e Inês de Sousa Real (PAN).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 7 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 52 (2022.10.21)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 358 e 360/XV/1.^a

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 25/XV/1.^a (GOV) — Estende o âmbito de aplicação do regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa de Estabilização Económica e Social aos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência. Usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional (Isabel Ferreira), os Deputados Carlos Guimarães Pinto (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Nuno Fazenda (PS), Filipe Melo (CH), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Paula Santos (PCP), Rui Tavares (L) e Mariana Mortágua (BE).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 267/XV/1.^a (IL) — Permite aos comercializadores do mercado liberalizado de gás natural ter acesso ao canal de revenda do comercializador de último recurso grossista, 314/XV/1.^a (CH) — Garante o acesso de todos os comercializadores às tarifas reguladas de gás natural e 341/XV/1.^a (PCP) — Simplifica o acesso às tarifas reguladas na energia e determina a sua continuidade e a criação da tarifa regulada de gás de botija e canalizado. Intervieram no debate, a diverso título,

os Deputados [Bernardo Blanco](#) (IL), [Rui Afonso](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram apreciados os Projetos de Resolução n.ºs [2/XV/1.ª](#) (PCP) — Aumento do salário mínimo nacional e [217/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo o aumento do salário mínimo nacional e dos salários da Administração Pública, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rui Rocha](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Lina Lopes](#) e [Francisco Pimentel](#) (PSD), [Sérgio Monte](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Jorge Galveias](#) (CH) e [Ricardo Lima](#) (PS).

Foram discutidos o Projeto de Resolução n.º [247/XV/1.ª](#) (BE) — Apoio a estudantes e requisição de imóveis para alojamento estudantil, os Projetos de Lei n.ºs [333/XV/1.ª](#) (BE) — Complemento extraordinário das bolsas de ação social do ensino superior, [340/XV/1.ª](#) (PAN) — Criação de um complemento extraordinário às bolsas de estudo no ensino superior, aplicável ao ano letivo de 2022/2023, [342/XV/1.ª](#) (PCP) — Reforço dos apoios ao alojamento no ensino superior e [343/XV/1.ª](#) (CH) — Possibilita a tributação autónoma à taxa reduzida de 10% aplicável aos rendimentos relativos a contratos de alojamento celebrados com estudantes do ensino superior (na generalidade) e os Projetos de Resolução n.ºs [250/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado e [256/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que acelere processos de construção de novas residências universitárias. Intervieram os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rita Matias](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Eunice Pratas](#) (PS) e [Alexandre Poço](#) (PSD).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [221/XV/1.ª](#) (PS) — Assegura a manutenção da proteção das lojas com história que tenham transitado para o NRAU até 31 de dezembro de 2027, alterando a Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, e [236/XV/1.ª](#) (PCP) — Cria um regime autónomo de arrendamento para as atividades económicas, associativas e culturais. Usaram da palavra os Deputados [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Márcia Passos](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Pedro Pessanha](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 18 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 53 (2022.10.22)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 276/XV/1.ª e dos Projetos de Lei n.ºs 359, 361 e 362/XV/1.ª.

Na abertura e no encerramento do debate da Interpelação n.º 3/XV/1.ª (CH) — Sobre os sucessivos casos de alegadas incompatibilidades e conflitos de interesses que envolvem vários ministros do Executivo, intervieram o Deputado [André Ventura](#) (CH) e a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Cristiana Ferreira](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Bruno Nunes](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL),

Rita Matias (CH), Bruno Dias (PCP), Filipe Melo (CH), Artur Soveral Andrade (PSD) e Pedro dos Santos Frazão (CH).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 175/XV/1.^a (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento do futebolista Fernando Chalana. Após ter sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 85/XV/1.^a (PSD) — Programa de redução das perdas de água nas redes de abastecimento público.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 97/XV/1.^a (PSD) — Aumentar a reutilização de águas residuais tratadas.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 208/XV/1.^a (PSD) — Programa para reforçar a capacidade de armazenamento das albufeiras e aumentar as reservas públicas de água.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 210/XV/1.^a (PSD) — Recarga artificial de aquíferos para reforço da eficiência hídrica e 216/XV/1.^a (PSD) — Incentivar as infraestruturas verdes e a instalação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais.

Foram rejeitados, na generalidade, os seguintes projetos de lei:

N.º 124/XV/1.^a (CH) — Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, no sentido de promover uma utilização eficiente dos recursos hídricos;

N.º 206/XV/1.^a (BE) — Salvaguarda o uso eficiente de água potável e obriga ao recurso a água proveniente de estações de tratamento de águas residuais para rega de campos de golfe;

N.º 234/XV/1.^a (PCP) — Plano nacional para a prevenção estrutural dos efeitos da seca e seu acompanhamento;

N.º 336/XV/1.^a (PAN) — Reforça a monitorização, controlo e avaliação da poluição dos rios localizados em regiões hidrográficas internacionais, alterando a Lei da Água;

N.º 337/XV/1.^a (PAN) — Altera o enquadramento legal dos planos de gestão de bacia hidrográfica previsto na Lei da Água, garantindo a existência de caudais ecológicos sustentáveis e a previsão obrigatória de medidas de mitigação dos efeitos das alterações climáticas e da seca;

N.º 338/XV/1.^a (PAN) — Reduz para 6% o IVA das prestações de serviços que visem assegurar a eficiência hídrica das habitações, procedendo à alteração do Código do IVA.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 112/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que estabeleça a obrigatoriedade de sistemas de reciclagem/reutilização de águas cinzentas em novas construções e considere a elegibilidade desses sistemas para apoios financeiros através do Fundo Ambiental.

Foram rejeitados, na generalidade, os seguintes projetos de resolução:

N.º 190/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a gestão pública da albufeira do Perímetro de Rega do Mira e medidas de salvaguarda da água;

N.º 235/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a construção, modernização e reabilitação dos sistemas de regadio;

N.º 269/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que adote medidas de reforço do regadio nacional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 266/XV/1.^a (Comissão de Assuntos Europeus) — Parecer sobre a Proposta de Diretiva do Conselho que estabelece o sistema de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições para o Parlamento Europeu dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação) COM(2021)732 e a Proposta de Diretiva do Conselho que estabelece as regras de exercício do

direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade (reformulação) COM(2021)733.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 25/XV/1.^a (GOV) — Estende o âmbito de aplicação do regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa de Estabilização Económica e Social aos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

Foram rejeitados, na generalidade, os seguintes projetos de lei:

N.º 267/XV/1.^a (IL) — Permite aos comercializadores do mercado liberalizado de gás natural ter acesso ao canal de revenda do comercializador de último recurso grossista;

N.º 314/XV/1.^a (CH) — Garante o acesso de todos os comercializadores às tarifas reguladas de gás natural;

N.º 341/XV/1.^a (PCP) — Simplifica o acesso às tarifas reguladas na energia e determina a sua continuidade e a criação da tarifa regulada de gás de botija e canalizado.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 2/XV/1.^a (PCP) — Aumento do salário mínimo nacional e 217/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo o aumento do salário mínimo nacional e dos salários da Administração Pública.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 247/XV/1.^a (BE) — Apoio a estudantes e requisição de imóveis para alojamento estudantil.

Foram rejeitados, na generalidade, os seguintes projetos de lei:

N.º 333/XV/1.^a (BE) — Complemento extraordinário das bolsas de ação social do ensino superior;

N.º 340/XV/1.^a (PAN) — Criação de um complemento extraordinário às bolsas de estudo no ensino superior, aplicável ao ano letivo de 2022/2023;

N.º 342/XV/1.^a (PCP) — Reforça os apoios ao alojamento no ensino superior;

N.º 343/XV/1.^a (CH) — Possibilita a tributação autónoma à taxa reduzida de 10% aplicável aos rendimentos relativos a contratos de alojamento celebrados com estudantes do ensino superior.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo L, solicitando a baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Resolução n.º 250/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 256/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que acelere processos de construção de novas residências universitárias.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 221/XV/1.^a (PS) — Assegura a manutenção da proteção das lojas com história que tenham transitado para o NRAU até 31 de dezembro de 2027, alterando a Lei n.º 42/2017, de 14 de junho.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 236/XV/1.^a (PCP) — Cria um regime autónomo de arrendamento para as atividades económicas, associativas e culturais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 240/XV/1.^a (CH) — Pela agilização de um plano extraordinário de apoio aos pequenos e médios produtores de vinho.

*Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade das propostas de alteração 5-C e 39-C à Proposta de Lei n.º 21/XV/1.^a (GOV) — Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento, tendo proferido intervenções os Deputados *Hugo Carneiro* (PSD), *Miguel Cabrita* (PS), *Carla Castro* (IL), *Rui Afonso* (CH) e *Bruno Dias* (PCP). As propostas de alteração foram, depois, rejeitadas, tendo sido aprovado,*

em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo àquela proposta de lei.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º 36/XV/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a transferir para os municípios uma subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal no ano de 2022.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 188/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão do modelo de financiamento dos estabelecimentos do ensino superior e 189/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que proceda à avaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, relativo ao Projeto de Resolução n.º 207/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que aprobe um programa de mobilidade sustentável para a Administração Pública para o período de 2023-2028.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando uma Deputada do PSD e um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 14 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 54 (2022.10.27)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 277 a 279/XV/1.^a, do Inquérito Parlamentar n.º 3/XV/1.^a e do Projeto de Lei n.º 363/XV/1.^a

Na abertura do debate conjunto, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 37/XV/1.^a (GOV) — Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026 e 38/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023, usou da palavra o Primeiro-Ministro (António Costa), que respondeu depois a pedidos de esclarecimento dos Deputados Joaquim Miranda Sarmento (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), André Ventura (CH), João Cotrim Figueiredo (IL), Jerónimo de Sousa (PCP), Catarina Martins (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), João Torres (PS), Rui Cristina (PSD), Rui Afonso (CH), Paula Santos (PCP), José Moura Soeiro (BE), Luís Gomes (PSD), Jámila Madeira (PS), Afonso Oliveira (PSD), Miguel Matos (PS), Alexandre Poço (PSD), Pedro Pinto (CH), Vera Braz (PS), Patrícia Dantas (PSD), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Paulo Moniz (PSD), Maria de Fátima Fonseca e Pedro Cegonha (PS).

Usaram ainda da palavra, durante o debate, a diverso título, os Deputados Ricardo Baptista Leite (PSD), Porfírio Silva e Tiago Brandão Rodrigues (PS), Hugo Patrício Oliveira (PSD), Alma Rivera (PCP), Rita Matias (CH), Carlos Guimarães Pinto (IL), Pedro Anastácio (PS), Bruno Dias (PCP), Eurídice Pereira e Joana Sá Pereira (PS), Paula Cardoso (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Ivan Gonçalves (PS), Filipe Melo (CH), Rui Rocha (IL) e Pedro Pessanha (CH).

Deu-se conta do Deputado que esteve presente, por videoconferência, na reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 4 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 40/XV/1.^a

Concluiu-se o debate conjunto, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs [37/XV/1.^a](#) (GOV) — Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026 e [38/XV/1.^a](#) (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023, que foram aprovadas. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro das Finanças (Fernando Medina), do Ministro da Economia e do Mar (António Costa Silva) e do Ministro do Ambiente e da Ação Climática (Duarte Cordeiro), os Deputados [Filipe Neto Brandão](#) (PS), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Miguel Cabrita](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Marta Freitas](#) (PS), [João Barbosa de Melo](#) (PSD), [Francisco César](#), [Susana Amador](#) e [Carlos Brás](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Bruno Aragão](#) e [Pedro Coimbra](#) (PS), [Nuno Carvalho](#) e [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) (CH), [Carlos Pereira](#) (PS), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Jorge Galveias](#) (CH), [João Dias](#) (PCP), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Afonso Oliveira](#) (PSD), [Salvador Formiga](#), [Rita Borges Madeira](#) e [João Azevedo Castro](#) (PS), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Carla Sousa](#) (PS), [Carla Madureira](#) (PSD), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Rui Paulo Sousa](#) e [Rita Matias](#) (CH) e [Bernardo Blanco](#) (IL).

No encerramento do debate, intervieram, além da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Ana Mendes Godinho), os Deputados [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Jerónimo de Sousa](#) (PCP), [Carla Castro](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [182/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS, do PSD, do CH, da IL e do PAN) — De pesar pelo falecimento de Adriano Moreira, cuja parte deliberativa foi aprovada (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram lidos os Projetos de Voto n.º [181/XV/1.^a](#) (apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas) — De pesar pela morte de Mahsa Amini e pela violência contra os manifestantes no Irão e [179/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Álvaro Pedro, cuja parte deliberativa foi aprovada (a). Em seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [180/XV/1.^a](#) (PAN) — Regulamentação da instalação de novos projetos de centrais fotovoltaicas.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [255/XV/1.^a](#) (CH) — Plano nacional de combate a perdas de água.

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º [150/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo o investimento na Linha do Leste.

Ainda em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [28/XV/1.^a](#) (GOV) — Procede à reestruturação do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional, após o que o Deputado [André Ventura](#) (CH) proferiu uma declaração de voto.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 34 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 56 (2022.11.22)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato do Deputado [Jerónimo de Sousa](#) (PCP) e à respetiva substituição, após o que o Presidente dirigiu palavras de apreço àquele Deputado, enaltecendo a sua cordialidade e amizade.

Deu-se conta da retirada pelo proponente do Inquérito Parlamentar n.º 3/XV/1.^a e da entrada na Mesa dos Projetos de Revisão Constitucional n.ºs 2 a 8/XV/1.^a, do Inquérito Parlamentar n.º 4/XV/1.^a, das Propostas de Lei n.ºs 41 a 44/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 280 a 282/XV/1.^a

Iniciou-se a discussão, na especialidade, das Propostas de Lei n.ºs [37/XV/1.^a](#) (GOV) — Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026 e [38/XV/1.^a](#) (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023 (artigos 2.º a 6.º, 8.º a 87.º e propostas de artigos novos).

Usaram da palavra, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes) e dos Secretários de Estado da Administração Pública (Inês Ramires), Adjunto e da Justiça (Jorge Alves Costa) e da Proteção Civil (Patrícia Gaspar), os Deputados [Jamila Madeira](#) (PS), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Miguel Cabrita](#), [Patrícia Faro](#) e [Maria de Fátima Fonseca](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Catarina Rocha Ferreira](#) e [Sofia Matos](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paulo Araújo Correia](#) (PS), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Tiago Estevão Martins](#) (PS), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paulo Marques](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Catarina Martins](#) (BE), [Pedro Pinto](#) (CH), [Alma Rivera](#) (PCP), [Cristiana Ferreira](#) e [Ofélia Ramos](#) (PSD), [João Azevedo Castro](#) e [Carlos Pereira](#) (PS), [Patrícia Dantas](#) (PSD), [Pedro Cegonho](#) e [Isabel Guerreiro](#) (PS), [Luís Gomes](#) (PSD), [Jorge Galveias](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Ana Bernardo](#) (PS), [Clara Marques Mendes](#) e [Helga Correia](#) (PSD).

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 12 horas e 55 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 57 (2022.11.23)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 8 minutos.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º [38/XV/1.^a](#) (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocados pelo Plenário — artigos 30.º, 53.º a 56.º, 58.º a 60.º, 62.º, 63.º, 66.º a 72.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado do Ensino Superior (Pedro Nuno Teixeira), da Proteção Civil (Patrícia Gaspar) e da Segurança Social (Gabriel Bastos), os Deputados [Paula Cardoso](#) (PSD), [Marta Freitas](#) (PS), [Patrícia Dantas](#) (PSD), [Francisco César](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Luís](#)

Gomes (PSD), Alfredo Maia (PCP), Jorge Galveias (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Pedro Filipe Soares (BE), Rodrigo Saraiva (IL), Eurico Brilhante Dias (PS) e Clara Marques Mendes (PSD).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 282/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao Catar, tendo os Deputados Pedro Pinto (CH), José Moura Soeiro (BE), Rodrigo Saraiva (IL), Eurico Brilhante Dias (PS), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN) e Rui Tavares (L) proferido declarações de voto.

Foram lidos e aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando uma Deputada do PSD, um Deputado do PS e um Deputado do CH a intervir em tribunal.

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei 38/XV/1.^a (artigos 88.º a 149.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, além dos Secretários de Estado do Ensino Superior, da Educação (António Leite), da Saúde (Ricardo Mestre), do Ambiente e da Energia (João Galamba) e das Pescas (Teresa Coelho), os Deputados Sérgio Ávila (PS), Sara Madruga da Costa (PSD), Maria Begonha (PS), Mariana Mortágua (BE), José Silvano (PSD), João Azevedo (PS), Pedro Pessanha (CH), Joaquim Pinto Moreira e Emília Cerqueira (PSD), André Pinotes Batista (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Miguel Matos (PS), Alexandre Poço (PSD), Joana Mortágua (BE), Alfredo Maia (PCP), António Cunha (PSD), Carla Castro (IL), António Pedro Faria e Joana Lima (PS), Catarina Martins (BE), Joana Cordeiro (IL), Rui Cristina, Pedro Melo Lopes, Cláudia Bento, Helga Correia e João Montenegro (PSD), João Dias (PCP), Ana Isabel Santos (PS), Inês Barroso e João Barreiras Duarte (PSD), Susana Correia e Paula Reis (PS), Rita Matias (CH), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Hugo Martins de Carvalho (PSD), Hugo Pires (PS), Bruno Coimbra, João Moura e João Marques (PSD), Bernardo Blanco (IL), Jorge Gabriel Martins e Luís Graça (PS), Rui Tavares (L), Paulo Ramalho e Hugo Patrício Oliveira (PSD), Bruno Nunes (CH) e Rosário Gambôa (PS).

O Presidente (Adão Silva) encerrou a sessão eram 14 horas e 56 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 58 (2022.11.24)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 45 a 47/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 364 a 366 e 368 a 373/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 283, 284 e 286 a 299/XV/1.^a

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023, foram discutidas e votadas propostas de alteração avocadas pelo Plenário. Usaram da palavra, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes) e dos Secretários de Estado do Ensino Superior (Pedro Nuno Teixeira), da Saúde (Ricardo Mestre) e da Habitação (Marina Gonçalves), os Deputados Hugo Costa (PS), Isaura Morais (PSD), Bruno Dias (PCP), Eduardo Alves (PS), André Ventura (CH), Joana Cordeiro (IL), Fátima Ramos (PSD), Pedro Filipe Soares (BE), João Dias (PCP), Rui Tavares (L), Bruno Nunes (CH), Joana Mortágua (BE), Rodrigo Saraiva (IL), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Carlos Guimarães Pinto (IL), Pedro dos Santos Frazão (CH), Bruno Coimbra e João Moura (PSD) e Eurico Brilhante Dias (PS).

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023 (artigos 150.º a 176.º e propostas de artigos novos).

Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes), os Deputados *Diogo Pacheco de Amorim* (CH), *Paula Santos* (PCP), *António Maló de Abreu* (PSD), *Bernardo Blanco* (IL), *Paulo Moniz* (PSD), *Bruno Dias* (PCP), *Eunice Pratas* (PS), *Clara Marques Mendes* (PSD), *Carla Castro* (IL), *Alexandre Simões* (PSD), *Filipe Melo* (CH), *Ivan Gonçalves* (PS), *Carlos Guimarães Pinto* (IL), *Duarte Alves* (PCP), *Mariana Mortágua* (BE), *Miguel dos Santos Rodrigues* (PS), *Carlos Eduardo Reis* (PSD), *Miguel Iglésias* (PS), *Márcia Passos* (PSD), *Rui Rocha* (IL), *Carlos Brás* (PS), *Carla Madureira*, *Rui Cruz*, *Alexandre Poço*, *Isaura Morais* e *Sérgio Marques* (PSD), *Vera Braz* (PS), *Artur Soveral Andrade*, *Afonso Oliveira* e *Hugo Maravilha* (PSD), *Ricardo Pinheiro* (PS), *Filipe Melo* (CH), *Jorge Botelho* (PS), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Pedro Pinto* (CH), *Pedro Filipe Soares* (BE), *Rui Tavares* (L), *Hugo Carvalho* (PS), *Paulo Ramalho* (PSD) e *Miguel Cabrita* (PS).

O Presidente (*Adão Silva*) encerrou a sessão eram 13 horas e 50 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 59 (2022.11.25)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da não admissão do Projeto de Resolução n.º 285/XV/1.^a e da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 374/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 300 e 301/XV/1.^a

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocados pelo Plenário — artigos 151.º, 152.º e 159.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado da Segurança Social (*Gabriel Bastos*) e dos Assuntos Fiscais (*António Mendonça Mendes*), os Deputados *Sérgio Monte* (PS), *Clara Marques Mendes* (PSD), *Alfredo Maia* (PCP), *André Ventura* (CH), *Pedro Filipe Soares* (BE), *Rui Tavares* (L), *Miguel Santos* (PSD), *Duarte Alves* (PCP), *Carlos Guimarães Pinto* (IL), *Paulo Pisco* (PS), *Mariana Mortágua* (BE), *Rui Cruz* (PSD), *Rui Afonso* (CH), *Joana Barata Lopes* (PSD), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Miguel Cabrita* (PS) e *Paula Santos* (PCP).

De seguida, prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a (artigos 1.º e 177.º a 199.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, da Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional (*Isabel Ferreira*) e da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (*Ana Catarina Mendes*), os Deputados *Nelson Brito* (PS), *Carla Castro* (IL), *Maria João Castro* (PS), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Tiago Soares Monteiro* e *Jorge Seguro Sanches* (PS), *Rita Matias* (CH), *Rita Borges Madeira* e *João Paulo Rebelo* (PS), *Hugo Carneiro* (PSD), *Joana Mortágua* (BE), *Carlos Cação*, *João Barbosa de Melo* e *Fátima Ramos* (PSD), *Pedro Pinto* (CH), *António Topa Gomes* (PSD), *Mariana Mortágua* e *Pedro Filipe Soares* (BE), *Germana Rocha* e *Francisco Pimentel* (PSD), *José Moura Soeiro* (BE), *Bruno Nunes* (CH), *Jamila Madeira* (PS), *Paula Santos* (PCP), *Nuno Carvalho* (PSD), *Pedro dos Santos Frazão* (CH), *Rui Vilar* (PSD), *Alma Rivera* (PCP), *Paulo Moniz* (PSD), *João Azevedo Castro* (PS), *Duarte Pacheco* (PSD), *André Ventura* (CH), *Rodrigo Saraiva* (IL) e *Rui Tavares* (L).

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 13 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocados pelo Plenário — artigos 7.º, 177.º, 178.º e 198.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais (António Mendonça Mendes) e da Habitação (Marina Gonçalves), os Deputados Paulo Moniz (PSD), João Azevedo Castro (PS), Rui Paulo Sousa (CH), Mariana Mortágua (BE), André Ventura (CH), Rui Tavares (L), Jorge Galveias (CH), Bruno Dias (PCP), Inês de Sousa Real (PAN) — que referiu o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, tendo o Presidente transmitido que a Assembleia da República se associa a esse dia, iluminando a sua fachada com a cor internacionalmente adotada para o simbolizar —, Rodrigo Saraiva (IL), Alexandre Poço e Guilherme Almeida (PSD), Susana Amador e Pedro do Carmo (PS), João Moura (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Rosário Gambôa (PS).

No encerramento do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a, intervieram, além do Ministro das Infraestruturas e da Habitação (Pedro Nuno Santos), os Deputados Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Pedro Filipe Soares (BE), Paula Santos (PCP), João Cotrim Figueiredo (IL), André Ventura (CH), Joaquim Miranda Sarmento (PSD) e Eurico Brilhante Dias (PS), após o que a proposta foi aprovada em votação final global.

Foi também aprovada, em votação final global, a Proposta de Lei n.º 37/XV/1.^a (GOV) — Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 180/XV/1.^a (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de José Trincheira e 189/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pela IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — De pesar pelas vítimas da estrada, por ocasião do Dia Mundial em Memória das Vítimas da Estrada, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados os n.ºs 17 a 32 do Diário relativos à presente sessão legislativa.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando dois Deputados do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 28 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 302 e 303/XV/1.^a, das Propostas de Lei n.ºs 48 a 52/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 367 e 375/XV/1.^a e do Inquérito Parlamentar n.º 5/XV/1.^a

Foi apreciada a Petição n.º [168/XIV/2.ª](#) (Pedro Cláudio Caldeirinha Rupio e outros) — Português para todos! Pelo direito das nossas crianças e jovens a um ensino de Português no estrangeiro de qualidade e gratuito, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [152/XV/1.ª](#) (BE) — Eliminação da propina para o ensino de Português no estrangeiro e garantia de gratuitidade dos manuais escolares adotados, [154/XV/1.ª](#) (PCP) — Gratuitidade do ensino de Português no estrangeiro (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto), [184/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, para promover um ensino de Português de qualidade e gratuito no estrangeiro para as crianças e jovens portuguesas e lusodescendentes e [205/XV/1.ª](#) (PAN) — Determina o fim da cobrança de propina/taxa de inscrição aos jovens portugueses e lusodescendentes que frequentem ou venham a frequentar o ensino de Português no estrangeiro, procedendo para o efeito à alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, e com os Projetos de Resolução n.ºs [104/XV/1.ª](#) (CH) — Pelo direito das crianças e jovens portuguesas e lusodescendentes a um ensino de Português de qualidade e gratuito no estrangeiro, [142/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que defenda o ensino de Português como língua materna no estrangeiro, [143/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o direito de acesso ao ensino de Português no estrangeiro aos portugueses e lusodescendentes que residam no estrangeiro, [289/XV/1.ª](#) (IL) — Pela defesa do ensino do Português como língua materna para portugueses e lusodescendentes fora de Portugal e [290/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que reforce o ensino de Português no estrangeiro nas suas diferentes dimensões e intensifique o uso das tecnologias digitais para o tornar mais atrativo, interativo e ajustado ao perfil dos alunos. Intervieram os Deputados [José Moura Soeiro](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Paulo Pisco](#) (PS) e [António Maló de Abreu](#) (PSD).

Foi discutida a Petição n.º [89/XIV/1.ª](#) (Carlos Eduardo Perdigão Costa de Almeida e outros) — Devolver a autonomia ao Hospital dos Covões (Centro Hospitalar de Coimbra). Pelo direito ao acesso a cuidados de saúde de qualidade, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [115/XV/1.ª](#) (PCP) — Pela autonomia dos hospitais de Coimbra, valorização do Hospital Geral dos Covões e pela reversão do processo de fusão dos hospitais do CHUC, EPE e [120/XV/1.ª](#) (BE) — Reforço do Hospital dos Covões e da capacidade assistencial do Serviço Nacional de Saúde em Coimbra. Proferiram intervenções os Deputados [João Dias](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Pedro Coimbra](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Maló de Abreu](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se à apreciação da Petição n.º [139/XIV/2.ª](#) (Direção Regional de Faro do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses) — Apoiar os enfermeiros do Algarve, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [151/XV/1.ª](#) (BE) — Alteração da carreira de enfermagem, de forma a valorizar estes profissionais tão importantes para o Serviço Nacional de Saúde e para o País e com os Projetos de Resolução n.ºs [121/XV/1.ª](#) (PCP) — Pela valorização dos profissionais de saúde e do SNS na região do Algarve e [294/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda a eliminação das posições intermédias nas categorias dos enfermeiros especialistas e gestores colocados nas 1.ª e 2.ª posições remuneratórias e a respetiva atualização salarial. Intervieram os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Botelho](#) (PS), [Joana Barata Lopes](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Joana Cordeiro](#) (IL).

Foi apreciada a Petição n.º [229/XIV/2.ª](#) (Tatiana Sofia Saraiva Zézola Baptista Bond e outros) — Acesso imediato ao Lynparza® para os doentes elegíveis com cancro da mama em Portugal, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [10/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que ponha fim à discriminação de pessoas trans nos rastreios oncológicos para o cancro de mama, colorretal e de colo do útero, [113/XV/1.ª](#) (BE) — Acesso a terapêuticas inovadoras para o cancro da mama, [248/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta

o acesso ao Lynparza® aos doentes elegíveis com cancro da mama em Portugal, e 295/XV/1.^a (CH) — Pelo incentivo à criação de medidas de recuperação de rastreios do cancro da mama e à aprovação do financiamento de terapêutica por Lynparza® (olaparib). Intervieram no debate os Deputados *Inês de Sousa Real* (PAN) — que também exerceu o direito de defesa da honra, tendo a Deputada *Rita Matias* (CH) dado explicações —, *Mariana Mortágua* (BE), *Rita Matias* (CH), *Fernanda Velez* (PSD), *Lúcia Araújo da Silva* (PS), *Joana Cordeiro* (IL), *João Dias* (PCP), *Rui Tavares* (L) e *Inês Barroso* (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º 237/XIV/2.^a (Vitor Manuel de Magalhães Miranda Neves e outros) — Solicitam a promoção de uma alteração legislativa em matéria de contagem dos prazos de prescrição, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 369/XV/1.^a (PAN) — Aumenta os prazos de prescrição para os crimes de falsificação de documentos e crimes fiscais e prevê novas causas de suspensão ou de interrupção na contagem dos prazos de prescrição do procedimento criminal e 370/XV/1.^a (CH) — Alteração dos prazos de prescrição dos crimes sexuais contra menores e de um conjunto de crimes de corrupção. Usaram da palavra os Deputados *Inês de Sousa Real* (PAN), *André Ventura* (CH), *Patrícia Gilvaz* (IL), *Joana Mortágua* (BE), *Mónica Quintela* (PSD), *Cláudia Santos* (PS), *Alma Rivera* (PCP) e *Rui Tavares* (L).

Foi discutida a Petição n.º 262/XIV/2.^a (Mónica Alexandra de Matos Gomes e outros) — Pela defesa da gratuidade dos manuais escolares em todos os tipos de ensino nos moldes da Constituição da República Portuguesa, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 321/XV/1.^a (CH) — Determina a universalidade da gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos do ensino obrigatório, 368/XV/1.^a (IL) — Pela igualdade na disponibilização dos manuais escolares e 373/XV/1.^a (PSD) — Extensão da medida de disponibilização gratuita dos manuais escolares a todos os alunos na escolaridade obrigatória que frequentem o ensino privado e cooperativo (terceira alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto). Proferiram intervenções os Deputados *Gabriel Mithá Ribeiro* (CH), *Carla Castro* (IL), *Sónia Ramos* (PSD), *Palmira Maciel* (PS), *Joana Mortágua* (BE), *Alfredo Maia* (PCP), *Inês de Sousa Real* (PAN) e *Rui Tavares* (L).

Deu-se conta da retirada pelo PAN do Projeto de Lei n.º 355/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 48 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 62 (2022.12.03)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Foi lido, e posteriormente aprovado, um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, relativo à substituição de um Deputado do PS.

Procedeu-se ao debate do Inquérito Parlamentar n.º 4/XV/1.^a (CH) — Comissão eventual de inquérito parlamentar para avaliação da gestão da pandemia por covid-19 — que foi, depois, rejeitado —, tendo usado da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Promoção da Saúde (Margarida Tavares), os Deputados *André Ventura* (CH), *João Cotrim Figueiredo* (IL), *Guilherme Almeida* (PSD), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Pedro Filipe Soares* (BE), *André Pinotes Batista* (PS), *João Dias* (PCP) e *Rui Tavares* (L).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 360/XV/1.^a (BE) — Proíbe voos-fantasma de ou para Portugal, 361/XV/1.^a (BE) — Introduz limitações e restrições à aterragem e descolagem de jatos privados em território nacional, 362/XV/1.^a (BE) — Interdita a ocorrência

de voos civis noturnos, salvo aterragens de emergência ou outros motivos atendíveis — que foram posteriormente rejeitados — e [356/XV/1.^a](#) (PAN) — Restringe a realização de voos noturnos, salvo por motivo de força maior, procedendo à alteração do Regulamento Geral do Ruído e do Decreto-Lei n.º 293/2003, de 19 de novembro — que, a requerimento do PAN, baixou à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 60 dias —, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [251/XV/1.^a](#) (L) — Pela salvaguarda do descanso e bem-estar: contra a realização de voos noturnos em Lisboa — que, a requerimento do L, baixou à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 60 dias —, [288/XV/1.^a](#) (PCP) — Pelo fim dos voos noturnos, pelo direito ao descanso e bem-estar das populações e [291/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que desenvolva uma taxa sobre os voos de jatos privados — que foram posteriormente rejeitados. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Duarte Alves](#) (PCP), [António Prôa](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Rui Afonso](#) (CH) e [Hugo Costa](#) (PS).

Foram discutidos conjuntamente, e posteriormente rejeitados, os Projetos de Resolução n.ºs [280/XV/1.^a](#) (IL) — Recomenda ao Governo que acione, junto da Comissão Europeia, o mecanismo de revisão do Plano de Recuperação e Resiliência, [34/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie uma assembleia de cidadãos para monitorização da aplicação dos fundos europeus e que garanta a participação das organizações não-governamentais de ambiente na Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência, [35/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que aumente a informação disponibilizada no portal Mais Transparência e que crie um focus group com representantes da sociedade civil para avaliar as melhorias que podem ser introduzidas neste portal, [287/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que no âmbito da revisão do PRR que vai empreender garanta a transparência sobre o impacto ambiental das alterações empreendidas e estude a inclusão de um aumento de verbas que permita criar uma componente de adaptação às alterações climáticas, assegurar uma maior ambição nos objetivos de eficiência energética e hídrica das habitações, garantir a irradiação das situações de alojamento não clássico até 2026 e reforçar os meios para a investigação e combate à corrupção e [293/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que proponha à Comissão Europeia um plano de recuperação e resiliência alterado. Proferiram intervenções os Deputados [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Fátima Correia Pinto](#) (PS), [Filipe Melo](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [João Barbosa de Melo](#) (PSD).

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [348/XV/1.^a](#) (PS) — Aprova o regime específico relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais, que foi aprovado, [371/XV/1.^a](#) (CH) — Alteração do regime processual do incidente de revisão da incapacidade ou da pensão, que foi rejeitado, e [372/XV/1.^a](#) (CH) — Regime relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais, que foi rejeitado, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [296/XV/1.^a](#) (CH) — Aprovação de tabela com valores atuariais específicos para praticantes desportivos profissionais, aplicáveis à remição de pensões por acidente de trabalho, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Francisco César](#) (PS), [Inês Barroso](#) (PSD), [Jorge Galveias](#) (CH), [Helga Correia](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Francisco Dinis](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [188/XV/1.^a](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento do professor Carlos Pimenta, [190/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Francisco Laranjo, [193/XV/1.^a](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento do produtor e realizador António da Cunha Telles, [197/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Fernando Gomes e [200/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PSD) —

De pesar pelo falecimento de José Manuel da Costa Monteiro, cujas partes deliberativas foram aprovadas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 199/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pela IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — De saudação pelo centenário de José Saramago, tendo proferido intervenções os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN). Foi, depois, aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 300/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde.

Foram rejeitadas, na generalidade, as seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º 152/XV/1.^a (BE) — Eliminação da propina para o ensino de Português no estrangeiro e garantia de gratuidade dos manuais escolares adotados;

Projeto de Lei n.º 154/XV/1.^a (PCP) — Gratuidade do ensino de Português no estrangeiro (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto);

Projeto de Lei n.º 184/XV/1.^a (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, para promover um ensino de Português de qualidade e gratuito no estrangeiro para as crianças e jovens portugueses e lusodescendentes;

Projeto de Lei n.º 205/XV/1.^a (PAN) — Determina o fim da cobrança de propina/taxa de inscrição aos jovens portugueses e lusodescendentes que frequentem ou venham a frequentar o ensino de Português no estrangeiro, procedendo para o efeito à alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto;

Projeto de Resolução n.º 104/XV/1.^a (CH) — Pelo direito das crianças e jovens portuguesas e lusodescendentes a um ensino de Português de qualidade e gratuito no estrangeiro;

Projeto de Resolução n.º 142/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que defenda o ensino de Português como língua materna no estrangeiro;

Projeto de Resolução n.º 143/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o direito de acesso ao ensino de Português no estrangeiro aos portugueses e lusodescendentes que residam no estrangeiro;

Projeto de Resolução n.º 289/XV/1.^a (IL) — Pela defesa do ensino do Português como língua materna para portugueses e lusodescendentes fora de Portugal.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 290/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que reforce o ensino de Português no estrangeiro nas suas diferentes dimensões e intensifique o uso das tecnologias digitais para o tornar mais atrativo, interativo e ajustado ao perfil dos alunos, tendo, no final, o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL) proferido uma declaração de voto.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 115/XV/1.^a (PCP) — Pela autonomia dos Hospitais de Coimbra, valorização do Hospital Geral dos Covões e pela reversão do processo de fusão dos hospitais do CHUC, EPE e 120/XV/1.^a (BE) — Reforço do Hospital dos Covões e da capacidade assistencial do Serviço Nacional de Saúde em Coimbra.

Foram rejeitados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 151/XV/1.^a (BE) — Alteração da carreira de enfermagem, de forma a valorizar estes profissionais tão importantes para o Serviço Nacional de Saúde e para o País e os Projetos de Resolução n.ºs 121/XV/1.^a (PCP) — Pela valorização dos profissionais de saúde e do SNS na região do Algarve e 294/XV/1.^a (L) — Recomenda a eliminação das posições intermédias nas categorias dos enfermeiros especialistas e gestores colocados nas 1.^a e 2.^a posições remuneratórias e a respetiva atualização salarial.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 10/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que ponha fim à discriminação de pessoas trans nos rastreios oncológicos para o cancro de mama, colorretal e de colo do útero, e rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs

[113/XV/1.^a](#) (BE) — Acesso a terapêuticas inovadoras para o cancro da mama, [248/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o acesso ao Lynparza® aos doentes elegíveis com cancro da mama em Portugal, e [295/XV/1.^a](#) (CH) — Pelo incentivo à criação de medidas de recuperação de rastreios do cancro da mama e à aprovação do financiamento de terapêutica por Lynparza® (olaparib).

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [369/XV/1.^a](#) (PAN) — Aumenta os prazos de prescrição para os crimes de falsificação de documentos e crimes fiscais e prevê novas causas de suspensão ou de interrupção na contagem dos prazos de prescrição do procedimento criminal e [370/XV/1.^a](#) (CH) — Alteração dos prazos de prescrição dos crimes sexuais contra menores e de um conjunto de crimes de corrupção.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [321/XV/1.^a](#) (CH) — Determina a universalidade da gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos do ensino obrigatório, [368/XV/1.^a](#) (IL) — Pela igualdade na disponibilização dos manuais escolares e [373/XV/1.^a](#) (PSD) — Extensão da medida de disponibilização gratuita dos manuais escolares a todos os alunos na escolaridade obrigatória que frequentem o ensino privado e cooperativo (terceira alteração à Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto).

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [236/XV/1.^a](#) (PSD) — Responsabilização na revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela e [268/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um projeto de valorização ambiental e tecnológica do Parque Natural da Serra da Estrela.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [241/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda com urgência à implementação de um projeto que inclua reforço de «quebra-mar», aumento de molhos e recuperação dunar com vista à proteção das pessoas e bens de São Pedro Cova Gala.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [239/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo a redução das taxas pagas no âmbito cinegético.

Foram aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Ambiente e Energia, relativos aos Projetos de Resolução n.ºs [97/XV/1.^a](#) (PSD) — Aumentar a reutilização de águas residuais tratadas, [112/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que estabeleça a obrigatoriedade de sistemas de reciclagem/reutilização de águas cinzentas em novas construções e considere a elegibilidade desses sistemas para apoios financeiros através do fundo ambiental, [210/XV/1.^a](#) (PSD) — Recarga artificial de aquíferos para reforço da eficiência hídrica e [216/XV/1.^a](#) (PSD) — Incentivar as infraestruturas verdes e a instalação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [29/XV/1.^a](#) (GOV) — Conclui a transposição da Diretiva (UE) 2017/541, alterando designadamente a Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de Combate ao Terrorismo).

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar o levantamento da imunidade parlamentar à Deputada do PAN.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º [377/XV/1.^a](#) e do Projeto de Resolução n.º [304/XV/1.^a](#)

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 53 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 12 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 9/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 378 a 389, 391 a 394, 396 e 397/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 305 a 310 e 312/XV/1.^a

Em interpelação à Mesa, a Deputada [Paula Cardoso](#) (PSD) apresentou oralmente um recurso para Plenário, que será posteriormente enviado à Mesa, relativamente à decisão da não admissão do Projeto de Resolução n.º 311/XV/1.^a — Propõe a realização de um referendo sobre a não punibilidade da morte medicamente assistida quando praticada ou ajudada por profissionais de saúde por decisão da própria pessoa, maior, cuja vontade seja atual e reiterada, séria, livre e esclarecida, em situação de sofrimento de grande intensidade, com lesão definitiva de gravidade extrema ou doença grave e incurável. No fim, o Deputado [André Ventura](#) (CH) usou da palavra para defesa da honra da bancada, tendo a Deputada [Paula Cardoso](#) (PSD) dado explicações.

Em declaração política, o Deputado [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL) teceu considerações relativamente às multas e punições e à burocracia do Estado que, em seu entender, são desproporcionais e causam medo e desconfiança nos cidadãos. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Maria de Fátima Fonseca](#) (PS), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [André Ventura](#) (CH) criticou a forma como o Parlamento tem conduzido o processo que levará à despenalização da morte medicamente assistida, apelando à sua rejeição. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento das Deputadas [Paula Cardoso](#) (PSD) — que também usou da palavra para defesa da honra da bancada, tendo o Deputado [André Ventura](#) (CH) dado explicações —, [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Patrícia Gilvaz](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [Rui Cristina](#) (PSD) atribuiu à governação socialista o caos que se vive no Serviço Nacional de Saúde, tendo destacado a falta de investimento e defendido a articulação entre os setores público, privado e social. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Dias](#) (PCP), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Luís Soares](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP), na sequência dos resultados provisórios dos concursos do Programa de Apoio Sustentado às Artes 2023-2026, lamentou a exclusão de mais de 100 estruturas culturais e instou o Governo a reforçar as verbas de apoio às artes e a tomar medidas no sentido de corrigir os resultados daqueles concursos. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carla Madureira](#) (PSD), [Maria João Castro](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH) e [Rui Tavares](#) (L).

Em declaração política, a Deputada [Joana Mortágua](#) (BE) comentou as verbas para o próximo ciclo de apoio sustentado às artes e apelou à necessidade de se repensar este sistema, reforçar a verba do apoio bienal e ouvir as estruturas, tendo de seguida respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carla Sousa](#) (PS), [Rui Vilar](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [João Miguel Nicolau](#) (PS) elogiou o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) 2023-2027, apresentado no final de novembro, que considerou fundamental para uma agricultura sustentável, apelando ainda ao rejuvenescimento do setor. Respondeu, posteriormente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Ramalho](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) (CH), [João Dias](#) (PCP), [Rui Rocha](#) (IL) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) manifestou preocupação pelo fenómeno, revelado publicamente numa investigação jornalística e condenado pela tutela, da existência de um discurso de ódio nas forças de segurança, com ameaças ao Estado de direito, cuja amplitude e natureza considera justificarem uma investigação criminal transparente e célere, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Alma Rivera](#) (PCP), [Paulo Araújo Correia](#) (PS) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Procedeu-se ao debate do relatório anual, enviado pelo Governo, sobre a participação de Portugal no processo de construção da União Europeia [ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 4 do artigo 5.º da Lei do acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006)], tendo sido apreciado o Projeto de Resolução n.º 281/XV/1.^a (Comissão de Assuntos Europeus) — Apreciação do relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2021». Na abertura do debate, interveio o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (Tiago Antunes), tendo, de seguida, proferido intervenções os Deputados [João Paulo Rebelo](#) e [Cristina Mendes da Silva](#) (PS), [José Silvano](#) e [Isabel Meireles](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Bruno Dias](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L). A encerrar o debate, usou de novo da palavra o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 28 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 64 (2022.12.10)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da não admissão do Projeto de Resolução n.º 311/XV/1.^a e da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 395/XV/1.^a

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Joaquim Pinto Moreira](#) (PSD) questionou o Presidente sobre o não envio à 1.ª Comissão, em tempo oportuno, do recurso relativo à não admissão do Projeto de Resolução n.º 311/XV/1.^a (PSD) — Propõe a realização de um referendo sobre a não punibilidade da morte medicamente assistida quando praticada ou ajudada por profissionais de saúde por decisão da própria pessoa, maior, cuja vontade seja atual e reiterada, séria, livre e esclarecida, em situação de sofrimento de grande intensidade, com lesão definitiva de gravidade extrema ou doença grave e incurável, tendo o Presidente dado explicações. Usou ainda da palavra, também em interpelação à Mesa, o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS), que deu ainda explicações após o Deputado [Joaquim Pinto Moreira](#) (PSD) ter exercido o direito de defesa da honra da bancada.

Foi apreciada e aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 40/XV/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a rever a legislação relativa à atividade dos organismos de investimento coletivo. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado das Finanças ([João Nuno Mendes](#)), os Deputados [Carla Castro](#) (IL), [Alexandre Simões](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Afonso](#) (CH), [Duarte Alves](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Carlos Pereira](#) (PS).

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 50-A/2022, de 25 de julho, que estabelece o regime remuneratório do trabalho suplementar realizado por médicos em serviços de urgência [Apreciação Parlamentar n.º 2/XV/1.^a (PSD)], tendo sido anunciada pela Mesa a apresentação, pelo BE, de propostas de alteração. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado da Saúde ([Ricardo Mestre](#)), os Deputados [Pedro Melo Lopes](#) (PSD), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Inês de](#)

[Sousa Real](#) (PAN), [João Dias](#) (PCP), [Catarina Martins](#) (BE), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Paulo Marques](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [33/XV/1.ª](#) (CH) — Determina a isenção temporária do pagamento do IMI para o prédio de habitação própria e permanente durante o período de vigência do PRR, que foi rejeitado, [344/XV/1.ª](#) (IL) — Alarga a isenção de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) a todas as aquisições de habitação própria e permanente (alteração ao Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro), que foi rejeitado, [365/XV/1.ª](#) (PAN) — Prolonga de três para cinco anos o período da isenção temporária de IMI para a aquisição de imóveis para habitação própria permanente, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais, que, a requerimento do PAN, baixou à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por 60 dias, e [366/XV/1.ª](#) (PAN) — Cria uma linha financeira de apoio extraordinário a titulares de crédito à habitação, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Filipe Melo](#) (CH) — que também deu explicações após o Deputado [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) ter exercido o direito de defesa da honra da bancada —, [Carla Castro](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Hugo Carvalho](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L) e [Carlos Eduardo Reis](#) (PSD).

Foram discutidos e rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [62/XV/1.ª](#) (PCP) — Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) e [364/XV/1.ª](#) (PAN) — Assegura mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [292/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda a progressiva diminuição do horário de trabalho, com a instituição das 35 horas por semana, e o progressivo aumento do período de férias, com a instituição imediata dos 25 dias de férias, que também foi rejeitado. Intervieram os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Jorge Galveias](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Olga Silvestre](#) (PSD), [José Moura Soeiro](#) (BE) e [Fernando José](#) (PS).

Em interpelação à Mesa, o Deputado [André Ventura](#) (CH) apresentou uma reclamação sobre o guião de votações e a votação do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [5/XV/1.ª](#) (BE) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal, [74/XV/1.ª](#) (PS) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível, e altera o Código Penal, [83/XV/1.ª](#) (PAN) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e procede à alteração do Código Penal, e [111/XV/1.ª](#) (IL) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal. A reclamação não foi aceite pelo Presidente, decisão que originou um recurso do CH para o Plenário, tendo usado da palavra os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE). O recurso foi, posteriormente, rejeitado. Relativamente à votação desse texto final, também o Deputado [Joaquim Pinto Moreira](#) (PSD) apresentou um requerimento, solicitando o adiamento da mesma, o qual foi rejeitado.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [191/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Gil Teixeira Lopes e [205/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de João Semedo Tavares, tendo o Deputado [Paulo Moniz](#) (PSD) lido o Projeto de Voto n.º [206/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro. As respetivas partes deliberativas foram aprovadas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [312/XV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Roménia.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [9/XV/1.ª](#) (PAR) — Constituição de uma Comissão Eventual para a Revisão Constitucional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [281/XV/1.ª](#) (Comissão de Assuntos Europeus) — Apreciação do Relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2021».

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [284/XV/1.ª](#) (L) — Pela condenação das violações dos direitos humanos no Catar e na organização do Mundial 2022 de futebol e [297/XV/1.ª](#) (BE) — Não representação do Governo e da Assembleia da República no Mundial de Futebol de 2022 e condenação das inúmeras violações dos direitos humanos no Catar.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [299/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que, no âmbito das organizações internacionais de faça parte e em especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU, se posicione favoravelmente a um apelo firme para que a República Islâmica do Irão pare de usar a pena de morte como ferramenta para dissuadir os protestos em curso e assegure a imediata libertação de todos os manifestantes que foram arbitrariamente detidos na sequência da morte de Masha Amini.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [283/XV/1.ª](#) (Deputados do PS, do PSD, do CH e da IL) — Cria o Dia Nacional das Conservas de Peixe, a 15 de novembro.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [246/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a criação do passaporte humanitário internacional.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [275/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que proceda à publicação do Relatório de Atividades, Gestão e Contas do Fundo Ambiental, relativo ao exercício da sua atividade em 2021.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [244/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que «assegure o direito ao esquecimento», dando início à negociação do acordo nacional relativo ao acesso ao crédito e a contratos de seguros por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, de forma a operacionalizar o direito ao esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro, e [273/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova a efetiva aplicação do «direito ao esquecimento», nos termos consagrados na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [5/XV/1.ª](#) (BE) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal, [74/XV/1.ª](#) (PS) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível, e altera o Código Penal, [83/XV/1.ª](#) (PAN) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e procede à alteração do Código Penal e [111/XV/1.ª](#) (IL) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal. Posteriormente, proferiram declarações de voto os Deputados [Catarina Martins](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH) — que também interpelou a Mesa, no sentido de manifestar a discordância do CH em relação a uma declaração de voto oral, solicitada pelo Deputado [Rui Tavares](#) (L) —, [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Isabel Alves Moreira](#) (PS).

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [31/XV/1.ª](#) (GOV) — Procede à alteração do Código dos Impostos Especiais de Consumo, transpondo as Diretivas (UE) 2019/2235, 2020/262 e 2020/1151, e introduz diversas alterações destinadas a reforçar os mecanismos de controlo aplicáveis no âmbito destes tributos.

Foi aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o pedido de processo de urgência na tramitação das Propostas de Lei

n.ºs [7/XV/1.ª](#) (ALRAM) — Pela garantia de um tratamento justo aos cidadãos estrangeiros em Portugal sem título de viagem válido e [20/XV/1.ª](#) (ALRAM) — Regionalização dos Serviços de Registo e Notariado – Alteração do Decreto-Lei n.º 247/2003, de 8 de outubro e da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro.

Foi aprovado o parecer da Comissão de Educação e Ciência sobre o pedido de processo de urgência na tramitação da Proposta de Lei n.º [95/XIV/2.ª](#) (ALRAM) — Pela valorização da condição ultraperiférica do estudante atleta – Procede à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2019, de 24 de abril.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS e um Deputado do PSD a intervirem em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 20 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 65 (2022.12.14)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Procedeu-se ao debate preparatório do Conselho Europeu, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Primeiro-Ministro (António Costa), que abriu e encerrou o debate, os Deputados [Rui Lage](#) e [Nathalie Oliveira](#) (PS), [Paulo Moniz](#) e [Sérgio Marques](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Bruno Dias](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) e [José Moura Soeiro](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Foi lido, e posteriormente aprovado, o parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o recurso apresentado pelo PSD da decisão de não admissão do Projeto de Resolução n.º [311/XV/1.ª](#) (PSD) — Propõe a realização de um referendo sobre a não punibilidade da morte medicamente assistida quando praticada ou ajudada por profissionais de saúde por decisão da própria pessoa, maior, cuja vontade seja atual e reiterada, séria, livre e esclarecida, em situação de sofrimento de grande intensidade, com lesão definitiva de gravidade extrema ou doença grave e incurável. Usaram da palavra os Deputados [Joaquim Pinto Moreira](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

O Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 32 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 66 (2022.12.15)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 53/XV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 398 a 406 e 409 a 414/XV/1.ª, da Apreciação Parlamentar n.º 7/XV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 313 a 322/XV/1.ª

Em declaração política, o Deputado [Bruno Nunes](#) (CH) acusou o Governo de falta de investimento, coesão e prevenção no nosso território e de não dar início a um plano de drenagem de Lisboa. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Luís Gomes](#) (PSD) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN). Posteriormente, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) usou da palavra para defesa da honra, tendo o Deputado [Bruno Nunes](#) (CH) dado explicações.

Em declaração política, o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL), a propósito do oitavo ano consecutivo de governação socialista, fez um balanço do estado do País referindo a contínua divergência com a Europa. Respondeu, depois, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Márcia Passos](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Alexandra Leitão](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Duarte Alves](#) (PCP) dirigiu palavras de apreço e solidariedade às vítimas das cheias que ocorreram recentemente em Portugal e referiu os maus resultados das medidas de planeamento urbanístico e de infraestruturas tomadas nos últimos anos. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Barbosa de Melo](#) (PSD), [Hugo Pires](#) (PS), [Pedro Pessanha](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [José Moura Soeiro](#) (BE) referiu-se às plataformas digitais, às relações laborais subjacentes e à figura dos intermediários, defendendo a necessidade de criação de uma transparência algorítmica que permita a sua subordinação integral às leis laborais. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Fernando José](#) (PS), [Nuno Carvalho](#) (PSD) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Ricardo Pinheiro](#) (PS) fez referência à transição energética e às alterações climáticas e elogiou tudo quanto tem sido feito nos últimos anos em prol desta temática, tendo, depois, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Coimbra](#) (PSD), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Rita Matias](#) (CH), [Duarte Alves](#) (PCP) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Miguel Santos](#) (PSD) questionou os critérios para a atribuição de apoios extraordinários às famílias pelo Governo, que considerou responsável pelo empobrecimento do País e por penhorar o futuro das próximas gerações. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Cristina Mendes da Silva](#) (PS), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Procedeu-se ao debate do Inquérito Parlamentar n.º 5/XV/1.^a (CH) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar para apurar a eventual ingerência do Primeiro-Ministro na autonomia do Banco de Portugal para proteger a filha do Presidente de Angola. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Duarte Alves](#) (PCP) e [Carlos Pereira](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º 177/XIV/2.^a (APAR — Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso) — Aprovação de um perdão de penas generalizado e de uma amnistia para pequenos delitos, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 306/XV/1.^a (L) — Recomenda a avaliação da implementação de princípios de justiça restaurativa para mediação penal. Intervieram os Deputados [Rui Tavares](#) (L), [Cristiana Ferreira](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Cláudia Santos](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 58 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 376, 407 e 408/XV/1.^a

A requerimento do CH, foi fixada a ordem do dia sobre o tema «As forças de segurança e as suas carreiras, o racismo e a perseguição por parte do poder político em Portugal», no âmbito do qual foram discutidos e, posteriormente, votados, na generalidade, os seguintes diplomas:

Projeto de Lei n.º 23/XV/1.^a (CH) — Criminaliza o incitamento ao ódio contra os membros dos órgãos de polícia criminal e órgãos judiciais, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 35/XV/1.^a (CH) — Aumenta para 450 € a componente fixa do suplemento por serviço e risco nas forças de segurança auferido pelos militares da Guarda Nacional Republicana e pelos agentes da Polícia de Segurança Pública, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 255/XV/1.^a (CH) — Aplicação do processo sumário ao julgamento dos crimes de resistência e coação sobre funcionário, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 379/XV/1.^a (CH) — Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, com vista a regular as características e normas de colocação, ativação, sinalização e utilização das câmaras portáteis (bodycams) pelas forças de segurança, e a forma de transmissão, armazenamento e acesso aos dados recolhidos, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 397/XV/1.^a (CH) — Direito à filiação partidária dos agentes de forças de segurança que não sejam militares ou agentes militarizados dos quadros permanentes em serviço efetivo, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 315/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que garanta mais policiamento de proximidade, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 316/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que proceda ao aperfeiçoamento dos dados constantes do Relatório Anual de Segurança Interna, que foi aprovado.

Intervieram, a diverso título, os Deputados André Ventura (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Pedro dos Santos Frazão (CH), Joaquim Pinto Moreira (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Pedro Filipe Soares (BE), Isabel Alves Moreira (PS), Alma Rivera (PCP), Rui Tavares (L), Susana Amador (PS), Sara Madruga da Costa (PSD), Rui Afonso (CH), Ofélia Ramos e Mónica Quintela (PSD), Paulo Araújo Correia (PS), Rita Matias (CH), André Coelho Lima (PSD), Filipe Melo — que também deu explicações após o Deputado Joaquim Miranda Sarmiento (PSD) ter exercido o direito de defesa da honra da bancada — e Pedro Pinto (CH).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 36 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 325 a 327/XV/1.^a

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, procedeu-se a um debate com a participação da Ministra da Presidência, tendo usado da palavra, além da Ministra (Mariana Vieira da Silva) e dos Secretários de Estado da Administração Pública (Inês Ramires), do Planeamento (Eduardo Pinheiro) e da Presidência do Conselho de Ministros (André Moz

Caldas), os Deputados [Paulo Rios de Oliveira](#), [Jorge Salgueiro Mendes](#) e [Fátima Ramos](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Carlos Pereira](#) e [Pedro Cegonho](#) (PS), [Jorge Paulo Oliveira](#) e [Luís Gomes](#) (PSD), [Ricardo Lima](#), [Hugo Costa](#), [Jorge Botelho](#) e [Irene Costa](#) (PS), [Rui Paulo Sousa](#) e [Bruno Nunes](#) (CH).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 318/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao Brasil.

Foi rejeitado o Inquérito Parlamentar n.º 5/XV/1.^a (CH) — Comissão eventual de inquérito parlamentar para apurar a eventual ingerência do Primeiro-Ministro na autonomia do Banco de Portugal para proteger a filha do Presidente de Angola.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 306/XV/1.^a (L) — Recomenda a avaliação da implementação de princípios de justiça restaurativa para mediação penal.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 298/XV/1.^a (PAN) — Pela condenação do Mundial 2022 no Qatar.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 252/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a proteção e a valorização do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º 96/XV/1.^a (IL) — Dispensa da tentativa de conciliação nos processos de divórcio sem consentimento do outro cônjuge nos casos de condenação por crime de violência doméstica (alteração ao Código Civil e ao Código de Processo Civil).

Foi igualmente aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º 40/XV/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a rever a legislação relativa à atividade dos organismos de investimento coletivo.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Agricultura e Pescas sobre o pedido de processo de urgência na tramitação da Proposta de Lei n.º 23/XV/1.^a (ALRAM) — Pela responsabilização financeira do Estado pela utilização dos meios aéreos na Região Autónoma da Madeira (alteração ao Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril).

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 59 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 69 (2022.12.21)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 54/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 416, 417 e 421/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 323 e 324/XV/1.^a

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre «as suspeitas de corrupção no Ministério da Defesa Nacional». Após o Deputado [André Ventura](#) (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além daquele orador e do Ministro dos Negócios Estrangeiros ([João Gomes Cravinho](#)), os Deputados [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Francisco César](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [Pedro Pessanha](#) (CH).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 47/XV/1.^a (GOV) — Regulamenta as contribuições de solidariedade temporárias sobre os setores da energia e

da distribuição alimentar, que foi aprovada, e dos Projetos de Lei n.ºs [383/XV/1.ª](#) (PCP) — Contribuição extraordinária sobre lucros, de combate à especulação e práticas monopolistas, [384/XV/1.ª](#) (L) — Estabelece uma taxa adicional sobre lucros extraordinários, [389/XV/1.ª](#) (PAN) — Impede o pagamento de remunerações acionistas e de bónus por instituições de crédito que tenham recebido apoios financeiros públicos entre 2008 e 2022 e [399/XV/1.ª](#) (CH) — Determina a distribuição dos lucros excessivos das empresas de energia licenciadas para operar no mercado nacional aos seus clientes, que foram rejeitados. Usaram da palavra, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (Nuno Santos Félix), os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Duarte Alves](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Afonso](#) (CH), [Hugo Costa](#) (PS), [Carla Castro](#) (IL), [Alexandre Simões](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Miguel Matos](#) (PS), [Duarte Pacheco](#) (PSD) e [Bernardo Blanco](#) (IL).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [144/XV/1.ª](#) (PSD) — Altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, [387/XV/1.ª](#) (PAN) — Procede à alteração do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, por forma a assegurar processos de elaboração, alteração ou revisão dos programas e dos planos territoriais mais democráticos, participativos e respeitadores do ambiente e da vontade das populações e [393/XV/1.ª](#) (PCP) — Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Luís Gomes](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Isabel Guerreiro](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L) e [Sofia Matos](#) (PSD).

Foram discutidos, em conjunto, os Projetos de Resolução n.ºs [276/XV/1.ª](#) (IL) — Pela suspensão dos acordos de extradição com a República Popular da China e com Hong Kong, como recomendado pelo Parlamento Europeu, e [286/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à avaliação urgente das implicações da Lei de Segurança Nacional aplicável em Hong Kong, adotada pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, em 30 de junho de 2020, nos acordos pertinentes celebrados entre Portugal e Hong Kong, no âmbito das políticas de asilo, migração, vistos e residência e nos direitos fundamentais da comunidade portuguesa residente naquele território. Intervieram os Deputados [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Pisco](#) (PS), [Tiago Moreira de Sá](#) (PSD), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP) e [André Ventura](#) (CH).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [87/XIV/2.ª](#) (ALRAM) — Sobre a atribuição de subsídio de insularidade, juntamente com os Projetos de Lei n.ºs [350/XV/1.ª](#) (PCP) — Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro) e [391/XV/1.ª](#) (CH) — Assegura o subsídio de insularidade a todos os funcionários públicos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Usaram da palavra os Deputados [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paulo Araújo Correia](#) (PS), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [95/XIV/2.ª](#) (ALRAM) — Pela valorização da condição ultraperiférica do estudante atleta – Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2019, 24 de abril. Proferiram intervenções os Deputados [Carla Castro](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Tiago Soares Monteiro](#) (PS), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH), [Alma Rivera](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L) e [Alexandre Poço](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 17 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 390, 415, 419, 420 e 422 a 452/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 328 a 333/XV/1.^a

Foi apreciada, na generalidade, e posteriormente aprovada, a Proposta de Lei n.º 42/XV/1.^a (GOV) — *Procede à alteração do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprofundando o regime das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais. Proferiram intervenções, a diverso título, além da Ministra da Coesão Territorial (Ana Abrunhosa), os Deputados Nuno Carvalho (PSD), Joana Cordeiro (IL), Eurídice Pereira (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Bruno Nunes (CH), Joana Mortágua (BE), Paula Santos (PCP), Hugo Costa (PS) e Luís Gomes (PSD).*

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 34/XV/1.^a (GOV) — *Autoriza o Governo a legislar em matéria relativa ao destacamento dos condutores do setor do transporte rodoviário, transpondo a Diretiva 2020/1057 e criando o respetivo regime sancionatório, e do Projeto de Lei n.º 253/XV/1.^a (CH) — Determina que a profissão de motorista de veículos pesados de mercadorias e de passageiros seja considerada de desgaste rápido. Intervieram, a diverso título, além do Secretário de Estado das Infraestruturas (Hugo Santos Mendes), os Deputados Nuno Carvalho (PSD), Jorge Galveias (CH), José Carlos Barbosa (PS), José Moura Soeiro (BE), Carlos Guimarães Pinto (IL), Bruno Dias (PCP) e Rui Tavares (L).*

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 216/XV/1.^a (PS) — *Assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, 250/XV/1.^a (PAN) — Procede à terceira alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, por forma a incluir no seu âmbito de aplicação a publicidade institucional das entidades administrativas independentes, e 394/XV/1.^a (CH) — Alarga o âmbito de aplicação da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, passando a contemplar as comunidades portuguesas no estrangeiro, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 317/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que cumpra o estabelecido na lei e publique atempadamente o despacho que define os montantes dos apoios a atribuir no âmbito do regime de incentivos à comunicação social de âmbito regional e local. Intervieram os Deputados Paulo Pisco (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), João Montenegro (PSD), Rodrigo Saraiva (IL), Rui Tavares (L), José Moura Soeiro (BE) e Paula Santos (PCP).*

Procedeu-se ao debate de vários projetos de lei, na generalidade, e de um projeto de resolução, a saber:

Projeto de Lei n.º 135/XV/1.^a (PCP) — *Aprova o estatuto da condição policial;*

Projeto de Lei n.º 136/XV/1.^a (PCP) — *Gestão democrática do sistema de assistência na doença da GNR e PSP (sexta alteração ao Decreto-lei n.º 158/2005, de 20 de setembro);*

Projeto de Resolução n.º 158/XV/1.^a (PCP) — *Recomenda ao Governo que inicie um processo de estudo e discussão com vista à criação de uma polícia nacional de natureza civil em substituição da PSP e da GNR;*

Projeto de Lei n.º 147/XV/1.^a (CH) — *Procede à atualização dos montantes da componente fixa do suplemento de condição militar;*

Projeto de Lei n.º [245/XV/1.ª](#) (CH) — Eliminação do fator de sustentabilidade aplicado aos agentes da Polícia de Segurança Pública aposentados, não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro;

Projeto de Lei n.º [254/XV/1.ª](#) (CH) — Atribui aos efetivos com funções policiais das forças e serviços de segurança a qualificação de profissão de desgaste rápido;

Projeto de Lei n.º [256/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, garantindo o cumprimento dos critérios de pré-aposentação e aposentação dos profissionais da Polícia de Segurança Pública de acordo com o seu estatuto profissional e

Projeto de Lei n.º [381/XV/1.ª](#) (PAN) — Aumenta a componente fixa do suplemento por serviço e risco dos profissionais das forças e serviços de segurança, na generalidade.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Alma Rivera](#) (PCP), [Paulo Araújo Correia](#) (PS), [Ofélia Ramos](#) (PSD), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Cristiana Ferreira](#) (PSD), [Susana Amador](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Foi apreciada a Petição n.º [252/XIV/2.ª](#) (António José Ladeira Soares Neto e outros) — Contra a construção do novo aeroporto no Montijo e a favor do aeroporto de Beja, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [109/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que desenvolva um plano nacional aeroportuário, sujeito a avaliação ambiental estratégica, [114/XV/1.ª](#) (BE) — Pela dinamização do transporte de passageiros no aeroporto de Beja e [308/XV/1.ª](#) (PCP) — Aproveitamento do aeroporto de Beja nas suas diversas dimensões e potencialidades. Intervieram os Deputados [Rui Tavares](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Filipe Melo](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Nelson Brito](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL) e [Rui Cristina](#) (PSD).

Foi aprovado um parecer a autorizar um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 9 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 71 (2022.12.23)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [99/XV/1.ª](#) (PSD) — Aprova disposições específicas relativas ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda-florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, que foi aprovado, [390/XV/1.ª](#) (CH) — Pela aprovação de várias faculdades inerentes à atividade prestada pelos guardas-florestais das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e harmonização do seu respetivo regime de aposentação, que foi rejeitado, [395/XV/1.ª](#) (PS) — Regime de exercício de funções de polícia florestal pelos trabalhadores da carreira de guarda-florestal das regiões autónomas, que foi aprovado, e [396/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova o regime especial aplicável ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda-florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e à alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, que foi rejeitado. Intervieram no debate os Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [João Azevedo Castro](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Carlos Pereira](#) (PS) e [Sara Madruga da Costa](#) (PSD).

Foram apreciados, na generalidade, e posteriormente rejeitados, os Projetos de Lei n.ºs [309/XV/1.ª](#) (BE) — Medidas para melhorar o acesso a juntas médicas e agilizar a emissão do

atestado médico de incapacidade multiuso, [246/XV/1.^a](#) (CH) — Reformula o critério inerente à avaliação da incapacidade das pessoas com deficiência, [385/XV/1.^a](#) (L) — Estabelece a data em que o atestado de incapacidade multiusos produz efeitos e as datas implicadas no recurso hierárquico necessário da avaliação de incapacidade e [392/XV/1.^a](#) (PCP) — Agilização na emissão ou renovação, prorrogação da vigência e gratuidade dos atestados multiuso. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [João Dias](#) (PCP), [Gabriela Fonseca](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Sofia Andrade](#) (PS) e [Helga Correia](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º [255/XIV/2.^a](#) (Filipe Ponche Rocha e outros) — Fogo Preso – Movimento de apoio à sobrevivência da pirotecnia portuguesa, em conjunto com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [388/XV/1.^a](#) (PAN) — Aprova uma moratória para a utilização de artigos de pirotecnia e consequente substituição por artefactos silenciosos, jogos de luzes ou similares, considerando os impactos negativos dos artigos de pirotecnia tradicionais na saúde das pessoas, bem-estar animal e ambiente e com o Projeto de Resolução n.º [309/XV/1.^a](#) (CH) — Criação de linha de apoio à tesouraria de micro e pequenas empresas do setor da pirotecnia, tendo estas iniciativas sido rejeitadas. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Melo](#) (CH), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Pompeu Martins](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE) questionou o Presidente acerca de uma reclamação, anunciada pelo Chega, contra inexactidões do texto de redação final relativo aos Projetos de Lei n.ºs [5/XV/1.^a](#) (BE), [74/XV/1.^a](#) (PS), [83/XV/1.^a](#) (PAN) e [111/XV/1.^a](#) (IL). Após o Presidente ter dado explicações, usaram da palavra, em interpelação à Mesa, os Deputados [André Ventura](#) (CH) — que também usou da palavra para fazer um protesto —, [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [215/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Maria Manuel Viana, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [216/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pelo PCP e pelo L) — De saudação pela eleição de Évora para Capital Europeia da Cultura em 2027, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que se seguiram aplausos gerais.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [144/XV/1.^a](#) (PSD) — Altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, [387/XV/1.^a](#) (PAN) — Procede à alteração do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, por forma a assegurar processos de elaboração, alteração ou revisão dos programas e dos planos territoriais mais democráticos, participativos e respeitadores do ambiente e da vontade das populações e [393/XV/1.^a](#) (PCP) — Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [276/XV/1.^a](#) (IL) — Pela suspensão dos acordos de extradição com a República Popular da China e com Hong Kong, como recomendado pelo Parlamento Europeu e [286/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à avaliação urgente das implicações da Lei de Segurança Nacional aplicável em Hong Kong, adotada pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, em 30 de junho de 2020, nos acordos pertinentes celebrados entre Portugal e Hong Kong, no âmbito das políticas de asilo, migração, vistos e residência e nos direitos fundamentais da comunidade portuguesa residente naquele território.

Foi rejeitada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [87/XIV/2.^a](#) (ALRAM) — Sobre a atribuição de subsídio de insularidade.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [350/XV/1.ª](#) (PCP) — Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro) e [391/XV/1.ª](#) (CH) — Assegura o subsídio de insularidade a todos os funcionários públicos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Foi rejeitada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [95/XIV/2.ª](#) (ALRAM) — Pela valorização da condição ultraperiférica do estudante atleta — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2019, 24 de abril.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [34/XV/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a legislar em matéria relativa ao destacamento dos condutores do setor do transporte rodoviário, transpondo a Diretiva 2020/1057 e criando o respetivo regime sancionatório.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [253/XV/1.ª](#) (CH) — Determina que a profissão de motorista de veículos pesados de mercadorias e de passageiros seja considerada de desgaste rápido.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [216/XV/1.ª](#) (PS) — Assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado, aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, e [250/XV/1.ª](#) (PAN) — Procede à terceira alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, por forma a incluir no seu âmbito de aplicação a publicidade institucional das entidades administrativas independentes, tendo sido rejeitado o Projeto de Lei n.º [394/XV/1.ª](#) (CH) — Alarga o âmbito de aplicação da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, passando a contemplar as comunidades portuguesas no estrangeiro.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [317/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que cumpra o estabelecido na lei e publique atempadamente o despacho que define os montantes dos apoios a atribuir no âmbito do regime de incentivos à comunicação social de âmbito regional e local.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [135/XV/1.ª](#) (PCP) — Aprova o estatuto da condição policial e [136/XV/1.ª](#) (PCP) — Gestão democrática do sistema de assistência na doença da GNR e PSP (sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro), o Projeto de Resolução n.º [158/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que inicie um processo de estudo e discussão com vista à criação de uma polícia nacional de natureza civil em substituição da PSP e da GNR e os Projetos de Lei n.ºs [147/XV/1.ª](#) (CH) — Procede à atualização dos montantes da componente fixa do suplemento de condição militar, [245/XV/1.ª](#) (CH) — Eliminação do fator de sustentabilidade aplicado aos agentes da Polícia de Segurança Pública aposentados, não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro, [254/XV/1.ª](#) (CH) — Atribui aos efetivos com funções policiais das forças e serviços de segurança a qualificação de profissão de desgaste rápido, [256/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro, garantindo o cumprimento dos critérios de pré-aposentação e aposentação dos profissionais da Polícia de Segurança Pública de acordo com o seu estatuto profissional e [381/XV/1.ª](#) (PAN) — Aumenta a componente fixa do suplemento por serviço e risco dos profissionais das forças e serviços de segurança.

Na generalidade, foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [109/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que desenvolva um plano nacional aeroportuário, sujeito a avaliação ambiental estratégica e foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [114/XV/1.ª](#) (BE) — Pela dinamização do transporte de passageiros no aeroporto de Beja e [308/XV/1.ª](#) (PCP) — Aproveitamento do aeroporto de Beja nas suas diversas dimensões e potencialidades.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 253/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a prioridade ao abastecimento doméstico e o abandono de usos insustentáveis na «Tomada de Água no Pomarão» (rio Guadiana).

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 177/XV/1.^a (CH) — Elimina restrições injustificadas no acesso a profissões reguladas e estabelece limites à duração e organização dos estágios e 178/XV/1.^a (IL) — Reforma regulatória das associações públicas profissionais, combate ao corporativismo e democratização do acesso às profissões (primeira alteração à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro).

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º 221/XV/1.^a (PS) — Assegura a manutenção da proteção das lojas com história que tenham transitado para o NRAU até 31 de dezembro de 2027, alterando a Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada Susana Amador (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º 25/XV/1.^a (GOV) — Estende o âmbito de aplicação do regime especial de expropriação e constituição de servidões administrativas para a execução de projetos integrados no Programa de Estabilização Económica e Social aos projetos abrangidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada Susana Amador (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 9/XV/1.^a (PAN) — Estabelece a remuneração obrigatória dos estágios profissionais para o acesso ao exercício da profissão, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e dos estatutos de diversas associações públicas profissionais, e 108/XV/1.^a (PS) — Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho. No fim, os Deputados Emília Cerqueira (PSD), Alma Rivera (PCP) e Pedro Delgado Alves (PS) proferiram declarações de voto.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 244/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que «assegure o direito ao esquecimento», dando início à negociação do acordo nacional relativo ao acesso ao crédito e a contratos de seguros por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, de forma a operacionalizar o direito ao esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro, e 273/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que promova a efetiva aplicação do «direito ao esquecimento», nos termos consagrados na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º 47/XV/1.^a (GOV) — Regulamenta as contribuições de solidariedade temporárias sobre os setores da energia e da distribuição alimentar, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada Susana Amador (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovado, na especialidade (assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas em sede de Comissão) e em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, relativo à Proposta de Lei n.º 42/XV/1.^a (GOV) — Procede à alteração do Regime Jurídico das Autarquias Locais,

aprofundando o regime das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada [Susana Amador](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão sobre o pedido de processo de urgência na tramitação da Proposta de Lei n.º [54/XIV/1.ª](#) (ALRAM) — *Procede à alteração do regime de seguro social voluntário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40/89, de 1 de fevereiro, na redação atual, bem como do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, na redação atual, a fim de permitir a admissão de portugueses residentes na diáspora.*

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 1 minuto.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — [N.º 72](#) (2023.01.05)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Moção de Censura n.º [2/XV/1.ª](#), dos Projetos de Lei n.ºs [418](#), [453](#) a [458/XV/1.ª](#), dos Projetos de Resolução n.ºs [334](#) a [346](#) e [348/XV/1.ª](#), das Propostas de Lei n.ºs [55](#) e [56/XV/1.ª](#) e da Proposta de Resolução n.º [5/XV/1.ª](#).

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos à suspensão do mandato de três Deputados do PS e de uma Deputada do PSD e às respetivas substituições.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [348/XV/1.ª](#) (PAR) — *Deslocação do Presidente da República a Roma, tendo o Deputado [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH) proferido uma declaração de voto.*

Foram apreciados dois recursos, um apresentado pelo CH, relativo à decisão do Presidente da Assembleia da República sobre a reclamação contra inexatidões do Decreto da Assembleia da República n.º [23/XV](#), e outro pela Iniciativa Liberal, relativo à decisão do Presidente da Assembleia da República sobre a fixação da ordem do dia e o não agendamento do debate da moção de censura nesta sessão plenária, que, no fim, foram rejeitados. Usaram da palavra os Deputados [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL)

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo PSD, sobre o tema «situação política e a crise no Governo». Após o Deputado [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes), os Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Susana Amador](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Duarte Pacheco](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º [250/XIV/2.ª](#) (José Bruno Teixeira Alves e outros) — *Os enfermeiros com contrato individual de trabalho (CIT) solicitam igualdade em relação aos que têm contrato de funções públicas, em conjunto com a apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [186/XV/1.ª](#) (CH) — *Procede à equiparação entre os enfermeiros vinculados por contrato individual de trabalho (CIT) e enfermeiros vinculados com contrato de funções**

públicas (CTFP) para efeitos de remunerações e posições remuneratórias, [378/XV/1.^a](#) (PCP) — Integração de trabalhadores com contrato individual de trabalho nas respetivas carreiras da Administração Pública e [448/XV/1.^a](#) (BE) — Igualdade entre trabalhadores com contrato individual de trabalho e com contrato de trabalho em funções públicas na área da saúde. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [João Dias](#) (PCP), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Joana Barata Lopes](#) (PSD) e [Eurídice Pereira](#) (PS).

Foram apreciados, conjuntamente, a Petição n.º [235/XIV/2.^a](#) (Paulo Deus e outros) — Em defesa da Tapada das Necessidades e os Projetos de Resolução n.ºs [94/XV/1.^a](#) (BE) — Pela preservação e defesa da Tapada das Necessidades como espaço público, [105/XV/1.^a](#) (CH) — Pela manutenção do jardim da Tapada das Necessidades, [131/XV/1.^a](#) (PCP) — Pela reabilitação e salvaguarda do interesse e usufruto públicos da Tapada das Necessidades, [151/XV/1.^a](#) (PAN) — Pela preservação dos valores histórico e natural da Tapada das Necessidades e [161/XV/1.^a](#) (PSD) — Regenerar a Tapada das Necessidades e abrir ao público o Palácio Real como novo polo museológico após saída do MNE. Intervieram no debate os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Jorge Galveias](#) (CH), [Duarte Alves](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alexandre Simões](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Pedro Anastácio](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram debatidos em conjunto, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [105/XIV/2.^a](#) (ALRAM) — Pela majoração do financiamento da Universidade da Madeira e da Universidade dos Açores (sexta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior), e o Projeto de Lei n.º [428/XV/1.^a](#) (CH) — Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, assegurando a introdução de complemento de insularidade aplicável ao financiamento dos estabelecimentos de ensino superior das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Intervieram os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Carlos Pereira](#) (PS), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Moniz](#) (PSD) e [Francisco César](#) (PS).

Foi discutido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [231/XV/1.^a](#) (PS) — Aprova a lei-quadro da atribuição da categoria das povoações, tendo usado da palavra os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS) — que abriu e encerrou o debate —, [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Bruno Nunes](#) (CH), [Firmino Marques](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [Paula Santos](#) (PCP).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 347 e 349/XV/1.^a

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 34 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 73 (2023.01.06)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Na abertura do debate da Moção de Censura n.º [2/XV/1.^a](#) (IL) — Em defesa das instituições e pelo fim da degradação política, económica e social a que o Governo tem conduzido o País, intervieram o Deputado [João Cotrim Figueiredo](#) (IL) e o Primeiro-Ministro (António Costa).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [João Moura](#) (PSD), [Porfirio Silva](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Catarina Martins](#) (BE) — que também usou da palavra para exercer o direito de defesa da honra da bancada, tendo o

Primeiro-Ministro dado explicações —, [Alma Rivera](#) (PCP), [Joaquim Miranda Sarmiento](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Hugo Carneiro](#), [Clara Marques Mendes](#), [Sónia Ramos](#) e [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Marcos Perestrello](#) e [Francisco César](#) (PS), [Filipe Melo](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Rita Borges Madeira](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Carla Castro](#) e [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [João Torres](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Joaquim Pinto Moreira](#) (PSD) e [Bernardo Blanco](#) (IL).

No encerramento do debate, intervieram a Ministra da Presidência (Mariana Vieira da Silva) e o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL), tendo, no final, a moção de censura sido rejeitada por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 350 a 352 e 357 e 358/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 4 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 74 (2023.01.07)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 10 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 460/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 355 e 356/XV/1.^a

Ao abrigo do [artigo 73.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate temático, requerido pelo PSD, sobre o setor dos registos. Após a Deputada [Márcia Passos](#) (PSD) ter proferido uma intervenção na fase de abertura — a que se seguiu uma interpelação à Mesa do Deputado [Joaquim Miranda Sarmiento](#) (PSD) em relação à ausência da Ministra da Justiça no debate, tendo a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes) dado explicações —, usaram da palavra, a diverso título, além daquela oradora e do Secretário de Estado da Justiça (Pedro Tavares), os Deputados [Paulo Araújo Correia](#) (PS), [Sofia Matos](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Francisco Pereira de Oliveira](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Pinto](#) e [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [Ofélia Ramos](#) (PSD), [Raquel Ferreira](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L). No encerramento do debate, intervieram, além do Secretário de Estado da Justiça, os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Pedro Pinto](#) (CH), [Paula Cardoso](#) (PSD) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Foram discutidos em conjunto, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 30/XV/1.^a (GOV) — Completa a transposição da Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores e os Projetos de Lei n.ºs 382/XV/1.^a (PAN) — Assegura a rotulagem ambiental dos produtos alimentares, procedendo à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 138/90, de 26 de abril, e 438/XV/1.^a (CH) — Reconhece o direito à proteção do meio ambiente e ao consumo ecologicamente responsável na Lei de Defesa do Consumidor, que foram depois votados, na generalidade, tendo sido aprovada a primeira e rejeitados os segundos. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços (Nuno Fazenda), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rita Matias](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [José Rui Cruz](#) (PS), [Fernanda Velez](#) (PSD), [João Azevedo Castro](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Foi discutida, na generalidade, e posteriormente aprovada, a Proposta de Lei n.º 32/XV/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a estabelecer regras de certificação das qualificações das pessoas que intervêm na operação de embarcações que navegam em vias interiores, para

transposição das Diretivas (UE) 2017/2397, 2020/12 e 2021/1233. Intervieram, além do Secretário de Estado do Mar (José Maria Costa), os Deputados [Rui Tavares](#) (L), [António Topa Gomes](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Filipe Melo](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE) e [Hugo Oliveira](#) (PS).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [380/XV/1.ª](#) (PSD) — Revisão do Regime SIFIDE II para eliminação de abusos e incentivo ao verdadeiro investimento para investigação, desenvolvimento, inovação tecnológica e transição energética, que foi, depois, rejeitado, [422/XV/1.ª](#) (BE) — Elimina os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do SIFIDE a fundos de investimento e contribuições para fundos de investimento e capital de risco, ou na aquisição de participações sociais, que foi, também, rejeitado, [424/XV/1.ª](#) (PAN) — Cria incentivos ao investimento empresarial na sustentabilidade ambiental, procedendo à alteração do Código Fiscal do Investimento e do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, que foi objeto de requerimento, apresentado pelo proponente, no sentido da baixa à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, na generalidade, por 60 dias, o qual foi aprovado, [431/XV/1.ª](#) (PCP) — Extingue o SIFIDE e atribui os respetivos recursos financeiros a políticas de investigação e desenvolvimento (I&D), procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, que foi rejeitado, e [439/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Código Fiscal do Investimento, procedendo à revisão do sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial, que foi objeto de um requerimento, apresentado pelo proponente, no sentido da baixa à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, na generalidade, por 60 dias, o qual foi aprovado. Usaram da palavra os Deputados [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Duarte Alves](#) (PCP), [Rui Afonso](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Miguel Matos](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L) e [Carlos Pereira](#) (PS).

Foram discutidos o Projeto de Resolução n.º [102/XV/1.ª](#) (CH) — Pela realização de um estudo atualizado sobre a caracterização das comunidades ciganas residentes em Portugal — que foi, depois, rejeitado — e, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [430/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova medidas de combate à discriminação de cidadãos estrangeiros, alterando diversos diplomas, o qual foi objeto de um requerimento, apresentado pelo proponente, no sentido da baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, na generalidade, por 60 dias, que foi aprovado. Proferiram intervenções os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Alma Rivera](#) (PCP), [Alexandra Leitão](#) (PS) e [Emília Cerqueira](#) (PSD).

Após terem sido lidos os Projetos de Voto n.ºs [221/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Linda de Suza, [222/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Francesc Vendrell, [223/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de António Feliciano Inácio, [224/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH e pela IL) — De pesar pelo falecimento do Papa Emérito Bento XVI e [225/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de António Mega Ferreira, foram aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foram rejeitados, na generalidade, os projetos de lei:

N.º [186/XV/1.ª](#) (CH) — Procede à equiparação entre os enfermeiros vinculados por contrato individual de trabalho (CIT) e enfermeiros vinculados com contrato de funções públicas (CTFP) para efeitos de remunerações e posições remuneratórias;

N.º [378/XV/1.ª](#) (PCP) — Integração de trabalhadores com contrato individual de trabalho nas respetivas carreiras da Administração Pública;

N.º [448/XV/1.ª](#) (BE) — Igualdade entre trabalhadores com contrato individual de trabalho e com contrato de trabalho em funções públicas na área da saúde.

Foram rejeitados, na generalidade, os projetos de resolução:

N.º 94/XV/1.^a (BE) — Pela preservação e defesa da Tapada das Necessidades como espaço público;

N.º 105/XV/1.^a (CH) — Pela manutenção do jardim da Tapada das Necessidades;

N.º 131/XV/1.^a (PCP) — Pela reabilitação e salvaguarda do interesse e usufruto públicos da Tapada das Necessidades;

N.º 151/XV/1.^a (PAN) — Pela preservação dos valores histórico e natural da Tapada das Necessidades;

N.º 161/XV/1.^a (PSD) — Regenerar a Tapada das Necessidades e abrir ao público o Palácio Real como novo polo museológico após saída do MNE.

Foram rejeitados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 105/XIV/2.^a (ALRAM) — Pela majoração do financiamento da Universidade da Madeira e da Universidade dos Açores – Sexta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior e o Projeto de Lei n.º 428/XV/1.^a (CH) — Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, assegurando a introdução de complemento de insularidade aplicável ao financiamento dos estabelecimentos de ensino superior das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 231/XV/1.^a (PS) — Aprova a lei-quadro da atribuição da categoria das povoações.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 21/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure uma maior divulgação da tarifa social de fornecimento de serviços de acesso à internet de banda larga e a eliminação dos custos adicionais de adesão a esta tarifa.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 333/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que acione o Fundo de Emergência Municipal e garanta os apoios necessários à reparação dos danos causados aos municípios e comunidades intermunicipais pelas situações de cheias ocorridas no mês de dezembro de 2022.

Foram aprovados três pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando três Deputados do CH a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 460 e 461/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 353 e 354/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 45 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 75 (2023.01.12)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Inquérito Parlamentar n.º 6/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 464, 465, 467 a 469, 475, 476 e 478 a 483/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 359 a 366 e 370/XV/1.^a

De seguida, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, dos presidentes das câmaras municipais do distrito da Guarda e de uma delegação, no âmbito do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Brasil, de Deputados do estado do Amazonas, que foram aplaudidos pela Câmara.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, procedeu-se a um debate com o Governo sobre política geral, tendo o Primeiro-Ministro (António Costa) respondido às perguntas formuladas pelos Deputados João Cotrim Figueiredo (IL), Joaquim Miranda

Sarmiento (PSD), André Ventura (CH), Paula Santos (PCP), Catarina Martins (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Eurico Brilhante Dias (PS), Pedro Pinto e Filipe Melo (CH), Luís Soares e Mara Lagriminha Coelho (PS), Ricardo Baptista Leite (PSD), Rodrigo Saraiva e Carlos Guimarães Pinto (IL).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 462 e 463, 466, 470 a 474, 477, 484 e 485/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 367 a 369 e 371/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 11 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 76 (2023.01.13)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 13 minutos.

*Ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia, procedeu-se ao debate, com a participação do Governo, sobre as prioridades da Presidência sueca do Conselho da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (Tiago Antunes) — que abriu e encerrou o debate —, os Deputados *Luís Capoulas Santos* e *João Paulo Rebelo* (PS), *Ricardo Sousa* e *Paulo Ramalho* (PSD), *Diogo Pacheco de Amorim* e *Pedro Pessanha* (CH), *Bernardo Blanco* (IL), *Bruno Dias* (PCP), *Mariana Mortágua* (BE), *Inês de Sousa Real* (PAN) e *Rui Tavares* (L).*

Foram apreciados, na generalidade, os seguintes projetos de lei:

N.º 400/XV/1.^a (IL) — Elimina a obrigatoriedade de afixação da indicação de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis, alterando o Código do Trabalho;

N.º 401/XV/1.^a (IL) — Elimina a contraordenação por não deter três exemplares para a documentação dos transportes de mercadorias;

N.º 402/XV/1.^a (IL) — Elimina a obrigação de afixação de informação sobre a legislação referente ao direito de parentalidade, alterando o Código do Trabalho;

N.º 404/XV/1.^a (IL) — Eliminação da obrigatoriedade de a mera comunicação prévia ter de ser instruída com o título urbanístico (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo);

N.º 406/XV/1.^a (IL) — Elimina a obrigatoriedade dos centros de bronzamento artificial de afixar os diplomas ou certificados de competência do pessoal técnico (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo);

N.º 407/XV/1.^a (IL) — Extingue a exigência da comunicação prévia ao IPDJ de campos de férias (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de março, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de organização de campos de férias);

N.º 408/XV/1.^a (IL) — Redução do valor das coimas por contraordenações económicas e criação do escalão de contraordenações muito leves (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro);

N.º 409/XV/1.^a (IL) — Elimina a obrigatoriedade de afixação de informação relativa à existência de postos de trabalho permanentes que estejam disponíveis na empresa ou estabelecimento, alterando o Código do Trabalho;

N.º 410/XV/1.^a (IL) — Elimina a obrigatoriedade de explicitar «Chamada para a rede fixa nacional» e «Chamada para rede móvel nacional» nas linhas telefónicas para contacto do consumidor (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 59/2021, de 14 de julho);

N.º 411/XV/1.^a (IL) — Simplifica o procedimento de renovação da carta de condução (sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho);

N.º 403/XV/1.^a (IL) — Simplifica a sinalização relativa ao consumo de tabaco em recintos fechados destinados à utilização coletiva (quarta alteração à Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto, que aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo);

N.º 425/XV/1.^a (IL) — Elimina a coima pela circunstância da pessoa que tenha a posse ou detenha animal de companhia não o registe no prazo de 120 dias após o seu nascimento (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2019, de 27 de junho, que estabelece as regras de identificação dos animais de companhia, criando o sistema de informação de animais de companhia);

N.º 426/XV/1.^a (IL) — Eliminação da limitação ao valor do orçamento (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo);

N.º 427/XV/1.^a (IL) — Altera o valor das coimas aplicáveis por contraordenações relacionadas às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagens (nona alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem);

N.º 432/XV/1.^a (PAN) — Reforça as garantias dos cidadãos no processo de revalidação das cartas de condução, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, e do Código da Estrada;

N.º 433/XV/1.^a (PAN) — Reforça o direito de parentalidade, alterando o Código de Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

N.º 434/XV/1.^a (PAN) — Procede à criação de mecanismos de transparência relativamente às taxas cobradas no âmbito estadual e das autarquias locais, e assegura a avaliação técnica independente das contrapartidas associadas à cobrança de cada uma das taxas existentes no âmbito estadual;

N.º 435/XV/1.^a (CH) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro (aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas), densificando o regime de recolha de meios de prova;

N.º 441/XV/1.^a (L) — Proíbe a ativação ou cobrança de serviços não solicitados ou autorizados;

N.º 442/XV/1.^a (L) — Introduce transparência e informação fidedigna na informação de preços;

N.º 443/XV/1.^a (L) — Introduce medidas promotoras de transparência na informação pré-contratual relativa à comercialização à distância de serviços financeiros;

N.º 444/XV/1.^a (L) — Reforça os direitos dos consumidores, vedando a renovação forçada de serviços ou equipamentos cuja vida útil não tenha ainda expirado;

N.º 445/XV/1.^a (L) — Garante a acessibilidade de pessoas trabalhadoras à informação legalmente exigida em matéria de assédio no trabalho, direitos de parentalidade e existência de postos de trabalho permanentes;

N.º 446/XV/1.^a (L) — Reforça os direitos dos consumidores, garantindo que o consumidor não é obrigado a adquirir mais serviços ou bens do que aqueles de que necessita;

N.º 449/XV/1.^a (BE) — Estabelece a amnistia pelo incumprimento de pagamento de taxas de portagens e

N.º 450/XV/1.^a (BE) — Altera a competência para a instrução de processos relativos ao não pagamento de taxas de portagem (décima alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem).

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Fátima Correia Pinto](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [Ana Bernardo](#) e [Carlos Brás](#) (PS), [Artur Soveral Andrade](#) (PSD), [Hugo Carvalho](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH) e [Clara Marques Mendes](#) (PSD).

Foram discutidos em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [235/XV/1.^a](#) (PCP) — Regime de preços dos bens alimentares essenciais, [416/XV/1.^a](#) (PAN) — Aprova medidas de promoção da doação de géneros alimentícios e de combate ao desperdício alimentar, alterando a Lei n.º 62/2021, de 19 de agosto, [417/XV/1.^a](#) (PAN) — Cria incentivos fiscais à doação de alimentos e combate ao desperdício alimentar, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais e do Código do IRC, [418/XV/1.^a](#) (PAN) — Possibilita a aplicação de IVA Zero à aquisição de bens alimentares essenciais durante o ano de 2023, [423/XV/1.^a](#) (BE) — Cria mecanismos de intervenção e fixação de preços nos bens alimentares essenciais e [436/XV/1.^a](#) (CH) — Isenta de IVA os bens alimentares essenciais. Intervieram no debate os Deputados [João Dias](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Afonso](#) (CH), [Sérgio Ávila](#) (PS), [Paulo Ramalho](#) (PSD), [Clarisse Campos](#) (PS), [Patrícia Dantas](#) (PSD), [Carla Castro](#) (IL) e [Rui Tavares](#) (L).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 5 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 77 (2023.01.14)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 372 a 375/XV/1.^a e do Projeto de Lei n.º 459/XV/1.^a

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [140/XV/1.^a](#) (BE) — Garante a gestão pública do abastecimento de água e do saneamento, que foi rejeitado, [429/XV/1.^a](#) (PCP) — Estabelece o regime de recuperação da gestão pública dos sistemas de abastecimento de águas e saneamento, que foi rejeitado, e [440/XV/1.^a](#) (L) — Direito ao saneamento básico, que, a requerimento do L baixou à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 60 dias. Proferiram intervenções os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Duarte Alves](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [António Monteirinho](#) (PS), [Bruno Coimbra](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Nelson Brito](#) (PS).

De seguida, foram debatidos, em conjunto, a Petição n.º 226/XIV/2.^a (STAL, ANDAEP, ANDE, FENPROF, CNIPE e FNSTFPS) — Não à transferência de competências para os municípios (municipalização) em educação e o Projeto de Resolução n.º 320/XV/1.^a (PCP) — Reversão do processo de transferência de competências para as autarquias na área da educação, que foi rejeitado. Intervieram os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Carla Castro](#) (IL), [Bruno Nunes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Gabriela Fonseca](#) (PSD), [Lúcia Araújo da Silva](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Foi apreciada a Petição n.º 21/XIV/1.^a (CIPSO – Grupo de cidadãos pelos seniores de Odivelas) — Pela construção de uma estrutura residencial sénior pública em Odivelas, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 304/XV/1.^a (BE) — Criação de uma nova estrutura residencial de natureza pública para idosos em Odivelas e 319/XV/1.^a (PCP) — Pela construção de um lar de idosos de gestão pública no concelho de Odivelas, que foram rejeitados, na generalidade. Usaram da palavra os Deputados [José Moura Soeiro](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Rocha](#) (IL), [Miguel Cabrita](#) (PS), [Jorge Galveias](#) (CH), [Helga Correia](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) saudou a presença, na Tribuna B, do ex-Presidente da República de Cabo Verde Pedro Pires e do Embaixador de Cabo Verde em Lisboa, Eurico Monteiro, que assistiram à sessão e foram aplaudidos pela Câmara.

Foi apreciada a Petição n.º 62/XIV/1.^a (Associação Portuguesa de Musicoterapia) — Reconhecimento da profissão do musicoterapeuta em Portugal, tendo proferido intervenções os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Cristina Mendes da Silva](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Joana Barata Lopes](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [José Moura Soeiro](#) (BE).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 228/XV/1.^a (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de António Cartaxo, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a) e guardado, de seguida, 1 minuto de silêncio.

A solicitação do CH, foi realizado um debate relativamente ao Projeto de Voto n.º 230/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PCP, pelo PS, pelo PSD, pela IL, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — De condenação pela invasão e vandalização das sedes dos poderes legislativo, executivo e judicial na República Federativa do Brasil. Após as intervenções dos Deputados [André Ventura](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Tiago Moreira de Sá](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Rui Tavares](#) (L), foi aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram votados, na generalidade, os seguintes Projetos de Lei:

N.º 400/XV/1.^a (IL) — Elimina a obrigatoriedade de afixação da indicação de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis, alterando o Código do Trabalho, que foi rejeitado;

N.º 401/XV/1.^a (IL) — Elimina a contraordenação por não deter três exemplares para a documentação dos transportes de mercadorias, que foi rejeitado;

N.º 402/XV/1.^a (IL) — Elimina a obrigação de afixação de informação sobre a legislação referente ao direito de parentalidade, alterando o Código do Trabalho, que foi rejeitado;

N.º 404/XV/1.^a (IL) — Eliminação da obrigatoriedade de a mera comunicação prévia ter de ser instruída com o título urbanístico (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo), que foi rejeitado;

N.º 406/XV/1.^a (IL) — Elimina a obrigatoriedade dos centros de bronzeamento artificial de afixar os diplomas ou certificados de competência do pessoal técnico (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida

pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo), que foi rejeitado;

N.º 407/XV/1.^a (IL) — Extingue a exigência da comunicação prévia ao IPDJ de campos de férias (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de março, que estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de organização de campos de férias), que foi rejeitado;

N.º 408/XV/1.^a (IL) — Redução do valor das coimas por contraordenações económicas e criação do escalão de contraordenações muito leves (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro), que foi rejeitado;

N.º 409/XV/1.^a (IL) — Elimina a obrigatoriedade de afixação de informação relativa à existência de postos de trabalho permanentes que estejam disponíveis na empresa ou estabelecimento, alterando o Código do Trabalho, que foi rejeitado;

N.º 410/XV/1.^a (IL) — Elimina a obrigatoriedade de explicitar «Chamada para a rede fixa nacional» e «Chamada para rede móvel nacional» nas linhas telefónicas para contacto do consumidor (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 59/2021, de 14 de julho), que foi aprovado;

N.º 411/XV/1.^a (IL) — Simplifica o procedimento de renovação da carta de condução (sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho), que foi rejeitado;

N.º 403/XV/1.^a (IL) — Simplifica a sinalização relativa ao consumo de tabaco em recintos fechados destinados à utilização coletiva (quarta alteração à Lei n.º 37/2007, de 14 de agosto, que aprova normas para a proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo), que foi rejeitado;

N.º 425/XV/1.^a (IL) — Elimina a coima pela circunstância da pessoa que tenha a posse ou detenha animal de companhia não o registe no prazo de 120 dias após o seu nascimento (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2019, de 27 de junho, que estabelece as regras de identificação dos animais de companhia, criando o sistema de informação de animais de companhia), que foi rejeitado;

N.º 426/XV/1.^a (IL) — Eliminação da limitação ao valor do orçamento (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo), que foi rejeitado;

N.º 427/XV/1.^a (IL) — Altera o valor das coimas aplicáveis por contraordenações relacionadas às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagens (nona alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem), que foi aprovado;

N.º 432/XV/1.^a (PAN) — Reforça as garantias dos cidadãos no processo de revalidação das cartas de condução, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, e do Código da Estrada, que foi rejeitado;

N.º 433/XV/1.^a (PAN) — Reforça o direito de parentalidade, alterando o Código de Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que foi rejeitado;

N.º 434/XV/1.^a (PAN) — Procede à criação de mecanismos de transparência relativamente às taxas cobradas no âmbito estadual e das autarquias locais, e assegura a avaliação técnica independente das contrapartidas associadas à cobrança de cada uma das taxas existentes no âmbito estadual, que foi rejeitado;

N.º 435/XV/1.^a (CH) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro (Aprova o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas), densificando o regime de recolha de meios de prova, que foi rejeitado;

N.º 441/XV/1.^a (L) — Proíbe a ativação ou cobrança de serviços não solicitados ou autorizados, que foi rejeitado;

N.º 442/XV/1.^a (L) — Introdz transparência e informação fidedigna na informação de preços, que foi rejeitado;

N.º 443/XV/1.^a (L) — Introdz medidas promotoras de transparência na informação pré-contratual relativa à comercialização à distância de serviços financeiros, que foi aprovado;

N.º 444/XV/1.^a (L) — Reforça os direitos dos consumidores, vedando a renovação forçada de serviços ou equipamentos cuja vida útil não tenha ainda expirado, que foi aprovado;

N.º 445/XV/1.^a (L) — Garante a acessibilidade de pessoas trabalhadoras à informação legalmente exigida em matéria de assédio no trabalho, direitos de parentalidade e existência de postos de trabalho permanentes, que foi rejeitado;

N.º 446/XV/1.^a (L) — Reforça os direitos dos consumidores, garantindo que o consumidor não é obrigado a adquirir mais serviços ou bens do que aqueles de que necessita, que foi rejeitado;

N.º 449/XV/1.^a (BE) — Estabelece a amnistia pelo incumprimento de pagamento de taxas de portagens, que foi rejeitado;

N.º 450/XV/1.^a (BE) — Altera a competência para a instrução de processos relativos ao não pagamento de taxas de portagem (décima alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o Regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem), que foi rejeitado;

N.º 235/XV/1.^a (PCP) — Regime de preços dos bens alimentares essenciais, que foi rejeitado.

Foram aprovados dois requerimentos, apresentados pelo PAN solicitando a baixa, respetivamente, à Comissão de Agricultura e Mar, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 416/XV/1.^a (PAN) — Aprova medidas de promoção da doação de géneros alimentícios e de combate ao desperdício alimentar, alterando a Lei n.º 62/2021, de 19 de agosto, e à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 417/XV/1.^a (PAN) — Cria incentivos fiscais à doação de alimentos e combate ao desperdício alimentar, procedendo à alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais e do Código do IRC.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 418/XV/1.^a (PAN) — Possibilita a aplicação de IVA Zero à aquisição de bens alimentares essenciais durante o ano de 2023, 423/XV/1.^a (BE) — Cria mecanismos de intervenção e fixação de preços nos bens alimentares essenciais e 436/XV/1.^a (CH) — Isenta de IVA os bens alimentares essenciais.

Foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução 290/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que reforce o ensino de Português no estrangeiro nas suas diferentes dimensões e intensifique o uso das tecnologias digitais para o tornar mais atrativo, interativo e ajustado ao perfil dos alunos;

Foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução 298/XV/1.^a (PAN) — Pela condenação do Mundial 2022 no Qatar.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar uma Deputada do BE a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 14 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 78 (2023.01.19)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 376 a 389/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 486 a 490/XV/1.^a

O Presidente saudou a presença, nas galerias, de funcionários da Direção dos Assuntos Legislativos da Assembleia Nacional da Hungria, que assistiram à sessão.

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do PSD, foi discutido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 480/XV/1.^a (PSD) — Cria um programa nacional de atração, acolhimento e integração de imigrantes e a agência portuguesa para as migrações, que foi, posteriormente, rejeitado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Anastácio](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Joana Sá Pereira](#) e [Susana Amador](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Romualda Nunes Fernandes](#) (PS), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [André Coelho Lima](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH) e [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 7 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 79 (2023.01.20)

SUMÁRIO

O Presidente ([Adão Silva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de um Deputado do PSD, à assunção do mandato correspondente e à respetiva substituição.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 491 e 492/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 390 a 393 e 395 a 398/XV/1.^a

Entretanto, o Presidente ([Adão Silva](#)) saudou a Presidente do Parlamento da Albânia e sua delegação, presentes na tribuna diplomática, tendo sido aplaudidas pela Câmara.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre «greves e reivindicações dos professores». Após o Deputado [André Ventura](#) (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além do Ministro da Educação ([João Costa](#)), os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Carla Castro](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Tiago Estevão Martins](#) (PS), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Sónia Ramos](#) (PSD) e [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH).

Em declaração política, que disse ser a última na qualidade de Presidente da Iniciativa Liberal, o Deputado [João Cotrim Figueiredo](#) (IL) acusou o Governo de não explicar o passado, não cuidar do presente e não preparar o futuro e elencou os casos políticos que vieram a público desde a apresentação, pelo seu partido, da moção de censura ao Governo. No final,

respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) (PS) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [João Dias](#) (PCP) atribuiu à desvalorização dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde a causa dos problemas atuais e defendeu o seu reforço substancial com a contratação de mais profissionais, tendo depois respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Berta Nunes](#) (PS) e [Rui Cristina](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [José Moura Soeiro](#) (BE) criticou a proposta, apresentada na Câmara Municipal do Porto pelo autarca Rui Moreira, de agravamento da criminalização do tráfico de estupefacientes e da criminalização do seu consumo na via pública, bem como a aprovação da mesma com votos de Deputados do PS. Em seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Dias](#) (PCP), [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD) e [Maria Antónia de Almeida Santos](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Porfírio Silva](#) (PS) fez referência ao processo negocial que se encontra em curso entre o Governo e os sindicatos dos professores, destacando as propostas apresentadas pelo Ministério da Educação, que visam, sobretudo, rever o regime de recrutamento, melhorando a condição docente e a escola pública. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rui Tavares](#) (L), [António Cunha](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Miguel Santos](#) (PSD), a propósito do questionário prévio à integração de novos membros no Governo, considerou que o mesmo constitui uma forma de desresponsabilização do Primeiro-Ministro pelas escolhas que faz e lamentou a não aplicação deste mecanismo de escrutínio aos atuais membros do Governo. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [André Pinotes Batista](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Rui Afonso](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [Filipe Melo](#) (CH) falou das dificuldades vividas pelas famílias portuguesas, referindo que o Governo da maioria absoluta nada faz para as atenuar, atribuindo, ao invés, dinheiros públicos a empresas como a TAP, respondendo, depois, a um pedido de esclarecimento do Deputado [Paulo Moniz](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) lamentou o requerimento do Ministério Público para que a lei que criminaliza e pune os maus-tratos a animais de companhia seja declarada inconstitucional, salientando a importância de impedir que tal aconteça. Seguidamente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rita Matias](#) (CH), [Duarte Alves](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do [artigo 77.º](#) do Regimento da Assembleia da República, o Deputado [Porfírio Silva](#) (PS) louvou o ensino superior politécnico, considerando que deve poder passar a outorgar o grau de doutor, após um trabalho cuidado e demorado que crie as condições para o efeito, havendo respondido, no final, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [António Topa Gomes](#) (PSD) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Foi apreciada a Petição n.º [279/XIV/2.ª](#) (Sofia Carolina de Sousa da Silva e outros) — Sim à comercialização e à comparticipação de medicamento antiepiléptico, tendo usado da palavra os Deputados [Cláudia Bento](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Marta Freitas](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [João Dias](#) (PCP).

Foi apreciada a Petição n.º [321/XIV/3.ª](#) (Sindicato Independente de Professores e Educadores) — Tempo de serviço igual, situação igual e escalão igual, juntamente com o Projeto de Lei n.º [478/XV/1.ª](#) (CH) — Proibição de discriminações entre docentes, por efeito de alterações ao Estatuto da Carreira Docente em matéria de reposicionamento na carreira com efeitos remuneratórios, na generalidade, e os Projetos de Resolução n.ºs [327/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda a adoção de medidas para efetivar o direito de todos os docentes ao

posicionamento no escalão remuneratório que corresponda ao tempo de serviço efetivamente prestado, [353/XV/1.^a](#) (L) — Pela vinculação, contabilização do tempo de serviço docente e fim do bloqueio na progressão da carreira e [354/XV/1.^a](#) (BE) — Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores. Intervieram os Deputados [Jorge Galveias](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês Barroso](#) (PSD), [Agostinho Santa](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Carla Castro](#) (IL).

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 11 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 80 (2023.01.21)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 394 e 399 a 401/XV/1.^a

Foram apreciados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [46/XV/1.^a](#) (GOV) — Aprova o Programa Nacional de Habitação para o período 2022-2026, que foi aprovada, e os Projetos de Lei n.ºs [470/XV/1.^a](#) (CH) — Cria um programa de apoio aos jovens para compra de habitação própria e permanente, que, a requerimento do CH, baixou à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, sem votação, por 120 dias; [471/XV/1.^a](#) (L) — Cria o programa de apoio às cooperativas de habitação, que, a requerimento do L, baixou à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, sem votação, por 60 dias; [472/XV/1.^a](#) (L) — Cria o programa ajuda de casa, de apoio à compra da primeira habitação, que, a requerimento do L, baixou à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, sem votação, por 120 dias; [473/XV/1.^a](#) (L) — Aumenta o período de subvenção mensal e o período máximo de apoio do programa Porta 65 – Arrendamento por Jovens, que foi rejeitado; e [474/XV/1.^a](#) (PAN) — Altera a Lei de Bases da Habitação, com vista à criação de gabinetes municipais de apoio à habitação, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, além da Ministra da Habitação (Marina Gonçalves), os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Márcia Passos](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Hugo Carvalho](#) e [Maria Begonha](#) (PS) e [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD).

Procedeu-se ao debate do Projeto de Resolução n.º [274/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que garanta um apoio a todas as famílias, correspondente a 40 % do aumento da prestação com crédito habitação provocado pela subida da taxa euribor, juntamente com o Projeto de Lei n.º [460/XV/1.^a](#) (PAN) — Aprova um regime transitório de isenção de execução de penhora de bens imóveis para a satisfação de garantia real de créditos hipotecários, tendo sido ambos rejeitados na generalidade. Usaram da palavra os Deputados [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Alexandre Simões](#) (PSD), [Miguel Iglésias](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [André Ventura](#) (CH), [Ivan Gonçalves](#) (PS) e [Márcia Passos](#) (PSD).

Foram discutidos em conjunto, na generalidade, os seguintes Projetos de Lei:

N.º [233/XV/1.^a](#) (PCP) — Reduz as comissões bancárias e alarga as condições de acesso e o âmbito da conta de serviços mínimos bancários, que foi rejeitado;

N.º [465/XV/1.^a](#) (PAN) — Põe fim à cobrança de comissões bancárias abusivas a todos os titulares de crédito, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 57/2020, de 28 de agosto, que, a requerimento do PAN, baixou à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por 30 dias;

N.º 466/XV/1.^a (PAN) — Põe fim aos limites de transferências por homebanking e por aplicações de pagamento operadas por terceiros no âmbito das contas de serviços mínimos bancários, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 27-C/200, de 10 de março, que, a requerimento do PAN, baixou à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por 30 dias;

N.º 468/XV/1.^a (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 3/2010 com o objetivo de diminuir os custos associados aos serviços bancários, que foi rejeitado;

N.º 475/XV/1.^a (BE) — Estende a todos os contratos de crédito a proibição de cobrança de comissões previstas na Lei n.º 57/2020, de 23 junho (primeira alteração à Lei n.º 57/2020, de 23 de junho), que foi rejeitado;

N.º 476/XV/1.^a (BE) — Consolida e alarga a proibição de comissões, despesas ou encargos de outra natureza cobradas pelas instituições de crédito (alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de julho), que foi rejeitado;

N.º 477/XV/1.^a (BE) — Congela as comissões bancárias em 2023, que foi rejeitado;

N.º 479/XV/1.^a (PS) — Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, que, a requerimento do PS, baixou à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por 30 dias.

Proferiram intervenções os Deputados *Duarte Alves* (PCP), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Rui Afonso* (CH), *Mariana Mortágua* (BE), *Miguel Matos* (PS), *Carla Castro* (IL), *Rui Vilar* (PSD), *Rui Tavares* (L) e *Vera Braz* (PS).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 239/XV/1.^a (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito pelo PS) — De pesar pelo falecimento do ex-futebolista Pelé, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a) e guardado, de seguida, 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 240/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo PCP, pelo CH, pela IL, pelo BE, pelo L e pelo PAN) — De saudação pelo centenário de Eugénio de Andrade, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram rejeitados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 478/XV/1.^a (CH) — Proibição de discriminações entre docentes, por efeito de alterações ao Estatuto da Carreira Docente em matéria de reposicionamento na carreira com efeitos remuneratórios e os Projetos de Resolução n.ºs 327/XV/1.^a (PCP) — Recomenda a adoção de medidas para efetivar o direito de todos os docentes ao posicionamento no escalão remuneratório que corresponda ao tempo de serviço efetivamente prestado, 353/XV/1.^a (L) — Pela vinculação, contabilização do tempo de serviço docente e fim do bloqueio na progressão da carreira e 354/XV/1.^a (BE) — Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 325/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio aos municípios afetados pelas situações de cheia ocorridas no mês de dezembro de 2022.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 314/XV/1.^a (IL) — Pela implementação de um sistema nacional de depósito e reembolso de embalagens autónomo que incentive a economia circular.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 250/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 358/XV/1.^a (CH) — Pela reavaliação das taxas de licenciamento da pesca lúdica.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 324/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias junto da Comissão Europeia para assegurar a intervenção do Fundo de Solidariedade da União Europeia com vista ao financiamento das medidas de

resposta aos prejuízos causados pelas situações de cheia ocorridas no mês de dezembro de 2022.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, do Projeto de Lei n.º 6/XV/1.^a (PAN) — Alarga a tutela criminal dos animais, procedendo à quinquagésima sexta alteração do Código Penal.

Foi, ainda, aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar o levantamento da imunidade parlamentar a uma Deputada do BE.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 56 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 81 (2023.01.26)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 493 a 506, 508 e 511/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 402 a 406 e 408/XV/1.^a

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PCP, sobre o tema «Defender a escola pública, respeitar e valorizar os professores e educadores». Depois de o Deputado [Alfredo Maia](#) (PCP) e o Ministro da Educação (João Costa) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores e do Secretário de Estado da Educação (António Leite), os Deputados [Porfírio Silva](#) (PS), [António Cunha](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Bruno Aragão](#) e [Lúcia Araújo da Silva](#) (PS), [Cláudia André](#) (PSD), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH) e [Paula Santos](#) (PCP). Encerraram o debate o Ministro da Educação e a Deputada [Alma Rivera](#) (PCP).

Foram debatidos em conjunto, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs [51/XV/1.º](#) (GOV) — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha, transpondo a Diretiva (UE) 2019/789, e [52/XV/1.º](#) (GOV) — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos no mercado único digital, transpondo a Diretiva (UE) 2019/790, e o Projeto de Lei n.º [251/XV/1.º](#) (PAN) — Assegura a proteção dos direitos de autor e direitos conexos do setor da rádio e garante a presença de um representante das associações representativas do setor da rádio no Conselho Nacional de Cultura, procedendo à alteração de diversos diplomas. Além do Ministro da Cultura (Pedro Adão e Silva), usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Alexandre Poço](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Carla Madureira](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Jorge Galveias](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Paula Santos](#) (PCP).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [310/XV/1.º](#) (PSD) — Revisão ao modelo de cogestão de áreas protegidas para melhorar a sua eficácia e garantir maior responsabilização, [138/XV/1.º](#) (PCP) — Estrutura a orgânica e a forma de gestão das áreas protegidas, [462/XV/1.º](#) (BE) — Revoga o modelo de cogestão das áreas protegidas e introduz medidas para uma boa gestão das áreas protegidas (revoga o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto), [467/XV/1.º](#) (PAN) — Prevê a atribuição de personalidade jurídica às áreas protegidas e revoga o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das referidas áreas e [469/XV/1.º](#) (CH) — Procede à alteração do Decreto-

Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que estabelece o modelo de cogestão das áreas protegidas, visando reformular e otimizar as estruturas funcionais das comissões de cogestão. Proferiram intervenções os Deputados [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rita Matias](#) (CH), [Vera Braz](#) (PS), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L) e [Francisco Dinis](#) (PS).

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 24 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 82 (2023.01.27)

SUMÁRIO

O Presidente ([Adão Silva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

De seguida, o Presidente ([Adão Silva](#)) anunciou que, durante a reunião plenária, se realizaria, na Sala D. Maria II, a eleição de dois membros (presidente e um vogal) para a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º [265/XV/1.ª](#) (IL) — Pela realização de uma auditoria ao processo de nacionalização da TAP SGPS, iniciado em 2020, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [98/XV/1.ª](#) (CH) — Pela criação de um mecanismo de auditoria permanente dos serviços do Estado e [455/XV/1.ª](#) (PAN) — Garante a plena aplicabilidade das disposições do Estatuto do Gestor Público relativas a limites remuneratórios e à cessação de funções à TAP SGPS, à TAP S.A. e às sociedades por aquelas detidas, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 39-B/2020, de 16 de julho, tendo sido todos posteriormente rejeitados na generalidade, e ainda juntamente com o Projeto de Resolução n.º [345/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure que a TAP adota um plano de redução de emissões de carbono, como contrapartida às injeções de dinheiros público ocorridas na sequência do plano de reestruturação da empresa, que, a requerimento do PAN, baixou à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 60 dias.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Bernardo Blanco](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Hugo Costa](#) (PS), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL).

Entretanto, o Presidente ([Adão Silva](#)) assinalou a presença, na tribuna diplomática, do Presidente do Senado de Espanha, Ander Gil García, e da respetiva delegação, os quais foram aplaudidos, de pé, pela Câmara.

Procedeu-se ao debate do Projeto de Resolução n.º [339/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proceda à desclassificação de todos os documentos militares datados até 1975, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [461/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova um regime jurídico de transparência dos contratos, acordos e outros documentos relativos a operações que determinem a utilização ou disponibilização de fundos públicos relativamente a entidades pertencentes a setores estratégicos e procede à segunda alteração da Lei Orgânica n.º 2/2014, de 6 de agosto, tendo sido ambos posteriormente rejeitados. Intervieram os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Pessanha](#) (CH), [Diogo Leão](#) (PS), [Pedro Roque](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [João Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Miguel dos Santos Rodrigues](#) (PS), [Artur Soveral Andrade](#) (PSD) e [André Ventura](#) (CH).

Foram apreciados em conjunto, e posteriormente aprovados, os Projetos de Resolução n.ºs [175/XV/1.ª](#) (PS) — Requalificação da EN238 entre Ferreira do Zêzere e Sertã e [226/XV/1.ª](#) (PSD) — Reestruturação da estrada nacional n.º 238, no troço entre Cernache do Bonjardim e

Ferreira do Zêzere. Proferiram intervenções os Deputados [José Pedro Ferreira](#) (PS), [Cláudia André](#) (PSD), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Hugo Costa](#) (PS).

Seguiu-se o debate da Petição n.º [215/XIV/2.ª](#) (Ângelo Miguel Magalhães Cardoso e outros) — Abertura imediata da pesca lúdica para pescadores com licença válida em 2020. Usaram da palavra os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [João Dias](#) (PCP), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Salvador Formiga](#) (PS), [João Marques](#) (PSD) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

O Presidente saudou o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) pela sua eleição como Presidente da Iniciativa Liberal e agradeceu os contributos prestados pelo Deputado e ex-Presidente do partido [João Cotrim Figueiredo](#) (IL).

O Presidente saudou a presença, nas galerias, dos embaixadores e representantes diplomáticos da Alemanha, de Andorra, de Angola, da Bélgica, do Brasil, do Cazaquistão, da Croácia, da Hungria, da Indonésia, da Irlanda, de Malta, do Panamá, do Paraguai, da Turquia, da Noruega, da Suécia, da Roménia, da Suíça, da Ucrânia, do Uruguai e da Argentina, de Sua Excelência Reverendíssima o Nuncio Apostólico da Santa Sé, do Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, de uma representante da Memoshoá, de uma representante da comunidade judaica da África do Sul e do chefe da delegação portuguesa junto da Internacional Holocaust Remembrance Alliance.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [247/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo PCP, pelo CH, pela IL, pelo BE, pelo L e pelo PAN) — De pesar pelas vítimas do Holocausto e em evocação do Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto. Após ter sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [51/XV/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha, transpondo a Diretiva (UE) 2019/789.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [52/XV/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a legislar em matéria de direito de autor e direitos conexos no mercado único digital, transpondo a Diretiva (UE) 2019/790.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [251/XV/1.ª](#) (PAN) — Assegura a proteção dos direitos de autor e direitos conexos do setor da rádio e garante a presença de um representante das associações representativas do setor da rádio no Conselho Nacional de Cultura, procedendo à alteração de diversos diplomas.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º [310/XV/1.ª](#) (PSD) — Revisão ao modelo de cogestão de áreas protegidas para melhorar a sua eficácia e garantir maior responsabilização.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [138/XV/1.ª](#) (PCP) — Estrutura a orgânica e a forma de gestão das áreas protegidas.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [467/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê a atribuição de personalidade jurídica às áreas protegidas e revoga o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das referidas áreas.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo CH, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º [469/XV/1.ª](#) (CH) — Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que estabelece o modelo de cogestão das áreas protegidas, visando reformular e otimizar as estruturas funcionais das comissões de cogestão.

Foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º 114/XV/1.^a (BE) — Pela dinamização do transporte de passageiros no aeroporto de Beja.

Foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º 308/XV/1.^a (PCP) — Aproveitamento do aeroporto de Beja nas suas diversas dimensões e potencialidades.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 462/XV/1.^a (BE) — Revoga o modelo de cogestão das áreas protegidas e introduz medidas para uma boa gestão das áreas protegidas (revoga o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

Foram anunciados os resultados das eleições que decorreram durante a reunião plenária, tendo sido eleitos para presidente e vogal da Comissão Nacional de Proteção de Dados, respetivamente, Paula Cristina Meira Lourenço e José Carlos Vegar Alves Velho.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 35 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 83 (2023.02.02)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 10/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 507, 509, 510 e 512 a 515/XV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 407, 409 a 417 e 419 a 422/XV/1.^a e da Proposta de Resolução n.º 6/XV/1.^a

Foram apreciados os Inquéritos Parlamentares n.ºs 6/XV/1.^a (CH) — Comissão parlamentar de inquérito à gestão da TAP e à utilização dos fundos públicos que lhe foram atribuídos, nomeadamente o pagamento de bónus e indemnizações aos titulares de cargos de gestão e administração da empresa e 7/XV/1.^a (BE) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à tutela política da gestão da TAP. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados André Ventura (CH), Mariana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Rios de Oliveira (PSD), Carlos Pereira (PS), Rui Tavares (L), Carlos Guimarães Pinto (IL), Bruno Dias (PCP), Hugo Carneiro (PSD) e Filipe Melo (CH).

Foram debatidos em conjunto, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 56/XV/1.^a (GOV) — Estabelece o regime aplicável às start-ups e scaleups, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial e os Projetos de Lei n.ºs 503/XV/1.^a (PAN) — Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, com vista ao aprofundamento dos mecanismos de transparência e 506/XV/1.^a (CH) — Fomenta o regresso de portugueses emigrados que representem mão de obra qualificada e a contratação de jovens qualificados. Proferiram intervenções, a diverso título, além dos Secretários de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa (Mário Campolargo) e dos Assuntos Fiscais (Nuno Félix), os Deputados Rui Tavares (L), Carla Castro (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Afonso (CH), Alexandre Poço (PSD), Hugo Costa (PS), Hugo Carneiro (PSD), Carlos Pereira (PS), Mariana Mortágua (BE), Duarte Alves (PCP), Jorge Gabriel Martins (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Pedro Pinto (CH).

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, que aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde [Apreciações Parlamentares n.ºs 6/XV/1.^a (PSD) e 3/XV/1.^a (CH)], tendo

sido anunciada pela Mesa a apresentação, pelo BE, pelo CH, pelo PAN e pelo PSD, de propostas de alteração. Proferiram intervenções, além do Ministro da Saúde (Manuel Pizarro), os Deputados [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Catarina Martins](#) (BE), [Miguel dos Santos Rodrigues](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [João Dias](#) (PCP) e [Rui Tavares](#) (L).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 12 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 84 (2023.02.03)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 57/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 517, 519 e 520/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 423 a 433/XV/1.^a

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão temporária do mandato de um Deputado do PS e a respetiva substituição.

Em declaração política, o Deputado [Alfredo Maia](#) (PCP), a propósito das reuniões realizadas no Grupo de Trabalho – Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno, mencionou as propostas apresentadas pelo PS e pelo PSD, as quais considera que mantêm as normas mais gravosas do Código do Trabalho. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Fernando José](#) (PS), [Helga Correia](#) (PSD), [José Moura Soeiro](#) (BE) e [Jorge Galveias](#) (CH).

Em declaração política, o Deputado [José Moura Soeiro](#) (BE) elencou as propostas apresentadas pelo Governo, pelo PS e pelo PSD no Grupo de Trabalho – Alterações à Legislação Laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno e evidenciou os vários recuos destes partidos, nomeadamente do PS, em matéria de direitos dos trabalhadores. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Nuno Carvalho](#) (PSD) e [Sérgio Monte](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS) destacou as políticas públicas de combate à pobreza que o PS tem levado a cabo e anunciou novas políticas para combater essa situação, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Ofélia Ramos](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bernardo Blanco](#) (IL), [José Moura Soeiro](#) (BE) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [João Moura](#) (PSD) considerou que o setor da agricultura vive um dos piores momentos de que há memória, não só pela incompetência deste Governo, mas também pela sucessiva perda de competências do Ministério da Agricultura. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Francisco Rocha](#) (PS), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [João Dias](#) (PCP) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Pessanha](#) (CH) lamentou a política de defesa deste Governo e o desinvestimento nas Forças Armadas, considerando fundamental a criação de condições para a recuperação de efetivos e para a modernização deste setor. Depois, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) criticou a governação do Partido Socialista, considerando que os portugueses vivem pior e que os serviços públicos e instituições democráticas se degradaram. Respondeu, no fim, a pedidos de esclarecimento dos

Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Afonso](#) (CH), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 434/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 516/XV/1.^a e 518/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 46 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 85 (2023.02.04)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Foi apreciada e rejeitada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 48/XV/1.^a (ALRAM) — Repõe a eletricidade, o gás natural, butano e propano, assim como introduz a prestação de serviços de acesso à internet na Lista 1 – Bens e serviços sujeitos à taxa reduzida do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Hugo Costa](#) (PS) e [Sara Madruga da Costa](#) (PSD).

Foi discutida a Petição n.º 251/XIV/2.^a (Fernando Miguel Silva Gonçalves e outros) — Pela revisão das carreiras técnicas da DGRSP e criação da carreira única de técnico/a de reinserção, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 67/XV/1.^a (PCP) — Pela criação da carreira de técnico de reinserção, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, que foi rejeitado, 305/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que reveja as carreiras de técnico profissional de reinserção social, de técnico superior de reinserção social e de técnico superior de reeducação, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, e que regularize as progressões e as remunerações respetivas, que foi aprovado, 352/XV/1.^a (BE) — Revisão das carreiras técnicas e criação da carreira única de técnica/o de reinserção, no âmbito da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), que foi rejeitado, e 390/XV/1.^a (CH) — Pela revisão das carreiras técnicas da DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – e criação da carreira única de técnico de reinserção, que foi rejeitado. Usaram da palavra os Deputados [Alma Rivera](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Bruno Nunes](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Sofia Matos](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Francisco Pereira de Oliveira](#) (PS) e [Sara Madruga da Costa](#) (PSD).

Procedeu-se à apreciação da Petição n.º 310/XIV/3.^a (Eduardo Bernardino e outros) — Enfermeiros – Pelo direito do acesso à reforma com pelo menos 55 anos de idade, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 496/XV/1.^a (BE) — Criação de um estatuto de risco e penosidade para os profissionais de saúde e 501/XV/1.^a (CH) — Reconhece a profissão de enfermeiro como de desgaste rápido e antecipa a idade de reforma e com os Projetos de Resolução n.ºs 323/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à criação de um grupo de trabalho para a alteração do enquadramento legal das profissões de desgaste rápido, que defina critérios para a atribuição desta qualificação e identifique um elenco exemplificativo de tais profissões e 396/XV/1.^a (PCP) — Definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os enfermeiros, que foram rejeitados. Intervieram no debate os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Jorge Galveias](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Dias](#) (PCP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Joana Barata Lopes](#) (PSD) e [Eurídice Pereira](#) (PS).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) assinalou a presença, na tribuna diplomática, do Presidente do Parlamento da Galiza, Miguel Ángel Santalices Vieira, e da respetiva delegação, os quais receberam aplausos da Câmara.

Apreciou-se a Petição n.º [280/XIV/2.ª](#) (Sónia Patrícia Barros de Sousa e outros) — Covid-19 – Contra a vacinação em massa de crianças e jovens, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [392/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a avaliação do impacto psicológico da pandemia a crianças e jovens em idade escolar, que foi rejeitado. Intervieram os Deputados [Rita Matias](#) (CH), [Cláudia Bento](#) (PSD), [Anabela Rodrigues](#) (PS), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Inês Barroso](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

O Deputado [André Ventura](#) (CH) apresentou uma reclamação sobre a fixação da ordem do dia no ponto relativo às votações regimentais, por considerar inconstitucional o agendamento da votação de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, à qual não foi dado provimento pelo Presidente. Entretanto, o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE) interpelou a Mesa sobre a condução dos trabalhos. De seguida, o Deputado [André Ventura](#) (CH) recorreu para o Plenário da decisão do Presidente, após o que usaram da palavra os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Emília Cerqueira](#) (PSD). O recurso foi, posteriormente, rejeitado.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [252/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pela IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — De pesar pelo falecimento de Luís Moita, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [10/XV/1.ª](#) (PAR) — Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional.

Foi rejeitado o Inquérito Parlamentar n.º [6/XV/1.ª](#) (CH) — Comissão parlamentar de inquérito à gestão da TAP e à utilização dos fundos públicos que lhe foram atribuídos, nomeadamente o pagamento de bónus e indemnizações aos titulares de cargos de gestão e administração da empresa.

Foi aprovado o Inquérito Parlamentar n.º [7/XV/1.ª](#) (BE) — Comissão eventual de inquérito parlamentar à tutela política da gestão da TAP, tendo sido rejeitada uma proposta de aditamento apresentada pelo PCP.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [56/XV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece o regime aplicável às startups e scaleups, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de startups e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [503/XV/1.ª](#) (PAN) — Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, com vista ao aprofundamento dos mecanismos de transparência.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [506/XV/1.ª](#) (CH) — Fomenta o regresso de portugueses emigrados e a contratação de jovens qualificados.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [50/XV/1.ª](#) (GOV) — Inclui novas substâncias psicoativas na definição de droga.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [368/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que assegure um pacote de apoios extraordinários em face das graves inundações e cheias ocorridas.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a baixa à Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Resolução n.º [370/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que elabore, atualize e aprove os Programas de Ordenamento do Território (PROT), de modo a estabelecer

estratégias concretas de prevenção e atenuação de fenómenos meteorológicos adversos e excecionais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 360/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a promoção de ações de formação a educadores e professores, que contribuam para o desenvolvimento social e escolar de alunos com autismo.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de não autorizar o levantamento da imunidade parlamentar a uma Deputada do BE. Após interpelação dos Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN), esta última, com a anuência da Câmara, proferiu uma declaração de voto.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 6 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 86 (2023.02.09)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos, após o que procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República sobre a devolução, sem promulgação, do Decreto da Assembleia da República n.º 23/XV — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 58 e 59/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 521 a 543 e 545 a 557/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 435 a 442/XV/1.^a

Procedeu-se ao debate preparatório do próximo Conselho Europeu, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Primeiro-Ministro (António Costa), que abriu e encerrou o debate, os Deputados [Edite Estrela](#) e [João Paulo Rebelo](#) (PS), [Catarina Rocha Ferreira](#) e [Paulo Moniz](#) (PSD), [André Ventura](#) e [Bruno Nunes](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º 395/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que crie condições para o desenvolvimento do mercado voluntário de carbono em Portugal, em conjunto com o Projeto de Lei n.º 459/XV/1.^a (PSD) — Aprova os estatutos do Conselho para a Ação Climática, criado pela Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro), na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs 212/XV/1.^a (PAN) — Define as regras relativas à composição, organização, funcionamento e estatuto do Conselho para a Ação Climática, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, 378/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo o fim dos apoios e lucros perversos no âmbito do comércio de carbono, 405/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto na Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e leve a cabo as diligências que nesse âmbito são colocadas sob sua competência e 406/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que implemente um mercado de carbono voluntário e fomenta a utilização de green bonds, em Portugal. Usaram da palavra os Deputados [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Bruno Coimbra](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rita Matias](#) (CH), [Duarte Alves](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD) e [Miguel Matos](#) (PS).

Procedeu-se à apreciação conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [367/XV/1.ª](#) (IL) — Altera o Código de Processo Civil, clarificando a revisão de decisões administrativas estrangeiras e [499/XV/1.ª](#) (L) — Admite o divórcio e separação de bens a cidadãos estrangeiros não residentes, casados ao abrigo da lei portuguesa e cuja legislação nacional não reconheça esse casamento. Intervieram no debate os Deputados [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Alma Rivera](#) (PCP), [Márcia Passos](#) (PSD), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Alexandra Leitão](#) (PS) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Foi apreciado o Projeto de Lei n.º [464/XV/1.ª](#) (PCP) — Revogação do aumento decretado das taxas de portagem e limitação da sua atualização ao valor correspondente ao de 2022 (na generalidade), juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [355/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a revisão dos termos da PPP da Lusoponte, com vista à redução dos valores de taxas de portagem, e [356/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda ao congelamento das tarifas de portagens, e o Projeto de Lei n.º [502/XV/1.ª](#) (PAN) — Pela renegociação dos contratos de parcerias público-privadas do sector rodoviário (na generalidade). Usaram da palavra os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Cristina](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Hugo Oliveira](#) (PS) e [Fátima Ramos](#) (PSD).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas.

DAR — I SÉRIE — N.º 87 (2023.02.10)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de um Deputado do PSD e à respetiva substituição.

Deu-se conta da retirada dos Projetos de Lei n.ºs 161 a 168 e 304/XV/1.ª e da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 544/XV/1.ª

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate sobre política setorial, com a participação do Ministro da Economia e do Mar, tendo usado da palavra, além do Ministro (António Costa Silva), do Secretário de Estado da Economia (Pedro Cilínio) e do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços (Nuno Fazenda), os Deputados [Jorge Salgueiro Mendes](#) e [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Bruno Dias](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Carlos Pereira](#), [José Rui Cruz](#) e [Vera Braz](#) (PS), [Filipe Melo](#) e [Pedro Pinto](#) (CH), [Hugo Costa](#), [André Pinotes Batista](#) e [Jorge Botelho](#) (PS) e [Paulo Moniz](#) e [Patrícia Dantas](#) (PSD).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 45 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 88 (2023.02.11)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 8 minutos.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, relativos à prorrogação das suspensões de mandato, e correspondentes substituições, de um Deputado do PSD e de um Deputado do BE.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 60 a 62/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 443 a 449/XV/1.^a

Procedeu-se à apreciação conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 53/XV/1.^a (GOV) — *Procede à concretização dos elementos essenciais da taxa associada à prestação de serviços postais, que foi aprovada, e dos Projetos de Lei n.ºs 498/XV/1.^a (L) — Proíbe a venda de bilhetes de lotarias e de lotaria instantânea nas estações e postos de correio, que foi aprovado, e 504/XV/1.^a (PAN) — Clarifica a aplicação de isenção de IVA, na importação, às pequenas remessas sem carácter comercial, alterando o Decreto-Lei n.º 31/89, de 25 de janeiro, que foi rejeitado. Intervieram no debate, a diverso título, além do Ministro das Infraestruturas (João Galamba), os Deputados Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Fátima Correia Pinto (PS), Hugo Carneiro (PSD), Rui Afonso (CH), Carlos Guimarães Pinto (IL), Bruno Dias (PCP), Mariana Mortágua (BE) e Miguel Iglésias (PS).*

Foram discutidos, e posteriormente rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 483/XV/1.^a (BE) — *Determina a transparência de vencimentos e propõe o estabelecimento de leques salariais de referência como mecanismo de combate à desigualdade salarial, 375/XV/1.^a (PAN) — Prevê um regime de incentivos para a representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração, fiscalização ou gerência das sociedades comerciais, 500/XV/1.^a (L) — Estabelece a criação de um valor convencional de referência para os rácios salariais nas empresas, e 505/XV/1.^a (CH) — Aumenta a transparência nos anúncios de emprego e nas remunerações. Proferiram intervenções os Deputados José Moura Soeiro (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Jorge Galveias (CH), Jorge Gabriel Martins (PS), Emília Cerqueira (PSD), Alfredo Maia (PCP) e Carla Castro (IL).*

Foi discutido, e posteriormente rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 414/XV/1.^a (CH) — *Determina a avaliação do custo/benefício e viabilidade financeira de todos os observatórios, com vista a decidir sobre a sua manutenção ou extinção, tendo usado da palavra os Deputados André Ventura (CH), João Cotrim Figueiredo (IL), Pedro Filipe Soares (BE), João Barbosa de Melo (PSD), Sérgio Ávila (PS), Duarte Alves (PCP), Inês de Sousa Real (PAN) e Rui Tavares (L).*

Procedeu-se à apreciação da Petição n.º 8/XV/1.^a (FENPROF – Federação Nacional dos Professores) — *Os docentes reclamam justiça, efetivação de nossos direitos e respeito pelo horário de trabalho, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 497/XV/1.^a (BE) — Décima sexta alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário, Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, e os Projetos de Resolução n.ºs 172/XV/1.^a (PCP) — Recomenda a adoção de medidas de valorização dos trabalhadores da educação e da escola pública, e 379/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à atualização salarial dos professores e correspondência com os elevados níveis de exigência que a profissão docente implica, que foram depois rejeitados. Proferiram intervenções os Deputados Joana Mortágua (BE), Alfredo Maia (PCP), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Carla Castro (IL), Rui Tavares (L), Agostinho Santa (PS) e António Cunha (PSD).*

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 255/XV/1.^a (apresentado pelo BE) — *De pesar pelo falecimento de Jorge Constante Pereira, e 260/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo CH, pela IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN, pelo L e por uma Deputada do PSD) — De pesar pelas vítimas dos sismos na Turquia e na Síria, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.*

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [395/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que crie condições para o desenvolvimento do mercado voluntário de carbono em Portugal, que foi aprovado, o Projeto de Lei n.º [459/XV/1.ª](#) (PSD) — Aprova os estatutos do Conselho para a Ação Climática, criado pela Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro), que foi aprovado, e os Projetos de Resolução n.ºs [212/XV/1.ª](#) (PAN) — Define as regras relativas à composição, organização, funcionamento e estatuto do Conselho para a Ação Climática, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, que foi aprovado, [378/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo o fim dos apoios e lucros perversos no âmbito do comércio de carbono, que foi rejeitado, [405/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto na Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e leve a cabo as diligências que nesse âmbito são colocadas sob sua competência, que foi aprovado, e [406/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que implemente um mercado de carbono voluntário e fomenta a utilização de green bonds, em Portugal, que foi aprovado.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela IL, de baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º [367/XV/1.ª](#) (IL) — Altera o Código de Processo Civil, clarificando a revisão de decisões administrativas estrangeiras.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo L, de baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º [499/XV/1.ª](#) (L) — Admite o divórcio e separação de bens a cidadãos estrangeiros não residentes, casados ao abrigo da lei portuguesa e cuja legislação nacional não reconheça esse casamento.

Foram rejeitados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [464/XV/1.ª](#) (PCP) — Revogação do aumento decretado das taxas de portagem e limitação da sua atualização ao valor correspondente ao de 2022, os Projetos de Resolução n.ºs [355/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a revisão dos termos da PPP da Lusoponte, com vista à redução dos valores de taxas de portagem, e [356/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda ao congelamento das tarifas de portagens, e o Projeto de Lei n.º [502/XV/1.ª](#) (PAN) — Pela renegociação dos contratos de parcerias público-privadas do sector rodoviário.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [334/XV/1.ª](#) (L) — Pela criação de um estatuto de estudante do ensino superior para refugiadas afegãs.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, de baixa à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, por 30 dias, do Projeto de Lei n.º [44/XV/1.ª](#) (PAN) — Proceda à adaptação da Lei de Enquadramento Orçamental ao disposto na Lei de Bases do Clima.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [439/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Código Fiscal do Investimento, procedendo à revisão do sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [249/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova um Programa Nacional de Deseucaliptização.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.º [169/XV/1.ª](#) (L) — Alarga os direitos de parentalidade no âmbito do Código do Trabalho, reforçando os direitos das crianças e reforçando a igualdade de género na parentalidade (vigésima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, do Código do Trabalho), [170/XV/1.ª](#) (L) — Estabelece as 7 horas por dia e as 35 horas por semana como o máximo do período normal de trabalho em Portugal (vigésima terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, do Código do Trabalho), [174/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê o regime de faltas por dores menstruais, alterando o Código do Trabalho e [176/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova medidas de reforço da proteção na parentalidade, procedendo para o efeito à décima sexta alteração ao Código do Trabalho e à sexta alteração

ao regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 385/XV/1.^a (CH) — Pela realização de um levantamento da população de javalis em Portugal e agilização do ressarcimento dos danos causados pela sua presença.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 411/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a elaboração urgente de um orçamento para a Jornada Mundial da Juventude 2023.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelo PSD, pelo PCP e pelo BE, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade de propostas de alteração ao texto final apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão relativo à Proposta de Lei n.º 15/XV/1.^a (GOV) — Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da Agenda do Trabalho Digno e ao Projeto de Lei n.º 175/XV/1.^a (PAN) — Altera o regime de faltas por motivo de luto gestacional, procedendo à alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, tendo proferido intervenções os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [José Moura Soeiro](#) (BE), [Rui Rocha](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [André Ventura](#) (CH), [Fernando José](#) (PS) e [Clara Marques Mendes](#) (PSD). De seguida, o texto final foi aprovado na especialidade e em votação final global, com propostas entretanto aprovadas, tendo os Deputados [Nuno Carvalho](#) (PSD) e [Alfredo Maia](#) (PCP) proferido declarações de voto.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, a solicitar a prorrogação do prazo para reapreciação na generalidade, por mais 30 dias, do Projeto de Lei n.º 479/XV/1.^a (PS) — Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelo PAN, solicitando a prorrogação do prazo para reapreciação na generalidade, na Comissão de Orçamento e Finanças, por mais 30 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 365/XV/1.^a (PAN) — Prolonga de 3 para 5 anos o período da isenção temporária de IMI para a aquisição de imóveis para habitação própria permanente, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais, 424/XV/1.^a (PAN) — Cria incentivos ao investimento empresarial na sustentabilidade ambiental, procedendo à alteração do Código Fiscal do Investimento e do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro, 465/XV/1.^a (PAN) — Põe fim à cobrança de comissões bancárias abusivas a todos os titulares de crédito, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 57/2020, de 28 de agosto, e 466/XV/1.^a (PAN) — Põe fim aos limites de transferências por homebanking e por aplicações de pagamento operadas por terceiros no âmbito das contas de serviços mínimos bancários, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando uma Deputada do PS a intervir em tribunal e o levantamento da imunidade parlamentar a um Deputado do PSD.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 53 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 89 (2023.02.16)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 559/XV/1.^a e 561 a 564/XV/1.^a, da Proposta de Lei n.º 63/XV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 450 a 458/XV/1.^a e 460 a 464/XV/1.^a e das Propostas de Resolução n.ºs 7 a 10/XV/1.^a

Foi discutido e rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 452/XV/1.^a (PCP) — Regime extraordinário de proteção da habitação própria face ao aumento dos encargos com o crédito à habitação. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Bruno Dias (PCP), António Prôa (PSD), André Ventura (CH), Vera Braz, Hugo Carvalho (PS), João Dias (PCP), Mariana Mortágua (BE), Carlos Guimarães Pinto (IL), Hugo Oliveira (PS), Rui Tavares (L), Maria Begonha (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Alma Rivera (PCP), Alexandre Poço (PSD), Duarte Alves (PCP), Ivan Gonçalves (PS), António Topa Gomes (PSD), João Cotrim Figueiredo (IL), Isabel Pires (BE), Miguel Matos (PS), Carlos Eduardo Reis (PSD), Filipe Melo (CH) e Paula Santos (PCP).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 35 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 90 (2023.02.17)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da retirada pelo proponente do Projeto de Resolução n.º 477/XV/1.^a e da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 565 a 568/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 459/XV/1.^a, 465 a 470/XV/1.^a, 472 a 476/XV/1.^a e 478 a 484/XV/1.^a

Em declaração política, a Deputada Joana Mortágua (BE) referiu-se ao incumprimento da lei da interrupção voluntária da gravidez (IVG), tendo tecido críticas ao Governo pela dificuldade de acesso das mulheres à realização da IVG nas condições e nos prazos legalmente previstos, por falta de recursos no SNS. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Pedro dos Santos Frazão (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Maria Antónia de Almeida Santos (PS), João Dias (PCP), Helga Correia (PSD) e Patrícia Gilvaz (IL).

Em declaração política, o Deputado Jorge Botelho (PS) fez um ponto de situação da aplicação dos fundos europeus, em particular do Plano de Recuperação e Resiliência, considerando positiva a sua taxa de execução e afirmando que se reflete na melhoria das condições e do padrão de vida dos portugueses. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Pedro Pinto (CH), Jorge Salgueiro Mendes (PSD), Bruno Dias (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE) e Carlos Guimarães Pinto (IL).

Em declaração política, o Deputado Pedro Roque (PSD) recordou a recente realização do 15.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Social-Democratas, com eleição dos novos órgãos e moção de estratégia político-sindical, e respetiva importância no mundo do trabalho, fazendo ainda um ponto de situação sobre o momento económico-social e os serviços públicos no País. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Bernardo Blanco (IL), Diogo Pacheco de Amorim (CH), Alfredo Maia (PCP), Isabel Pires (BE) e Cristina Mendes da Silva (PS).

Em declaração política, o Deputado Rui Paulo Sousa (CH) abordou a situação dos imigrantes, em particular as suas condições de habitabilidade, e teceu críticas às políticas do Governo para a imigração.

Em declaração política, o Deputado Carlos Guimarães Pinto (IL) falou do centralismo do Estado, da concentração da administração central em Lisboa e consequente concentração da atividade económica, com prejuízo das restantes regiões do País, referindo-se à necessidade

de reduzir o peso do Estado central e de aumentar a dimensão do poder local. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), [Luís Gomes](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [Agostinho Santa](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Alma Rivera](#) (PCP) evocou as várias greves e contestações dos trabalhadores que se têm visto por todo o País, acusando o Governo de não estar do lado do povo, ao contrário do PCP. No final, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Jorge Galveias](#) (CH), [Isabel Pires](#) (BE), [Sérgio Monte](#) (PS) e [Joana Barata Lopes](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) pronunciou-se sobre o recentemente divulgado relatório referente à investigação dos abusos sexuais de crianças na igreja católica portuguesa, sublinhando a importância de não falhar às vítimas e elencando algumas propostas sobre o assunto. Seguidamente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Cláudia Santos](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Paula Cardoso](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do [artigo 77.º](#) do Regimento da Assembleia da República, o Deputado [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), a propósito do Relatório Final do Estudo sobre o Futuro da Política Pública da Saúde do Oeste, defendeu a instalação do novo centro hospitalar do Oeste na região de Caldas da Rainha e Óbidos. Respondeu, depois, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Miguel Nicolau](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL) e [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do [artigo 77.º](#) do Regimento da Assembleia da República, a Deputada [Sara Velez](#) (PS) teceu considerações sobre a necessidade de um novo centro hospitalar do Oeste para colmatar as dificuldades existentes no acesso à saúde naquela região. No fim, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Duarte Pacheco](#) (PSD) e [João Dias](#) (PCP).

Foi apreciada a Petição n.º [27/XV/1.ª](#) (MulherEndo-Associação Portuguesa de Apoio a Mulheres com Endometriose) — Estratégia nacional de combate à endometriose e adenomiose, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs [540/XV/1.ª](#) (IL) — Estabelece o certificado de incapacidade recorrente e intermitente e [544/XV/1.ª](#) (BE) — Promoção dos direitos das pessoas com endometriose ou com adenomiose através do reforço do seu acesso a cuidados de saúde e da criação de um regime de faltas justificadas ao trabalho, na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs [326/XV/1.ª](#) (PAN) — Consagra o dia 1 de março como o dia nacional da endometriose e adenomiose, [340/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o alargamento da participação nos exames e tratamentos de endometriose e/ou adenomiose, [341/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que reforce os direitos dos pacientes com diagnóstico de endometriose e/ou adenomiose, [342/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove uma estratégia nacional de combate à endometriose e adenomiose e avalie atribuição do estatuto de doença crónica aos pacientes com diagnóstico de endometriose e/ou adenomiose, [393/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à elaboração e implementação de uma estratégia nacional de combate à endometriose e adenomiose e que crie uma bolsa de investigação da doença, [425/XV/1.ª](#) (IL) — Acesso ao diagnóstico e tratamento de endometriose e adenomiose, [430/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de apoio à fertilidade, [433/XV/1.ª](#) (PCP) — Programa de resposta à endometriose e adenomiose e [437/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a elaboração de uma estratégia nacional de combate à endometriose e adenomiose. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Rui Rocha](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rita Matias](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [João Dias](#) (PCP), [Susana Correia](#) (PS) e [Cláudia Bento](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 30 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

Procedeu-se à discussão e posterior aprovação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [35/XV/1.ª](#) (GOV) — Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais, tendo proferido intervenções, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (Nuno Santos Félix), os Deputados [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Rui Afonso](#) (CH), [Duarte Alves](#) (PCP), [Ana Bernardo](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foram discutidos em conjunto, e posteriormente votados na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [414/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que assegure as condições necessárias para a captação pelos municípios de receitas no quadro da exploração económica dos aproveitamentos hidroelétricos neles situados, que foi aprovado, os Projetos de Lei n.ºs [492/XV/1.ª](#) (BE) — Não isenção de IMI aos edifícios e construções de barragens e centrais produtoras de energia, que foi rejeitado, e [521/XV/1.ª](#) (PCP) — Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal, que foi rejeitado, e os Projetos de Resolução n.ºs [416/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta a cobrança e liquidação das prestações tributárias devidas no âmbito da operação de alienação de seis barragens na bacia do Rio Douro pela EDP à Engie, que foi rejeitado, e [428/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que assegure a cobrança e liquidação dos impostos que sejam devidos pela operação de venda de seis barragens pela EDP à Engie, e que a receita fiscal daí resultante seja usada em benefício das populações locais, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os deputados [Carlos Brás](#) (PS), [Adão Silva](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Duarte Alves](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Sobrinho Teixeira](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL) e [Berta Nunes](#) (PS).

Foram apreciados e rejeitados na generalidade o Projeto de Resolução n.º [366/XV/1.ª](#) (CH) — Pela dignificação do Ministério da Agricultura e da atividade agrícola e os Projetos de Lei n.ºs [538/XV/1.ª](#) (PAN) — Cria uma linha de apoio financeiro à implementação de um programa nacional de apoio e incentivo à produção de culturas de leguminosas e [546/XV/1.ª](#) (PCP) — Acesso ao título de reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar e Programa de Valorização da Agricultura Familiar e do Mundo Rural. Intervieram no debate os Deputados [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alma Rivera](#) (PCP), [Dora Brandão](#) (PS), [Paulo Ramalho](#) (PSD), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Francisco Rocha](#) (PS).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [354/XV/1.ª](#) (IL) — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, consagrando expressamente o controlo da proporcionalidade no escrutínio das iniciativas legislativas da União Europeia, que foi aprovado, [225/XV/1.ª](#) (IL) — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, estabelecendo a participação dos responsáveis ministeriais nos debates europeus em sessão plenária, que foi rejeitado, [453/XV/1.ª](#) (IL) — Envio pelo Governo das tabelas de transposição de diretivas europeias à Assembleia da República, que foi aprovado, [519/XV/1.ª](#) (IL) — Envio pelo Governo à Assembleia da República da posição a adotar por Portugal no Conselho Europeu, que foi rejeitado, [526/XV/1.ª](#) (CH) — Prevê a participação de membros do Governo competentes em razão da matéria nos debates sobre matérias setoriais em sede da Comissão de Assuntos Europeus, que foi rejeitado,

[530/XV/1.^a](#) (L) — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, consagrando a audição prévia, ao começo de funções, por parte da Assembleia da República, aquando da nomeação dos representantes permanentes de Portugal junto da União Europeia, que foi rejeitado, [531/XV/1.^a](#) (L) — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, consagrando o dever de o Governo comparecer, antes de cada reunião ministerial do Conselho da União Europeia, perante as comissões parlamentares competentes em razão da matéria, que, a requerimento do L, baixou à Comissão de Assuntos Europeus, sem votação, por 60 dias, [532/XV/1.^a](#) (L) — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, descrevendo a informação que o Governo deve disponibilizar à Assembleia da República, relacionada com o processo de transposição das diretivas europeias, que foi aprovado, [533/XV/1.^a](#) (L) — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, consagrando a audição prévia por parte da Assembleia da República aos candidatos a membro da Comissão Europeia nomeados pelo Governo de Portugal, que foi rejeitado, [535/XV/1.^a](#) (PAN) — Reforça o escrutínio da Assembleia da República sobre o processo de construção da União Europeia e em particular sobre a ação do Governo no âmbito do Conselho da União Europeia e de cada uma das suas formações, procedendo à alteração da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, que foi rejeitado, [536/XV/1.^a](#) (PAN) — Garante a publicação em Diário da República das diretivas e de outro direito derivado da União Europeia e de organizações internacionais de que Portugal seja parte, procedendo à alteração da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, que foi rejeitado, e [547/XV/1.^a](#) (PS) — Procede à quarta alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, alargando e atualizando os mecanismos de acompanhamento e escrutínio parlamentar, que foi aprovado. Proferiram intervenções os Deputados [Bernardo Blanco](#) (IL), [Bruno Nunes](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Luís Capoulas Santos](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD) e [Bruno Dias](#) (PCP).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [265/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de José Athayde Carvalhosa, cuja parte deliberativa foi aprovada (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [540/XV/1.^a](#) (IL) — Estabelece o certificado de incapacidade recorrente e intermitente, que foi rejeitado — tendo, posteriormente, o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) proferido uma declaração de voto —, e [544/XV/1.^a](#) (BE) — Promoção dos direitos das pessoas com endometriose ou com adenomiose através do reforço do seu acesso a cuidados de saúde e da criação de um regime de faltas justificadas ao trabalho, que foi rejeitado, e os Projetos de Resolução n.ºs [326/XV/1.^a](#) (PAN) — Consagra o dia 1 de março como o dia nacional da endometriose e adenomiose, que foi aprovado, [340/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o alargamento da comparticipação nos exames e tratamentos de endometriose e/ou adenomiose, que foi rejeitado, [341/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que reforce os direitos dos pacientes com diagnóstico de endometriose e/ou adenomiose, que foi rejeitado, [342/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove uma estratégia nacional de combate à endometriose e adenomiose e avalie atribuição do estatuto de doença crónica aos pacientes com diagnóstico de Endometriose e/ou Adenomiose, que foi rejeitado, [393/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à elaboração e implementação de uma estratégia nacional de combate à endometriose e adenomiose e que crie uma bolsa de investigação da doença, que foi rejeitado, [425/XV/1.^a](#) (IL) — Acesso ao diagnóstico e tratamento de endometriose e adenomiose, que foi rejeitado, [430/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de apoio à fertilidade, que foi rejeitado, [433/XV/1.^a](#) (PCP) — Programa de resposta à endometriose e adenomiose, que foi rejeitado, e [437/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a elaboração de uma estratégia nacional de combate à endometriose e adenomiose, que foi aprovado.

Foi aprovado o 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2023.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, sobre a Proposta de Lei n.º 30/XV/1.^a (GOV) — Completa a transposição da Diretiva (UE) 2019/2161, relativa à defesa dos consumidores, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada [Susana Amador](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º 32/XV/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a estabelecer regras de certificação das qualificações das pessoas que intervêm na operação de embarcações que navegam em vias interiores, para transposição das Diretivas (UE) 2017/2397, 2020/12 e 2021/1233, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada [Susana Amador](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foram aprovados os n.ºs 33 a 40 do Diário, relativos à presente Sessão Legislativa.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados autorizando um Deputado do PS a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 486, 487 e 492 a 495/XV/1.^a e do Projeto de Lei n.º 575/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 9 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 92 (2023.02.23)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 560 e 576/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 488 e 489, 497 e 498/XV/1.^a

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do PSD, procedeu-se ao debate conjunto e à votação, na generalidade, das seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º [564/XV/1.^a](#) (PSD) — Alteração da avaliação externa das aprendizagens: introdução de provas de aferição nos 4.º e 6.º anos, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [434/XV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que adote um conjunto de medidas urgentes no setor da educação, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [454/XV/1.^a](#) (PSD) — Desburocratizar: devolver os professores ao ensino, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [455/XV/1.^a](#) (PSD) — Para uma maior abrangência do número de alunos beneficiários da ação social escolar e pela desburocratização na sua atribuição, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [456/XV/1.^a](#) (PSD) — Pelo reforço da eficácia, duração e financiamento das medidas de recuperação de aprendizagens desenvolvidas de modo autónomo pelas escolas públicas, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [575/XV/1.^a](#) (IL) — Realização das provas de aferição nos anos finais de cada ciclo do ensino básico, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [576/XV/1.^a](#) (L) — Estabelece regras para a constituição de grupos e turmas dos estabelecimentos de educação pré-escolar, de ensino e de formação e para o

período de funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 492/XV/1.^a (IL) — Cumprimento do programa de intervenção do edificado escolar, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 493/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que conceda ao ensino particular e cooperativo maior autonomia para a contratação de docentes, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 494/XV/1.^a (IL) — Reavaliação da decisão da digitalização das provas finais de ciclo no 9.º ano de escolaridade, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 495/XV/1.^a (IL) — Pelo reforço, monitorização e prolongamento do Plano 21|23 Escolas + e diagnóstico das perdas das aprendizagens, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 498/XV/1.^a (L) — Pela justa compensação aos professores colocados em escolas afastadas da sua residência, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [António Cunha](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Lúcia Araújo da Silva](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Carla Castro](#) (IL), [Inês Barroso](#) (PSD), [Eunice Pratas](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Catarina Lobo](#) e [Tiago Estevão Martins](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alma Rivera](#) e [Alfredo Maia](#) (PCP), [Joana Barata Lopes](#) (PSD), [Agostinho Santa](#) (PS), [Rui Cruz](#) (PSD), [Porfírio Silva](#) (PS) e [Alexandre Poço](#) e [Sónia Ramos](#) (PSD).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 577, 578, 580 a 587, 589 e 590/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 485, 490, 491, 496 e 499/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 21 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 93 (2023.02.24)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 592/XV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 500/XV/1.^a

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 44/XV/1.^a (GOV) — Reforça os mecanismos de combate à violência no desporto e dos Projetos de Lei n.ºs 539/XV/1.^a (CH) — Procede à quinta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico da segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos e 545/XV/1.^a (PCP) — Procede à quinta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de junho, eliminando as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto ([João Paulo Correia](#)), os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Alma Rivera](#) (PCP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês Barroso](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Francisco Dinis](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Bernardo Blanco](#) (IL) e [Cristiana Ferreira](#) (PSD).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 484/XV/1.^a (BE) — Altera a idade máxima do adotando (alteração à Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro e ao Decreto-Lei n.º 47 344/66, de 25 de novembro), 507/XV/1.^a (PCP) — Retoma das medidas de acolhimento e programa de autonomização de crianças e jovens em perigo (quinta alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), 508/XV/1.^a (PCP) — Alarga a possibilidade de adoção de crianças até aos 18 anos (primeira alteração à Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro e ao Decreto-Lei n.º 47 344/66, de 25 de novembro), 529/XV/1.^a (CH) — Altera o Código Civil, o Regime Jurídico do Processo de

Adoção e o Código do Trabalho, com o objetivo de reduzir o número de crianças institucionalizadas garantindo-lhes um processo de adoção célere e bem-sucedido, [534/XV/1.^a](#) (PAN) — Aumenta a idade máxima do adotado para os 18 anos, procedendo à alteração do Código Civil e do Regime Jurídico do Processo de Adoção, [537/XV/1.^a](#) (L) — Clarifica a possibilidade de casais unidos de facto poderem adotar, diminui a idade mínima de adotantes, aumenta a idade máxima de adotados, diminui a idade de consentimento do adotado, remove a dispensa de consentimento e de audição de pessoas neurodivergentes ou com doença mental e introduz a possibilidade de integração de profissionais da área da igualdade de género nas equipas técnicas de adoção, [541/XV/1.^a](#) (IL) — Modifica o processo de adoção, alargando a idade máxima do adotando para os 18 anos (altera o Decreto-Lei n.º 47 344/66, de 25 de novembro, a Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro, e a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), juntamente com o Projeto de Resolução n.º [440/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de políticas integradas e céleres de promoção da adoção. Intervieram no debate os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Bruno Aragão](#) (PS) e [Clara Marques Mendes](#) (PSD).

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º [403/XV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que cumpra o aprovado em sede de Orçamento do Estado e aplique um desconto efetivo de 50 % nas taxas de portagem dos territórios do interior, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [542/XV/1.^a](#) (CH) — Prevê a implementação de um plano gradual de isenção do pagamento de portagens, [548/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A25, [549/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na ex-SCUT Norte Litoral (A28) entre Angeiras e Darque, [550/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A29, [551/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A41, [552/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A42, [553/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A4, [554/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A13, [555/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A22, [556/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A23 e [557/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A24. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Luís Gomes](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [65/XV/1.^a](#) (PCP) — Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e [543/XV/1.^a](#) (BE) — Confere força executiva às decisões condenatórias da Autoridade para as Condições do Trabalho para suspensão de despedimento e sanções abusivas e aprofunda o regime jurídico para combater o assédio no trabalho. Proferiram intervenções os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Carla Castro](#) (IL), [Hugo Maravilha](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS) e [André Ventura](#) (CH).

Em interpelação à Mesa, o Deputado [André Ventura](#) (CH) questionou o Presidente ([Adão Silva](#)) acerca de notícias veiculadas sobre o anúncio, por parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros (João Gomes Cravinho), sem auscultação prévia dos grupos parlamentares, de que o Presidente do Brasil irá discursar na Assembleia da República.

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 7 minutos.

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da retirada, pelo proponente, do Projeto de Lei n.º 527/XV/1.^a e da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 501/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 558, 569 a 574 e 579/XV/1.^a

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 73.º do Regimento, procedeu-se a um debate sobre a situação na Ucrânia, proposto pelo Presidente da Assembleia da República, que proferiu a intervenção de abertura. Seguiram-se, no uso da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Negócios Estrangeiros (João Gomes Cravinho), André Ventura (CH), Pedro Filipe Soares (BE), Sérgio Sousa Pinto (PS), Joaquim Miranda Sarmiento (PSD), Diogo Pacheco de Amorim (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Bruno Dias (PCP), Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Tiago Moreira de Sá (PSD) e Patrícia Gilvaz (IL).

No encerramento do debate intervieram, além do Ministro dos Negócios Estrangeiros, os Deputados Pedro Filipe Soares (BE), Paula Santos (PCP), Rui Rocha (IL), André Ventura (CH), Ricardo Baptista Leite (PSD) e Eurico Brilhante Dias (PS).

Procedeu-se à apreciação conjunta da Proposta de Lei n.º 108/XIV/2.^a (ALRAM) — Alargamento da carreira especial de enfermagem às estruturas residenciais para pessoas idosas — alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro, e do Projeto de Lei n.º 528/XV/1.^a (CH) — Pela obrigatoriedade da existência de um enfermeiro nos estabelecimentos de ensino pré-escolares e escolas do ensino básico e secundário, que foram, posteriormente, rejeitados, na generalidade, e da Petição n.º 82/XV/1.^a (Marta Maria Dias dos Santos) — Pelo direito a um enfermeiro em escolas públicas frequentadas por crianças com necessidades de saúde específicas. Intervieram no debate os Deputados Jorge Galveias (CH), Isabel Pires (BE), Patrícia Dantas (PSD), Joana Cordeiro (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Susana Correia (PS), Rui Tavares (L), Paula Santos (PCP) e Inês Barroso (PSD).

O Presidente procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º 270/XV/1.^a (apresentado pelo PAR) — De solidariedade com a Ucrânia, por ocasião do primeiro aniversário da invasão do território ucraniano pela Federação Russa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 271/XV/1.^a (apresentado pelo PCP) — De condenação da escalada de confrontação e guerra, de solidariedade com as suas vítimas e de exigência da paz, cuja parte deliberativa foi rejeitada (a).

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 44/XV/1.^a (GOV) — Reforça os mecanismos de combate à violência no desporto e foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 539/XV/1.^a (CH) — Proceda à quinta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de julho, que estabelece o regime jurídico da segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos e 545/XV/1.^a (PCP) — Proceda à quinta alteração à Lei n.º 39/2009, de 30 de junho, eliminando as zonas com condições especiais de acesso e permanência de adeptos.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 484/XV/1.^a (BE) — Altera a idade máxima do adotando (alteração à Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro e ao Decreto-Lei n.º 47 344/66, de 25 de novembro), 507/XV/1.^a (PCP) — Retoma das medidas de acolhimento e programa de autonomização de crianças e jovens em perigo (quinta alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo) e 508/XV/1.^a (PCP) — Alarga a possibilidade de adoção de crianças até aos 18 anos (primeira alteração à Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro e ao Decreto-Lei n.º 47 344/66, de 25 de novembro). Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 529/XV/1.^a (CH) — Altera o Código Civil, o Regime Jurídico do Processo de Adoção e o Código do Trabalho, com o objetivo de reduzir o número de crianças institucionalizadas garantindo-lhes um processo de adoção célere e bem-sucedido. Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 534/XV/1.^a (PAN) —

Aumenta a idade máxima do adotado para os 18 anos, procedendo à alteração do Código Civil e do Regime Jurídico do Processo de Adoção, [537/XV/1.^a](#) (L) — Clarifica a possibilidade de casais unidos de facto poderem adotar, diminui a idade mínima de adotantes, aumenta a idade máxima de adotados, diminui a idade de consentimento do adotado, remove a dispensa de consentimento e de audição de pessoas neurodivergentes ou com doença mental e introduz a possibilidade de integração de profissionais da área de igualdade de género nas equipas técnicas de adoção, e [541/XV/1.^a](#) (IL) — Modifica o processo de adoção, alargando a idade máxima do adotando para os 18 anos (altera o Decreto-Lei n.º 47 344/66, de 25 de novembro, a Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro, e a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro). Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [440/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de políticas integradas e céleres de promoção da adoção.

Foram rejeitados os pontos 1 e 3 e aprovado o ponto 2 do Projeto de Resolução n.º [403/XV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que cumpra o aprovado em sede de Orçamento do Estado e aplique um desconto efetivo de 50 % nas taxas de portagem dos territórios do interior. Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [542/XV/1.^a](#) (CH) — Prevê a implementação de um plano gradual de isenção do pagamento de portagens, [548/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A25, [549/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na ex-SCUT Norte Litoral (A28) entre Angeiras e Darque, [550/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A29, [551/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A41, [552/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A42, [553/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A4, [554/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A13, [555/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A22, [556/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A23 e [557/XV/1.^a](#) (PCP) — Elimina as portagens na A24. Posteriormente, proferiram declarações de voto os Deputados [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) — que suscitou um pedido de defesa da honra da bancada, por parte do Deputado [Joaquim Miranda Sarmiento](#) (PSD) —, [Bruno Dias](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Porfírio Silva](#) (PS).

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [65/XV/1.^a](#) (PCP) — Confere natureza de título executivo às decisões condenatórias da ACT e altera o regime processual aplicável às contraordenações laborais e de segurança social, procedendo à terceira alteração à Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e [543/XV/1.^a](#) (BE) — Confere força executiva às decisões condenatórias da Autoridade para as Condições do Trabalho para suspensão de despedimento e sanções abusivas e aprofunda o regime jurídico para combater o assédio no trabalho.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [388/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à fiscalização das condições laborais dos trabalhadores mercantes.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [389/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo o alargamento da rede nacional de estruturas residenciais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [419/XV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que seja criado um projeto de promoção e literacia em saúde nas escolas do distrito de Leiria.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [809/XIV/2.^a](#) (Cidadãos) — Valorização do ensino politécnico nacional e internacionalmente, [115/XV/1.^a](#) (PCP) — Valorização e reconhecimento do Ensino Superior Politécnico, reconhecendo a possibilidade de conferir o grau de doutor e [125/XV/1.^a](#) (BE) — Cria a possibilidade de administração de doutoramentos no subsistema de ensino superior politécnico, através da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior. Posteriormente, proferiram declarações de voto os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Germana Rocha](#) (PSD).

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Resolução n.º [250/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo a tomada de medidas urgentes de apoio ao alojamento de estudantes do ensino

superior deslocados e de criação de residências universitárias em património subutilizado do Estado.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 48 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 95 (2023.03.02)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Deu-se conta de uma informação da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativa à retoma do mandato de um Deputado do PSD e à cessação do mandato do Deputado substituto.

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 502 a 510/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 591, 593 a 596, 598, 600 e 601/XV/1.^a e da Proposta de Lei n.º 64/XV/1.^a

Em declaração política, a Deputada [Maria Begonha](#) (PS) destacou as medidas, recentemente apresentadas pelo Governo, que pretendem responder à crise da habitação em Portugal, tendo sublinhado que estas se encontram em consulta pública. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Márcia Passos](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Filipe Melo](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [João Cotrim Figueiredo](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [Alexandre Poço](#) (PSD) fez um balanço dos últimos sete anos de governação socialista, acusando o Governo de ser incapaz de resolver os problemas estruturais do País. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP), [Pedro Pessanha](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) lamentou o estado em que se encontra o País e a situação de miséria em que vivem muitos portugueses, 11 meses depois de o Governo socialista ter tomado posse, criticando as opções políticas, nomeadamente nas áreas da educação, da saúde, da agricultura, da habitação, das forças de segurança, da segurança social e da juventude.

Em declaração política, o Deputado [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL) manifestou-se solidário com os profissionais do setor do alojamento local e apresentou propostas para a recuperação de imóveis devolutos do Estado, considerando que as mesmas vão permitir o aumento da oferta de habitação e a redução dos preços. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE), [António Topa Gomes](#) (PSD) e [Hugo Carvalho](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) chamou a atenção para a desigualdade na distribuição de riqueza no nosso País, alertando para a situação de pobreza em que vivem muitos trabalhadores portugueses, decorrente dos baixos salários, do aumento dos preços e da consequente perda de poder de compra, enquanto os grandes grupos económicos registam lucros excessivos. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), [Isabel Pires](#) (BE), [Vera Braz](#) (PS) e [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE) lamentou a situação económica que se vive no País e a quebra no consumo de bens alimentares, fazendo

referência ao crescimento das desigualdades sociais e ao aumento dos lucros em setores essenciais da economia. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rita Borges Madeira](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH), [Alma Rivera](#) (PCP) e [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do [artigo 77.º](#) do Regimento, o Deputado [Jorge Gabriel Martins](#) (PS) referiu-se ao novo hospital da região Oeste e à sua localização no Bombarral, considerando-a preferencial, por ser aquela que proporciona a resposta mais atempada ao maior número de utentes. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD) e [João Dias](#) (PCP).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do [artigo 77.º](#) do Regimento, o Deputado [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH) referiu-se às escalas de avaliação dos alunos dos ensinos básico e secundário, e também dos professores, anunciando uma proposta de referendo nacional sobre esta matéria.

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [54/XIV/1.ª](#) (ALRAM) — *Procede à alteração do regime de seguro social voluntário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40/89, de 1 de fevereiro, na redação atual, bem como do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, na redação atual, a fim de permitir a admissão de portugueses residentes na diáspora.* Intervieram no debate os Deputados [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Marta Freitas](#) (PS), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Deu-se conta de uma informação da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativa à retoma do mandato de um Deputado do PS e à cessação do mandato da Deputada substituta.

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 37 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 96 (2023.03.03)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [59/XV/1.ª](#) (GOV) — *Transpõe as Diretivas (UE) 2022/211 e (UE) 2022/228, relativas a matéria de proteção de dados pessoais, tendo intervindo no debate, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça (Jorge Alves Costa), os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Paula Cardoso](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).*

Foram apreciados em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [285/XV/1.ª](#) (IL) — *Elimina a contribuição para o audiovisual, baixando a fatura da eletricidade dos portugueses e* [39/XV/1.ª](#) (CH) — *Altera a lei que aprova o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão no sentido de alterar as condições de cobrança da contribuição audiovisual.* Usaram da palavra os Deputados [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Jorge Galveias](#) (CH), [Fernanda Velez](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Sara Velez](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

Procedeu-se à apreciação conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [376/XV/1.ª](#) (PCP) — *Altera o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto),* [146/XV/1.ª](#) (BE) — *Estatuto do Serviço Nacional de Saúde,* [584/XV/1.ª](#) (PAN) — *Garante a disponibilização de consultas de psicologia e de nutrição nos*

agrupamentos de centros de saúde, alterando o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, e 591/XV/1.^a (CH) — Procede a alterações ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde a fim de permitir e assegurar a equidade no direito à saúde dos cidadãos. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados João Dias (PCP), Catarina Martins (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Irene Costa (PS), André Ventura (CH), Joana Cordeiro (IL), Rui Cristina (PSD), Rui Tavares (L), João Cotrim Figueiredo (IL), Luís Soares (PS), Pedro dos Santos Frazão (CH) e Guilherme Almeida (PSD).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 458/XV/1.^a (BE) — Altera o Regulamento das Custas Processuais (alteração ao Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, que aprova o Regulamento das Custas Processuais), 486/XV/1.^a (CH) — Altera o Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26/02, no sentido de isentar de custas os funcionários públicos, em processo penal por ofensa sofrida no exercício das suas funções, ou por causa delas, 578/XV/1.^a (PCP) — Cria a unidade de missão para a revisão do regime das custas judiciais e 579/XV/1.^a (L) — Altera o Regulamento das Custas Processuais, isentando todos os trabalhadores e seus familiares, em matérias de direito do trabalho, do pagamento das custas processuais, independentemente do modo como se fazem representar em juízo e do rendimento anual auferido, e 586/XV/1.^a (PAN) — Garante o acesso ao direito e aos tribunais, procedendo à alteração do Regulamento das Custas Processuais e ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro. Proferiram intervenções os Deputados Pedro Filipe Soares (BE), Bruno Nunes (CH), Alma Rivera (PCP), Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Mónica Quintela (PSD), Patrícia Gilvaz (IL) e Paulo Araújo Correia (PS).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 599, 602 e 604 a 606/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 471, 511 a 516 e 518/XV/1.^a

A Presidente (Edite Estrela) encerrou a sessão eram 18 horas e 18 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 97 (2023.03.04)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Procedeu-se à discussão conjunta das seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 516/XV/1.^a (PS) — Segunda alteração à Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, que foi aprovado na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 162/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que valorize a participação cidadã nos procedimentos eleitorais, revendo os valores das compensações pela participação nas assembleias de voto, que foi aprovado na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 394/XV/1.^a (PS) — Determina a preparação da codificação da legislação eleitoral, que foi aprovado na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 426/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que realize uma experiência de voto eletrónico presencial em mobilidade nos círculos eleitorais das comunidades, que foi aprovado na generalidade;

Petição n.º 30/XV/1.^a (Luís Humberto Pacheco Ferreira Teixeira) — Por uma maior conversão dos votos em mandatos;

Projeto de Lei n.º 377/XV/1.^a (PSD) — *Procede à segunda alteração da Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, que foi aprovado na generalidade;*

Projeto de Lei n.º 398/XV/1.^a (PAN) — *Estabelece o regime jurídico aplicável ao esclarecimento cívico e ao direito de antena no âmbito das eleições para Presidente da República, Assembleia da República, Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Parlamento Europeu e órgãos das autarquias locais, bem como no âmbito dos referendos nacionais, regionais e locais, que foi rejeitado na generalidade;*

Projeto de Lei n.º 517/XV/1.^a (PAN) — *Altera a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, reduzindo para 10 o número de círculos eleitorais e criando um círculo eleitoral da emigração e um círculo nacional de compensação, que foi rejeitado na generalidade;*

Projeto de Lei n.º 518/XV/1.^a (PAN) — *Altera diversos diplomas, alargando o direito de voto antecipado no âmbito das eleições para os órgãos das autarquias locais e melhorando o processo eleitoral nos círculos da emigração no âmbito das eleições para a Assembleia da República, que foi aprovado na generalidade;*

Projeto de Lei n.º 560/XV/1.^a (PSD) — *Consagra a possibilidade de opção pelo voto por correspondência, em alternativa ao voto presencial, aos eleitores residentes no estrangeiro nas eleições presidenciais e nas eleições europeias, procedendo à vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, à sexta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a lei eleitoral para o Parlamento Europeu, e à sétima alteração ao regime jurídico do recenseamento eleitoral, aprovado pela Lei n.º 13/99, de 22 de março, e assegura a implementação, nas próximas eleições europeias, de um projeto-piloto não vinculativo de voto eletrónico não presencial destinado aos eleitores residentes no estrangeiro, que foi aprovado na generalidade;*

Projeto de Lei n.º 577/XV/1.^a (PCP) — *Alarga as competências e reforça o apoio ao funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas (segunda alteração à Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro), que foi rejeitado na generalidade;*

Projeto de Lei n.º 581/XV/1.^a (L) — *Revê as leis eleitorais, alargando o leque de inelegibilidades para a Assembleia da República; consagrando um círculo nacional de compensação; alargando o período de campanha eleitoral, o voto por correspondência às eleições para a Presidência da República e as circunstâncias em que é possível votar antecipadamente, em mobilidade, e estabelecendo regras relacionadas com os debates televisivos, a remoção da propaganda eleitoral e a possibilidade de missões internacionais de observadores, que foi rejeitado na generalidade;*

Projeto de Lei n.º 582/XV/1.^a (L) — *Consagra um prazo para remoção da propaganda eleitoral e determina que a sua violação constitui contraordenação, alterando a Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua redação atual, que foi aprovado na generalidade;*

Projeto de Lei n.º 583/XV/1.^a (L) — *Cria uma comissão nacional para debates eleitorais e altera a lei da cobertura eleitoral, que foi rejeitado na generalidade;*

Projeto de Lei n.º 587/XV/1.^a (PAN) — *Reforça as competências do Conselho das Comunidades Portuguesas e os direitos dos respetivos conselheiros, alterando a Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que foi aprovado na generalidade;*

Projeto de Lei n.º 589/XV/1.^a (CH) — *Altera a Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, que foi rejeitado na generalidade.*

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Paulo Pisco](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [Olga Silvestre](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [André Ventura](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Entretanto, o Presidente saudou a presença, na galeria, de uma delegação de autoridades locais de municípios italianos, acompanhada pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus e pelo Embaixador de Itália em Portugal, tendo a Câmara aplaudido.

Foi apreciado, e posteriormente rejeitado, o Projeto de Resolução n.º 466/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que, no âmbito do processo de descentralização, avalie a vulnerabilidade sísmica dos edifícios e equipamentos do Estado a transferir para os municípios e comunidades intermunicipais, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 580/XV/1.^a (L) — Indicador de risco em caso de sismo, que, a requerimento do L, baixou à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, sem votação, por 60 dias, 585/XV/1.^a (PAN) — Institui um sistema nacional de cobertura do risco de fenómenos sísmicos e de desastres naturais e cria o fundo sísmico e para desastres naturais, que foi rejeitado, e 590/XV/1.^a (CH) — Altera a legislação com o objetivo de reforçar a segurança das construções contra os sismos, que, a requerimento do CH, baixou à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, sem votação, por 60 dias. Intervieram os Deputados Luís Gomes (PSD), Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Rita Matias (CH), Joana Cordeiro (IL), Pedro Cegonho (PS), Isabel Pires (BE), Paula Santos (PCP), Fátima Ramos (PSD) e Hugo Carvalho (PS).

Foi discutido e rejeitado o Projeto de Resolução n.º 469/XV/1.^a (CH) — Constituição de uma comissão parlamentar eventual para apurar e prevenir interferência política abusiva no sistema bancário português. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados André Ventura (CH), Hugo Carneiro (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Duarte Alves (PCP), Mariana Mortágua (BE), Rui Tavares (L), João Cotrim Figueiredo (IL) e Miguel Matos (PS).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 273/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Felícia de Assunção Pailleux.

Foi lido pelo Deputado Marcos Perestrello (PS) o Projeto de Voto n.º 279/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Rui Cunha.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 282/XV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelas vítimas do naufrágio no sul de Itália.

Após terem sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi rejeitada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 54/XIV/1.^a (ALRAM) — Procede à alteração do regime de seguro social voluntário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40/89, de 1 de fevereiro, na redação atual, bem como do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, na redação atual, a fim de permitir a admissão de portugueses residentes na diáspora.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 59/XV/1.^a (GOV) — Transpõe as Diretivas (UE) 2022/211 e (UE) 2022/228, relativas a matéria de proteção de dados pessoais.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 285/XV/1.^a (IL) — Elimina a contribuição para o audiovisual, baixando a fatura da eletricidade dos portugueses e 39/XV/1.^a (CH) — Altera a lei que aprova o modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão no sentido de alterar as condições de cobrança da contribuição audiovisual.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 376/XV/1.^a (PCP) — Altera o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto), 146/XV/1.^a (BE) — Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, 584/XV/1.^a (PAN) — Garante a disponibilização de consultas de psicologia e de nutrição nos agrupamentos de centros de saúde, alterando o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, e 591/XV/1.^a (CH) — Procede a alterações ao Estatuto do Serviço Nacional de Saúde a fim de permitir e assegurar a equidade no direito à saúde dos cidadãos.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [458/XV/1.ª](#) (BE) — Altera o Regulamento das Custas Processuais (alteração ao Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro, que aprova o Regulamento das Custas Processuais), [486/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26/02, no sentido de isentar de custas os funcionários públicos, em processo penal por ofensa sofrida no exercício das suas funções, ou por causa delas, [578/XV/1.ª](#) (PCP) — Cria a unidade de missão para a revisão do regime das custas judiciais, [579/XV/1.ª](#) (L) — Altera o Regulamento das Custas Processuais, isentando todos os trabalhadores e seus familiares, em matérias de direito do trabalho, do pagamento das custas processuais, independentemente do modo como se fazem representar em juízo e do rendimento anual auferido, e [586/XV/1.ª](#) (PAN) — Garante o acesso ao direito e aos tribunais, procedendo à alteração do Regulamento das Custas Processuais e ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [558/XV/1.ª](#) (PS) — Estabelece a composição, organização, funcionamento e estatuto do Conselho para a Ação Climática.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [436/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que proceda à elaboração e implementação do Plano Estratégico do Cinema e do Audiovisual.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [328/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas relativamente às populações de javali em Portugal.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [349/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um regime jurídico para os santuários ou refúgios de vida animal e de um espaço de alojamento, em cumprimento do previsto na lei.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [386/XV/1.ª](#) (CH) — Pela agilização da execução dos Fundos de Desenvolvimento Rural e publicação no Portal da Transparência de todas as verbas atribuídas.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [438/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a construção do Circuito Hidráulico de Vidigueira e respetivo bloco de rega.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [384/XV/1.ª](#) (PCP) — Consagra o dia 31 de janeiro como Dia Nacional do Sargento.

Foi aprovado, na generalidade e na especialidade (assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas em sede de Comissão), o Projeto de Resolução n.º [370/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que elabore, atualize e aprove os Programas de Ordenamento do Território (PROT), de modo a estabelecer estratégias concretas de prevenção e atenuação de fenómenos meteorológicos adversos e excecionais.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [325/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio aos municípios afetados pelas situações de cheia ocorridas no mês de dezembro de 2022, [333/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que acione o Fundo de Emergência Municipal e garanta os apoios necessários à reparação dos danos causados aos municípios e comunidades intermunicipais pelas situações de cheias ocorridas no mês de dezembro de 2022, e [370/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que elabore, atualize e aprove os Programas de Ordenamento do Território (PROT), de modo a estabelecer estratégias concretas de prevenção e atenuação de fenómenos meteorológicos adversos e excecionais.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º [410/XV/1.ª](#) (IL) — Elimina a obrigatoriedade de explicitar «Chamada para a rede fixa nacional» e «Chamada para rede móvel nacional» nas linhas telefónicas para contacto do consumidor (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 59/2021, de 14 de julho).

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade da sua proposta de alteração ao Projeto de Resolução n.º 414/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que assegure as condições necessárias para a captação pelos municípios de receitas no quadro da exploração económica dos aproveitamentos hidroelétricos neles situados, tendo proferido intervenções os Deputados [Adão Silva](#) (PSD), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Berta Nunes](#) (PS) e [Duarte Alves](#) (PCP). De seguida, a proposta foi rejeitada e, em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo àquele projeto de resolução.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, autorizando um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 23 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 98 (2023.03.09)

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 12 minutos.

Foram anunciados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, um relativo à renúncia e correspondente assunção de mandato de Deputados do PCP, que foi aprovado, e outro relativo à retoma e respetiva cessação de mandato de Deputadas do PSD.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 517, 519 e 523/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 603 e 607 a 611/XV/1.^a

A Presidente ([Edite Estrela](#)), a propósito do Dia Internacional da Mulher, saudou todas as mulheres, dedicando-lhes a leitura do poema Mulher, de José Carlos Ary dos Santos.

Ao abrigo do [artigo 73.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate temático, requerido pelo PSD, sobre violência doméstica. Após a Deputada [Mónica Quintela](#) (PSD) ter proferido uma intervenção na fase de abertura, seguiram-se no uso da palavra, a diverso título, além daquela oradora e da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares ([Ana Catarina Mendes](#)), os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Patrícia Faro](#) (PS), [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [André Ventura](#) e [Rita Matias](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Pessanha](#) (CH) e [Cláudia Santos](#) (PS). No encerramento do debate, intervieram, além da Secretária de Estado da Igualdade e Migrações ([Isabel Almeida Rodrigues](#)), os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Alma Rivera](#) (PCP), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Paula Cardoso](#) (PSD) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

Foi apreciada a Petição n.º 128/XIV/2.^a ([Ramons Vaz de Menezes](#) e outros) — Achigã (*Micropterus salmoides*) uma espécie a proteger, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 331/XV/1.^a (PSD) — Alteração ao regime legal de prevenção e controlo de espécies exóticas aplicável à pesca lúdica e desportiva em águas interiores e com o Projeto de Resolução n.º 427/XV/1.^a (PAN) — Pela manutenção do achigã na Lista Nacional de Espécies Invasoras constante no Anexo II do Decreto-Lei n.º 92/2019 de 10 de julho. Usaram da palavra os Deputados [João Marques](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Eunice Pratas](#) (PS), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [João Dias](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Norberto Patinho](#) (PS).

Procedeu-se ao debate conjunto da Petição n.º 342/XIV/3.^a (Maria José Pinheiro Cruz) — Criação de um hospital veterinário público e dos Projetos de Resolução n.ºs 374/XV/1.^a (BE) — Recomenda medidas para reduzir o número e mitigar os efeitos do abandono de animais de companhia devido ao aumento da inflação, 387/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de uma rede de serviços públicos veterinários e a construção de um hospital público veterinário e 391/XV/1.^a (CH) — Pelo incentivo à criação de rede de cuidados primários médico-veterinários. Intervieram no debate os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Palmira Maciel](#) (PS), [Bernardo Blanco](#) (IL), [João Marques](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP) e [Rui Tavares](#) (L).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 36 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 99 (2023.03.10)

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da retirada dos Projetos de Resolução n.ºs 527 e 528/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 633 a 639/XV/1.^a

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do CH, sobre o «combate ao abuso sexual de menores em Portugal», procedeu-se ao debate conjunto, e posterior votação, na generalidade, das seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º 150/XV/1.^a (CH) — Impede a suspensão da execução da pena em caso de condenação por crime de abuso sexual de crianças ou outros conexos, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 600/XV/1.^a (CH) — Aumenta a proteção das vítimas de abuso sexual de menores, para tanto alterando o Código Penal, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 601/XV/1.^a (CH) — Altera o Código Penal, agravando as penas aplicáveis aos crimes de abuso sexual de crianças e outros conexos, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 461/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo o reforço do combate ao abuso sexual de crianças, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 504/XV/1.^a (CH) — Proceda a um inquérito nacional de vitimação e assegure a criação de um canal permanente de denúncia de abusos sexuais, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 8/XV/1.^a (PAN) — Alarga os prazos de prescrição de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e do crime de mutilação genital feminina, procedendo à alteração do Código Penal, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 610/XV/1.^a (IL) — Aumenta o prazo de prescrição para denúncia de abuso sexual de menor, alterando o Código Penal, que, a requerimento apresentado pelo proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias;

Projeto de Lei n.º 611/XV/1.^a (BE) — Altera o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, alargando o prazo prescricional dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e do crime de mutilação genital feminina sendo a vítima menor, que foi aprovado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Fernando Negrão](#) (PSD), [Cláudia Santos](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Alma Rivera](#) (PCP), [Cristiana Ferreira](#) (PSD), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Filipe Melo](#) (CH), [Marta Temido](#) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Entretanto, o Presidente saudou o Deputado [Pedro Roque](#) pela sua eleição como Vice-Presidente da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, tendo a Câmara aplaudido.

Foi anunciada a entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 65/XV/1.^a, do Projeto de Deliberação n.º 11/XV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 520 a 522, 524 a 526, 529 a 534 e 542/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 612 a 618, 620 a 625, 627 a 632 e 641/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 42 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 100 (2023.03.10)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pela IL, sobre «o estado do transporte ferroviário em Portugal». Após o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além do Secretário de Estado das Infraestruturas (Frederico Francisco), os Deputados [António Prôa](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [José Carlos Barbosa](#) (PS), [Bernardo Blanco](#) (IL) e [António Topa Gomes](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente saudou a presença, na tribuna, da Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Moçambique, que foi aplaudida pela Câmara.

Foi discutida e aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [62/XV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas, tendo o Deputado [Marcos Perestrello](#) (PS) invocado o n.º 3 do artigo 8.º do Estatuto dos Deputados para não participar nesta votação. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto (João Paulo Correia), os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Francisco Dinis](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [Tiago Soares Monteiro](#) (PS), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD) e [Miguel Matos](#) (PS).

Foi discutida e aprovada a Conta Geral do Estado de 2021, tendo usado da palavra, além da Secretária de Estado do Orçamento (Sofia Batalha) — que abriu e encerrou o debate —, os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Afonso](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [Sérgio Ávila](#) (PS).

Seguiu-se o debate da Petição n.º [31/XV/1.ª](#) (Grupo Cimeira de Motoristas) — Profissão de desgaste rápido para todos os motoristas de veículos pesados, em conjunto com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [588/XV/1.ª](#) (BE) — Redução da idade de acesso à pensão de velhice dos motoristas de veículos pesados, e com os Projetos de Resolução n.ºs [398/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a realização de um estudo para definir os critérios que identifiquem profissões de desgaste rápido, bem como a sua regulamentação, [432/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que proceda à definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os trabalhadores do setor dos transportes, [459/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que a profissão de motorista de veículos pesados de mercadorias e de passageiros seja considerada de desgaste rápido, e [460/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda ao levantamento de todas as profissões que devem ser consideradas de desgaste rápido, que foram rejeitados. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Isabel Pires](#) (BE), [Lina Lopes](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [Jorge Galveias](#) (CH),

Ana Isabel Santos (PS), Helga Correia (PSD), Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN) e André Ventura (CH).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 281/XV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelas vítimas do acidente ferroviário na Grécia, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foi lido, pelo Deputado Filipe Neto Brandão (PS), o Projeto de Voto n.º 287/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de José Manuel Galvão Teles, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 291/XV/1.^a (apresentado pela Comissão de Defesa Nacional e subscrito por uma Deputada do PSD) — De pesar pelo falecimento do Sargento-Ajudante Carlos Mota e todos os militares que faleceram ao serviço das Forças Armadas, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

A seguir à aprovação daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

O Presidente leu os Projetos de Voto n.ºs 280/XV/1.^a (apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e subscrito por uma Deputada do PSD e por uma Deputada do PS) — De saudação pelo Dia Internacional das Mulheres e Raparigas na Ciência e 289/XV/1.^a (apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e subscrito por uma Deputada do PSD e por uma Deputada do PS) — De saudação pelo Dia Internacional da Mulher, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 518/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República à República Dominicana.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 331/XV/1.^a (PSD) — Alteração ao regime legal de prevenção e controlo de espécies exóticas aplicável à pesca lúdica e desportiva em águas interiores.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 427/XV/1.^a (PAN) — Pela manutenção do achigã na Lista Nacional de Espécies Invasoras constante no Anexo II do Decreto-Lei n.º 92/2019 de 10 de julho.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 374/XV/1.^a (BE) — Recomenda medidas para reduzir o número e mitigar os efeitos do abandono de animais de companhia devido ao aumento da inflação.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 387/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de uma rede de serviços públicos veterinários e a construção de um hospital público veterinário.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 391/XV/1.^a (CH) — Pelo incentivo à criação de rede de cuidados primários médico-veterinários.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 337/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que apoie as iniciativas internacionais que visem condenar o Afeganistão pelas decisões que impedem as meninas, raparigas e mulheres de frequentar o ensino médio e o ensino superior e apelar à respetiva revogação, e que adote medidas que promovam a integração das meninas, raparigas e mulheres afegãs em instituições de ensino nacionais.

Foi votado por pontos e aprovado o Projeto de Resolução n.º 302/XV/1.^a (PS, PSD, IL, BE, PAN e L) — Contra os atos de violência sexual cometidos no quadro do conflito armado na Ucrânia.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 375/XV/1.^a (CH) — Inclusão do ensino de História de Portugal no estrangeiro para crianças e jovens portugueses e lusodescendentes.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativo aos Projetos de Lei n.ºs 99/XV/1.^a (PSD) — Aprova disposições específicas relativas ao exercício de funções de polícia florestal das carreiras de guarda florestal das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e

[395/XV/1.^a](#) (PS) — Regime de exercício de funções de polícia florestal pelos trabalhadores da carreira de guarda florestal das Regiões Autónomas.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

Declarou-se caduco o processo relativo às Apreciações Parlamentares n.ºs 3 e 6/XV/1.^a, relativas ao Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, que aprova o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, no seguimento da rejeição das propostas de alteração apresentadas na Comissão de Saúde.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 535 a 541/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 619, 640, 642 a 644 e 646 a 649/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — [N.º 101](#) (2023.03.16)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 9 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 626, 645, 650 a 658 e 661 a 663 e 665/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 543 a 549/XV/1.^a

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do PSD, sobre «habitação», procedeu-se ao debate conjunto e à votação, na generalidade, das seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º [653/XV/1.^a](#) (PSD) — Altera o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, de modo a simplificar os licenciamentos, reforçar os meios de fiscalização e flexibilizar o uso do solo para uso habitacional, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [654/XV/1.^a](#) (PSD) — Medidas fiscais para uma intervenção social para resolver a grave crise no acesso à habitação própria, o aumento dos encargos gerados com a subida dos juros no crédito à habitação e a promoção de medidas que incentivem uma melhor afetação dos prédios devolutos e o fortalecimento da confiança entre as partes nos contratos de arrendamento, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [655/XV/1.^a](#) (PSD) — Estabelece o regime transitório de subsídio de renda e aprova medidas de mitigação no impacto do agravamento dos juros do crédito à habitação, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [656/XV/1.^a](#) (PSD) — Habitação para jovens – alojamento estudantil, arrendamento para jovens e aquisição da primeira habitação própria e permanente, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º [543/XV/1.^a](#) (PSD) — Aceleração da execução dos fundos PRR para a habitação, promoção de soluções inovadoras de habitação e alojamento, e avaliação das alterações ao regime do arrendamento urbano, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [603/XV/1.^a](#) (CH) — Procede ao alargamento da isenção de pagamento de imposto de selo prevista no Código do Imposto do Selo, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [607/XV/1.^a](#) (CH) — Altera o Código do IVA para que o valor global das obras de reabilitação e afins realizadas em imóveis destinados a habitação beneficiem da taxa reduzida de IVA de 6%, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 609/XV/1.^a (IL) — Permite à sociedade civil reabilitar os imóveis devolutos do estado para arrendamento acessível, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 631/XV/1.^a (L) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, limitando a isenção de IRC aos fundos e sociedades de investimento imobiliário que disponibilizem 30% dos seus bens imóveis no Programa de Apoio ao Arrendamento, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 481/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo que terrenos públicos urbanizáveis não sejam vendidos ou transferidos para processos de especulação imobiliária e sejam utilizados para políticas públicas de habitação, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 525/XV/1.^a (IL) — Pela criação do portal digital do licenciamento urbanístico (PDLU), que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 526/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que contrate os recursos humanos necessários à prossecução das políticas públicas de habitação, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 542/XV/1.^a (PCP) — Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Habitação (Marina Gonçalves), os Deputados [Márcia Passos](#) (PSD), [Maria Begonha](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Ivan Gonçalves](#) (PS), [Luís Gomes](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [Alexandre Simões](#) e [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Pedro Faria](#) e [Hugo Carvalho](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Pedro Anastácio](#) (PS), [Filipe Melo](#) (CH) — que suscitou um pedido de defesa da honra da bancada, por parte do Deputado [Alexandre Poço](#) (PSD), tendo dado explicações —, [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) e [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 6 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 102 (2023.03.17)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 66/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 666 e 667/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 550 a 552/XV/1.^a

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo PCP, sobre «especulação de preços de bens essenciais e as medidas para a travar». Após o Deputado [João Dias](#) (PCP) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além daquele orador e do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços (Nuno Fazenda), os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L) e [Duarte Alves](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Rui Cristina](#) (PSD) responsabilizou o Governo socialista pelo estado em que se encontra o Serviço Nacional de Saúde, particularmente no que diz respeito às urgências, à falta de médicos de família, às demissões sucessivas de médicos e às escusas de responsabilidades, lamentando que as propostas apresentadas pelo PSD sejam sistematicamente rejeitadas. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Dias](#) (PCP) e [Luís Soares](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Rui Afonso](#) (CH) referiu-se à subida da taxa de inflação nos bens alimentares e à necessidade de se encontrarem medidas que a sustentem, tendo respondido, depois, a um pedido de esclarecimento do Deputado [João Moura](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) abordou a questão da subida de preços dos bens alimentares, e dos bens em geral, considerando que a fixação ou limitação de preços e de margens de lucro cria problemas paralelos, designadamente a escassez de bens. Seguidamente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rita Matias](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Artur Soveral Andrade](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP) e [Hugo Costa](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) discursou sobre os problemas dos trabalhadores e a falta de resposta às suas reivindicações, dando especial enfoque à situação precária dos jornalistas e profissionais da imprensa. Depois, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Jorge Galveias](#) (CH), [João Prata](#) (PSD), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS), [Patrícia Gilvaz](#) (IL) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Isabel Pires](#) (BE) lembrou a luta dos trabalhadores da CP, que estão em greve, exigindo o pagamento dos salários em atraso, valorização salarial e a melhoria das condições de trabalho, sendo urgente resolver a sua situação. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Alma Rivera](#) (PCP), [José Carlos Barbosa](#) (PS) e [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Ricardo Pinheiro](#) (PS) teceu considerações acerca do aumento generalizado do custo de vida, salientando as medidas de apoio implementadas pelo Governo do PS para combater os impactos dos aumentos dos preços, nomeadamente nos produtos energéticos. Respondeu, posteriormente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Duarte Alves](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL) e [Isabel Pires](#) (BE).

Foi anunciado o resultado da eleição de um Vice-Presidente da Assembleia da República, proposto pelo CH, que não obteve a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efetividade de funções.

Foi apreciada a Petição n.º [9/XV/1.ª](#) (Pedro Manuel Regueira Valadas Coriel e outros) — Em defesa do Parque das Gerações, contra a proposta de alteração 308 do PDM de Cascais, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [181/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que preserve e valorize o Parque das Gerações como eixo fundamental de uma estratégia nacional de desenvolvimento e promoção do skate, [249/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que classifique o Parque das Gerações como equipamento de interesse público, de forma a evitar a sua destruição, [470/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a classificação do Parque das Gerações como equipamento de interesse público, [511/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que classifique o Parque das Gerações como equipamento de interesse público e [512/XV/1.ª](#) (PCP) — Salvaguarda do Parque das Gerações. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Isabel Pires](#) (BE), [Miguel Matos](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL) e [Gabriela Fonseca](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 20 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 103 (2023.03.18)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 659/XV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 550/XV/1.^a

Procedeu-se ao debate, com a presença do Governo, sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto). Proferiram intervenções, além dos Ministros dos Negócios Estrangeiros (João Gomes Cravinho) e Defesa Nacional (Helena Carreiras) — que abriram e encerraram o debate —, os Deputados [Maria da Luz Rosinha](#) e [Miguel dos Santos Rodrigues](#) (PS), [Carlos Eduardo Reis](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [João Dias](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs [303/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que reconheça a Rússia como Estado «patrocinador do terrorismo internacional», que foi rejeitado, [407/XV/1.^a](#) (PSD) — Criação de um tribunal especial internacional para os crimes cometidos na guerra da Ucrânia, que foi aprovado, [467/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que apoie o processo de constituição de um tribunal penal especial para investigar e julgar os crimes de guerra perpetrados pela Rússia na invasão da Ucrânia, que foi aprovado, [468/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que condene o ecocídio provocado pela Rússia na Ucrânia e que apoie as iniciativas internacionais tendentes a assegurar a reparação da destruição ambiental provocada, que foi aprovado, e [471/XV/1.^a](#) (PAN) — Apoia e saúda a decisão do Sr. Presidente da República de concessão do Grande-Colar da Ordem da Liberdade ao Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy, que foi aprovado, tendo, no final, o Deputado [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) proferido uma declaração de voto. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Tiago Moreira de Sá](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [Francisco César](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Ricardo Sousa](#) (PSD).

Seguiu-se a apreciação e votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [562/XV/1.^a](#) (BE) — Altera o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho), que foi rejeitado, [563/XV/1.^a](#) (BE) — Altera o Regime geral de proteção de denunciante de infrações, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União, que foi rejeitado, [358/XV/1.^a](#) (PAN) — Reforça e clarifica os impedimentos e os mecanismos de prevenção de conflitos de interesse aplicáveis aos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, procedendo à quarta alteração da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que, a requerimento do PAN, baixou à votação Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, sem votação, por 60 dias, [613/XV/1.^a](#) (PCP) — Combate as «portas giratórias» entre os cargos políticos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos e o respetivo regime sancionatório, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que foi aprovado, [614/XV/1.^a](#) (CH) — Altera o quadro sancionatório previsto na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho (Regime jurídico do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos), que foi rejeitado, e [625/XV/1.^a](#) (PAN) — Reforça a proteção dos denunciante de crimes ambientais, alterando a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alma Rivera](#) (PCP), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Isabel Alves Moreira](#) (PS) e [Sara Madruga da Costa](#) (PSD).

Foi apreciada a Proposta de Resolução n.º [5/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo Suplementar ao Acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas relativo à criação da Unidade Operacional de Governação Eletrónica da Universidade das Nações Unidas em Guimarães, assinado em Lisboa, em 26 de julho de 2021, tendo usado da palavra os Deputados [André Coelho Lima](#) (PSD), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Luís Soares](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL) e [Rui Tavares](#) (L). Posteriormente, foi aprovada em votação global, juntamente com as seguintes Propostas de Resolução:

N.º [6/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo de Proteção dos Investimentos entre a União Europeia e os seus Estados-Membros e a República Socialista do Vietname;

N.º [7/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo entre Portugal e Espanha relativo à Pesca no Troço Internacional do Rio Minho;

N.º [8/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova as Emendas de 2018 à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho;

N.º [9/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova o acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República Democrática Federal da Etiópia;

N.º [10/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova as Emendas de 2014 à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho.

Após terem sido lidos os Projetos de Voto n.ºs [293/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Alexandre Patrício Gouveia, [295/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de João Salgueiro e [297/XV/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por uma Deputada do PSD) — De pesar pelo falecimento de António Salvado, foram aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [298/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pela IL, pelo PCP, pelo BE e pelo L) — De saudação pelo centenário de Celeste Rodrigues, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [181/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que preserve e valorize o Parque das Gerações como eixo fundamental de uma estratégia nacional de desenvolvimento e promoção do skate, que foi rejeitado, [249/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que classifique o Parque das Gerações como equipamento de interesse público, de forma a evitar a sua destruição, que foi rejeitado, [470/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a classificação do Parque das Gerações como equipamento de interesse público, que foi rejeitado, [511/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que classifique o Parque das Gerações como equipamento de interesse público, que foi aprovado, e [512/XV/1.ª](#) (PCP) — Salvaguarda do Parque das Gerações, que foi rejeitado.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [413/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove uma estratégia nacional de educação ambiental 2030 e [439/XV/1.ª](#) (PSD) — Rever a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e criar núcleos de atividades em todos os agrupamentos escolares.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela IL, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Resolução n.º [336/XV/1.ª](#) (IL) — Pela instalação de centrais de dessalinização no Alentejo e na zona Oeste.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [376/XV/1.ª](#) (PSD) — Pela instalação de centrais de dessalinização com planeamento, fundamentação e transparência e [400/XV/1.ª](#) (CH) — Identificação dos recursos hídricos e a solução de dessalinização.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [321/XV/1.ª](#) (CH) — Soluções que garantam a gestão da água em termos racionais e otimizados através da «Tomada de Água no Pomarão» no Rio Guadiana.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 458/XV/1.^a (CH) — Pela criação de uma linha de apoio extraordinário aos prejuízos causados pelas ondas de calor na agricultura e população rural.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º 53/XV/1.^a (GOV) — *Procede à concretização dos elementos essenciais da taxa associada à prestação de serviços postais.*

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 36 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 104 (2023.03.23)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 67/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 597, 664, 668 a 673, 675 e 677 a 680/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 554 a 556/XV/1.^a

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, procedeu-se a um debate com o Governo sobre política geral, tendo o Primeiro-Ministro (António Costa) respondido às perguntas formuladas pelos Deputados Paula Santos (PCP), Joaquim Miranda Sarmento (PSD), André Ventura (CH), Rui Rocha (IL), Catarina Martins (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Eurico Brilhante Dias (PS), Carlos Guimarães Pinto (IL), Filipe Neto Brandão e Fernando José (PS), Ricardo Baptista Leite, Hugo Patrício Oliveira e Paulo Rios de Oliveira (PSD), Pedro Pinto e Pedro dos Santos Frazão (CH).

Entretanto, o Presidente assinalou e saudou a presença, na tribuna, de uma delegação de senadores do Senado de Espanha, chefiada pela Presidente da Comissão de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, María Elena Castellanos, no quadro da Aliança Parlamentar Ibero-Americana contra a Fome, que foi aplaudida, de pé, pela Câmara.

Procedeu-se ao debate preparatório do Conselho Europeu, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Primeiro-Ministro (António Costa), que abriu e encerrou o debate, os Deputados Cristina Mendes da Silva e Miguel Iglésias (PS), Paulo Moniz e Maria Emília Apolinário (PSD), Bruno Nunes e Diogo Pacheco de Amorim (CH), Bernardo Blanco (IL), Bruno Dias (PCP), Mariana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Rui Tavares (L).

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 11 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 105 (2023.03.24)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Foram discutidos em conjunto, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [45/XV/1.ª](#) (GOV) — Determina a cessação de vigência de leis publicadas no âmbito da pandemia da doença covid-19 e os Projetos de Lei n.ºs [240/XV/1.ª](#) (PSD) — Procede à décima terceira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença da covid-19, [598/XV/1.ª](#) (IL) — Consagra a transmissão e divulgação das sessões e reuniões públicas das autarquias locais, alterando a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, [608/XV/1.ª](#) (CH) — Altera a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, revogando o regime processual excecional e transitório justificado pela pandemia, [620/XV/1.ª](#) (L) — Mantém o regime transitório para a emissão de atestado médico de incapacidade multiúso para doentes oncológicos e prorroga a validade dos atestados médicos de incapacidade multiúso das pessoas com deficiência até que se recuperem os atrasos na realização de juntas médicas, [621/XV/1.ª](#) (L) — Contempla a realização de reuniões de órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais através de meios de comunicação à distância e [622/XV/1.ª](#) (L) — Estabelece um mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas, taxas e emolumentos nas instituições de ensino superior públicas devido à crise económica e social causada pela inflação. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (André Moz Caldas), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Márcia Passos](#) (PSD), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [João Cotrim Figueiredo](#) (IL).

Procedeu-se à apreciação conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [512/XV/1.ª](#) (PS) — Restaura a Casa do Douro enquanto associação pública e aprova os seus estatutos, [386/XV/1.ª](#) (PCP) — Aprova os Estatutos da Casa do Douro e [612/XV/1.ª](#) (BE) — Restaura a Casa do Douro como associação pública. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Agostinho Santa](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Moura](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL) e [Francisco Rocha](#) (PS).

Seguiu-se a discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [228/XV/1.ª](#) (PCP) — Regime de contratação e colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos de ensino (primeira alteração do Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio), [623/XV/1.ª](#) (L) — Determina o dever de as instituições de ensino superior disponibilizarem serviços de saúde mental aos estudantes, [627/XV/1.ª](#) (PAN) — Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no ensino superior, e [629/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio, procedendo ao reforço da colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário. Usaram da palavra os Deputados [Manuel Loff](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rita Matias](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Maria Emília Apolinário](#) (PSD), [Catarina Lobo](#) (PS), [Isabel Pires](#) (BE) e [Dinis Ramos](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º [29/XV/1.ª](#) (Comissão de utentes da saúde do concelho de Peniche) — Garantir o acesso aos serviços dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares no concelho de Peniche, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [421/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que assegure a criação de um SUB – Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde da Marinha Grande, [431/XV/1.ª](#) (CH) — Garantir o acesso aos serviços dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares no concelho de Peniche, [443/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à melhoria do acesso ao SNS no Oeste, [464/XV/1.ª](#) (BE) — Acesso a cuidados de saúde no concelho de Peniche, [473/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço de profissionais de saúde nos cuidados de saúde primários no concelho de Peniche e nas

valências do hospital de Peniche, [475/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que crie um serviço de urgência básica no centro de saúde da Marinha Grande, e [479/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que diligencie por melhorias no acesso ao Serviço Nacional de Saúde no Oeste. Proferiram intervenções os Deputados [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Sara Velez](#) (PS), [Isabel Pires](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 676, 681 e 682/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 557 a 558, 560 a 562 e 564/XV/1.^a

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 59 minutos.

DAR — I SÉRIE — [N.º 106](#) (2023.03.25)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Foram apreciados em conjunto, na generalidade, e posteriormente votados, a Proposta de Lei n.º [61/XV/1.^a](#) (GOV) — Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que foi aprovada, e os Projetos de Lei n.ºs [415/XV/1.^a](#) (PAN) — Aprova um regime excecional de endividamento municipal aplicável às despesas destinadas a fazer face aos prejuízos causados pelas situações de cheia ocorridas em dezembro de 2022 (que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, pelo prazo de 30 dias), [615/XV/1.^a](#) (CH) — Pelo fim da cobrança da taxa de ocupação do subsolo aos consumidores (que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, sem votação), [618/XV/1.^a](#) (PCP) — Procede à décima primeira alteração à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que foi rejeitado, e [624/XV/1.^a](#) (PAN) — Estabelece a possibilidade de reforço das verbas dos municípios para assegurar a proteção das áreas protegidas, o cumprimento do disposto na Lei de Bases do Clima e a implementação de planos de promoção do arrendamento acessível, de alojamento para o ensino superior ou de arrendamento jovem, alterando a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes), os Deputados [Susana Amador](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bruno Nunes](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Carlos Brás](#) (PS), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se ao debate do Projeto de Resolução n.º [501/XV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a clarificação da abrangência de critérios de priorização de crianças abrangidas pelo programa Creche Feliz, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [626/XV/1.^a](#) (PAN) — Altera a Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro, por forma a clarificar os termos da gratuidade da frequência da creche e a prioridade de admissão das crianças com irmãos a frequentar a creche abrangida por esta medida e [628/XV/1.^a](#) (CH) — Altera a lei que aprova o alargamento progressivo da gratuidade das creches e das amas do Instituto da Segurança Social IP, assegurando uma compensação às famílias não contempladas e com os Projetos de Resolução n.ºs [510/XV/1.^a](#) (PSD) — A abrangência territorial para a aferição de vagas da gratuidade das creches seja feita ao nível de freguesia e [515/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo o alargamento progressivo da gratuidade das creches e amas do Instituto da Segurança Social, IP. Intervieram no debate os Deputados [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Galveias](#) (CH), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS), [Hugo Maravilha](#)

(PSD), [Carla Castro](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Manuel Loff](#) (PCP) e [Rui Tavares](#) (L). Posteriormente, as iniciativas foram votadas, na generalidade, tendo sido todas rejeitadas, com exceção da última, que foi aprovada.

Foram discutidos em conjunto, na generalidade, e posteriormente rejeitados, os Projetos de Lei n.ºs [485/XV/1.ª](#) (IL) — Colocar no recibo de vencimento dos trabalhadores por conta de outrem os custos suportados pela entidade patronal no âmbito das contribuições para a Segurança Social e [616/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Código do Trabalho, aumenta a informação disponível aos trabalhadores por conta de outrem nos recibos de vencimento, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Carla Castro](#) (IL), [Filipe Melo](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Pires](#) (BE), [Ofélia Ramos](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Gilberto Anjos](#) (PS), [Manuel Loff](#) (PCP) e [Helga Correia](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º [331/XIV/3.ª](#) (Luís Manuel Marques Bugalhão e outros) — Revisão e alteração do sistema remuneratório dos Militares!, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [617/XV/1.ª](#) (CH) — Procede ao aumento do valor do capital de risco do seguro de vida não contributivo dos militares em missões humanitárias e de paz fora do território nacional e os Projetos de Resolução n.ºs [399/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que emita orientações para garantir a efetiva, uniforme e coerente aplicação do direito à contabilização das avaliações de serviço a todos os ex-militares após ingresso na Administração Pública, [446/XV/1.ª](#) (PCP) — Pela valorização remuneratória e social dos militares das Forças Armadas, [457/XV/1.ª](#) (PSD) — Revisão do regime remuneratório dos militares das Forças Armadas e [509/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a revisão do regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e de voluntariado dos três ramos das Forças Armadas. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados [Pedro Pessanha](#) (CH), [Cristiana Ferreira](#) (PSD), [João Dias](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Manuel dos Santos Afonso](#) (PS), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L) e [Francisco Pimentel](#) (PSD). Em votação, na generalidade, o projeto de lei e os projetos de resolução foram, depois, rejeitados.

Foi lido, pela Deputada [Sara Velez](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [303/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Custódio Freitas, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [305/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo CH, pela IL, pelo BE, pelo L e por uma Deputada do PSD) — De pesar pelo falecimento de Rui Nabeiro, tendo proferido intervenções os Deputados [Ricardo Pinheiro](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH). Posteriormente, foi aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Em seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [304/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PCP, pelo BE, pelo L e por uma Deputada do PSD) — De saudação pelo centenário de Alda Nogueira, tendo a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) proferido uma intervenção. Em seguida, foi aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram votadas, na generalidade, as seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de Lei n.º [45/XV/1.ª](#) (GOV) — Determina a cessação de vigência de leis publicadas no âmbito da pandemia da doença covid-19, que foi aprovada;

Projeto de Lei n.º [240/XV/1.ª](#) (PSD) — Procede à décima terceira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença covid-19, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [598/XV/1.ª](#) (IL) — Consagra a transmissão e divulgação das sessões e reuniões públicas das autarquias locais, alterando a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [608/XV/1.ª](#) (CH) — Altera a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, revogando o regime processual excecional e transitório justificado pela pandemia, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [620/XV/1.ª](#) (L) — Mantém o regime transitório para a emissão de atestado médico de incapacidade multiúso para doentes oncológicos e prorroga a validade dos atestados médicos de incapacidade multiúso das pessoas com deficiência até que se recuperem os atrasos na realização de juntas médicas, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [621/XV/1.ª](#) (L) — Contempla a realização de reuniões de órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais através de meios de comunicação à distância, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [622/XV/1.ª](#) (L) — Estabelece um mecanismo extraordinário de regularização de dívidas por não pagamento de propinas, taxas e emolumentos nas instituições de ensino superior públicas devido à crise económica e social causada pela inflação, que foi rejeitado.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [512/XV/1.ª](#) (PS) — Restaura a Casa do Douro enquanto associação pública e aprova os seus estatutos, [386/XV/1.ª](#) (PCP) — Aprova os estatutos da Casa do Douro e [612/XV/1.ª](#) (BE) — Restaura a Casa do Douro como associação pública.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [228/XV/1.ª](#) (PCP) — Regime de contratação e colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos de ensino (primeira alteração do Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio), [623/XV/1.ª](#) (L) — Determina o dever de as instituições de ensino superior disponibilizarem serviços de saúde mental aos estudantes, [627/XV/1.ª](#) (PAN) — Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no ensino superior e [629/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio, procedendo ao reforço da colocação de psicólogos nos estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário.

Foram votadas, na generalidade, as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Resolução n.º [421/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que assegure a criação de um SUB – Serviço de Urgência Básica no Centro de Saúde da Marinha Grande, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [431/XV/1.ª](#) (CH) — Garantir o acesso aos serviços dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares no concelho de Peniche, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [443/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à melhoria do acesso ao SNS no Oeste, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º [464/XV/1.ª](#) (BE) — Acesso a cuidados de saúde no concelho de Peniche, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [473/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço de profissionais de saúde nos cuidados de saúde primários no concelho de Peniche e nas valências do hospital de Peniche, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [475/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que crie um serviço de urgência básica no centro de saúde da Marinha Grande, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [479/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que diligencie por melhorias no acesso ao Serviço Nacional de Saúde no Oeste, que foi aprovado.

Foi votado por pontos e rejeitado o Projeto de Resolução n.º [397/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda o aumento das medidas de segurança nos espaços de diversão noturna.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [444/XV/1.ª](#) (PSD) — Consagra a data de 1 de março como o Dia Nacional da Luta contra a Endometriose e recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio às portadoras dessa doença.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [480/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a regularização do número de profissionais e o funcionamento de horário completo da Unidade

de Saúde Familiar Caminhos do Cértoma – Pampilhosa, Luso e Vacariça, do concelho da Mealhada, e foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [523/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à melhoria do acesso aos cuidados de saúde na Unidade de Saúde Familiar Caminhos do Cértoma, no concelho da Mealhada.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [456/XV/1.ª](#) (PSD) — Pelo reforço da eficácia, duração e financiamento das medidas de recuperação de aprendizagens desenvolvidas de modo autónomo pelas escolas públicas, e [495/XV/1.ª](#) (IL) — Pelo reforço, monitorização e prolongamento do Plano 21|23 Escolas + e diagnóstico das perdas das aprendizagens.

Deu-se conta de uma informação da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativa à retoma do mandato de uma Deputada do PS e à cessação do mandato da Deputada substituta.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 43 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 107 (2023.03.30)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à substituição de um Deputado do PS, por renúncia do mesmo, e à suspensão do mandato de um Deputado do PSD e respetiva substituição.

Deu-se conta da retirada dos Projetos de Resolução n.ºs 487 a 491, 506 e 507/XV/1.ª e dos Projetos de Lei n.ºs 569 a 571, 573, 574, 594 e 595/XV/1.ª e da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 68 a 70/XV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 660, 674, 683 a 686 e 688/XV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 559, 563 e 565 a 573/XV/1.ª

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [70/XV/1.ª](#) (GOV) — Procede à aplicação transitória de isenção de IVA a certos produtos alimentares, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro (António Mendonça Mendes) e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (Nuno Félix), os Deputados [Catarina Martins](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Fátima Correia Pinto](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Dias](#) (PCP), [Jamila Madeira](#) (PS), [Isabel Pires](#) (BE), [Afonso Oliveira](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) (PS), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Vera Braz](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP), [Miguel Cabrita](#) e [João Miguel Nicolau](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Paulo Ramalho](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Pedro Coimbra](#) (PS), [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) e [Joaquim Miranda Sarmiento](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 47 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 108 (2023.03.31)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à assunção do mandato, a título definitivo, de um Deputado do PSD, por efeito da renúncia ao mandato de outro Deputado do PSD.

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 687/XV/1.^a e 689/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 574/XV/1.^a e 575/XV/1.^a

Em declaração política, o Deputado [Jorge Galveias](#) (CH) refletiu sobre o ano decorrido desde a tomada de posse dos Deputados à Assembleia da República na presente Legislatura, tendo feito uma apreciação negativa de vários indicadores de vida dos portugueses.

Em declaração política, o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) falou sobre a habitação, tendo analisado os programas apresentados pelo Governo e criticado a falta de concretização de promessas. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Márcia Passos](#) (PSD), [Pedro Anastácio](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP) e [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Manuel Loff](#) (PCP), ao lembrar o Congresso da Oposição Democrática, realizado em abril de 1973 em Aveiro, sublinhou o papel central do PCP na luta contra a ditadura e apelou à preservação da democracia em Portugal. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Pedro Pinto](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE) e [Fernando Negrão](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Joana Mortágua](#) (BE) começou por saudar os trabalhadores da Lusa que se encontram a fazer greve e chamou a atenção para a luta contínua dos trabalhadores da educação, considerando ser uma lição de coragem, de democracia e de persistência. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Agostinho Santa](#) (PS), [Sónia Ramos](#) (PSD) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Hugo Costa](#) (PS) referiu-se às Jornadas Parlamentares do PS, que ocorreram nos dias 27 e 28 de março, em Tomar, e destacou o investimento deste Governo no distrito de Santarém, em áreas como a saúde, a educação, o ensino superior, a ferrovia, o ambiente e a habitação, contribuindo, desta forma, para o seu desenvolvimento. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Moura](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) e [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD) lamentou o estado de degradação em que se encontram as Forças Armadas portuguesas, tendo enumerado um conjunto de ocorrências recentes que, na sua opinião, atentam contra a imagem de Portugal e resultam da desresponsabilização do Governo e da falta de investimento em equipamentos e recursos humanos. Respondeu, seguidamente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Diogo Leão](#) (PS), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [João Dias](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Seguiu-se a discussão da Petição n.º 14/XV/1.^a (Francisca Meleças de Magalhães Barros e outros) — Urgência em legislar no sentido da conversão do crime de violação em crime público, em conjunto com a apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 59/XV/1.^a (BE) — Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos (quinquagésima quinta alteração ao Código Penal), 513/XV/1.^a (CH) — Altera a legislação penal no sentido de atribuir maior proteção às vítimas de crimes sexuais, 599/XV/1.^a (PAN) — Consagra a natureza pública dos crimes de violação e outros crimes contra a liberdade sexual, procedendo à alteração do Código Penal, 671/XV/1.^a (IL) — Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos, e 681/XV/1.^a (PS) — Reforça a proteção

das vítimas de crimes contra a liberdade sexual, alterando o Código Penal e a Lei de Acesso ao Direito e aos Tribunais. Proferiram intervenções os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Cláudia Santos](#) (PS), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Alma Rivera](#) (PCP) e [André Ventura](#) (CH).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 26 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 109 (2023.04.01)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da retirada, pelo PAN, do Projeto de Lei n.º 680/XV/1.^a e da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 690/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 576 a 583/XV/1.^a

Foi reapreciado o Decreto da Assembleia da República n.º 23/XV/1.^a — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal, com propostas de alteração, entretanto, aprovadas. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Catarina Martins](#) (BE), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alma Rivera](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [Paula Cardoso](#) (PSD).

Procedeu-se à discussão e posterior votação do Projeto de Resolução n.º 482/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que emita orientações para garantir o direito de acesso efetivo de todos os cidadãos à Administração Pública, assegurando a possibilidade de atendimento presencial e espontâneo em todos os seus serviços, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 677/XV/1.^a (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 58/2016, de 29 de agosto, assegurando atendimento presencial ao público aos beneficiários de atendimento prioritário, tendo sido rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Sofia Matos](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) (CH), [Isabel Pires](#) (BE), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Ricardo Lino](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Susana Amador](#) (PS) e [João Barbosa de Melo](#) (PSD).

Foi debatido, e aprovado, o Projeto de Resolução n.º 442/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que seja dotado de recursos financeiros o Comité de Cogestão para a Apanha de Percebes na Reserva Natural das Berlengas (RNB) e a criação e financiamento do comité de cogestão da pescaria do polvo do Algarve, tendo proferido intervenções os Deputados [Salvador Formiga](#) (PS), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [João Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [João Marques](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foi discutido e rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 258/XV/1.^a (CH) — Determina a proibição da comercialização de madeira ardida resultante dos incêndios florestais, tendo proferido intervenções os Deputados [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Monteirinho](#) (PS), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Carlos Cação](#) (PSD), [João Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [André Ventura](#) (CH).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 306/XV/1.^a (apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e pelos Deputados membros do Grupo Parlamentar

de Amizade Portugal-Israel) — De pesar em evocação ao Dia Nacional da Memória das Vítimas da Inquisição, 31 de março, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [307/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS, do PSD, da IL, do BE e do PAN) — De pesar pelas vítimas do ataque no Centro Ismaili de Lisboa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [70/XV/1.ª](#) (GOV) — Procede à aplicação transitória de isenção de IVA a certos produtos alimentares.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos respetivos autores, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por um período de 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [59/XV/1.ª](#) (BE) — Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos (quinquagésima quinta alteração ao Código Penal), [513/XV/1.ª](#) (CH) — Altera a legislação penal no sentido de atribuir maior proteção às vítimas de crimes sexuais, [599/XV/1.ª](#) (PAN) — Consagra a natureza pública dos crimes de violação e outros crimes contra a liberdade sexual, procedendo à alteração do Código Penal, e [671/XV/1.ª](#) (IL) — Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos. Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [681/XV/1.ª](#) (PS) — Reforça a proteção das vítimas de crimes contra a liberdade sexual, alterando o Código Penal e a Lei de Acesso ao Direito e aos Tribunais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [496/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a abertura de postos de atendimento, com um perfil semelhante ao das Lojas do Cidadão, nas cidades de maior densidade de emigração.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [497/XV/1.ª](#) (CH) — Declaração de repúdio ao Governo sírio e recolocação do conflito sírio na agenda internacional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [381/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que crie e invista em medidas alternativas à detenção de imigrantes no âmbito da aplicação da lei de estrangeiros.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [568/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proceda ao reforço do orçamento da agência Lusa como garantia do aumento salarial dos seus trabalhadores.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º [10/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que ponha fim à discriminação de pessoas trans nos rastreios oncológicos para o cancro de mama, colorretal e de colo do útero.

Foi aprovado um requerimento, do PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade de propostas de alteração aos artigos 6.º, 7.º e 11.º do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [35/XV/1.ª](#) (GOV) — Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais, tendo proferido intervenções os Deputados [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Carlos Brás](#) (PS), [Rui Afonso](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN). As propostas de alteração foram, depois, rejeitadas. No final, foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo àquela proposta de lei.

Foi aprovado um requerimento, do PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade de propostas de alteração aos artigos 8.º, 9.º e aditamento dos artigos 10.º-A e 10.º-B do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [56/XV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece o regime aplicável às start-ups e scaleups, altera o regime de tributação dos planos de opções para trabalhadores de start-ups e empresas do setor da inovação e reforça o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento

empresarial, tendo usado da palavra os Deputados [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Hugo Costa](#) (PS), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL) e [Duarte Alves](#) (PCP). As propostas de alteração foram, depois, rejeitadas. De seguida, em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo àquela proposta de lei.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º [515/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo o alargamento progressivo da gratuidade das creches e amas do Instituto da Segurança Social, IP.

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Resolução n.º [511/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo que classifique o Parque das Gerações como equipamento de interesse público.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 584 e 585/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 48 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 110 (2023.04.06)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 586 a 592/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 691 a 710/XV/1.^a

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo CH, sobre o tema «Política de imigração e segurança». Depois de o Deputado [Rui Paulo Sousa](#) (CH) e o Ministro da Administração Interna (José Luís Carneiro) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Pedro Anastácio](#) (PS), [Andreia Neto](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Susana Amador](#) (PS), [Ofélia Ramos](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL). Encerraram o debate a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes) e o Deputado [André Ventura](#) (CH).

Entretanto, o Deputado [André Ventura](#) (CH), ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do [artigo 77.º](#) do Regimento, fez um protesto relativamente à decisão da Vice-Presidente Edite Estrela de conceder a palavra ao Governo, para defesa da honra, após a qual o Grupo Parlamentar do CH saiu do Hemiciclo.

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [64/XV/1.^a](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (Nuno Santos Félix), os Deputados [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Alexandre Simões](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Diogo Cunha](#) (PS) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foram discutidos, em conjunto, os Projetos de Resolução n.ºs [532/XV/1.^a](#) (IL) — Regresso ao modelo de gestão em PPP nos hospitais de Braga, Loures e Vila Franca de Xira, e [533/XV/1.^a](#) (IL) — Modelo de gestão dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, e, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [224/XV/1.^a](#) (CH) — Flexibiliza o regime jurídico das parcerias público privadas na área da saúde. Intervieram os Deputados [Joana Cordeiro](#) (IL), [Pedro Melo](#)

Lopes (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Pedro Filipe Soares (BE), João Dias (PCP), Rui Tavares (L), Luís Soares (PS) e Rodrigo Saraiva (IL).

Seguiu-se a apreciação, em conjunto, do Projeto de Resolução n.º 262/XV/1.^a (PCP) — Pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos e valorização das associações de reformados, pensionistas e idosos, e, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 676/XV/1.^a (L) — Cria a carta dos direitos da cidadania sénior. Proferiram intervenções os Deputados Manuel Loff (PCP), Rui Tavares (L), Paula Reis (PS), Rui Cruz (PSD), Isabel Pires (BE), Carla Castro (IL) e Inês de Sousa Real (PAN).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 561/XV/1.^a (BE) — Integra o suplemento de recuperação processual no vencimento dos oficiais de justiça (alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais), 646/XV/1.^a (PCP) — Integração do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro), 668/XV/1.^a (PSD) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais, elevando para 14 meses por ano as prestações do suplemento de recuperação processual dos oficiais de justiça, 669/XV/1.^a (PSD) — Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro, integrando os oficiais de justiça no regime de aposentação diferenciado previsto neste diploma legal, 672/XV/1.^a (CH) — Assegura o pagamento do suplemento para compensação do trabalho de recuperação dos atrasos processuais, 679/XV/1.^a (PAN) — Garante, em sede de revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, a revisão da carreira, da condição salarial e de um regime especial de aposentação e consagra medidas de compensação para a recuperação processual, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 540/XV/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo que conclua a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e proceda à contratação urgente de funcionários judiciais e 552/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que adote um conjunto de medidas urgentes relativas aos funcionários de justiça. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Pedro Filipe Soares (BE), Alma Rivera (PCP), Mónica Quintela (PSD), Bruno Nunes (CH) — que entretanto regressara ao Hemiciclo —, Inês de Sousa Real (PAN), Patrícia Gilvaz (IL) e Paulo Araújo Correia (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 58 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 111 (2023.04.08)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

Procedeu-se à discussão conjunta das seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º 572/XV/1.^a (IL) — Transfere a sede do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP para a cidade de Portimão, alterando o Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 596/XV/1.^a (IL) — Transfere a sede do Infarmed, IP para a cidade do Porto, alterando o Decreto-Lei n.º 46/2012, de 24 de fevereiro, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 690/XV/1.^a (IL) — Transfere a sede da Autoridade Nacional de Comunicações para a cidade de Viseu, alterando o Decreto-Lei n.º 39/2015, de 16 de março, a sede da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para a cidade de Castelo

Branco, alterando o Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, a sede da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos para a cidade de Leiria, alterando o Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de abril, e a sede da Autoridade da Concorrência para a cidade de Santarém, alterando o Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 575/XV/1.^a (IL) — Recomenda a deslocalização de diversos organismos e a instalação de todos os novos organismos da Administração Pública no interior do País, que, a requerimento da IL, foi votado por pontos, tendo sido rejeitados os pontos 1 a 12 e 14 e aprovado o ponto 13;

Projeto de Lei n.º 694/XV/1.^a (L) — Define o processo de auscultação e o processo de apreciação prévios à eventual deslocalização de pessoas coletivas públicas, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 702/XV/1.^a (CH) — Determina o reforço das verbas atribuídas aos municípios dos territórios do interior do País, elencados na Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho, por via da lei das finanças locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que foi rejeitado na generalidade.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Carlos Guimarães Pinto (IL) (a), Isabel Pires (BE), João Barbosa de Melo (PSD), André Ventura (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), Luís Gomes (PSD), João Azevedo (PS), Patrícia Gilvaz (IL), Fátima Ramos (PSD), Rui Rocha (IL), Berta Nunes (PS), Carla Castro (IL), Guilherme Almeida (PSD), Paula Santos (PCP), Eduardo Alves (PS), Sónia Ramos (PSD), Rita Matias (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Irene Costa (PS), João Cotrim Figueiredo (IL), Filipe Melo (CH) e Sobrinho Teixeira (PS).

Foi lido, pelo Deputado Hugo Costa (PS), o Projeto de Voto n.º 311/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de José Maria Mendes Godinho.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 313/XV/1.^a (apresentado por Deputados membros do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Japão) — De pesar pela morte de Ryuichi Sakamoto e 317/XV/1.^a (apresentado pelo PCP, pelo BE e pelo PS) — De pesar pelo falecimento de José Duarte.

Após terem sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (b), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

O Presidente procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º 319/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PCP, pelo BE e pelo L) — De saudação pelos 50 anos do Terceiro Congresso da Oposição Democrática, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (b).

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 64/XV/1.^a (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 532/XV/1.^a (IL) — Regresso ao modelo de gestão em PPP nos hospitais de Braga, Loures e Vila Franca de Xira e 533/XV/1.^a (IL) — Modelo de gestão dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde e o Projeto de Lei n.º 224/XV/1.^a (CH) — Flexibiliza o regime jurídico das parcerias público-privadas na área da saúde.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 262/XV/1.^a (PCP) — Pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos e valorização das associações de reformados, pensionistas e idosos.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 676/XV/1.^a (L) — Cria a carta dos direitos da cidadania sénior.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 561/XV/1.^a (BE) — Integra o suplemento de recuperação processual no vencimento dos oficiais de justiça (alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais), 646/XV/1.^a (PCP) — Integração do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (primeira alteração ao

Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro), [668/XV/1.ª](#) (PSD) — Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais, elevando para 14 meses por ano as prestações do suplemento de recuperação processual dos oficiais de justiça, [669/XV/1.ª](#) (PSD) — Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro, integrando os oficiais de justiça no regime de aposentação diferenciado previsto neste diploma legal, [672/XV/1.ª](#) (CH) — Assegura o pagamento do suplemento para compensação do trabalho de recuperação dos atrasos processuais e [679/XV/1.ª](#) (PAN) — Garante, em sede de revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, a revisão da carreira, da condição salarial e de um regime especial de aposentação e consagra medidas de compensação para a recuperação processual e os Projetos de Resolução n.ºs [540/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que conclua a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e proceda à contratação urgente de funcionários judiciais e [552/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que adote um conjunto de medidas urgentes relativas aos funcionários de justiça.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [401/XV/1.ª](#) (PSD) — Assegurar investimentos estruturais para recuperar a reciclagem e reforçar a economia circular.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [554/XV/1.ª](#) (CH) — Pela regulamentação da profissão de optometrista.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Lei n.º [216/XV/1.ª](#) (PS) — Assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado, aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto.

Foi aprovado o requerimento, apresentado pelo PCP, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do artigo 2.º, bem como do aditamento de um artigo 2.º-B, do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [70/XV/1.ª](#) (GOV) — Procede à aplicação transitória de isenção de IVA a certos produtos alimentares, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Hugo Costa](#) (PS), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [André Ventura](#) (CH). Após as propostas de alteração terem sido rejeitadas, foi aprovado, em votação final global, o texto final. Foi ainda aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada [Susana Amador](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 593 a 596/XV/1.ª

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 22 minutos.

(a) Durante esta intervenção, foi apresentado um PowerPoint.

(b) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — [N.º 112](#) (2023.04.13)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo PSD, sobre o tema «Falha do Estado social: atrasos na realização de juntas médicas

impedem cidadãos de acesso a apoios e a prestações sociais». Após a Deputada [Clara Marques Mendes](#) (PSD) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além daquela oradora e das Secretárias de Estado da Inclusão (Ana Sofia Antunes) e da Promoção da Saúde (Margarida Tavares), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH), [Catarina Martins](#) (BE), [Sofia Andrade](#) (PS), [Carla Madureira](#) (PSD), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Alma Rivera](#) (PCP) e [Rui Cristina](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, na tribuna diplomática, de Deputados do Bundestag alemão, membros do Grupo Parlamentar de Amizade Alemanha-Portugal, e da Embaixadora da Alemanha em Lisboa, os quais foram aplaudidos, de pé, pela Câmara.

Em declaração política, o Deputado [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL) alertou para os casos de gestão pública danosa e de partidarização em empresas sob a tutela do Estado, desafiando o Parlamento a fazer um escrutínio mais apertado à gestão das mesmas. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Hugo Carvalho](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L) e [Pedro Pessanha](#) (CH).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) teceu considerações acerca da crise inflacionista que o País vive atualmente, criticando a inação do Governo, a falta de investimento público bem como o recurso frequente ao setor privado, tendo respondido, posteriormente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Eduardo Alves](#) (PS), [João Barbosa de Melo](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH) e [Isabel Pires](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Joana Mortágua](#) (BE) referiu-se às dificuldades vividas pelos profissionais do setor da cultura e criticou a ausência de respostas por parte do Ministro da Cultura. Respondeu, no fim, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Fernanda Velez](#) (PSD), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Rosário Gambôa](#) (PS), [Patrícia Gilvaz](#) (IL) e [Manuel Loff](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [André Pinotes Batista](#) (PS), no âmbito da iniciativa «Governo mais próximo», elencou os projetos levados a cabo pelo Governo, nomeadamente no distrito de Setúbal, tendo sublinhado o fim da assimetria que discriminava este distrito no acesso a fundos comunitários. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Bruno Nunes](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL) e [Paula Santos](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Luís Gomes](#) (PSD) responsabilizou o Governo pela gestão danosa da TAP, acusando o Governo e o PS de quererem enganar o País e de contribuírem para a degradação das instituições do Estado. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [André Ventura](#) (CH), [Porfírio Silva](#) (PS), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), aludindo às recentes manifestações de agricultores, criticou o Governo e, em particular, a Ministra da Agricultura, pela sua incompetência e pelo desmantelamento do setor, afirmando que os agricultores estão dispostos a apostar numa verdadeira reforma agrária, para a qual terão o apoio do Chega. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Moura](#) (PSD) e [João Cotrim Figueiredo](#) (IL).

Seguiu-se o debate da Petição n.º 58/XV/1.^a (Maria Isabel dos Santos Gomes e outros) — Pela reposição do poder de compra de todas as pensões, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 696/XV/1.^a (BE) — Procede à atualização das pensões para o ano de 2023, ao abrigo da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, e alarga a aplicação do complemento excecional aos pensionistas dos regimes especiais e aos pensionistas não residentes em território nacional e 703/XV/1.^a (CH) — Altera a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, relativa ao indexante dos apoios sociais, procedendo à atualização de pensões de invalidez e de velhice do regime geral da segurança social de acordo com a inflação, e com os

Projetos de Resolução n.ºs [478/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que aumente as pensões de invalidez e de velhice de modo a neutralizar os efeitos da inflação, [513/XV/1.ª](#) (PCP) — Aumento intercalar das reformas e pensões no ano de 2023 e [576/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que aplique a atualização anual das pensões a todos os reformados e pensionistas com pensões iniciadas a partir de 1 de janeiro de 2022. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Isabel Pires](#) (BE), [Jorge Galveias](#) (CH), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Manuel Loff](#) (PCP), [Sérgio Monte](#) (PS) e [Carla Castro](#) (IL).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 711 e 712/XV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 597 a 602 e 606 a 618/XV/1.ª

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 36 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 113 (2023.04.14)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 9 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 603, 604, 605 e 619 a 623/XV/1.ª e do Projeto de Lei n.º 713/XV/1.ª

Em interpelação à Mesa, os Deputados [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) e [André Ventura](#) (CH) pronunciaram-se sobre um incidente ocorrido na reunião plenária anterior, sob a presidência da Vice-Presidente [Edite Estrela](#), tendo o Presidente anunciado que levaria o assunto à Conferência de Líderes.

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [55/XV/1.ª](#) (GOV) — Cria o regime jurídico aplicável ao controlo e fiscalização do pessoal crítico para a segurança da aviação civil em exercício de funções sob influência de álcool, estupefacientes ou substâncias psicotrópicas. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado das Infraestruturas ([Frederico Francisco](#)), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alma Rivera](#) (PCP), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Pedro Pinto](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Francisco Pereira de Oliveira](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Sara Madruga da Costa](#) (PSD).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [60/XV/1.ª](#) (PCP) — Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho), e [698/XV/1.ª](#) (BE) — Altera o regime do trabalho temporário e reforça os mecanismos de combate ao trabalho forçado e a outras formas de exploração laboral. Intervieram os Deputados [Manuel Loff](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Fernando José](#) (PS), [Joana Barata Lopes](#) (PSD), [Carla Castro](#) (IL) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Seguiu-se a discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [661/XV/1.ª](#) (IL) — Devolver aos utentes de transportes ferroviários o valor do passe correspondente aos dias em que o transporte não é prestado e [666/XV/1.ª](#) (IL) — Incluir os utentes dos transportes ferroviários nas decisões de serviços mínimos, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [547/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que corrija as falhas do Plano Ferroviário Nacional e reveja os respetivos planos plurianuais de investimento e [548/XV/1.ª](#) (IL) — Pela liberalização do serviço público de transporte fluvial na travessia do Tejo e cumprimento das obrigações do Estado, e com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [695/XV/1.ª](#) (L) — Introduce representante da comissão de trabalhadores nos conselhos de administração da Infraestruturas de Portugal, SA e da CP – Comboios de Portugal, EPE [697/XV/1.ª](#) (BE) — Valorização da ferrovia e criação do programa nacional de viagens em transportes públicos coletivos e [706/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o

regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário no sentido de assegurar os direitos dos passageiros em caso de greve. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Rui Rocha](#) (IL), [Hugo Oliveira](#) (PS), [Isabel Pires](#) (BE), [Filipe Melo](#) (CH), [António Prôa](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Carlos Barbosa](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foi apreciada a Petição n.º [225/XIV/2.ª](#) (Associação dos Profissionais da Guarda – APG/GNR) — Solicitam que os descontos para o Serviço de Assistência na Doença da GNR incidam sobre 12 meses de remuneração-base, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [602/XV/1.ª](#) (PCP) — Reduz a contribuição para a ADSE, SAD e ADM para 3% e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal alterando o Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, [665/XV/1.ª](#) (BE) — Reduz as contribuições para os subsistemas de saúde SAD e ADM e [692/XV/1.ª](#) (CH) — Estipula que o desconto para o sistema complementar de assistência na doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública incide sobre 12 meses de remuneração base (sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro). Proferiram intervenções os Deputados [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Pedro Pessanha](#) (CH), [Lina Lopes](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Susana Amador](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 22 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 114 (2023.04.15)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 8 minutos.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo BE, sobre o tema «Desigualdade de género no mundo laboral». Depois de a Deputada [Joana Mortágua](#) (BE) e o Secretário de Estado da Segurança Social (Gabriel Bastos) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores e da Secretária de Estado da Igualdade e Migrações (Isabel Almeida Rodrigues), os Deputados [Marta Freitas](#) (PS), [Lina Lopes](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Romualda Nunes Fernandes](#) (PS), [Emília Cerqueira](#) (PSD) e [André Ventura](#) (CH). Encerraram o debate a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes) e o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Foram discutidos, e posteriormente rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [660/XV/1.ª](#) (PSD) — Programa de regularização de dívidas com fins sociais, [700/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê a flexibilização das condições da linha de financiamento «Crédito Social Investe» e [701/XV/1.ª](#) (CH) — Aumenta o limite do número de prestações para pagamento de tributos fiscais (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 125/2021, de 30 de dezembro; quadragésima terceira alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro). Proferiram intervenções os Deputados [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Afonso](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Miguel Iglésias](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, do Projeto de Lei n.º [491/XV/1.ª](#) (CH) — Estabelece as regras aplicáveis à aposentação antecipada de educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, alterando o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º

139-A/90, de 28 de abril, que foi, depois, rejeitado. Usaram da palavra os Deputados [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Germana Rocha](#) (PSD), [Manuel Loff](#) (PCP), [Lúcia Araújo da Silva](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Deu-se conta da retirada do Projeto de Voto n.º 320/XV/1.^a

Foi lido o Projeto de Voto n.º [322/XV/1.^a](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do PS e do PCP) — De pesar pelo falecimento de Manuel Baptista, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [318/XV/1.^a](#) (apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e subscrito por uma Deputada do PSD) — De pesar, em memória das vítimas dos massacres perpetrados pela Federação Russa na Ucrânia, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Após o Presidente ter registado a presença, na tribuna diplomática, do Encarregado de Negócios da Ucrânia, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [321/XV/1.^a](#) (apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e subscrito por uma Deputada do PSD) — De congratulação pela adesão da República da Finlândia à Organização do Tratado do Atlântico Norte, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [696/XV/1.^a](#) (BE) — Procede à atualização das pensões para o ano de 2023, ao abrigo da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, e alarga a aplicação do complemento excecional aos pensionistas dos regimes especiais e aos pensionistas não residentes em território nacional, e [703/XV/1.^a](#) (CH) — Altera a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, relativa ao indexante de apoios sociais, procedendo à atualização de pensões de invalidez e de velhice do regime geral da segurança social de acordo com a inflação.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [478/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que aumente as pensões de invalidez e de velhice de modo a neutralizar os efeitos da inflação, [513/XV/1.^a](#) (PCP) — Aumento intercalar das reformas e pensões no ano de 2023 e [576/XV/1.^a](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que aplique a atualização anual das pensões a todos os reformados e pensionistas com pensões iniciadas a partir de 1 de janeiro de 2022.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [55/XV/1.^a](#) (GOV) — Cria o regime jurídico aplicável ao controlo e fiscalização do pessoal crítico para a segurança da aviação civil em exercício de funções sob influência de álcool, estupefacientes ou substâncias psicotrópicas.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [60/XV/1.^a](#) (PCP) — Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (décima nona alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho) e [698/XV/1.^a](#) (BE) — Altera o regime do trabalho temporário e reforça os mecanismos de combate ao trabalho forçado e a outras formas de exploração laboral.

Foram rejeitadas, na generalidade, as seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º [661/XV/1.^a](#) (IL) — Devolver aos utentes de transportes ferroviários o valor do passe correspondente aos dias em que o transporte não é prestado;

Projeto de Lei n.º [666/XV/1.^a](#) (IL) — Incluir os utentes dos transportes ferroviários nas decisões de serviços mínimos;

Projeto de Resolução n.º [547/XV/1.^a](#) (IL) — Recomenda ao Governo que corrija as falhas do Plano Ferroviário Nacional e reveja os respetivos planos plurianuais de investimento;

Projeto de Resolução n.º [548/XV/1.^a](#) (IL) — Pela liberalização do serviço público de transporte fluvial na travessia do Tejo e cumprimento das obrigações do Estado;

Projeto de Lei n.º 695/XV/1.^a (L) — Introduz representante da comissão de trabalhadores nos conselhos de administração da Infraestruturas de Portugal, SA e da CP – Comboios de Portugal, EPE;

Projeto de Lei n.º 697/XV/1.^a (BE) — Valorização da ferrovia e criação do programa nacional de viagens em transportes públicos coletivos;

Projeto de Lei n.º 706/XV/1.^a (CH) — Altera o Regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário no sentido de assegurar os direitos dos passageiros em caso de greve.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 602/XV/1.^a (PCP) — Reduz a contribuição para a ADSE, SAD e ADM para 3 % e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal alterando o Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, 665/XV/1.^a (BE) — Reduz as contribuições para os subsistemas de saúde SAD e ADM e 692/XV/1.^a (CH) — Estipula que o desconto para o sistema complementar de Assistência na Doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública incide sobre 12 meses de remuneração base (sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 570/XV/1.^a (Comissão de Assuntos Europeus) — Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2023.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 330/XV/1.^a (PSD) — Rede de IPSS anti pobreza energética.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 344/XV/1.^a (PAN) — Interdição da atividade cinegética no Parque Nacional da Peneda Gerês, tendo sido aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 448/XV/1.^a (PSD) — Proteger o Parque Nacional da Peneda Gerês investindo em mais fiscalização, ordenamento e restauro ecológico.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 429/XV/1.^a (IL) — Pela implementação de um mercado de carbono voluntário em Portugal.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 447/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que altere o posicionamento adotado no Conselho de Ministros da Agricultura e Pescas da UE e que se pronuncie favoravelmente pelo fim da exportação de animais vivos, por via marítima, para países terceiros e 516/XV/1.^a (PAN) — Pelo fim do abate de animais para fins de extração de peles e da importação de peles em Portugal e na União Europeia e a criação de uma rotulagem mais transparente.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 413/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove uma estratégia nacional de educação ambiental 2030, e 439/XV/1.^a (PSD) — Rever a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e criar núcleos de atividades em todos os agrupamentos escolares.

Foi aprovado, na generalidade, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 479/XV/1.^a (PS) — Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, 465/XV/1.^a (PAN) — Põe fim à cobrança de comissões bancárias abusivas a todos os titulares de crédito, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 57/2020, de 28 de agosto, e 466/XV/1.^a (PAN) — Põe fim aos limites de transferências por homebanking e por aplicações de pagamento operadas por terceiros no âmbito das contas de serviços mínimos bancários, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, tendo sido igualmente aprovado em votação final global, após a assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 326/XV/1.^a (PAN) — Consagra o dia 1 de março como o dia nacional da endometriose e adenomiose,

[437/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a elaboração de uma estratégia nacional de combate à endometriose e adenomiose, e [444/XV/1.^a](#) (PSD) — Consagra a data de 1 de março como o dia nacional da luta contra a endometriose e recomenda ao Governo que aprove medidas de apoio às portadoras dessa doença;

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º [523/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à melhoria do acesso aos cuidados de saúde na Unidade de Saúde Familiar Caminhos do Cértoma, no concelho da Mealhada;

Apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [443/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à melhoria do acesso ao SNS no Oeste, e [479/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que diligencie por melhorias no acesso ao Serviço Nacional de Saúde no Oeste;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º [507/XV/1.^a](#) (PCP) — Retoma das medidas de acolhimento e programa de autonomização de crianças e jovens em perigo (quinta alteração à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprova a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

Deu-se conta do nome dos Deputados que não se conseguiram registar para efeitos de quórum.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 54 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 115 (2023.04.20)

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 73/XV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 628 e 629/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 716 a 732/XV/1.^a

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PCP, sobre o tema «A situação da ferrovia nacional». Depois de o Deputado [Bruno Dias](#) (PCP) e o Ministro das Infraestruturas (João Galamba) terem aberto o debate, usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Pedro Coimbra](#) e [José Pedro Ferreira](#) (PS), [António Topa Gomes](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Fátima Correia Pinto](#) e [José Carlos Barbosa](#) (PS), [Jorge Salgueiro Mendes](#) e [Carla Madureira](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH) e [João Dias](#) (PCP). No encerramento do debate entrevistaram o Secretário de Estado das Infraestruturas (Frederico Francisco) e a Deputada [Paula Santos](#) (PCP).

Foram apreciados, conjuntamente, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [39/XV/1.^a](#) (GOV) — Clarifica a intervenção dos municípios nos procedimentos de construção, ampliação ou modificação de um aeródromo e o Projeto de Lei n.º [704/XV/1.^a](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais. Entrevistaram, a diverso título, além do Ministro das Infraestruturas (João Galamba), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH), [André Pinotes Batista](#) (PS), [João Barbosa de Melo](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP) e [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL).

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [72/XV/1.ª](#) (BE) — Reforça a proteção da orientação sexual, da identidade e expressão de género e das características sexuais (quinquagésima quinta alteração ao Código Penal), [359/XV/1.ª](#) (BE) — Reforço da garantia de exercício do direito à autodeterminação da identidade de género, da expressão de género e do direito à proteção das características sexuais no âmbito escolar, [21/XV/1.ª](#) (PAN) — Procede à primeira alteração à Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, que estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa, e à aprovação da respetiva regulamentação, [209/XV/1.ª](#) (L) — Proibição e criminalização das «práticas de conversão», que visam a repressão da orientação sexual, da identidade de género ou da expressão de género, [332/XV/1.ª](#) (PS) — Estabelece o quadro para a emissão das medidas administrativas que as escolas devem adotar para efeitos da implementação da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, [699/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê a criminalização de práticas com vista à alteração, limitação ou repressão da orientação sexual, da identidade ou expressão de género, e promove o estudo destas práticas em Portugal e a garantia de mecanismos de apoio e resposta, [705/XV/1.ª](#) (CH) — Reforça a proteção e privacidade das crianças e jovens nos espaços de intimidade em contexto escolar e [707/XV/1.ª](#) (PS) — Proíbe práticas atentatórias contra pessoas LGBT+ através das denominadas «terapias de conversão sexual». Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Isabel Alves Moreira](#) e [Miguel dos Santos Rodrigues](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH), [Lina Lopes](#) (PSD), [Carla Castro](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP) e [Joana Cordeiro](#) (IL).

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 71 e 72/XV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 714 e 715/XV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 624 a 627/XV/1.ª

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 44 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 116 (2023.04.21)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos, após o que procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República sobre a devolução, sem promulgação, do Decreto da Assembleia da República n.º [43/XV](#) — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal.

Deu-se conta da retirada, pela IL, do Projeto de Resolução n.º [336/XV/1.ª](#) e da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs [630](#) e [631/XV/1.ª](#) e dos Projetos de Lei n.º [733](#) e [734/XV/1.ª](#)

Ao abrigo da alínea b) do [artigo 62.º](#) do Regimento da Assembleia da República, procedeu-se a um debate político, a requerimento do PSD, sobre «Justiça», tendo a Deputada [Mónica Quintela](#) (PSD) procedido à abertura do debate. Intervieram, depois, a diverso título, os Deputados [Francisco Pereira de Oliveira](#) (PS), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Marta Temido](#) (PS), [Ofélia Ramos](#) (PSD), [Alma Rivera](#) (PCP), [Paula Cardoso](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Anabela Real](#) e [Alexandra Leitão](#) (PS), [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Márcia Passos](#) (PSD), [Rui Paulo Sousa](#) (CH) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS). No encerramento do debate interveio a Deputada [Paula Cardoso](#) (PSD).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 35 minutos.

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da retirada, pela IL, do Projeto de Resolução n.º 517/XV/1.^a

Procedeu-se à discussão conjunta, e posterior votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs [571/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo o reforço da promoção da inovação e modernização da gestão pública para um Estado mais simples, célere e eficiente ao serviço das pessoas, que foi aprovado, [153/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que acelere o processo de digitalização da Administração Pública, numa estratégia de desenvolvimento sustentável das comunidades, que foi rejeitado, [191/XV/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo a execução e apresentação anual de um relatório de combate ao desperdício no setor público e da definitiva implementação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, que foi rejeitado, e [402/XV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que adote medidas de racionalização da administração consultiva do Estado, que foi rejeitado. Proferiram intervenções os Deputados [Maria de Fátima Fonseca](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH), [Francisco Pimentel](#) (PSD), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP) e [Isabel Pires](#) (BE).

Foi discutida, na generalidade, e posteriormente rejeitada, a Proposta de Lei n.º [7/XV/1.^a](#) (ALRAM) — Pela garantia de um tratamento justo aos cidadãos estrangeiros em Portugal sem título de viagem válido, tendo usado da palavra os Deputados [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Marta Freitas](#) (PS), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Procedeu-se, de seguida, à apreciação da Petição n.º [65/XV/1.^a](#) (ABIC – Associação dos Bolseiros de Investigação Científica) — Pelo fim das taxas de admissão a provas de doutoramento, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [667/XV/1.^a](#) (PCP) — Procede à atualização das bolsas de investigação científica e respetivas componentes, repõe os subsídios cortados e elimina as taxas de doutoramento, que foi rejeitado, [685/XV/1.^a](#) (CH) — Determina o fim da cobrança de taxas de admissão e emolumentos pela prestação de provas de doutoramento, que foi rejeitado, e [689/XV/1.^a](#) (BE) — Altera a Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que foi rejeitado, e com os Projetos de Resolução n.ºs [476/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo a abolição de taxas de admissão a provas académicas, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 60 dias, [549/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a eliminação das taxas e emolumentos nas instituições públicas de ensino superior para admissão a provas académicas de doutoramento, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 60 dias, e [581/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo um conjunto de pressupostos a considerar na reforma do financiamento do ensino superior, que foi rejeitado. Intervieram os Deputados [Manuel Loff](#) (PCP), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Porfírio Silva](#) (PS), [António Topa Gomes](#) (PSD), [Carla Castro](#) (IL) e [Dinis Ramos](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º [57/XV/1.^a](#) (Filipe Maranhas de Castro Matos e outros) — Pelo direito à mobilidade dos animais de estimação, juntamente com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [691/XV/1.^a](#) (PAN) — Prevê a garantia do direito à mobilidade com animais de companhia, eliminando a discriminação por raças e outras limitações, que foi rejeitado, e com os Projetos de Resolução n.ºs [415/XV/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo que dê melhores condições de acesso dos animais nos serviços de mobilidade e [472/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o direito à mobilidade dos animais de companhia, que

foram aprovados. Usaram da palavra os Deputados *Inês de Sousa Real* (PAN), *Miguel Matos* (PS), *João Cotrim Figueiredo* (IL), *Jorge Salgueiro Mendes* (PSD), *Pedro Filipe Soares* (BE), *Pedro dos Santos Frazão* (CH), *Duarte Alves* (PCP) e *Rui Tavares* (L).

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [39/XV/1.ª](#) (GOV) — Clarifica a intervenção dos municípios nos procedimentos de construção, ampliação ou modificação de um aeródromo.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [704/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais.

Foram votados, na generalidade, os seguintes Projetos de Lei:

N.º [72/XV/1.ª](#) (BE) — Reforça a proteção da orientação sexual, da identidade e expressão de género e das características sexuais (quingagésima quinta alteração ao Código Penal), que foi aprovado;

N.º [359/XV/1.ª](#) (BE) — Reforço da garantia de exercício do direito à autodeterminação da identidade de género, da expressão de género e do direito à proteção das características sexuais no âmbito escolar, que foi aprovado;

N.º [21/XV/1.ª](#) (PAN) — Procede à primeira alteração à Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, que estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa, e à aprovação da respetiva regulamentação, que foi aprovado;

N.º [209/XV/1.ª](#) (L) — Proibição e criminalização das «práticas de conversão», que visam a repressão da orientação sexual, da identidade de género ou da expressão de género, que foi aprovado;

N.º [332/XV/1.ª](#) (PS) — Estabelece o quadro para a emissão das medidas administrativas que as escolas devem adotar para efeitos da implementação da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, que foi aprovado;

N.º [699/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê a criminalização de práticas com vista à alteração, limitação ou repressão da orientação sexual, da identidade ou expressão de género, e promove o estudo destas práticas em Portugal e a garantia de mecanismos de apoio e resposta, que foi aprovado;

N.º [705/XV/1.ª](#) (CH) — Reforça a proteção e privacidade das crianças e jovens nos espaços de intimidade em contexto escolar, que foi rejeitado;

N.º [707/XV/1.ª](#) (PS) — Proíbe práticas atentatórias contra pessoas LGBT+ através das denominadas «terapias de conversão sexual», que foi aprovado.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [603/XV/1.ª](#) (PSD) — Transporte de animais de estimação.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [562/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que tome medidas decisivas no combate à inflação.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [331/XV/1.ª](#) (PSD) — Executar as medidas dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações para salvaguardar pessoas e bens.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [417/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que restrinja a produção e comercialização de combustíveis ou biocombustíveis que contenham óleo de palma ou outras culturas alimentares insustentáveis.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 56 minutos.

Às 10 horas e 7 minutos, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Presidente da República Federativa do Brasil — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Tribunal Constitucional, dois Secretários da Mesa, o Secretário-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, a Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, a Assessora Principal do Presidente da Assembleia da República e a Diretora de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e de Ministros, a Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente do Tribunal de Contas, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Presidente do Partido Social Democrata, a Provedora de Justiça, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, o Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, o Presidente do Partido Socialista, o Conselheiro de Estado António Sampaio da Nóvoa, o Secretário-Geral do Partido Comunista Português e os Chefes dos três ramos das Forças Armadas.

Encontravam-se ainda presentes: na Tribuna A, a mulher do Presidente da Assembleia da República, Prof.^a Doutora Isabel Margarida Duarte, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.^a Fernanda Tadeu, a mulher do Presidente da República Federativa do Brasil, Dr.^a Rosângela Lula da Silva, os antigos Presidentes da Assembleia da República João Bosco Mota Amaral e Eduardo Ferro Rodrigues e mulher, Dr.^a Maria Filomena de Aguiar, o Embaixador de Portugal no Brasil e o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas Carvalho; na Tribuna B, os Ministros das Relações Exteriores, da Defesa, da Educação, da Cultura, da Saúde, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República Federativa do Brasil, o Embaixador do Brasil em Lisboa e o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e, nas galerias, o Corpo Diplomático e demais convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República Federativa do Brasil tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana executou os hinos nacionais dos dois países.

O Presidente da Assembleia da República saudou os convidados de honra e deu as boas-vindas ao Presidente da República Federativa do Brasil, que usou da palavra a seguir, o que suscitou um ato de protesto por parte dos Deputados do CH, tendo o Presidente exigido respeito para com o convidado e a Câmara.

A sessão foi encerrada eram 10 horas e 45 minutos, tendo sido, de novo, executados os hinos nacionais.

DAR — I SÉRIE — N.º 119 (2023.04.26)

SUMÁRIO

Às 11 horas e 29 minutos, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal Constitucional, dois Secretários da

Mesa da Assembleia da República, o Secretário-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, a Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente do Partido Social Democrata, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora de Justiça, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, em representação do respetivo Presidente, o Presidente do Governo Regional dos Açores, o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, o Conselheiro de Estado António Sampaio da Nôvoa, o Presidente do Partido Socialista Carlos César, e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas.

Encontravam-se ainda presentes:

Na Tribuna A, a mulher do Presidente da Assembleia da República, Prof.^a Doutora Isabel Margarida Duarte, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.^a Fernanda Tadeu, o antigo Presidente da República Ramalho Eanes e mulher, Dr.^a Manuela Eanes, e os antigos Presidentes da Assembleia da República Mota Amaral e Eduardo Ferro Rodrigues e mulher, Dr.^a Maria Filomena de Aguiar, e o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas Carvalho;

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, o Presidente da Associação Nacional de Freguesias, os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional José Eduardo Figueiredo Dias e Mariana Rodrigues Canotilho, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Presidente e membros da Comissão da Liberdade Religiosa, o Vogal da Direção da Associação dos ex-Deputados da Assembleia da República José Eduardo Fernandes Sanches Osório, ex-Conselheiros da Revolução, a Direção e membros da Associação 25 de Abril e o Presidente da Associação Salgueiro Maia;

Na Galeria III, Secretários de Estado, a Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, os Deputados ao Parlamento Europeu Margarida Marques e Sandra Pereira, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, a Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o representante do Presidente do Conselho Nacional da Juventude, a Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, o Presidente do Conselho de Julgados de Paz, a representante da Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, um membro da Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, representantes dos três ramos das Forças Armadas, o representante do Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, o Presidente da Confederação Empresarial de Portugal, os Secretários-Gerais da CGTP-IN e da UGT, o Presidente da Associação de Deficientes das Forças Armadas, e outras individualidades convidadas;

Nas Galerias IV a VI, público convidado;

Na Tribuna C, os Adjuntos do Secretário-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes de Gabinete da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, dos Grupos Parlamentares e dos Deputados únicos representantes de um partido;

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Catarina Martins](#) (BE), [Manuel Loff](#) (PCP), [Rui Rocha](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD) e [João Torres](#) (PS), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa).

A sessão foi encerrada eram horas e 13 horas e 13 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

DAR — I SÉRIE — N.º 120 (2023.04.27)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 13 minutos.

Deu-se conta da retirada do Projeto de Lei n.º 736/XV/1.^a e da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 74/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 632 e 633/XV/1.^a

Foram apresentados pelo Ministro das Finanças (Fernando Medina) o Programa de Estabilidade e o Programa Nacional de Reformas, que foram discutidos juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [630/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção, no âmbito do Programa Nacional de Reformas 2023, de medidas e incentivos à produção de energia para autoconsumo a partir de fontes renováveis e a criação do programa “SOL PARA TODOS”, [639/XV/1.^a](#) (CH) — Pela rejeição do Programa de Estabilidade 2023-2027, [640/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta a inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e dos princípios de orçamentação verde da Lei de Bases do Clima no Programa de Estabilidade 2023-2027 e noutros documentos orientadores das políticas públicas, [641/XV/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que preveja no Programa de Estabilidade 2023-2027 e no Programa Nacional de Reformas 2023 uma atualização intercalar dos escalões de IRS que acomode a inflação registada nos anos de 2021 e 2022, [643/XV/1.^a](#) (BE) — Proteção dos rendimentos face à inflação e rejeição do Programa de Estabilidade 2023-2027, [644/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que estabeleça no Programa de Estabilidade critérios objetivos e previsíveis para a utilização da folga orçamental em caso de superavit, sob a forma de um compromisso para a equidade e investimento, [646/XV/1.^a](#) (PCP) — Por uma vida melhor: aumento dos salários e pensões, controlo e redução de preços, mais investimento e produção nacional e [649/XV/1.^a](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que apresente no Programa de Estabilidade 2023-2027 uma previsão de medidas a adotar para devolver ao Estado capacidade de cumprimento de obrigações constitucionais no domínio social e uma estratégia de crescimento económico.

Além daquele Ministro e da Ministra da Presidência (Mariana Vieira da Silva), usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Miguel Cabrita](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Afonso](#) (CH), [Vera Braz](#) (PS), [Afonso Oliveira](#) (PSD), [Miguel Matos](#) (PS), [Luís Gomes](#) (PSD), [Tiago Barbosa Ribeiro](#), [José Rui Cruz](#) e [Sérgio Ávila](#) (PS), [Duarte Pacheco](#) e [Alexandre Simões](#) (PSD), [Hugo Costa](#) (PS), [Patrícia Dantas](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD).

Foi anunciada a entrada na Mesa da Proposta de Resolução n.º 11/XV/1.^a, das Propostas de Lei n.ºs 75 e 76/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 735 e 738/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 634 a 649/XV/1.^a

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 51 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 121 (2023.04.28)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Em interpelação à Mesa, os Deputados [Rui Rocha](#) (IL) e [Pedro Pinto](#) (CH) levantaram questões sobre um vídeo transmitido na ARTV, tendo o Presidente respondido.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate sobre política setorial com a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, tendo usado da palavra, a diverso título, além da Ministra (Elvira Fortunato), os Deputados [Alexandre Poço](#) e [Sónia Ramos](#) (PSD), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) e [Rita Matias](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Manuel Loff](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Tiago Estevão Martins](#) e [Rosa Venâncio](#) (PS), [Carla Castro](#) (IL), [Eduardo Alves](#), [Maria João Castro](#) e [Tiago Soares Monteiro](#) (PS), [Cláudia André](#) e [António Topa Gomes](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) e [Pedro Pessanha](#) (CH).

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 18 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 122 (2023.04.29)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 6 minutos.

Foram apreciadas, conjuntamente, e posteriormente votadas na generalidade, as seguintes iniciativas:

Projeto de Resolução n.º [535/XV/1.º](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a concretização de medidas no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica e de género, tendo sido rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [536/XV/1.º](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço efetivo da formação especializada e da capacitação de profissionais que intervêm na prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, tendo sido rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [537/XV/1.º](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a concretização de medidas no âmbito da prevenção e combate à violência no namoro, tendo sido rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [538/XV/1.º](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a aprovação dos planos de ação que integram a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 e do Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos, tendo sido rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 539/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo o reforço de medidas no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica contra pessoas idosas, tendo sido aprovado;

Projeto de Lei n.º 10/XV/1.^a (CH) — Assegura a nomeação de patrono em escalas de prevenção para as vítimas de violência doméstica, tendo sido rejeitado;

Projeto de Lei n.º 515/XV/1.^a (PAN) — Assegura a inclusão da condenação pelos crimes de violência doméstica, de ofensa à integridade física, contra a liberdade e autodeterminação sexual praticados contra o autor da sucessão nas causas de indignidade sucessória, procedendo para o efeito à alteração do Código Civil e do Código Penal, tendo sido rejeitado;

Projeto de Lei n.º 644/XV/1.^a (PCP) — Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (décima alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro), tendo sido rejeitado;

Projeto de Lei n.º 645/XV/1.^a (PCP) — Atribui patrono às vítimas de violência doméstica (décima alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro), tendo sido rejeitado;

Projeto de Lei n.º 678/XV/1.^a (CH) — Reforça a proteção dos idosos que sejam vítimas de crimes, tendo sido rejeitado;

Projeto de Lei n.º 731/XV/1.^a (BE) — Garante apoio jurídico adequado a todas as vítimas de violência doméstica, tendo sido rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 474/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a aprovação urgente dos planos nacionais de ação e o investimento alargado na prevenção e combate à violência no namoro, tendo sido rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 550/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas direcionadas a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, tendo sido rejeitado.

Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alma Rivera](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Patrícia Faro](#) (PS), [Rosina Ribeiro Pereira](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Cláudia Santos](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH) e [André Coelho Lima](#) (PSD).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 1/XV/1.^a (PCP) — Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos, 716/XV/1.^a (BE) — Altera o regime do trabalho por turnos e noturno e reforça a proteção social dos trabalhadores por turnos e noturnos e 726/XV/1.^a (PAN) — Altera o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, reforçando os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos, tendo sido posteriormente rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Manuel Loff](#) (PCP), [Gabriela Fonseca](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carla Castro](#) (IL), [Jorge Galveias](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Rita Borges Madeira](#) (PS) e [Ofélia Ramos](#) (PSD).

Foram apreciadas, conjuntamente as seguintes iniciativas:

Projeto de Resolução n.º 593/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que crie uma comissão que pondere a eventual integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) no regime geral da segurança social, realizando uma auditoria ao seu funcionamento e avaliando modelos alternativos de proteção social, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 642/XV/1.^a (BE) — Retira ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP a competência para a instauração e instrução de processos de execução por dívidas à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 643/XV/1.^a (BE) — Garante o acesso ao regime contributivo da segurança social a advogados, solicitadores e agentes de execução, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 719/XV/1.^a (L) — Consagra o direito de os advogados, solicitadores e agentes de execução vinculados a contrato de trabalho subordinado e com exclusividade optarem pelo regime contributivo da segurança social, aproxima certos prazos aos do regime

geral da segurança social e contempla a possibilidade de transferência das contribuições feitas à CPAS que não cumprem o prazo de garantia, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º [724/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê a possibilidade de os advogados, solicitadores e agentes de execução optarem entre o regime contributivo da segurança social ou da CPAS e revoga a competência da segurança social na instauração de processos de execução por dívidas à CPAS, que foi rejeitado na generalidade; e

Projeto de Lei n.º [728/XV/1.ª](#) (CH) — Garante aos advogados, solicitadores e agentes de execução a possibilidade de escolha do regime contributivo, que foi rejeitado na generalidade.

Proferiram intervenções os Deputados [Joana Sá Pereira](#) (PS), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bruno Nunes](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Mónica Quintela](#) (PSD) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [326/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de Joaquim Pessoa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [623/XV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à África do Sul e [642/XV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Londres, a Yuste e a Estrasburg.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [630/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção, no âmbito do Programa Nacional de Reformas 2023, de medidas e incentivos à produção de energia para autoconsumo a partir de fontes renováveis e a criação do programa «SOL PARA TODOS».

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [639/XV/1.ª](#) (CH) — Pela rejeição do Programa de Estabilidade 2023-2027, [640/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta a inclusão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e dos princípios de orçamentação verde da Lei de Bases do Clima no Programa de Estabilidade 2023-2027 e noutros documentos orientadores das políticas públicas, [641/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que preveja no Programa de Estabilidade 2023-2027 e no Programa Nacional de Reformas 2023 uma atualização intercalar dos escalões de IRS que acomode a inflação registada nos anos de 2021 e 2022, [643/XV/1.ª](#) (BE) — Proteção dos rendimentos face à inflação e rejeição do Programa de Estabilidade 2023-2027, [644/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que estabeleça no Programa de Estabilidade critérios objetivos e previsíveis para a utilização da folga orçamental em caso de superavit, sob a forma de um compromisso para a equidade e investimento, [646/XV/1.ª](#) (PCP) — Por uma vida melhor: aumento dos salários e pensões, controlo e redução de preços, mais investimento e produção nacional e [649/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que apresente no Programa de Estabilidade 2023-2027 uma previsão de medidas a adotar para devolver ao Estado capacidade de cumprimento de obrigações constitucionais no domínio social e uma estratégia de crescimento económico.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [505/XV/1.ª](#) (PAN) — Pelo reforço de meios de combate à violência doméstica e [583/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que aprove os planos de ação que integram a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 e o V Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos 2022-2025, e proceda à divulgação dos respetivos planos e relatórios de atividade.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [364/XV/1.ª](#) (PSD) — Biorresíduos 2023, criar condições para uma mudança estrutural e [445/XV/1.ª](#) (CH) — Promove a transformação dos resíduos orgânicos em fonte de energia verde.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [559/XV/1.ª](#) (CH) — Pela dinamização do programa Vale Eficiência, com vista ao combate à pobreza energética.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 590/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Ministério do Ambiente que cumpra a sua obrigação de resposta às perguntas e requerimentos do Parlamento dentro dos prazos legalmente estipulados.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Lei n.º 331/XV/1.^a (PSD) — Alteração ao regime legal de prevenção e controlo de espécies exóticas aplicável à pesca lúdica e desportiva em águas interiores.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º 347/XV/1.^a (PS) — Reforça a proteção das vítimas de crimes de disseminação não consensual de conteúdos íntimos, alterando o Código Penal e o Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, que aprova o Comércio Eletrónico no Mercado Interno e Tratamento de Dados Pessoais.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 156/XV/1.^a (CH) — Reforça a proteção das vítimas de devassa da vida privada por meio de partilha não consentida de conteúdos de cariz sexual, 157/XV/1.^a (PAN) — Prevê o crime de divulgação não consentida de conteúdo de natureza íntima ou sexual, 208/XV/1.^a (BE) — Criação do crime de pornografia não consentida (quinquagésima quinta alteração ao Código Penal e quadragésima quinta alteração ao Código de Processo Penal) e 97/XV/1.^a (IL) — Assegura a nomeação de patrono às vítimas especialmente vulneráveis (alteração ao Estatuto da Vítima e à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, que altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais).

Foram, ainda, aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar duas Deputadas, uma do PAN e uma do PS, a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 650 a 655/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 16 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 123 (2023.05.04)

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da retirada dos Projetos de Lei n.ºs 720 e 722/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 279, 351, 449 e 520/XV/1.^a

Em interpelação à Mesa, os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rodrigo Saraiva](#) (IL) e [André Ventura](#) (CH) pronunciaram-se sobre o conteúdo de um vídeo gravado no âmbito de uma visita à Assembleia da República acompanhada por um Deputado da IL.

Ao abrigo do artigo 74.º do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pela IL, sobre o tema «Setor empresarial do Estado». Depois de o Deputado [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL) e o Secretário de Estado do Tesouro (Pedro Sousa Rodrigues) terem aberto o debate, usaram da palavra, além do Secretário de Estado das Finanças (João Nuno Mendes), os Deputados [Miguel Matos](#) e [Miguel Cabrita](#) (PS), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Ivan Gonçalves](#) e [Diogo Cunha](#) (PS), [Jorge Salgueiro Mendes](#) e [João Barbosa de Melo](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) (CH) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL). No

encerramento, entrevistaram o Secretário de Estado das Finanças e o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Foram discutidas, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs [68/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova a Lei de Infraestruturas Militares e [69/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova a Lei de Programação Militar, tendo proferido intervenções, além da Ministra da Defesa Nacional (Helena Carreiras), os Deputados [Cristiana Ferreira](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Diogo Leão](#) (PS), [António Prôa](#) (PSD), [Miguel dos Santos Rodrigues](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Pedro Pessanha](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Francisco César](#) (PS) e [Rui Paulo Sousa](#) (CH).

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 24 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 124 (2023.05.05)

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) falou sobre o agravamento das condições de vida, tendo lamentado um alinhamento entre os partidos de direita e o PS na falta de respostas aos problemas laborais, económicos e sociais, bem como na questão da privatização da TAP. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Jorge Botelho](#) (PS), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Melo](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) criticou as recentes polémicas envolvendo o Governo, que, privilegiando a especulação e o lucro em vez das pessoas e do investimento público, corrói a democracia. Seguidamente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Catarina Rocha Ferreira](#) (PSD), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L) e [Bruno Dias](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Rita Borges Madeira](#) (PS) evocou as celebrações do 1.º de Maio e do 25 de Abril, lembrando as medidas do Governo de defesa dos trabalhadores e os bons resultados económicos do País. Respondeu, de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [Helga Correia](#) (PSD), [Manuel Loff](#) (PCP) e [Carla Castro](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [André Coelho Lima](#) (PSD) fez uma análise sobre a atual situação política nacional, tendo posteriormente respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE) e [Duarte Alves](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) considerou que os recentes acontecimentos registados na política portuguesa confirmam a incompetência do Governo e envergonham o nome de Portugal, defendendo que a solução é dizer chega à corrupção e aos interesses instalados.

Em declaração política, o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL) lamentou a utilização indevida do SIS, por parte do Governo, sublinhando a importância de investir numa reforma dos sistemas de informação e de garantir a sua soberania. Respondeu, posteriormente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), [Joana Sá Pereira](#) (PS) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do artigo 77.º do Regimento da Assembleia da República, o Deputado [Nuno Carvalho](#) (PSD) discursou sobre os baixos rendimentos dos portugueses, que não se coadunam com o atual custo de vida, e criticou a falta de medidas do Governo para resolver este problema. De seguida, respondeu a um pedido de esclarecimento do Deputado [Sérgio Monte](#) (PS).

Depois de o Presidente ([Adão Silva](#)) saudar a presença de alguns dos respetivos peticionários nas galerias, foi apreciada a Petição n.º [83/XV/1.ª](#) [Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB)] — Pela atribuição do complemento excecional a pensionistas a todos os trabalhadores bancários reformados, juntamente com o Projeto de Lei n.º [316/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 57-C/2022, de 6 de setembro, alargando o complemento excecional a pensionistas não residentes em território nacional e aos reformados inseridos em fundos de pensões privados, na generalidade, e os Projetos de Resolução n.ºs [601/XV/1.ª](#) (PCP) — Pela aplicação do Decreto-lei n.º 57-C/2022, de 6 de setembro, a todos os reformados, independentemente da entidade pagadora das pensões e [616/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proceda ao pagamento do montante adicional de 50 % a todos os pensionistas e que proceda à atualização de pensões para os anos de 2023 e 2024, ao abrigo da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro.

Intervieram, a diverso título, os Deputados [Jorge Galveias](#) (CH), [Manuel Loff](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Lina Lopes](#) (PSD), [Jorge Gabriel Martins](#) (PS), [Carla Castro](#) (IL) e [Rui Tavares](#) (L).

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 14 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 125 (2023.05.06)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

O Deputado [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), em interpelação à Mesa, após congratular a recente visita do Presidente e de alguns Deputados da Assembleia da República à Ucrânia, falou sobre o caso de fuga de informação da Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP. De seguida, proferiram interpelações à Mesa, sobre esta matéria, os Deputados [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Filipe Melo](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Bruno Dias](#) (PCP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Rui Tavares](#) (L). O Presidente, tendo agradecido as felicitações sobre a visita à Ucrânia, pronunciou-se também sobre o tema.

Foram debatidos em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [606/XV/1.ª](#) (CH) — Altera a Lei de Bases da Habitação no sentido de assegurar o acesso à habitação pública, que foi rejeitado, [650/XV/1.ª](#) (IL) — Restabelece a figura dos solos urbanizáveis e institui um procedimento simplificado de reclassificação dos solos, relativamente ao qual foi aprovado um requerimento, apresentado pela IL, solicitando a baixa à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, sem votação, por 60 dias, [652/XV/1.ª](#) (IL) — Facilita o acesso às cadernetas prediais do património imobiliário do Estado, que foi rejeitado, e [727/XV/1.ª](#) (PAN) — Reduz a taxa de IMT aplicável à aquisição de habitação própria e permanente por jovens, alterando o Código do IMT, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Filipe Melo](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Tiago Soares Monteiro](#) (PS), [Carlos Eduardo Reis](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram discutidos em conjunto, na generalidade, e posteriormente rejeitados, os Projetos de Lei n.ºs [651/XV/1.ª](#) (IL) — Isenção de imposto do selo relativo a empréstimos, [657/XV/1.ª](#) (IL) — Reduz o custo da construção de habitações através da diminuição do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) relativo à construção, beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de imóveis, [658/XV/1.ª](#) (IL) — Facilita as situações de mudança de habitação, descontando o valor de rendas pagas ao valor de rendas recebidas para efeitos de cálculo de IRS, [718/XV/1.ª](#) (BE) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, alargando o prazo de isenção do imposto municipal sobre imóveis dos prédios ou parte de prédios urbanos habitacionais construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados à habitação própria e permanente, [721/XV/1.ª](#) (L) — Aumenta o agravamento do IMI para prédios devolutos, [723/XV/1.ª](#) (PAN) — Alarga o âmbito dos beneficiários dos apoios extraordinários de apoio às famílias para pagamento da renda e da prestação de contratos de crédito, alterando o Decreto-Lei n.º 20-B/2023, de 22 de março e [729/XV/1.ª](#) (CH) — Procede ao alargamento da isenção de IMT prevista no Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT). Proferiram intervenções os Deputados [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Afonso](#) (CH), [Jamila Madeira](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP) e [Alexandre Simões](#) (PSD).

Foram apreciados conjuntamente, na generalidade, e posteriormente aprovados, os Projetos de Lei n.ºs [664/XV/1.ª](#) (BE) — Estabelece a quota mínima obrigatória de 30 % de música portuguesa na programação musical dos serviços de programas de radiodifusão sonora, [717/XV/1.ª](#) (PCP) — Fixa em 35 % a quota de difusão de música portuguesa na rádio (terceira alteração à Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro) e [725/XV/1.ª](#) (PAN) — Altera de 25 % para 30 % a quota mínima obrigatória de música portuguesa na programação musical dos serviços de programas radiofónicos. Usaram da palavra os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carla Madureira](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Rita Matias](#) (CH), [Carla Sousa](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Foi apreciada a Petição n.º [24/XV/1.ª](#) (Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó e outros) — Pelo fim da empresa intermunicipal de Águas do Alto Minho, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [574/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a dissolução da empresa Águas do Alto-Minho e o retorno do controlo público dos serviços de água e saneamento para os municípios da região e [600/XV/1.ª](#) (BE) — Remunicipalização dos serviços prestados pela Águas do Alto Minho em Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, que foram rejeitados na generalidade. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Gilberto Anjos](#) (PS), [Isabel Pires](#) (BE), [Palmira Maciel](#) (PS), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Emília Cerqueira](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [329/XV/1.ª](#) (apresentado pelo L) — De pesar pelo falecimento de Luís Carmelo, cuja parte deliberativa foi aprovada (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

O Presidente procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º [332/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo CH, pela IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN, pelo L e por uma Deputada do PSD) — De saudação pelo Dia Mundial da Língua Portuguesa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido, pelo Deputado [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [333/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo CH, pela IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN, pelo L e por uma Deputada do PSD) — De saudação pelo centenário de Salgado Zenha, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foram aprovadas, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs [68/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova a Lei de Infraestruturas Militares e [69/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova a Lei de Programação Militar.

Foram rejeitados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [316/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 57-C/2022, de 6 de setembro, alargando o complemento excecional a pensionistas não residentes em território nacional e aos reformados inseridos em fundos de pensões privados e os Projetos de Resolução n.ºs [601/XV/1.ª](#) (PCP) — Pela aplicação do Decreto-lei n.º 57-C/2022, de 6 de setembro, a todos os reformados, independentemente da entidade pagadora das pensões e [616/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proceda ao pagamento do montante adicional de 50 % a todos os pensionistas e que proceda à atualização de pensões para os anos de 2023 e 2024, ao abrigo da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [596/XV/1.ª](#) (CH) — Pela salvaguarda dos interesses dos alunos universitários portugueses a realizar o programa de mobilidade Erasmus em França.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [502/XV/1.ª](#) (PAN) — Repudia a Resolução do Parlamento Europeu sobre o retrocesso do estatuto de proteção do lobo na Europa.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [503/XV/1.ª](#) (PAN) — Realização de estudo sobre o gato bravo e criação de programa de conservação.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [565/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo o alargamento dos beneficiários elegíveis e alteração das condições de acesso à linha de crédito para a descarbonização e economia circular.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [522/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que avalie a possibilidade de classificação do arquivo do Jornal de Notícias.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [632/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo as diligências necessárias à classificação do arquivo do Jornal de Notícias.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [500/XV/1.ª](#) (BE) — Auditoria ao acesso à interrupção voluntária da gravidez no Serviço Nacional de Saúde.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [408/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda a não criação de unidades locais de saúde no distrito de Aveiro e recusa a fragilização do Serviço Nacional de Saúde através da concentração de serviços.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [245/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo o envolvimento de entidades na recolha de dados sobre práticas de esterilização forçada de raparigas e mulheres com deficiência.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [551/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que crie um grupo de trabalho e adote um plano nacional para combate a discursos de ódio online.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelo PSD e pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, das suas propostas de alteração ao texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º [427/XV/1.ª](#) (IL) — Altera o valor das coimas aplicáveis por contraordenações relacionadas às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagens (nona alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem). Proferiram intervenções os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Bruno Dias](#) (PCP), [Rui Afonso](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L). As propostas de alteração do PS foram aprovadas e a do PSD rejeitada. De seguida, foi aprovado, em votação final global, aquele texto final.

Foi, ainda, aprovado um parecer, da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a autorizar um Deputado do CH a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 77/XV/1.^a, da Proposta de Resolução n.º 12/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 739 a 743, 746, 747, 749, 755 e 756/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 59 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 126 (2023.05.11)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 737, 744, 748, 750 a 754, 757 a 760 e 762/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 656 a 673 e 675 a 679/XV/1.^a

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo BE, sobre o tema «Degradação dos cuidados de saúde primários e o número de utentes sem médicos de família». Após a Deputada [Catarina Martins](#) (BE) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além daquela oradora e da Secretária de Estado da Promoção da Saúde (Margarida Tavares), os Deputados [Rui Cristina](#) (PSD), [Berta Nunes](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [João Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Ricardo Baptista Leite](#) (PSD) e [Maria Antónia de Almeida Santos](#) (PS).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 73/XV/1.^a (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2023-2026, tendo usado da palavra, a diverso título, além da Ministra da Presidência (Mariana Vieira da Silva) — que abriu e encerrou o debate —, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [João Barbosa de Melo](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Vera Braz](#) (PS), [Rui Vilar](#) (PSD), [Susana Amador](#) (PS), [Duarte Alves](#) (PCP), [Rui Afonso](#) (CH) e [Romualda Nunes Fernandes](#) (PS).

Foram discutidos em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 684/XV/1.^a (PCP) — Devolução de verbas do Fundo de Garantia Automóvel (FGA) a fim de reduzir o preço dos prémios de seguro automóvel (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto) e 751/XV/1.^a (PAN) — Prevê a garantia pelo Fundo de Garantia Automóvel da reparação dos danos e reembolso das despesas em consequência de atropelamento de animais. Intervieram os Deputados [Duarte Alves](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alexandre Simões](#) (PSD), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Carlos Brás](#) (PS), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L).

Foi debatida a Petição n.º 56/XV/1.^a (HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental) — Criação do dia nacional da pessoa com deficiência intelectual, conjuntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 713/XV/1.^a (IL) — Torna mais célere o financiamento de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidade temporária, 752/XV/1.^a (CH) — Assegura em tempo útil o acesso a próteses e ortóteses e outro material ortopédico que se mostre necessário a prevenir a dependência, precariedade, isolamento e exclusão social dos deficientes militares e 754/XV/1.^a (BE) — Cria o regime jurídico de acesso à pensão de velhice das pessoas com incapacidade igual ou superior a 60 %, e os Projetos de Resolução n.ºs 529/XV/1.^a (PS) — Consagra o dia 10 de maio como dia nacional da pessoa com deficiência intelectual, 553/XV/1.^a (PSD) — Instituição do dia nacional da pessoa com deficiência intelectual, 578/XV/1.^a (PAN) — Consagra o dia 10 de maio como

dia nacional da pessoa com deficiência intelectual e 634/XV/1.^a (IL) — Recomenda o reforço de formação de educação especial ao longo do percurso da docência. Proferiram intervenções os Deputados [Pedro Pessanha](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Cristina Sousa](#) (PS), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Manuel Loff](#) (PCP), [Filipe Melo](#) (CH) — que suscitou um pedido de defesa da honra da Deputada [Emília Cerqueira](#) (PSD), que, depois, deu explicações —, [Rui Tavares](#) (L) e [Maria da Luz Rosinha](#) (PS).

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 80 e 81/XV/1.^a, do Projeto de Lei n.º 761/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 681 e 684 a 686/XV/1.^a

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 38 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 127 (2023.05.12)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 78/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 745 e 764/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 682, 683, 688 e 689/XV/1.^a

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do PSD, procedeu-se ao debate conjunto, e posterior votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs 185/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que promova a competitividade das regiões do interior através do investimento na melhoria das condições de saúde nestes territórios, 225/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que promova a revisão e atualização dos programas regionais de ordenamento do território e melhore as condições de conectividade do interior com vista a uma maior coesão territorial, 335/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que desenvolva políticas de regadio para promover a competitividade das regiões do interior, 346/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que promova a competitividade das regiões do interior através do investimento no património, cultura e desporto e 359/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que promova a competitividade das regiões do interior através do investimento na melhoria das condições de acessibilidade a estes territórios, que foram rejeitados.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [João Barbosa de Melo](#) (PSD), [Luís Graça](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Sónia Ramos](#) (PSD), [João Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Isabel Pires](#) (BE), [Luís Gomes](#) e [Cláudia André](#) (PSD), [Nelson Brito](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Norberto Patinho](#) (PS), [Guilherme Almeida](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bruno Nunes](#) (CH), [João Prata](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD), [Isabel Guerreiro](#) (PS), [Gabriela Fonseca](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Fátima Ramos](#) (PSD) e [Berta Nunes](#) (PS).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, na Tribuna B, do Presidente do Grupo de Amizade França-Portugal do Senado de França, de um Senador de França, acompanhado de assessores, e de membros da Embaixada de França em Lisboa, os quais foram aplaudidos, de pé, pela Câmara.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 16 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

Foi reapreciado o Decreto da Assembleia da República n.º 43/XV — Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal, que, posteriormente, foi confirmado por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, tendo usado da palavra os Deputados *Isabel Alves Moreira* (PS), *João Cotrim Figueiredo* (IL), *Catarina Martins* (BE), *Rui Tavares* (L), *André Ventura* (CH), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Alma Rivera* (PCP) e *Paula Cardoso* (PSD).

Procedeu-se à discussão do Projeto de Resolução n.º 617/XV/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que nenhum organismo público possa exigir um documento emitido por outro organismo público, implementando um processo que permita a comunicação entre organismos públicos para obtenção desses documentos, que foi, posteriormente, aprovado, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 659/XV/1.ª (IL) — Elimina a obrigação de afixação do dístico do seguro automóvel, que foi aprovado, 710/XV/1.ª (IL) — Retira o caráter temporário à certidão permanente, que foi rejeitado, 714/XV/1.ª (IL) — Elimina a obrigação de pagamento para cumprir a obrigação de preenchimento anual do IES, que foi rejeitado, 715/XV/1.ª (IL) — Elimina prazos de validade injustificados nas certidões online, que foi rejeitado, e 753/XV/1.ª (CH) — Cria a base patrimonial única que possibilita a partilha de dados patrimoniais entre conservatórias do registo predial, Autoridade Tributária, autarquias e IMT, que foi rejeitado. Intervieram no debate os Deputados *Carlos Guimarães Pinto* (IL), *Bruno Nunes* (CH), *Sofia Matos* (PSD), *Rui Tavares* (L), *Anabela Real* (PS), *Paula Santos* (PCP), *Pedro Filipe Soares* (BE) e *Inês de Sousa Real* (PAN).

Foram apreciadas conjuntamente, e posteriormente rejeitadas, na generalidade, as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 568/XV/1.ª (BE) — Mitigar a rutura de medicamentos em Portugal através de produção feita pelo Laboratório Nacional do Medicamento;

Projeto de Lei n.º 447/XV/1.ª (BE) — Assegura o acesso a medicamentos, óculos, aparelhos auditivos e próteses dentárias através da sua comparticipação;

Projeto de Lei n.º 525/XV/1.ª (PCP) — Regime de comparticipação de medicamentos, dispositivos médicos e suplementos para alimentação entérica e parentérica;

Projeto de Lei n.º 746/XV/1.ª (PCP) — Regime de apoio financeiro para aquisição de óculos e lentes, próteses dentárias, aparelhos auditivos e calçado ortopédico;

Projeto de Lei n.º 748/XV/1.ª (PAN) — Fixa as condições em que o Laboratório Nacional do Medicamento pode produzir medicamentos em situação de rotura ou altamente onerosos;

Projeto de Lei n.º 749/XV/1.ª (PAN) — Alarga os beneficiários dos benefícios adicionais de saúde e garante a comparticipação da aquisição de aparelhos auditivos e de material ortopédico, alterando o Decreto-Lei n.º 252/2007, de 5 de julho;

Projeto de Lei n.º 750/XV/1.ª (PAN) — Possibilita a recuperação do IVA das aquisições de material ou equipamento médico pelas IPSS, alterando o Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho;

Projeto de Resolução n.º 546/XV/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um modelo de importação emergencial de medicamentos;

Projeto de Resolução n.º 561/XV/1.ª (PCP) — Reforço da capacidade e competências do Laboratório Nacional do Medicamento;

Projeto de Resolução n.º 612/XV/1.ª (IL) — Pela proximidade no acesso ao medicamento;

Projeto de Resolução n.º 613/XV/1.^a (IL) — Pela sustentabilidade no acesso ao medicamento e aos dispositivos médicos.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Lúcia Araújo da Silva](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Fernanda Velez](#) (PSD), [Ana Isabel Santos](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L) e [Inês Barroso](#) (PSD).

Foi apreciada a Petição n.º 62/XV/1.^a (Rui Pedro Paulino da Fonseca e outros) — Pelos crimes ambientais praticados por suiniculturas na região de Leiria, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 606/XV/1.^a (PAN) — Combate às descargas de efluentes suinícolas na região de Leiria e pela proteção da bacia hidrográfica do rio Lis, que foi rejeitado, na generalidade, 618/XV/1.^a (PS) — Operacionalização de um grupo de trabalho para implementação de uma solução integrada para a recolha, tratamento e a valorização dos efluentes das suiniculturas, com vista a proteção da ribeira dos Milagres e dos rios Lis e Lena, que foi aprovado, na generalidade, 635/XV/1.^a (PSD) — Memorando de entendimento com vista à implementação de uma solução definitiva de carácter integrado para o problema da poluição suinícola na bacia hidrográfica do rio Lis, que foi rejeitado, na generalidade, 650/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo um conjunto de medidas destinadas a combater as descargas da indústria suinícola, que foi rejeitado, na generalidade, e 651/XV/1.^a (PCP) — Programa para a salvaguarda da qualidade ambiental da bacia hidrográfica do rio Lis, que foi rejeitado, na generalidade. Proferiram intervenções os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Gabriel Martins](#) (PS), [João Marques](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Duarte Alves](#) (PCP), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Bernardo Blanco](#) (IL).

Procedeu-se à leitura do Projeto de Voto n.º 343/XV/1.^a (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas e subscrito por Deputados do PS e do PSD) — De pesar pelo falecimento de Vítor Barros. Após aprovada a respetiva parte deliberativa (a), a Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

O Presidente leu o Projeto de Voto n.º 342/XV/1.^a (apresentado pela Comissão dos Assuntos Europeus e subscrito por Deputadas do PS e do PSD) — De saudação pela celebração do dia da Europa, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 73/XV/1.^a (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2023-2026.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 684/XV/1.^a (PCP) — Devolução de verbas do Fundo de Garantia Automóvel (FGA), a fim de reduzir o preço dos prémios de seguro automóvel (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto), e 751/XV/1.^a (PAN) — Prevê a garantia pelo Fundo de Garantia Automóvel da reparação dos danos e reembolso das despesas em consequência de atropelamento de animais.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 713/XV/1.^a (IL) — Torna mais célere o financiamento de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidade temporária, e 752/XV/1.^a (CH) — Assegura em tempo útil o acesso a próteses e ortóteses e outro material ortopédico que se mostre necessário a prevenir a dependência, precariedade, isolamento e exclusão social dos deficientes militares.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 754/XV/1.^a (BE) — Cria o regime jurídico de acesso à pensão de velhice das pessoas com incapacidade igual ou superior a 60 %.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 529/XV/1.^a (PS) — Consagra o dia 10 de maio como dia nacional da pessoa com deficiência intelectual, 553/XV/1.^a (PSD) — Instituição do dia nacional da pessoa com deficiência intelectual, e 578/XV/1.^a (PAN) — Consagra o dia 10 de maio como dia nacional da pessoa com deficiência intelectual.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 634/XV/1.^a (IL) — Recomenda o reforço de formação de educação especial ao longo do percurso da docência.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 521/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à criação de um fundo de garantia para os riscos climáticos e sísmicos.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 156/XV/1.^a (PCP) — Pela criação de um comando nacional de bombeiros e 592/XV/1.^a (PCP) — Recomenda o apoio extraordinário às associações humanitárias de bombeiros.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 415/XV/1.^a (PAN) — Aprova um regime excecional de endividamento municipal aplicável às despesas destinadas a fazer face aos prejuízos causados pelas situações de cheia ocorridas em dezembro de 2022.

Foi igualmente rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 615/XV/1.^a (CH) — Pelo fim da cobrança da taxa de ocupação do subsolo aos consumidores.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 407/XV/1.^a (PSD) — Criação de um tribunal especial internacional para os crimes cometidos na guerra da Ucrânia e 467/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que apoie o processo de constituição de um tribunal penal especial para investigar e julgar os crimes de guerra perpetrados pela Rússia na invasão da Ucrânia;

Apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 468/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que condene o ecocídio provocado pela Rússia na Ucrânia e que apoie as iniciativas internacionais tendentes a assegurar a reparação da destruição ambiental provocada;

Apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 395/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que crie condições para o desenvolvimento do mercado voluntário de carbono em Portugal e 406/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que implemente um mercado de carbono voluntário e fomenta a utilização de greenbonds, em Portugal;

Apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º 444/XV/1.^a (L) — Reforça os direitos dos consumidores, vedando a renovação forçada de serviços ou equipamentos cuja vida útil não tenha ainda expirado;

Apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º 498/XV/1.^a (L) — Proíbe a venda de bilhetes de lotarias e de lotaria instantânea nas estações e postos de correio;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativo ao Projeto de Resolução n.º 315/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que garanta mais policiamento de proximidade, após a avocação pelo Plenário da votação por pontos na especialidade, a requerimento do PSD, e subsequente aprovação;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 315/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que garanta mais policiamento de proximidade, tendo o Deputado **Pedro Pinto** (CH) proferido, posteriormente, uma declaração de voto;

Apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º 448/XV/1.^a (PSD) — Proteger o Parque Nacional da Peneda Gerês investindo em mais fiscalização, ordenamento e restauro ecológico;

Apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º 630/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção, no âmbito do Programa Nacional de Reformas 2023, de medidas e incentivos à produção de energia para autoconsumo a partir de fontes renováveis e a criação do programa «Sol para todos»;

Apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Resolução n.º 522/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que avalie a possibilidade de classificação do arquivo do Jornal de Notícias;

Apresentado pela Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, relativo ao Projeto de Resolução n.º 571/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo o reforço da promoção da inovação e modernização da gestão pública para um Estado mais simples, célere e eficiente ao serviço das pessoas;

Apresentado pela Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local relativo à Proposta de Lei n.º 61/XV/1.^a (GOV) — Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, após ter sido aprovada a assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 24 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 129 (2023.05.18)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da retirada dos Projetos de Lei n.ºs 487 e 785/XV/1.^a e da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 83/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 763 e 765 a 767/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 674, 680, 687 e 690 a 695/XV/1.^a

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à substituição de um Deputado do PSD.

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do PS, procedeu-se ao debate conjunto dos projetos de lei (na generalidade) e projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º 762/XV/1.^a (PS) — Altera o regime de atribuição do nome próprio promovendo a autodeterminação da identidade e expressão de género;

Projeto de Resolução n.º 678/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para assegurar o carácter automático, oficioso e gratuito da atualização das várias inscrições nos registos públicos na sequência da alteração do sexo no registo civil e a consequente alteração de nome;

Projeto de Resolução n.º 679/XV/1.^a (PS) — Consagra o dia nacional da visibilidade trans;

Projeto de Lei n.º 765/XV/1.^a (L) — Pela autodeterminação no direito ao reconhecimento da identidade legal de pessoas trans no assento de nascimento de descendentes e no assento de casamento;

Projeto de Lei n.º 767/XV/1.^a (PAN) — Assegura a neutralidade de género no registo civil e reforça os direitos das pessoas trans, intersexo e não-binárias, alterando o Código do Registo Civil e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado;

Projeto de Lei n.º 783/XV/1.^a (BE) — Reforça a promoção da autodeterminação de género, procedendo à alteração da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho;

Projeto de Resolução n.º 687/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que crie o dia nacional da visibilidade trans;

Projeto de Resolução n.º 697/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que estabeleça a gratuidade das alterações ao cartão de cidadão.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Miguel dos Santos Rodrigues (PS), Paula Santos (PCP), Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Joana Mortágua (BE), Patrícia

Gilvaz (IL), Emília Cerqueira (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Rui Paulo Sousa (CH), Isabel Alves Moreira (PS), João Cotrim Figueiredo (IL), Lina Lopes (PSD), Miguel Matos (PS), Rita Matias e Pedro Pinto (CH) e Eurico Brilhante Dias (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 2 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 130 (2023.05.19)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 9 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 82/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 768 a 784, 787 e 788/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 696 a 703/XV/1.^a

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do CH, procedeu-se ao debate conjunto dos projetos de lei (na generalidade) e projetos de resolução seguintes, que foram posteriormente rejeitados:

Projeto de Lei n.º 761/XV/1.^a (CH) — Pelo alívio da taxa de esforço das famílias portuguesas, através da alteração do diploma que estabelece medidas destinadas a mitigar os efeitos do incremento dos indexantes de referência de contratos de crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente;

Projeto de Resolução n.º 621/XV/1.^a (CH) — Renegociação das condições do empréstimo do Estado, para financiamento do processo de resolução do BES-Novo Banco;

Projeto de Resolução n.º 677/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que implemente soluções para todos os lesados da banca, que foi votado por pontos, a requerimento do PSD;

Projeto de Lei n.º 782/XV/1.^a (BE) — Altera as taxas aplicáveis ao regime da contribuição sobre o setor bancário;

Projeto de Resolução n.º 696/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que crie um travão à subida da prestação do crédito habitação.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados André Ventura (CH), Alexandre Simões (PSD), Mariana Mortágua (BE) — que suscitou um pedido de defesa da honra da bancada por parte do Deputado Pedro Pinto (CH), tendo dado explicações —, Rui Vilar (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Carlos Eduardo Reis (PSD), Duarte Alves (PCP), João Cotrim Figueiredo (IL), Pedro Pinto (CH), Miguel Matos (PS), João Barbosa de Melo (PSD), Sérgio Ávila (PS), Rui Tavares (L), Miguel Iglésias (PS), Jorge Salgueiro Mendes (PSD), Rui Afonso (CH), Jorge Botelho (PS), Filipe Melo (CH), Hugo Carneiro (PSD) e Vera Braz (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 30 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 131 (2023.05.20)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 8 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 704 e 705/XV/1.^a

Procedeu-se ao debate das seguintes iniciativas legislativas:

Proposta de Lei n.º 71/XV/1.^a (GOV) — Aprova medidas no âmbito do plano de intervenção Mais Habitação, que foi aprovada na generalidade;

Proposta de Lei n.º 77/XV/1.^a (GOV) — Autoriza o Governo a proceder à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo e ordenamento do território, que foi aprovada na generalidade;

Projeto de Lei n.º 451/XV/1.^a (PCP) — Regime extraordinário de proibição de penhora e execução de hipoteca de habitação própria permanente, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 510/XV/1.^a (BE) — Proíbe a venda de casas a não residentes, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 673/XV/1.^a (CH) — Reforça os incentivos à estabilidade nos contratos de arrendamento para habitação própria e permanente por via da redução das taxas de tributação autónoma, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 738/XV/1.^a (CH) — Cria uma comissão de mediação no Decreto-Lei n.º 80-A/2022, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 744/XV/1.^a (PCP) — Medidas de proteção da habitação, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 747/XV/1.^a (L) — Cria a missão Mais Habitação, Melhor Habitação, dotando o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IHRU, I.P., da capacidade técnica e financeira capaz de assegurar 100 000 novos fogos para habitação, em 10 anos, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 755/XV/1.^a (BE) — Prevê uma quota de 25 % do produto de edificação para habitação a renda condicionada, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 756/XV/1.^a (BE) — Controlo de rendas para defender o direito à habitação, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 757/XV/1.^a (BE) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Lei n.º 758/XV/1.^a (BE) — Atribui à Autoridade Tributária competência para a identificação de prédios ou frações autónomas devolutos, prédios em ruínas e terrenos para construção suscetíveis de agravamento da taxa de imposto municipal sobre imóveis, que foi rejeitado na generalidade;

Projeto de Deliberação n.º 11/XV/1.^a (PSD) — Realização de estudo independente para avaliação dos efeitos das alterações ao regime do arrendamento urbano nos últimos 10 anos, que foi rejeitado;

Projetos de Resolução n.º 184/XV/1.^a (PCP) — Reforço de meios do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, que foi aprovado na generalidade;

Projeto de Resolução n.º 628/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a aprovação de um regime especial de autorizações de residência para atividade de investimento (vistos gold) para as regiões autónomas, que foi rejeitado na generalidade.

Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Habitação (Marina Gonçalves) — que abriu e encerrou o debate — e do Secretário de Estado da Digitalização e da Modernização Administrativa (Mário Campolargo), os Deputados [Márcia Passos](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Duarte Alves](#) (PCP), [Hugo Carvalho](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [José Pedro Ferreira](#) e [Pedro Anastácio](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Alexandre Simões](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [António Topa Gomes](#) (PSD), [Ivan Gonçalves](#) (PS), [Sara Madruga da Costa](#) e [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Tiago Soares Monteiro](#) e [Maria Begonha](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Dantas](#) (PSD), [Salvador Formiga](#) (PS), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD) e [Jamila Madeira](#) (PS).

Foi lido, pelo Deputado [Alexandre Poço](#) (PSD), o Projeto de Voto n.º [338/XV/1.ª](#) (apresentado pelos Deputados membros do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Israel) — De saudação pelo 75.º aniversário do Estado de Israel, após o que foi aprovada a respetiva parte deliberativa (a). O Presidente assinalou a presença do Embaixador de Israel em Portugal na tribuna diplomática, tendo o PS, o PSD, o CH e a IL aplaudido de pé.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [705/XV/1.ª](#) (PAR) — Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelos respetivos proponentes, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, das seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º [762/XV/1.ª](#) (PS) — Altera o regime de atribuição do nome próprio promovendo a autodeterminação da identidade e expressão de género;

Projeto de Resolução n.º [678/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para assegurar o carácter automático, oficioso e gratuito da atualização das várias inscrições nos registos públicos na sequência da alteração do sexo no registo civil e a consequente alteração de nome;

Projeto de Resolução n.º [679/XV/1.ª](#) (PS) — Consagra o dia nacional da visibilidade trans;

Projeto de Lei n.º [765/XV/1.ª](#) (L) — Pela autodeterminação no direito ao reconhecimento da identidade legal de pessoas trans no assento de nascimento de descendentes e no assento de casamento;

Projeto de Lei n.º [767/XV/1.ª](#) (PAN) — Assegura a neutralidade de género no registo civil e reforça os direitos das pessoas trans, intersexo e não-binárias, alterando o Código de Registo Civil e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado;

Projeto de Lei n.º [783/XV/1.ª](#) (BE) — Reforça a promoção da autodeterminação de género, procedendo à alteração da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho;

Projeto de Resolução n.º [687/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie o dia nacional da visibilidade trans;

Projeto de Resolução n.º [697/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que estabeleça a gratuidade das alterações ao cartão de cidadão.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [519/XV/1.ª](#) (CH) — Pela urgente e imediata reparação do sistema de comportas junto ao rio Pranto na Figueira da Foz, [589/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a intervenção nas comportas da Maria da Mata e a proteção da produção de arroz na região do Baixo Mondego, [627/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo urgência para a conclusão da obra hidroagrícola do Baixo Mondego, em particular na reparação urgente do sistema de comportas junto ao rio Pranto, que foram rejeitados, tendo sido aprovado o Projeto de Resolução n.º [691/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda às diligências necessárias com vista à construção urgente de uma nova estrutura das comportas a montante da existente junto ao rio Pranto.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [598/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda ao encerramento das pedreiras no Parque Natural da Arrábida e à sua renaturalização, e [694/XV/1.ª](#) (PCP) — Salvaguarda dos valores naturais do Parque Natural da Arrábida.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [605/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda que Portugal assine a European Cycling Declaration e que priorize a mobilidade ciclável.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [415/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que dê melhores condições de acesso dos animais nos serviços de mobilidade, [472/XV/1.ª](#) (PAN) —

Recomenda ao Governo que garanta o direito à mobilidade dos animais de companhia, e 603/XV/1.^a (PSD) — Transporte de animais de estimação;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 45/XV/1.^a (GOV) — Determina a cessação de vigência de leis publicadas, no âmbito da pandemia da doença covid-19, e ao Projeto de Lei n.º 240/XV/1.^a (PSD) — Procede à décima terceira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença covid-19;

Apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 529/XV/1.^a (PS) — Consagra o dia 10 de maio como dia nacional da pessoa com deficiência intelectual, 553/XV/1.^a (PSD) — Instituição do dia nacional da pessoa com deficiência intelectual; e 578/XV/1.^a (PAN) — Consagra o dia 10 de maio como dia nacional da pessoa com deficiência intelectual.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 7 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 132 (2023.05.25)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 12 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 79 e 84/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 706 a 710/XV/1.^a

Após ter felicitado a Deputada **Inês de Sousa Real** pela sua recondução na liderança do PAN, o Presidente assinalou a presença, na tribuna diplomática, do Presidente da Argélia, acompanhado de uma delegação de seis ministros do Governo argelino e do embaixador, os quais foram saudados pela Câmara.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º do Regimento, procedeu-se a um debate com o Governo sobre política geral, tendo o Primeiro-Ministro (António Costa) respondido às perguntas formuladas pelos Deputados **Catarina Martins** (BE), **Joaquim Miranda Sarmento** (PSD), **André Ventura** (CH), **Rui Rocha** (IL), **Paula Santos** (PCP), **Inês de Sousa Real** (PAN), **Rui Tavares** (L), **Eurico Brilhante Dias**, **Joana Lima** e **Francisco César** (PS), **Paulo Rios de Oliveira**, **Andreia Neto** e **Hugo Patrício Oliveira** (PSD), **Gabriel Mithá Ribeiro** (CH), **Rodrigo Saraiva** (IL) e **Joana Mortágua** (BE).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 789 e 791/XV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 711 a 727/XV/1.^a e do Projeto de Deliberação n.º 12/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 17 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 133 (2023.05.26)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 790/XV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 728/XV/1.^a

Em interpelação à Mesa, os Deputados [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Rodrigo Saraiva](#) (IL) e [Paula Santos](#) (PCP) pronunciaram-se acerca das conclusões do relatório produzido no âmbito do processo de averiguação sobre a fuga de informação da Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP, tendo o Presidente respondido.

Em declaração política, a Deputada [Joana Mortágua](#) (BE) lamentou a situação do SNS e do INEM em Portugal, pela qual responsabilizou o Ministro da Saúde, o Governo e o Partido Socialista. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Luís Soares](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [João Dias](#) (PCP) e [Guilherme Almeida](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Miguel Iglésias](#) (PS) lembrou a proximidade das eleições legislativas regionais na Madeira e criticou a situação que se vive na região, considerando fundamental melhorar a governação regional e estabelecer um maior diálogo com o Governo da República. Respondeu, seguidamente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Pedro Pinto](#) (CH), [Isabel Pires](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Em declaração política, o Deputado [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD) referiu-se às Jornadas Parlamentares do seu partido realizadas recentemente na Madeira, destacando a ilha como destino de investimento e considerando o seu crescimento económico um reflexo da governação do PSD. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Marta Freitas](#) (PS), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L).

Em declaração política, o Deputado [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH) teceu considerações acerca do respeito pelas instituições, da separação de poderes e dos direitos, liberdades e garantias, como pilares da democracia liberal, responsabilizando o Governo do Partido Socialista por corroer o regime.

Em declaração política, a Deputada [Carla Castro](#) (IL), aproveitando a proximidade do Dia Mundial da Criança, salientou a necessidade de se integrar a primeira infância na Lei de Bases do Sistema Educativo, como forma de defender o seu bem-estar e desenvolvimento, apelando ao Parlamento para que seja um agente de mudança. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Jorge Galveias](#) (CH), [Cristina Mendes da Silva](#) (PS), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE) e [Manuel Loff](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Alma Rivera](#) (PCP) referiu-se às declarações do Primeiro-Ministro, António Costa, no debate com o Governo sobre política geral, realizado na sessão plenária anterior, criticando a posição tanto do PS como dos partidos de direita em face da atual conjuntura. Respondeu, posteriormente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Moura](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) (CH), [José Rui Cruz](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL) e [Isabel Pires](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) considerou que Portugal está a falhar no que respeita à política de resíduos, anunciando que o PAN vai dar entrada de um conjunto de iniciativas legislativas neste âmbito. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rita Matias](#) (CH), [Bruno Coimbra](#) (PSD) e [Nelson Brito](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) recordou a invasão da sede do Livre em 2016, bem como o recente cordão humano à volta da sede do PS, alertando para a degradação da democracia e apelando ao sentido de responsabilidade de todos os Deputados.

Respondeu, no fim, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Joana Mortágua](#) (BE) [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, dos Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Terras de Bouro, bem como de outros autarcas do município, os quais foram aplaudidos pela Câmara.

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 2 minutos.

DAR — I SÉRIE — [N.º 134](#) (2023.05.27)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [63/XV/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a aprovar um novo regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi, que foi, posteriormente, aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, e dos Projetos de Lei n.ºs [454/XV/1.ª](#) (PSD) — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, relativa aos direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais, que foi aprovado, [766/XV/1.ª](#) (PCP) — Modernização do regime de atividade do setor do táxi (nona alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto), que foi rejeitado, e [775/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o regime jurídico que estabelece a atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados (TVDE), que foi rejeitado. Intervieram no debate, além do Ministro do Ambiente e da Ação Climática (Duarte Cordeiro), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Dantas](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [Filipe Melo](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L) e [António Prôa](#) (PSD).

Foram apreciados, na generalidade, e posteriormente rejeitados, os Projetos de Lei n.ºs [674/XV/1.ª](#) (PSD) — Procede à quinta alteração do Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, que cria a prestação social para a inclusão, alarga o complemento solidário para idosos aos titulares da pensão de invalidez e promove os ajustamentos necessários noutras prestações sociais, [768/XV/1.ª](#) (PCP) — Melhora as condições de acesso das pessoas com deficiência à prestação social para a inclusão e altera o momento a partir do qual esta prestação é devida aos beneficiários (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro), [769/XV/1.ª](#) (PAN) — Estabelece a obrigatoriedade de o complemento solidário para idosos ter um valor nunca inferior ao valor do limiar da pobreza, alterando o Decreto-Lei n.º 232/2005, de 29 de dezembro, [774/XV/1.ª](#) (PAN) — Salvaguarda o direito de acesso à prestação social para a inclusão nos casos de atraso na notificação de comparência na junta médica, alterando o Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, [776/XV/1.ª](#) (BE) — Alarga a proteção conferida pela prestação social para a inclusão (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro) e [779/XV/1.ª](#) (L) — Altera as regras de atribuição da prestação social para a inclusão nos casos em que depende ainda de obtenção de atestado de incapacidade multiúso e admite a acumulação daquela com a pensão social de velhice. Usaram da palavra os Deputados [Carla Madureira](#) (PSD), [Manuel Loff](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Pires](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Carla Castro](#) (IL), [Bruno Nunes](#) (CH), [Cristina Sousa](#) (PS) e [Clara Marques Mendes](#) (PSD).

Foram discutidos em conjunto, na generalidade, e posteriormente rejeitados, os Projetos de Lei n.ºs [311/XV/1.ª](#) (PCP) — Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de

doenças profissionais, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, [312/XV/1.ª](#) (PCP) — Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1 % do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho, [313/XV/1.ª](#) (PCP) — Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 de agosto, e [777/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevenção da ocorrência de acidentes de trabalho e doenças profissionais e adaptação da legislação laboral aos fenómenos climáticos extremos. Intervieram no debate os Deputados [Manuel Loff](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carla Castro](#) (IL), [Marta Freitas](#) (PS), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Isabel Pires](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Fernando José](#) (PS), [Helga Correia](#) (PSD) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [348/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelas vítimas das cheias na região italiana de Emília-Romagna, cuja parte deliberativa foi aprovada (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

O Presidente procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º [353/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo CH, pela IL, pelo BE e pelo L) — De saudação pelo centenário de Eduardo Lourenço, tendo sido aprovada, com aclamação, a respetiva parte deliberativa (a). De seguida, o Presidente dirigiu palavras de saudação à irmã de Eduardo Lourenço, presente nas galerias, tendo a Câmara aplaudido.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [724/XV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Londres.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º [73/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2023-2026.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelo BE e pelo PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do aditamento dos artigos 53.º-A, 53.º-B e 53.º D e da eliminação da alínea e) do artigo 54.º no texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo à Proposta de Lei n.º [24/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova a Lei de Saúde Mental e altera legislação conexa. Proferiram intervenções os Deputados [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Maria Antónia de Almeida Santos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Catarina Martins](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) e [Rui Tavares](#) (L). De seguida, as propostas de alteração foram rejeitadas e o texto final foi aprovado em votação final global, tendo a Deputada [Helga Correia](#) (PSD) proferido uma declaração de voto.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar uma Deputada do PSD a intervir em tribunal.

Foram aprovados os n.ºs 41 a 61 do Diário, relativos à presente Sessão Legislativa.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º [729/XV/1.ª](#), do Projeto de Lei n.º [792/XV/1.ª](#) e das Propostas de Lei n.ºs 85 a 87/XV/1.ª

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 29 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 88/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 786, 793 a 795, 797 a 799, 801 a 804, 806 e 807/XV/1.^a, dos Inquéritos Parlamentares n.ºs 8 e 9/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 730 a 737/XV/1.^a

Ao abrigo do artigo 74.º do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PSD, sobre o tema «Incêndios rurais». Depois de a Deputada Andreia Neto (PSD) e a Secretária de Estado da Proteção Civil (Patrícia Gaspar) terem aberto o debate, usaram da palavra os Deputados Francisco Pereira de Oliveira e Susana Amador (PS), Cristiana Ferreira e Ofélia Ramos (PSD), André Ventura (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Paula Santos (PCP), Pedro Filipe Soares (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L), João Miguel Nicolau e António Monteirinho (PS), Sara Madruga da Costa e João Marques (PSD), Pedro Pinto (CH), João Cotrim Figueiredo (IL), João Dias (PCP) e Isabel Pires (BE). Encerraram o debate a Secretária de Estado da Proteção Civil e o Deputado João Moura (PSD).

Entretanto, o Presidente saudou a presença, na tribuna diplomática, de Deputados do Parlamento da Albânia, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 58/XV/1.^a (GOV) — Revê o regime jurídico dos produtos explosivos e das substâncias perigosas, tendo usado da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Administração Interna (Isabel Oneto) — que abriu e encerrou o debate —, os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Patrícia Gilvaz (IL), Pedro Pessanha (CH), Paula Santos (PCP), Francisco Pereira de Oliveira (PS), Emília Cerqueira (PSD), Joana Mortágua (BE) e Rui Tavares (L).

Procedeu-se ao debate conjunto do Projeto de Resolução n.º 624/XV/1.^a (CH) — Pela criação da rede nacional da água e, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 773/XV/1.^a (PAN) — Garante o enquadramento legal e um financiamento adequado do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, alterando a Lei da Água, juntamente com a apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs 313/XV/1.^a (PSD) — Concluir os Programas Especiais de Albufeiras de Águas Públicas e 564/XV/1.^a (PSD) — Agenda de ação para a água em Portugal. Intervieram os Deputados Pedro dos Santos Frazão (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Hugo Patrício Oliveira (PSD), Rui Tavares (L), Duarte Alves (PCP), Isabel Pires (BE), Ricardo Pinheiro (PS), João Cotrim Figueiredo (IL) e Bruno Coimbra (PSD).

O Presidente (Adão Silva) encerrou a sessão eram 18 horas e 33 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 136 (2023.06.02)

SUMÁRIO

A Presidente (Edite Estrela) declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 796 e 805/XV/1.^a, da Proposta de Resolução n.º 13/XV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 738/XV/1.^a

Procedeu-se à discussão conjunta dos projetos de lei (na generalidade) e projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º 759/XV/1.^a (IL) — Cria o provedor da criança;

Projeto de Resolução n.º 638/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que permita às famílias a escolha da creche e melhoria do programa Creche Feliz;

Projeto de Resolução n.º 660/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo a criação de uma campanha de sensibilização para a adoção de crianças e jovens de diferentes idades;

Projeto de Resolução n.º [661/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que possibilite a conversão de salas de jardim de infância em creches;

Projeto de Lei n.º [647/XV/1.ª](#) (PCP) — Reforço dos direitos de maternidade e de paternidade;

Projeto de Lei n.º [770/XV/1.ª](#) (PCP) — Reposição dos escalões do abono de família para crianças e jovens, com vista à sua universalidade;

Projeto de Lei n.º [771/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê a criação do provedor das crianças e das gerações futuras;

Projeto de Lei n.º [772/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê a alteração da composição e funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens;

Projeto de Lei n.º [784/XV/1.ª](#) (BE) — Institui o provedor da criança;

Projeto de Lei n.º [786/XV/1.ª](#) (CH) — Cria o provedor da criança;

Projeto de Resolução n.º [723/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a atribuição ao Provedor de Justiça da função de coordenar e monitorizar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal.

Proferiram intervenções os Deputados [Patrícia Gilvaz](#) e [Carla Castro](#) (IL), [Manuel Loff](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) (BE), [Jorge Galveias](#) (CH), [Paula Cardoso](#) (PSD), [Bruno Aragão](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foram apreciados, em conjunto, os Projetos de Resolução n.ºs [577/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que desencadeie o procedimento final para conclusão da vinculação da República Portuguesa à Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias e [607/XV/1.ª](#) (PAN) — Classificação da língua mirandesa como Património Cultural Imaterial da Humanidade que necessita de Salvaguarda Urgente da UNESCO, tendo usado da palavra os Deputados [Rosário Gambôa](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [João Prata](#) (PSD), [Pedro do Carmo](#) (PS), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Isabel Pires](#) (BE), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP) e [Berta Nunes](#) (PS).

Após a Presidente ([Edite Estrela](#)) ter saudado a presença nas galerias de representantes da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal, foi apreciada a Petição n.º [85/XV/1.ª](#) (APDP – Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal e outros) — Pelo acesso aos sistemas híbridos de perfusão subcutânea contínua de insulina (bombas de insulina) e pela qualidade de vida das pessoas com diabetes tipo 1 em Portugal, em conjunto com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [741/XV/1.ª](#) (BE) — Regime de comparticipação de sistemas híbridos de perfusão subcutânea contínua de insulina, de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas com diabetes tipo 1 e com os Projetos de Resolução n.ºs [582/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que disponibilize ao grupo de trabalho, constituído pelo Despacho n.º 13339/2022, a recomendação do Instituto Nacional de Excelência em Saúde e Cuidados (NICE) do Reino Unido, que preconiza o acesso a «pâncreas artificial» a pessoas que vivem com diabetes tipo 1, [608/XV/1.ª](#) (PAN) — Pela disponibilização de bombas de insulina a todas as pessoas com diabetes tipo 1, [620/XV/1.ª](#) (PCP) — Comparticipação total para o sistema híbrido ou de ajuste de administração automática de insulina com base na monitorização contínua de glicose e [682/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a inclusão do sistema híbrido de perfusão subcutânea contínua de insulina no regime de comparticipação dos dispositivos médicos. Intervieram os Deputados [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Inês Barroso](#) (PSD), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Susana Correia](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH) e [Fernanda Velez](#) (PSD).

Seguiu-se o debate da Petição n.º [187/XIV/2.ª](#) (Cristina Maria Jorge Ferreira e outros) — Contra o ódio e a agressão gratuita na internet, em conjunto com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [780/XV/1.ª](#) (L) — Prevê a criminalização da ciberviolência e com os Projetos de

Resolução n.ºs [683/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a implementação da lei dos serviços digitais e a promoção de ações de sensibilização e formação para o combate ao discurso de ódio online e cyberbullying e [693/XV/1.ª](#) (PCP) — Medidas para combate ao discurso de ódio na internet. Usaram da palavra os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Duarte Alves](#) (PCP), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Sofia Matos](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE) e [Isabel Alves Moreira](#) (PS).

Deu-se conta da retirada, pelo proponente, da Proposta de Lei n.º 13/XV/1.ª (ALRAM).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 10 minutos.

SUMÁRIO

A Presidente ([Edite Estrela](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à discussão do Projeto de Resolução n.º [657/XV/1.ª](#) (BE) — Criação de códigos de conduta e de uma estrutura independente de apoio à vítima e de denúncia em caso de assédio nas instituições de ensino superior, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [743/XV/1.ª](#) (BE) — Cria o tipo legal de crime de assédio sexual e de assédio sexual qualificado, reforçando a proteção legal das vítimas, [36/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê o crime de assédio sexual, procedendo à quinquagésima sexta alteração ao Código Penal e à vigésima alteração ao Código do Trabalho, [778/XV/1.ª](#) (CH) — Assegura o cumprimento da Convenção de Istambul reforçando a proteção das vítimas em caso de assédio sexual e [781/XV/1.ª](#) (L) — Cria as respostas de apoio psicológico para vítimas de assédio e violência sexual no ensino superior e alarga o âmbito de aplicação dos Códigos de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio a todos os membros da comunidade académica, e com o Projeto de Resolução n.º [686/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que crie estratégias para debelar as situações de assédio moral e sexual no ensino superior. Intervieram os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Rita Matias](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Maria João Castro](#) (PS), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Sónia Ramos](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Manuel Loff](#) (PCP), [Cláudia Santos](#) (PS) e [Mónica Quintela](#) (PSD). Após a votação, na generalidade, foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [657/XV/1.ª](#) (BE) e [686/XV/1.ª](#) (IL), tendo sido rejeitados os Projetos de Lei n.ºs [743/XV/1.ª](#) (BE) e [778/XV/1.ª](#) (CH).

Foi apreciada, na generalidade, e posteriormente rejeitada, a Proposta de Lei n.º [16/XV/1.ª](#) (ALRAA) — Oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, revogando os benefícios fiscais atribuídos aos partidos políticos. Usaram da palavra os Deputados [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP) e [Rui Afonso](#) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Procedeu-se à leitura dos Projetos de Voto n.ºs [355/XV/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Eduarda Dionísio e [357/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Lídia Sales, cofundadora do grupo Lusopress. Após a aprovação das respetivas partes deliberativas (a), a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [352/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PCP) — De saudação pelo Dia Nacional do Bombeiro e [356/XV/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De saudação ao Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português (CNE) pelo 100.º aniversário da sua fundação, tendo as respetivas partes deliberativas sido aprovadas (a), com aclamação.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [58/XV/1.ª](#) (GOV) — Revê o regime jurídico dos produtos explosivos e das substâncias perigosas.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [624/XV/1.ª](#) (CH) — Pela criação da rede nacional da água, [313/XV/1.ª](#) (PSD) — Concluir os Programas Especiais de Albufeiras de Águas Públicas e [564/XV/1.ª](#) (PSD) — Agenda de ação para a água em Portugal.

Foram votadas, na generalidade, as seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º [759/XV/1.ª](#) (IL) — Cria o provedor da criança, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [638/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que permita às famílias a escolha da creche e melhoria do programa Creche Feliz, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 660/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo a criação de uma campanha de sensibilização para a adoção de crianças e jovens de diferentes idades, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 661/XV/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que possibilite a conversão de salas de jardim de infância em creches, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 647/XV/1.^a (PCP) — Reforço dos direitos de maternidade e de paternidade, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 770/XV/1.^a (PCP) — Reposição dos escalões do abono de família para crianças e jovens, com vista à sua universalidade, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 784/XV/1.^a (BE) — Institui o provedor da criança, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 786/XV/1.^a (CH) — Cria o provedor da criança, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 723/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a atribuição ao Provedor de Justiça da função de coordenar e monitorizar a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança em Portugal, que foi aprovado.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 577/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que desencadeie o procedimento final para conclusão da vinculação da República Portuguesa à Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias.

Foram rejeitados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 741/XV/1.^a (BE) — Regime de comparticipação de sistemas híbridos de perfusão subcutânea contínua de insulina, de forma a aumentar a qualidade de vida das pessoas com diabetes tipo 1 e o Projeto de Resolução n.º 620/XV/1.^a (PCP) — Comparticipação total para o sistema híbrido ou de ajuste de administração automática de insulina com base na monitorização contínua de glicose.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 693/XV/1.^a (PCP) — Medidas para combate ao discurso de ódio na internet.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 701/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a extensão do regime geral da atribuição dos apoios financeiros aos setores agrícola, pecuário, das pescas e da aquicultura, e a prorrogação da vigência do mecanismo do gásóleo profissional, previsto no Decreto-Lei n.º 28-A/2023, de 3 de maio, aos Açores e Madeira.

Em votação final global, foram aprovados os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 691/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que proceda às diligências necessárias com vista à construção urgente de uma nova estrutura das comportas a montante da existente junto ao rio Pranto;

Apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º 39/XV/1.^a (GOV) — Clarifica a intervenção dos municípios nos procedimentos de construção, ampliação ou modificação de um aeródromo;

Apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º 659/XV/1.^a (IL) — Elimina a obrigação de afixação do dístico do seguro automóvel;

Apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 459/XV/1.^a (PSD) — Aprova os estatutos do Conselho para a Ação Climática, criado pela Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro) e 558/XV/1.^a (PS) — Estabelece a composição, organização, funcionamento e estatuto do Conselho para a Ação Climática;

Apresentado pela Comissão de Orçamento e Finanças, relativo à Proposta de Lei n.º 64/XV/1.^a (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2021/514, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade;

Apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º 405/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto na Lei de Bases do

Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e leve a cabo as diligências que nesse âmbito são colocadas sob sua competência;

Apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º 618/XV/1.^a (PS) — Operacionalização de um grupo de trabalho para implementação de uma solução integrada para a recolha, tratamento e a valorização dos efluentes das suiniculturas, com vista à proteção da ribeira dos Milagres e dos rios Lis e Lena.

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 12 horas e 12 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 138 (2023.06.07)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 89 a 92/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 809 a 812/XV/1.^a, dos Projetos de Resolução n.ºs 739 a 755 e 757/XV/1.^a e do Projeto de Deliberação n.º 13/XV/1.^a

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo BE, sobre o tema «Educação e as falhas do Governo na escola pública». Depois de a Deputada [Joana Mortágua](#) (BE) e o Ministro da Educação (João Costa) terem aberto o debate, usaram da palavra, além daqueles oradores, os Deputados [Tiago Estevão Martins](#) (PS), [António Cunha](#) e [Joana Barata Lopes](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Agostinho Santa](#) (PS), [Maria Emília Apolinário](#) e [Rui Cruz](#) (PSD), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN). No encerramento do debate, intervieram o Ministro da Educação e o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE).

Procedeu-se à discussão do Projeto de Resolução n.º 695/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que crie um programa de atração de trabalhadores remotos para os territórios de baixa densidade, tendo proferido intervenções os Deputados [António Monteirinho](#) (PS), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Bruno Nunes](#) (CH), [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Miguel Iglésias](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [João Azevedo](#) (PS).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 183/XV/1.^a (CH) — Pelo pagamento do subsídio de doença a 100 % para doentes oncológicos e para os pais de crianças com doença oncológica, [26/XV/1.^a](#) (PAN) — Assegura o direito de acompanhamento aos jovens internados em estabelecimento de saúde no momento em que perfazem dezoito anos de idade, alterando a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, [794/XV/1.^a](#) (PAN) — Garante o pagamento a 100 % do subsídio de doença nas situações de doença oncológica e do subsídio para assistência a filhos menores na doença oncológica, alterando o Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, [803/XV/1.^a](#) (PCP) — Reforça o pagamento do subsídio de doença para as situações de tuberculose e das doenças crónicas, incluindo a doença oncológica, procedendo à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, e [806/XV/1.^a](#) (BE) — Majoração do subsídio de doença atribuído a doentes graves, crónicos ou oncológicos (sexta alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro), bem como do Projeto de Resolução n.º 13/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que reforce as medidas de proteção das crianças e jovens com cancro. Proferiram intervenções os Deputados [Jorge Galveias](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#)

(PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Irene Costa](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Rui Cruz](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [324/XV/1.ª](#) (PSD) — Estabelece o regime de subsídio aplicável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e Madeira e entre estas e o continente e [798/XV/1.ª](#) (CH) — Estabelece o programa de subsídio à cabotagem marítima entre os arquipélagos dos Açores e da Madeira e entre estes e o continente, e estabelece condições para o acesso ao mesmo, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Pedro Pessanha](#) (CH), [João Azevedo Castro](#) (PS), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 55 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 139 (2023.06.09)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à prorrogação da suspensão do mandato, e respetiva substituição, de um Deputado do BE.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 14/XV/1.ª

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PSD, sobre o tema «Água – recurso em risco». Depois de o Deputado [Bruno Coimbra](#) (PSD) e o Ministro do Ambiente e da Ação Climática ([Duarte Cordeiro](#)) terem aberto o debate, usaram da palavra, além daquele Ministro e da Ministra da Agricultura e da Alimentação ([Maria do Céu Antunes](#)), os Deputados [Bárbara Dias](#) e [Pedro do Carmo](#) (PS), [João Moura](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Susana Barroso](#) e [Nelson Brito](#) (PS), [Rui Cristina](#) e [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD) e [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH). No encerramento, intervieram a Ministra da Agricultura e da Alimentação e o Deputado [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD).

Foram discutidos conjuntamente, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [74/XV/1.ª](#) (GOV) — Define os objetivos, prioridades e orientações da política criminal para o biénio de 2023-2025, que foi aprovada, e os Projetos de Lei n.ºs [804/XV/1.ª](#) (PCP) — Determina as condições em que o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal definem e executam as prioridades e orientações correspondentes aos objetivos da política criminal (primeira alteração à Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal) e [805/XV/1.ª](#) (PCP) — Estabelece medidas de reforço da investigação criminal e da jurisdição penal como prioridades da política criminal, que foram rejeitados. Usaram da palavra, além da Ministra da Justiça ([Catarina Sarmento e Castro](#)) — que abriu e encerrou o debate —, os Deputados [Alma Rivera](#) (PCP), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Rui Afonso](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Joana Mortágua](#) (BE), [Cláudia Santos](#) (PS), [André Coelho Lima](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se à discussão conjunta da Proposta de Lei n.º [75/XV/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e Processo Tributário e o regime das secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social, que foi, posteriormente, aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global, e do Projeto de Lei n.º [796/XV/1.ª](#) (PAN) — Assegurar uma maior celeridade da justiça administrativa e fiscal, alterando diversos diplomas, que foi rejeitado na generalidade. Proferiram intervenções, além da Ministra da Justiça ([Catarina](#)

Sarmiento e Castro), os Deputados *Inês de Sousa Real* (PAN), *Mónica Quintela* (PSD), *Alma Rivera* (PCP), *Joana Mortágua* (BE), *Pedro Pinto* (CH), *Pedro Delgado Alves* (PS), *Patrícia Gilvaz* (IL), *Rui Afonso* (CH) e *Rui Tavares* (L).

Seguiu-se a apreciação conjunta do Projeto de Resolução n.º 636/XV/1.^a (IL) — Reformulação do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE+), que foi rejeitado, e, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 592/XV/1.^a (IL) — Reforma do sistema de acesso à informação administrativa, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, e 801/XV/1.^a (PAN) — Atribui carácter vinculativo às deliberações da CADA emitidas em resposta a queixas dos particulares, alterando a Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, e o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, que, a requerimento dos proponentes, baixaram à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias. Proferiram intervenções os Deputados *Joana Cordeiro* (IL), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Isabel Pires* (BE), *Bruno Nunes* (CH), *Pedro Cegonha* (PS), *Francisco Pimentel* (PSD), *Paula Santos* (PCP), *Rui Tavares* (L), *Márcia Passos* (PSD) e *Pedro Delgado Alves* (PS)

Foi lido, pelo Deputado *Afonso Oliveira* (PSD), o Projeto de Voto n.º 358/XV/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Pedro da Vinha Costa, após o que foi aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 361/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de João Bonifácio Serra, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 12/XV/1.^a (PAR) — Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 14/XV/1.^a (PAR) — Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 740/XV/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Palermo.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 695/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que crie um programa de atração de trabalhadores remotos para os territórios de baixa densidade.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 183/XV/1.^a (CH) — Pelo pagamento do subsídio de doença a 100 % para doentes oncológicos e para os pais de crianças com doença oncológica, 26/XV/1.^a (PAN) — Assegura o direito de acompanhamento aos jovens internados em estabelecimento de saúde no momento em que perfazem dezoito anos de idade, alterando a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, 794/XV/1.^a (PAN) — Garante o pagamento a 100 % do subsídio de doença nas situações de doença oncológica e do subsídio para assistência a filhos menores na doença oncológica, alterando o Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, 803/XV/1.^a (PCP) — Reforça o pagamento do subsídio de doença para as situações de tuberculose e das doenças crónicas, incluindo a doença oncológica, procedendo à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, e 806/XV/1.^a (BE) — Majoração do subsídio de doença atribuído a doentes graves, crónicos ou oncológicos (sexta alteração do Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 13/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que reforce as medidas de proteção das crianças e jovens com cancro.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 324/XV/1.^a (PSD) — Estabelece o regime de subsídio aplicável à cabotagem marítima entre as ilhas dos Açores e Madeira e entre estas e o continente e 798/XV/1.^a (CH) — Estabelece o programa de subsídio à cabotagem marítima entre os arquipélagos dos Açores e da Madeira e entre estes e o continente, e estabelece condições para o acesso ao mesmo.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 773/XV/1.^a (PAN) — Garante o enquadramento legal e um financiamento adequado do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, alterando a Lei da Água.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 771/XV/1.^a (PAN) — Prevê a criação do provedor das crianças e das gerações futuras e 772/XV/1.^a (PAN) — Prevê a alteração da composição e funcionamento das comissões de proteção de crianças e jovens.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 607/XV/1.^a (PAN) — Classificação da língua mirandesa como Património Cultural Imaterial da Humanidade que necessita de Salvaguarda Urgente da UNESCO.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 582/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que disponibilize ao grupo de trabalho, constituído pelo Despacho n.º 13339/2022, a recomendação do Instituto Nacional de Excelência em Saúde e Cuidados (NICE) do Reino Unido, que preconiza o acesso a «pâncreas artificial» a pessoas que vivem com diabetes tipo 1, 608/XV/1.^a (PAN) — Pela disponibilização de bombas de insulina a todas as pessoas com diabetes tipo 1 e 682/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a inclusão do sistema híbrido de perfusão subcutânea contínua de insulina no regime de comparticipação dos dispositivos médicos.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 780/XV/1.^a (L) — Prevê a criminalização da ciberviolência e foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 683/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a implementação da lei dos serviços digitais e a promoção de ações de sensibilização e formação para o combate ao discurso de ódio online e cyberbullying.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 36/XV/1.^a (PAN) — Prevê o crime de assédio sexual, procedendo à quinquagésima sexta alteração ao Código Penal e à vigésima alteração ao Código do Trabalho.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 781/XV/1.^a (L) — Cria as respostas de apoio psicológico para vítimas de assédio e violência sexual no ensino superior e alarga o âmbito de aplicação dos códigos de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio a todos os membros da comunidade académica.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 665/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que elabore um protocolo de bem-estar animal.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 670/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que apresente e submeta à aprovação da Assembleia da República a estratégia nacional para os animais errantes.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 673/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que condene a aprovação da legislação anti-LGBTI+ no Uganda, que integre as questões LGBTI+ na cooperação portuguesa e que crie medidas para acolhimento e integração de refugiados LGBTI+ ugandeses e de outros países de origem em Portugal, que foi votado por pontos, a requerimento do PSD.

Foi aprovado o ponto 1 e rejeitado o ponto 2 do Projeto de Resolução n.º 674/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que junto das instituições europeias competentes defenda a realização plena e efetiva do potencial das regiões ultraperiféricas – Açores e Madeira, cuja votação por pontos foi feita a requerimento do PSD.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 531/XV/1.^a (L) — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, consagrando o dever de o Governo comparecer, a cada reunião ministerial do Conselho da União Europeia, perante as comissões parlamentares competentes em razão da matéria.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 53/XV/1.^a (PSD) — Cria o tribunal central administrativo Centro, procedendo à décima terceira alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado em anexo à Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, à décima

primeira alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 325/2003, de 29 de dezembro, que define a sede, a organização e a área de jurisdição dos tribunais administrativos e fiscais, concretizando o respetivo estatuto.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 648/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a criação do primeiro centro de investigação em Portugal com recurso a modelos alternativos aos animais utilizados para fins científicos (3R) e garante transparência e divulgação da informação da investigação e utilização de animais nesta área.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 675/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que defina um quadro de ação para o Ártico.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela IL, de avocação pelo Plenário da votação, na especialidade, de uma proposta de alteração ao texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo à Proposta de Lei n.º 44/XV/1.^a (GOV), tendo proferido intervenções os Deputados [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Pedro Pinto](#) (CH), [João Azevedo Castro](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Inês Barroso](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN). Após ter sido rejeitada a proposta de alteração, foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo àquela proposta de lei.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 756 e 759 a 761/XV/1.^a e dos Projetos de Lei n.ºs 808, 813, 814, 816 e 817/XV/1.^a

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 20 horas.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 140 (2023.06.15)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da retirada do Projeto de Lei n.º 825/XV/1.^a e da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 93 a 95/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 815, 818 a 820, 822 e 824/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 758 e 762 a 773/XV/1.^a

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PS e um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo PSD, sobre o tema «Privatização da Efacec». Após o Deputado [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além daquele orador e do Ministro da Economia e do Mar (António Costa Silva), os Deputados [Carlos Pereira](#) e [José Carlos Barbosa](#) (PS), [Jorge Salgueiro Mendes](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Duarte Alves](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Rui Tavares](#) (L).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, na tribuna diplomática, de uma delegação da Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades da Assembleia da República de Moçambique, liderada pela sua Presidente, Deputada Catarina António, que foi aplaudida, de pé, pela Câmara.

Em declaração política, o Deputado [Rui Lage](#) (PS), a propósito do Fórum Social do Porto, salientou a necessidade de um novo modelo social, realçando o contributo de Portugal para a construção de um projeto europeu humanizado, e criticou a degradação do discurso político nacional. Respondeu, posteriormente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carla Madureira](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Pires](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP) e [João Cotrim Figueiredo](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [Paulo Moniz](#) (PSD), a propósito da recente comemoração do Dia dos Açores, criticou a atitude de desresponsabilização do Governo da República em várias áreas e o incumprimento das suas obrigações em relação àquela região autónoma. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Sérgio Ávila](#) (PS), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Rita Matias](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH) referiu-se à manifestação de professores nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no Peso da Régua, chamando a atenção para o sofrimento físico e psicológico a que estão diariamente sujeitos e afirmando que podem contar com o Chega para tornar a carreira mais atrativa e respeitada. Posteriormente, respondeu a um pedido de esclarecimento do Deputado [António Cunha](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) alertou para as falhas do Governo na prevenção e resposta aos incêndios florestais. Respondeu, de seguida, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Moura](#) (PSD), [Francisco Pereira de Oliveira](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH) e [Rui Tavares](#) (L).

Em declaração política, o Deputado [Duarte Alves](#) (PCP) falou sobre as dificuldades dos portugueses em pagar as prestações dos créditos à habitação, devido aos juros elevados. Depois, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Pessanha](#) (CH), [Joana Mortágua](#) (BE), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Rui Vilar](#) (PSD) e [Carlos Brás](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Isabel Pires](#) (BE) teceu considerações acerca da lei do teletrabalho e criticou o Governo por ainda não ter publicado a portaria que define o valor da compensação a ser paga ao trabalhador nessas condições. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Sérgio Monte](#) (PS), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Filipe Melo](#) (CH), [Joana Barata Lopes](#) (PSD) e [Paula Santos](#) (PCP).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do [artigo 77.º](#) do Regimento, o Deputado [António Maló de Abreu](#) (PSD) salientou que falta cumprir Abril se não nos reconciliarmos com a nossa memória, com a nossa história e com aqueles que a fizeram e considerou que precisamos de um novo 25 de Abril. Respondeu, seguidamente, a um pedido de esclarecimento do Deputado [Paulo Pisco](#) (PS).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do [artigo 71.º](#) do Regimento, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) referiu-se aos casos de violência doméstica, à desigualdade entre géneros e à sub-representação das mulheres nas diversas áreas da sociedade, defendendo a necessidade de um maior impulso legislativo para combater esta situação. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento das Deputadas [Patrícia Faro](#) (PS), [Emília Cerqueira](#) (PSD) e [Alma Rivera](#) (PCP).

Em declaração política, ao abrigo do n.º 2 do [artigo 71.º](#) do Regimento, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) mencionou o Pacto Verde Europeu e a sua importância, nomeadamente no que respeita à preservação e ao restauro da natureza. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Raquel Ferreira](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Duarte Alves](#) (PCP).

De seguida, foram apreciados os Inquéritos Parlamentares n.º [8/XV/1.ª](#) (IL) — Comissão eventual de inquérito à atuação do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e [9/XV/1.ª](#) (CH) — Comissão eventual de inquérito parlamentar para avaliação da atuação do Serviço de

Informações de Segurança (SIS) e Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), bem como da tutela política governamental destas instituições, tendo usado da palavra os Deputados [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alma Rivera](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Mónica Quintela](#) (PSD) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 800 e 827/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 21 minutos.

DAR — I SÉRIE — [N.º 141](#) (2023.06.16)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do PSD, procedeu-se ao debate conjunto, e posterior votação, dos projetos de lei (na generalidade) e projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º [815/XV/1.^a](#) (PSD) — Alargamento do número de vagas comparticipadas nas respostas sociais dirigidas aos idosos e estender ao setor privado essa comparticipação quando a rede pública/social não consegue dar resposta, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [816/XV/1.^a](#) (PSD) — Altera o Estatuto do Cuidador Informal – Primeira alteração à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro, que aprova o Estatuto do Cuidador Informal, altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [817/XV/1.^a](#) (PSD) — Criação de comissão especializada permanente interdisciplinar para as pessoas idosas do Conselho Económico e Social e alteração das competências e composição da rede social, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [758/XV/1.^a](#) (PSD) — Garantir as respostas sociais e a sustentabilidade financeira das instituições do setor social e solidário, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [759/XV/1.^a](#) (PSD) — Reforço do serviço de apoio domiciliário, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [241/XV/1.^a](#) (PAN) — Criminaliza novas condutas atentatórias dos direitos de pessoas especialmente vulneráveis, procedendo à alteração do Código Penal, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [648/XV/1.^a](#) (CH) — Prevê a contabilização dos períodos de cuidados domésticos para efeitos de reforma, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [819/XV/1.^a](#) (PCP) — Cria o projeto rede pública de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [820/XV/1.^a](#) (PAN) — Reforça os direitos dos cuidadores informais, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [766/XV/1.^a](#) (PCP) — Desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [767/XV/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que atualize e aprove, com urgência, a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [768/XV/1.^a](#) (BE) — Pelo reconhecimento de direitos a quem cuida e à pessoa cuidada e pela criação de um serviço nacional de cuidados, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Gabriela Fonseca](#) (PSD), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [João Dias](#) (PCP), [Joana Barata Lopes](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Isabel Pires](#) (BE), [Hugo](#)

Maravilha (PSD), Joana Cordeiro (IL), Cristina Sousa (PS), Emília Cerqueira e Rui Cruz (PSD), Marta Freitas (PS), Ofélia Ramos (PSD), Filipe Melo (CH), Cristina Mendes da Silva (PS), Olga Silvestre (PSD), Patrícia Gilvaz (IL), Susana Correia (PS), Jorge Galveias (CH), Paulo Marques (PS) e Clara Marques Mendes (PSD).

O Presidente assinalou a presença, na tribuna diplomática, de uma delegação de Deputados e funcionários da Câmara de Representantes do Reino de Marrocos.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 25 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 142 (2023.06.17)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º do Regimento, procedeu-se ao debate com a presença da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola. Proferiram intervenções, além do Presidente da Assembleia da República e da Presidente do Parlamento Europeu, os Deputados Rui Tavares (L), Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE), Paula Santos (PCP), Rui Rocha (IL), André Ventura (CH), Catarina Rocha Ferreira (PSD) e Luís Capoulas Santos (PS).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 830/XV/1.ª e do Projeto de Resolução n.º 774/XV/1.ª

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 742/XV/1.ª (BE) — Garante o pagamento por vale de postal do apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis e a sua impenhorabilidade, que foi aprovado, 793/XV/1.ª (PCP) — Alarga as formas de pagamento do apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis, alterando o Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março, que foi aprovado, 800/XV/1.ª (CH) — Adita o apoio aos desempregados de longa duração ao conjunto de prestações sociais mínimas cumuláveis com o apoio extraordinário previsto no Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março), que foi rejeitado, e 802/XV/1.ª (PAN) — Garante o acesso a apoios sociais a pessoas sem conta bancária à ordem, alterando o Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Isabel Pires (BE), Paula Santos (PCP), Rui Afonso (CH), Inês de Sousa Real (PAN), João Cotrim Figueiredo (IL), Rui Tavares (L), Clara Marques Mendes (PSD) e Paula Reis (PS).

Seguiu-se a discussão do Projeto de Resolução n.º 662/XV/1.ª (PCP) — Medidas imediatas de apoio aos sectores agrícola e pecuário para combate aos efeitos da seca, que foi rejeitado, em conjunto com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 797/XV/1.ª (L) — Cria um plano nacional de apoio à agricultura de precisão, que foi rejeitado, e com os Projetos de Resolução n.ºs 146/XV/1.ª (CH) — Reforça o apoio aos agricultores portugueses no âmbito da seca, que foi rejeitado, 380/XV/1.ª (IL) — Reforma do regadio, que foi rejeitado, 672/XV/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo medidas de apoio ao sector agrícola face aos efeitos da seca de 2023, que foi rejeitado, 699/XV/1.ª (PS) — Promover a alocação de incentivos dirigidos ao setor agrícola, no âmbito do PRR, para melhoria da eficiência hídrica, energética e reforço da economia circular, que foi aprovado, 713/XV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de incentivo à produção de culturas de leguminosas, que foi rejeitado, 721/XV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas extraordinárias de minimização dos efeitos da seca, que foi rejeitado, e 728/XV/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a implementação imediata de medidas de apoio aos setores agrícola e pecuário, visando combater os impactos

decorrentes da seca, que foi rejeitado. Intervieram os Deputados [João Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Paulo Ramalho](#) (PSD), [Norberto Patinho](#) e [Ricardo Pinheiro](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Isabel Pires](#) (BE).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [373/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PSD) — De saudação pelo 650.º aniversário do Tratado Anglo-Português, tendo a respetiva parte deliberativa sido aprovada (a).

Foram rejeitados os Inquéritos Parlamentares n.ºs [8/XV/1.ª](#) (IL) — Comissão eventual de inquérito à atuação do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e [9/XV/1.ª](#) (CH) — Comissão eventual de inquérito parlamentar para avaliação da atuação do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), bem como da tutela política governamental destas instituições.

Foram ainda votados e rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [698/XV/1.ª](#) (CH) — Pela imediata suspensão da aplicação da Portaria n.º 86/2023, de 27 de março, que procede à alteração das regras relativas à distribuição, por meios eletrónicos, dos processos nos tribunais judiciais e nos tribunais administrativos e fiscais, e [707/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo adaptar os sistemas judiciais e extrajudiciais aos direitos, interesses e necessidades específicas das crianças.

Foram aprovados, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º [305/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que reveja as carreiras de técnico profissional de reinserção social, de técnico superior de reinserção social e de técnico superior de reeducação, da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, e que regularize as progressões e as remunerações respetivas, e o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo à Proposta de Lei n.º [62/XV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece o regime jurídico das sociedades desportivas.

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 32 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 143 (2023.06.22)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Deu-se conta da não admissão do Projeto de Lei n.º 829/XV/1.ª e da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 96 e 98/XV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 823, 826, 828 e 831 a 834/XV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 775, 776, 778, 779 e 781/XV/1.ª

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º [5/XV/1.ª](#) (BE) — Sobre «O povo merece + SNS», intervieram a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) e a Secretária de Estado da Promoção da Saúde (Margarida Tavares).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquelas oradoras, os Deputados [Maria Antónia de Almeida Santos](#) (PS), [Joana Mortágua](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [João Dias](#) (PCP), [Pedro Melo Lopes](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Pires](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Sofia Andrade](#) (PS), [Rui Cristina](#) (PSD), [Lúcia Araújo da Silva](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Paulo Marques](#) (PS), [Guilherme Almeida](#) (PSD), [Eduardo Oliveira](#) (PS), [Fernanda Velez](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Luís](#)

[Soares](#) (PS) e [António Maló de Abreu](#) (PSD). No encerramento do debate, intervieram o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e a Secretária de Estado da Promoção da Saúde.

Entretanto, o Presidente saudou a presença, na Galeria III, a convite do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Tunísia, de um grupo de estudantes de doutoramento da Tunísia, que foram aplaudidos pela Câmara.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 58 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 144 (2023.06.23)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 97/XV/1.^a e do Projeto de Resolução n.º 777/XV/1.^a

Após ter saudado a presença, na Galeria II, do Presidente, Dr. José Vera Jardim, e dos membros da Comissão da Liberdade Religiosa, assim como dos representantes de todas as comunidades religiosas presentes em Portugal, o Presidente procedeu à leitura do Projeto de Voto n.º 380/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pela IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — De saudação pelo Dia Nacional da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-Religioso, tendo a respetiva parte deliberativa sido aprovada (a), com aclamação, de pé.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, teve lugar um debate de atualidade, requerido pelo CH, sobre o tema «As ordens profissionais debaixo de ataque». Depois de o Deputado [Rui Paulo Sousa](#) (CH) e o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto (João Paulo Correia) terem aberto o debate, usaram da palavra, além daquele Secretário de Estado, do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça (Jorge Alves Costa) e da Secretária de Estado da Promoção da Saúde (Margarida Tavares), os Deputados [Joana Sá Pereira](#) (PS), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Manuel Loff](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Fátima Ramos](#) e [Paula Cardoso](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH) e [Carla Castro](#) (IL). No encerramento, intervieram o Secretário de Estado Adjunto e da Justiça e o Deputado [André Ventura](#) (CH).

Foi debatido o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) relativo a 2022, tendo proferido intervenções, além da Secretária de Estado da Administração Interna (Isabel Oneto), os Deputados [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alma Rivera](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Pedro Pinto](#) (CH), [Paulo Araújo Correia](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L) e [André Coelho Lima](#) (PSD).

Foram debatidos, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 60/XV/1.^a (ALRAM) — Cria o estatuto do estudante deslocado insular e o Projeto de Lei n.º 830/XV/1.^a (PAN) — Aprova o estatuto do estudante deslocado insular. Intervieram os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carla Castro](#) (IL), [Diogo Cunha](#) (PS), [Dinis Ramos](#) (PSD), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rita Matias](#) (CH), [Manuel Loff](#) (PCP) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se ao debate preparatório do Conselho Europeu, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia. Proferiram intervenções, além do Primeiro-Ministro (António Costa), que abriu o debate, os Deputados [João Paulo Rebelo](#) (PS), [Miguel Santos](#) e [José Silvano](#) (PSD), [Diogo Pacheco de Amorim](#) e [Bruno Nunes](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Inês de Sousa](#)

Real (PAN) e Rui Tavares (L). No encerramento do debate, usou da palavra o Primeiro-Ministro.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 835/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 782 a 785/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 33 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 145 (2023.06.24)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 8 minutos.

Em interpelação à Mesa, o Deputado André Ventura (CH) apresentou um recurso para o Plenário da decisão da Mesa de agendamento da Proposta de Lei n.º 89/XV/1.^a (GOV) — Transpõe a Diretiva 2011/93/UE relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e amplia o âmbito do crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência, tendo o Presidente dado explicações. Em seguida, o recurso foi rejeitado.

Ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pela IL, sobre «Educação: este País não é para jovens». Após o Deputado Rui Rocha (IL) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além do Ministro da Educação (João Costa), os Deputados Miguel Matos (PS), Joana Mortágua (BE), André Ventura (CH), Inês Barroso (PSD), Rui Tavares (L), Manuel Loff (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Porfírio Silva (PS), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Alexandre Poço (PSD) e Carla Castro (IL).

Foram discutidos e, posteriormente, votados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 76/XV/1.^a (GOV) — Completa a transposição da Decisão-Quadro 2002/584/JAI e das Diretivas 2010/64/UE, 2012/13/UE e 2013/48/UE, relativas ao processo penal e ao mandado de detenção europeu, que foi aprovada, e o Projeto de Lei n.º 823/XV/1.^a (CH) — Procede à alteração do Código de Processo Penal, com vista a assegurar o direito a intérprete de língua gestual portuguesa aos cidadãos surdos ou intérprete de língua estrangeira aos cidadãos estrangeiros, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça (Catarina Sarmento e Castro), os Deputados Rui Tavares (L), Pedro Pinto (CH), Andreia Neto (PSD), Patrícia Gilvaz (IL), Alma Rivera (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Francisco Pereira de Oliveira (PS) e Filipe Melo (CH).

Procedeu-se à apreciação conjunta e votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 83/XV/1.^a (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2021/1883, relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado, que foi aprovada, e dos Projetos de Lei n.ºs 824/XV/1.^a (CH) — Revoga as normas da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que criaram a possibilidade de emissão de visto para procura de trabalho [10.^a alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho (Entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional)] e 828/XV/1.^a (PAN) — Cria o estatuto do refugiado climático, que foram rejeitados. Intervieram no debate, além da Secretária de Estado da Administração Interna (Isabel Oneto) e da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes), os Deputados Catarina Rocha Ferreira (PSD), André Ventura (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Alma Rivera (PCP), Emília Cerqueira (PSD), Patrícia Gilvaz (IL), Pedro Filipe Soares (BE), Rui Tavares (L) e Romualda Nunes Fernandes (PS).

Foram debatidos e votados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 89/XV/1.^a (GOV) — Transpõe a Diretiva 2011/93/UE relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, e amplia o âmbito do crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência, que foi aprovada, e os Projetos de Lei n.ºs 809/XV/1.^a (PAN) — Altera o conceito do crime de pornografia de menores e 832/XV/1.^a (L) — Cria um plano nacional de prevenção e combate à violência sexual e de promoção da segurança digital e presencial de crianças e jovens, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 718/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a elaboração e apresentação de um relatório da execução das medidas referentes ao combate ao casamento infantil, precoce e forçado, bem como da análise do fenómeno no território nacional, que foram posteriormente rejeitados. Usaram da palavra, além da Ministra da Justiça (Catarina Sarmento e Castro), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rita Matias](#) (CH), [Cláudia Santos](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP) e [Cristiana Ferreira](#) (PSD).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 91/XV/1.^a (GOV) — Estabelece regimes excecionais de exercício do direito de voto em mobilidade e do direito de voto antecipado para a eleição do Parlamento Europeu a realizar em 2024, que foi aprovada, e dos seguintes Projetos de Lei:

N.º 826/XV/1.^a (PAN) — Reforça o direito de voto antecipado e em mobilidade no âmbito das eleições para o Parlamento Europeu, em especial das pessoas com deficiência ou incapacidade, alterando a Lei n.º 14/87, de 29 de abril, e aprovando um regime excecional aplicável à eleição do Parlamento Europeu de 2024, que baixou, sem votação à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantia, por 60 dias;

N.º 827/XV/1.^a (PAN) — Altera o regime jurídico do referendo local, eliminando discriminações em vigor quanto aos cidadãos de estados de língua oficial portuguesa com residência legal em Portugal, que foi aprovado; e

N.º 831/XV/1.^a (L) — Revê a Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu, consagrando o direito ao voto por via postal para eleitores residentes no estrangeiro, que foi rejeitado. Intervieram no debate, além da Secretária de Estado da Administração Interna, os Deputados [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Jorge Galveias](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Pessanha](#) (CH) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Foi apreciada a Proposta de Resolução n.º 11/XV/1.^a (GOV) — Aprova as emendas de 2016 à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, que foi posteriormente aprovada em votação global.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 363/XV/1.^a (apresentado pelo PS e pelo BE) — De pesar pelo falecimento de José Pinho, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Procedeu-se à leitura da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 374/XV/1.^a (apresentado pelo CH) — De pesar pela morte de Silvio Berlusconi, que foi aprovada (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre o processo de urgência relativo à Proposta de Lei n.º 97/XV/1.^a (GOV) — Estabelece perdão de penas e amnistia de infrações praticadas por jovens.

Foi rejeitada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 60/XV/1.^a (ALRAM) — Cria o estatuto do estudante deslocado insular.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 802/XV/1.^a (PAN) — Garante o acesso a apoios sociais a pessoas sem conta bancária à ordem, alterando o Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março.

Foi votado o Projeto de Resolução n.º 654/XV/1.^a (BE) — Construção do novo hospital de Barcelos, por pontos, a requerimento da IL, tendo sido aprovado o ponto 1 e rejeitado o ponto 2.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 709/XV/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de políticas que protejam os militares no seu direito à parentalidade.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 214/XV/1.^a (BE) — Medidas para reforçar a resposta em emergência médica pré-hospitalar, tendo sido votado por pontos, a requerimento da IL.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 633/XV/1.^a (IL) — Pela instalação de centrais de dessalinização no Alentejo e na zona Oeste, tendo sido votado por pontos, a requerimento da IL.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 681/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a elaboração de um plano de restauro ecológico.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 645/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a criação de condições mais atrativas para a carreira de inspetor sanitário e o reforço do corpo de inspetores da DGAV.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 734/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo que promova a valorização da carreira de inspetores sanitários.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 637/XV/1.^a (PSD) — Proteger a zona húmida das Alagoas Brancas no Algarve.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 658/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a proteção da zona húmida das Alagoas Brancas, no concelho de Lagoa, distrito de Faro.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 708/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que proceda às diligências necessárias com vista à defesa da biodiversidade e proteção das zonas húmidas do Algarve.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 735/XV/1.^a (CH) — Salvar a zona húmida das Alagoas Brancas do concelho de Lagoa, no Algarve.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º 212/XV/1.^a (L) — Estatuto de Apátrida.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 699/XV/1.^a (PS) — Promover a alocação de incentivos dirigidos ao setor agrícola, no âmbito do PRR, para melhoria da eficiência hídrica, energética e reforço da economia circular.

Deu-se conta de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal, que foi aprovado.

Foi anunciada a entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 780 e 786 a 789/XV/1.^a

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 39 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 146 (2023.06.29)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 821, 836 a 844 e 846 a 849/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 790 a 804/XV/1.^a

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 6/XV/1.^a (PCP) — Centrada no «agravamento das condições de vida, no combate às desigualdades e injustiças sociais, e na degradação do acesso a serviços públicos que asseguram o cumprimento de direitos fundamentais», intervieram o Deputado [Bruno Dias](#) (PCP) e a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores e do Secretário de Estado do Trabalho (Miguel Fontes), os Deputados [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Cristina Mendes da Silva](#) (PS), [Rui Cristina](#) (PSD), [Alma Rivera](#) (PCP), [Joana Barata Lopes](#) (PSD), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Manuel Loff](#) (PCP), [Sofia Matos](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Pedro Coimbra](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Duarte Alves](#) (PCP), [Paula Santos](#) (PCP), [Sérgio Monte](#) (PS), [Jorge Galveias](#) (CH), [Helga Correia](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) e [Hugo Oliveira](#) (PS).

No encerramento do debate, intervieram a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) e o Secretário de Estado da Economia (Pedro Cilínio).

Entretanto, o Presidente deu as boas-vindas aos membros do Comité Executivo da União Interparlamentar, presentes na tribuna A, que foram aplaudidos pela Câmara.

O Presidente informou também a Câmara da eleição da Deputada [Edite Estrela](#) (PS) para a liderança da Rede de Parlamentares de Referência para um Ambiente Saudável, no âmbito do Conselho da Europa, que foi aplaudida.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 845/XV/1.^a

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 53 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 147 (2023.06.30)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 12 minutos.

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do BE, procedeu-se ao debate conjunto dos projetos de lei (na generalidade) e projetos de resolução seguintes:

Projeto de Lei n.º 834/XV/1.^a (BE) — Altera os requisitos e os impedimentos para a candidatura a família de acolhimento e alarga os apoios concedidos ao abrigo da medida de apoio junto de outro familiar e de confiança a pessoa idónea;

Projeto de Resolução n.º 778/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a implementação de formação específica de famílias de acolhimento e de candidatos a adoção com vista à sensibilização e capacitação para a adoção de crianças mais velhas;

Projeto de Resolução n.º 779/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a criação do programa nacional para a prevenção dos maus-tratos na infância;

Projeto de Resolução n.º 780/XV/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo o reforço da preparação das crianças e jovens em acolhimento para a vida independente e a contratação e formação de técnicos das casas de acolhimento;

Projeto de Lei n.º 838/XV/1.^a (IL) — Cria a possibilidade de a família de acolhimento ser candidata à adoção;

Projeto de Resolução n.º 782/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de promoção do acolhimento familiar e de reforço dos direitos das famílias de acolhimento e das crianças e jovens acolhidas;

Projeto de Resolução n.º 786/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que crie um grupo de trabalho interministerial e multidisciplinar para uma política de zero institucionalização de crianças e jovens até 2030;

Projeto de Resolução n.º 787/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que reforce os programas de apoio pedagógico para crianças e jovens em acolhimento, como o Plano Casa, e que estes programas incluam medidas concretas para crianças e jovens estrangeiras e com necessidades educativas específicas;

Projeto de Resolução n.º 789/XV/1.^a (PCP) — Medidas de reforço das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Gilberto Anjos](#) (PS), [Ofélia Ramos](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Alma Rivera](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Pedro Anastácio](#) (PS), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Patrícia Faro](#) (PS), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Manuel Loff](#) (PCP), [Rita Matias](#) (CH), [Marta Temido](#) (PS), [Bruno Nunes](#) (CH), [Rosa Venâncio](#) (PS) e [Cristiana Ferreira](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente ([Adão Silva](#)) desejou felicidades à Deputada [Rosa Venâncio](#) (PS), dado ter sido a última intervenção que proferiu no Parlamento.

O Presidente ([Adão Silva](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 30 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 148 (2023.07.01)

SUMÁRIO

O Presidente ([Adão Silva](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 34 minutos.

De seguida, o Presidente ([Adão Silva](#)) anunciou a realização, durante a sessão plenária, das eleições para os seguintes órgãos externos à Assembleia da República: Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e Conselho Regulador da ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 805 a 809/XV/1.^a

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 7/XV/1.^a (IL) — SOS SNS, um ano depois, intervieram a Deputada [Joana Cordeiro](#) (IL) e o Ministro da Saúde (Manuel Pizarro).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Miguel dos Santos Rodrigues](#) (PS), [Fernanda Velez](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [Patrícia Dantas](#) (PSD), [João Dias](#) (PCP), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Anabela Rodrigues](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [João Dias Coelho](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Pires](#) (BE), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Joana Lima](#) (PS), [Rui Cristina](#) (PSD), [Susana Correia](#) (PS), [Filipe Melo](#) (CH), [Carla Castro](#) (IL), [Ana Isabel Santos](#) (PS), [Fátima Ramos](#) (PSD), [Luís Soares](#) (PS) e [Bernardo Blanco](#) (IL).

Entretanto, o Presidente ([Adão Silva](#)) saudou os jovens e os participantes na Sessão Evocativa do Dia Internacional do Parlamentarismo, que se encontravam nas galerias, bem como o Comité Executivo da União Interparlamentar, que se encontrava na Tribuna B, os quais foram aplaudidos pela Câmara.

No encerramento do debate, intervieram o Deputado [Rui Rocha](#) (IL) e o Ministro da Saúde.

Usaram ainda da palavra o Deputado [Bruno Nunes](#) (CH), que, em interpelação à Mesa, se referiu a expressões proferidas pelo Ministro da Saúde relativamente a um Deputado do CH, e o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL), que exerceu o direito de defesa da honra relativamente a afirmações do Ministro da Saúde, tendo este dado explicações.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [385/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pela morte do ator Luís Aleluia e [386/XV/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pela morte de Paula Calado, tendo as respetivas partes deliberativas sido aprovadas (a).

A seguir à aprovação daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º [834/XV/1.ª](#) (BE) — Altera os requisitos e os impedimentos para a candidatura a família de acolhimento e alarga os apoios concedidos ao abrigo da medida de apoio junto de outro familiar e de confiança a pessoa idónea, do Projeto de Resolução n.º [778/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a implementação de formação específica de famílias de acolhimento e de candidatos a adoção com vista à sensibilização e capacitação para a adoção de crianças mais velhas, do Projeto de Resolução n.º [779/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a criação do programa nacional para a prevenção dos maus tratos na infância, e do Projeto de Resolução n.º [780/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo o reforço da preparação das crianças e jovens em acolhimento para a vida independente e a contratação e formação de técnicos das casas de acolhimento.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela IL, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º [838/XV/1.ª](#) (IL) — Cria a possibilidade de a família de acolhimento ser candidata à adoção.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [782/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de promoção do acolhimento familiar e de reforço dos direitos das famílias de acolhimento e das crianças e jovens acolhidas, e [786/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que crie um grupo de trabalho interministerial e multidisciplinar para uma política de zero institucionalização de crianças e jovens até 2030.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [787/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que reforce os programas de apoio pedagógico para crianças e jovens em acolhimento, como o Plano Casa, e que estes programas incluam medidas concretas para crianças e jovens estrangeiras e com necessidades educativas específicas.

Foram rejeitados, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [789/XV/1.ª](#) (PCP) — Medidas de reforço das comissões de proteção de crianças e jovens, e o Projeto de Lei n.º [830/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova o estatuto do estudante deslocado insular.

Foram aprovados dois requerimentos, um apresentado pelo L e o outro pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 90 dias, dos Projetos de Resolução n.ºs [476/XV/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a abolição de taxas de admissão a provas académicas e [549/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a eliminação das taxas e emolumentos nas instituições públicas de ensino superior para admissão a provas académicas de doutoramento.

Foram rejeitados, na generalidade, os seguintes projetos de resolução:

N.º [685/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que reverta a decisão de manter as provas de aferição digitais para os alunos do segundo ano de escolaridade;

N.º [669/XV/1.ª](#) (PCP) — Aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição;

N.º [579/XV/1.ª](#) (BE) — Reforço da ajuda pública ao desenvolvimento.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [781/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que remeta para apreciação a Convenção sobre a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [577/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que desencadeie o procedimento final para conclusão da vinculação da República Portuguesa à Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias.

Foram rejeitados, na generalidade, os seguintes projetos de resolução:

N.º [690/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão da proposta de áreas de implantação para energias renováveis offshore após ponderação sobre os impactos no ecossistema marinho, em especial nas espécies piscícolas;

N.º [742/XV/1.ª](#) (PCP) — Subordinação da produção de eletricidade em eólica offshore às prioridades nacionais;

N.º [776/XV/1.ª](#) (CH) — Reformulação da proposta para instalação de turbinas eólicas offshore, tendo por base evidências ambientais, sociais e económicas;

N.º [703/XV/1.ª](#) (PAN) — Incentivo à utilização de fraldas reutilizáveis.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º [660/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo a criação de uma campanha de sensibilização para a adoção de crianças e jovens de diferentes idades.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Lei n.º [348/XV/1.ª](#) (PS) — Aprova o regime específico relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais.

Foram anunciados os resultados das eleições que decorreram durante a sessão plenária, tendo sido eleitos todos os candidatos propostos.

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 52 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 149 (2023.07.05)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 4 minutos.

Deu-se conta de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma de mandato de um Deputado do PS.

Foi anunciada a retirada do Projeto de Lei n.º 843/XV/1.ª e a entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 99/XV/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 850, 852 e 854/XV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 810 a 824/XV/1.ª

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pela IL, sobre «Jornada Mundial da Juventude». Após a Deputada [Patrícia Gilvaz](#) (IL) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além daquela oradora e da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes), os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Isabel Pires](#) (BE), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Francisco Dinis](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Tiago Soares Monteiro](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Bruno Nunes](#) (CH), [Ricardo Lima](#) (PS) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL).

Foram discutidos conjuntamente, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [82/XV/1.ª](#) (GOV) — Procede à criação da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial e os Projetos

de Lei n.ºs [845/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê a elaboração de um estudo com vista a analisar e investigar o racismo institucional em Portugal e [847/XV/1.ª](#) (CH) — Estabelece medidas para a avaliação da necessidade e eficácia de comissões, grupos de trabalho, task forces, e outras estruturas temporárias na Administração Pública, tendo usado da palavra, além da Secretária de Estado da Igualdade e Migrações (Isabel Almeida Rodrigues), os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Romualda Nunes Fernandes](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L).

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [97/XV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece perdão de penas e amnistia de infrações praticadas por jovens, tendo usado da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça (Catarina Sarmento e Castro), os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Andreia Neto](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Alma Rivera](#) (PCP), [Marta Temido](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Joana Mortágua](#) (BE).

Foram debatidos em conjunto, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [93/XV/1.ª](#) (ALRAA) — Assistência à maternidade nas ilhas sem unidade hospitalar, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade, que foi posteriormente rejeitada, e o Projeto de Lei n.º [852/XV/1.ª](#) (PS) — Altera o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida, que foi aprovado. Intervieram os Deputados [João Azevedo Castro](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Carla Castro](#) (IL), [Isabel Pires](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Jorge Galveias](#) (CH), [Manuel Loff](#) (PCP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Debateram-se, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [811/XV/1.ª](#) (PS) — Estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos termiais prescritos nos cuidados de saúde primários do Serviço Nacional de Saúde (SNS), [597/XV/1.ª](#) (PSD) — Define o regime de comparticipação do Estado nos tratamentos termiais, [842/XV/1.ª](#) (BE) — Regime de comparticipação de tratamentos termiais, e [844/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova o regime jurídico de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos termiais prescritos nos cuidados de saúde primários do Serviço Nacional de Saúde, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs [357/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a comparticipação do medicamento Midazolam (Buccolam) para o tratamento de crises convulsivas generalizadas e [743/XV/1.ª](#) (CH) — Pela comparticipação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes com Doença de Crohn. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Fátima Correia Pinto](#) (PS), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [João Dias](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L) e [Sara Velez](#) (PS).

Procedeu-se à discussão do Projeto de Resolução n.º [667/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo o reconhecimento do Comando Nacional de Bombeiros, assim como, na generalidade, do Projeto de Lei n.º [248/XV/1.ª](#) (PAN) — Valoriza os bombeiros e os seus direitos, reconhecendo aos bombeiros profissionais o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido e atribuindo aos bombeiros voluntários o direito à reforma antecipada, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, e do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs [198/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda a uma clarificação do regime de disponibilidade permanente dos bombeiros profissionais, previsto no Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, e [199/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a valorização e dignificação dos

sapadores florestais por via da fixação de regras referentes ao seu estatuto remuneratório e à progressão na carreira. Intervieram os Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Moura](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [Francisco Pereira de Oliveira](#) (PS), [Alma Rivera](#) (PCP), [Bruno Nunes](#) (CH), [Patrícia Gilvaz](#) (IL) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [520/XV/1.ª](#) (IL) — Altera o Código do Imposto sobre os Veículos, eliminando obstáculos à livre circulação de veículos híbridos provenientes da União Europeia, [846/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Código do Imposto sobre Veículos, aumentando o leque de isenções previstas e altera o regime de inspeções técnicas de veículos a motor e os seus reboques, no sentido de não discriminar os veículos com matrículas provenientes de Estados-Membros, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [793/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que mantenha em vigor, durante o ano de 2024, o incentivo à introdução no consumo de veículos de zero emissões aplicável aos veículos ligeiros 100% elétricos e que o articule com medidas de incentivo ao uso de meios de transporte suave e coletivo. Intervieram no debate os Deputados [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Rui Afonso](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Duarte Alves](#) (PCP), [Alexandre Simões](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [Carlos Brás](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [787/XV/1.ª](#) (BE) — Introdução do critério da paridade na composição do Tribunal Constitucional (alteração à lei de organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional, Lei n.º 28/82, de 15 de novembro) e [739/XV/1.ª](#) (PAN) — Garante a representação equilibrada de género na composição do Tribunal Constitucional e reforça a transparência do processo de cooptação de juízes, procedendo à alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro, tendo usado da palavra os Deputados [Joana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rita Matias](#) (CH), [Mónica Quintela](#) (PSD), [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Isabel Alves Moreira](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

Seguiu-se a apreciação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [709/XV/1.ª](#) (PSD) — Trigésima alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, e [848/XV/1.ª](#) (PS) — Altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, esclarecendo a descriminalização da detenção de droga para consumo independentemente da quantidade e estabelecendo prazos regulares para a atualização das respetivas normas regulamentares, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs [717/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à atualização do valor da comparticipação do Estado no tratamento e reabilitação de dependentes de substâncias psicoativas ou de álcool, e [795/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda a realização de estudo multisetorial aprofundado com o objetivo de compreender as causas da maior prevalência de tráfico e consumo de novas substâncias psicoativas (NSP) nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Intervieram os Deputados [Sara Madruga da Costa](#) (PSD), [Cláudia Santos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [João Dias](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L) e [Francisco César](#) (PS).

Foi debatido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [421/XV/1.ª](#) (PCP) — Altera o procedimento especial de reposição de freguesias (primeira alteração à Lei n.º 39/2021, de 24 de junho). Proferiram intervenções os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Cegonho](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Filipe Melo](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Isabel Guerreiro](#) (PS).

Foi anunciada a entrada na Mesa das Propostas de Resolução n.ºs 14 a 16/XV/1.ª

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 51 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 150 (2023.07.06)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 8/XV/1.^a (BE) — Sobre a falta de vagas em creches, intervieram a Deputada [Joana Mortágua](#) (BE) e a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Ana Mendes Godinho).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquelas oradoras, os Deputados [Mara Lagriminha Coelho](#) (PS), [Hugo Maravilha](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [Carla Castro](#) (IL), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Manuel Loff](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Gilberto Anjos](#) (PS), [Lina Lopes](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rita Matias](#) (CH), [Jorge Gabriel Martins](#) e [Cristina Sousa](#) (PS), [Sónia Ramos](#) (PSD), [Filipe Melo](#) (CH) e [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS).

No encerramento do debate, intervieram o Deputado [Pedro Filipe Soares](#) (BE) e a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A Presidente ([Edite Estrela](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 44 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 151 (2023.07.07)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 8 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 851 e 853/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 825 a 830/XV/1.^a

De seguida, o Presidente assinalou a presença, na galeria, do Secretário-Geral do Parlamento da Albânia, que foi aplaudido.

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do PSD, procedeu-se ao debate conjunto, e posterior votação, dos projetos de resolução e projetos de lei (na generalidade) seguintes:

Projeto de Resolução n.º [798/XV/1.^a](#) (PSD) — Médico de família para todos, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [799/XV/1.^a](#) (PSD) — Menos espera para cirurgias, consultas e exames, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [800/XV/1.^a](#) (PSD) — Mais acesso aos cuidados continuados e paliativos, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [801/XV/1.^a](#) (PSD) — Mais acesso ao medicamento, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [802/XV/1.^a](#) (PSD) — Reforço do Serviço Nacional de Saúde, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [523/XV/1.^a](#) (PCP) — Gratuidade do transporte não urgente de doentes, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [850/XV/1.^a](#) (L) — Altera o Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, definindo a composição das juntas médicas que atestam as incapacidades, as circunstâncias em que o atestado médico de incapacidade multiusos não depende da sua realização e um

conjunto de regras relacionadas com a data em que produz efeitos e a sua exibição digital, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 369/XV/1.^a (CH) — Para que sejam definitivamente implementadas medidas pelo reconhecimento e proteção das pessoas com fibromialgia, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 569/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao normal funcionamento das viaturas de emergência médica em todo o País, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 760/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o acesso ao pembrolizumab aos pacientes elegíveis com cancro da mama, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 807/XV/1.^a (PCP) — Reforço dos cuidados de saúde primários de proximidade às populações, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 812/XV/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a publicação de portaria para comparticipação de leites e fórmulas infantis especiais e de suplementos nutricionais para crianças com dificuldades alimentares e necessidades nutricionais específicas, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 814/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que adote medidas de combate à crise de escassez de medicamentos, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), [Luís Soares](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [João Dias](#) (PCP), [Paulo Marques](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [André Ventura](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Maria Antónia de Almeida Santos](#) (PS), [Pedro Melo Lopes](#) (PSD), [Jorge Gabriel Martins](#) (PS), [Helga Correia](#) (PSD), [Berta Nunes](#) (PS), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL) e [Inês Barroso e Rui Cristina](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 34 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 152 (2023.07.08)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 831 a 835/XV/1.^a

No âmbito da ordem do dia fixada a requerimento do PCP, foi apreciado, na generalidade, e posteriormente rejeitado, o Projeto de Lei n.º 839/XV/1.^a (PCP) — Promover uma política de justiça fiscal — Aliviar os impostos sobre os trabalhadores e o povo, tributar de forma efetiva os lucros dos grupos económicos. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Duarte Alves](#) (PCP), [Alexandre Simões](#) (PSD), [Vera Braz](#) (PS), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Isabel Pires](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Duarte Pacheco](#) (PSD), [Carlos Brás](#) (PS), [Manuel Loff](#) (PCP), [Miguel Cabrita](#) (PS), [João Dias](#) (PCP), [Hugo Martins de Carvalho](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Ivan Gonçalves](#) (PS), [Isaura Morais](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) e [Miguel Matos](#) (PS), [Jorge Paulo Oliveira](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Alma Rivera](#) (PCP), [Jamila Madeira](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP), [Afonso Oliveira](#) (PSD), [Diogo Cunha](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

Entretanto, a Presidente ([Edite Estrela](#)) assinalou a presença nas galerias de funcionários da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 391/XV/1.^a (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento de Manuel Silva e Sousa, «Manuel do Laço», cuja parte deliberativa foi aprovada (a), tendo sido guardado 1 minuto de silêncio.

Após terem sido assumidas pelo Plenário as votações indiciárias realizadas, na especialidade, na Comissão, foram aprovados, em votação final global, por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, os textos finais, apresentados pela Comissão de Defesa Nacional, relativos às Propostas de Lei n.ºs [68/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova a Lei de Infraestruturas Militares e [69/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova a Lei de Programação Militar.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [82/XV/1.ª](#) (GOV) — Procede à criação da comissão para a igualdade e contra a discriminação racial.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [845/XV/1.ª](#) (PAN) — Prevê a elaboração de um estudo com vista a analisar e investigar o racismo institucional em Portugal e [847/XV/1.ª](#) (CH) — Estabelece medidas para a avaliação da necessidade e eficácia de comissões, grupos de trabalho, task forces, e outras estruturas temporárias na Administração Pública.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [97/XV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece perdão de penas e amnistia de infrações praticadas por jovens.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [811/XV/1.ª](#) (PS) — Estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos termiais prescritos nos cuidados de saúde primários do Serviço Nacional de Saúde (SNS), tendo sido rejeitados os Projetos de Lei n.ºs [597/XV/1.ª](#) (PSD) — Define o regime de comparticipação do Estado nos tratamentos termiais, [842/XV/1.ª](#) (BE) — Regime de comparticipação de tratamentos termiais e [844/XV/1.ª](#) (PAN) — Aprova o regime jurídico de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos termiais prescritos nos cuidados de saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [357/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a comparticipação do medicamento Midazolam (Buccolam) para o tratamento de crises convulsivas generalizadas e [743/XV/1.ª](#) (CH) — Pela comparticipação da dieta completa em pó Modulen IBD para doentes com Doença de Crohn;

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [667/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo o reconhecimento do Comando Nacional de Bombeiros.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [248/XV/1.ª](#) (PAN) — Valoriza os bombeiros e os seus direitos, reconhecendo aos bombeiros profissionais o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido e atribuindo aos bombeiros voluntários o direito à reforma antecipada, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, e do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [198/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda a uma clarificação do regime de disponibilidade permanente dos bombeiros profissionais, previsto no Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [199/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a valorização e dignificação dos sapadores florestais por via da fixação de regras referentes ao seu estatuto remuneratório e à progressão na carreira.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [520/XV/1.ª](#) (IL) — Altera o Código do Imposto sobre os Veículos, eliminando obstáculos à livre circulação de veículos híbridos provenientes da União Europeia e [846/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Código do Imposto sobre Veículos, aumentando o leque de isenções previstas e altera o regime de inspeções técnicas de veículos a motor e os seus reboques, no sentido de não discriminar os veículos com matrículas provenientes de Estados-Membros, tendo sido igualmente rejeitado o Projeto de Resolução n.º [793/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que mantenha em vigor, durante o ano de 2024, o incentivo à introdução no consumo de veículos de zero emissões aplicável aos veículos ligeiros 100 % elétricos e que o articule com medidas de incentivo ao uso de meios de transporte suave e coletivo.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [709/XV/1.ª](#) (PSD) — Trigésima alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e [848/XV/1.ª](#) (PS) — Altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, esclarecendo a descriminalização da detenção de droga para consumo independentemente da quantidade e estabelecendo prazos regulares para a atualização das respetivas normas regulamentares.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [717/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à atualização do valor da comparticipação do Estado no tratamento e reabilitação de dependentes de substâncias psicoativas ou de álcool.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [795/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda a realização de estudo multisectorial aprofundado com o objetivo de compreender as causas da maior prevalência de tráfico e consumo de novas substâncias psicoativas (NSP) nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [421/XV/1.ª](#) (PCP) — Altera o procedimento especial de reposição de freguesias (primeira alteração à Lei n.º 39/2021, de 24 de junho).

Foi aprovado o [2.º Orçamento Suplementar da Assembleia da República para 2023](#);

Procedeu-se à votação dos seguintes Projetos de Resolução:

N.º [727/XV/1.ª](#) (PAN) — Pela proteção da península de Troia e dos ecossistemas dunares entre Troia e Melides, que foi rejeitado;

N.º [788/XV/1.ª](#) (PCP) — Em defesa da costa litoral do concelho de Grândola, que foi rejeitado;

N.º [736/XV/1.ª](#) (PAN) — Pelo reforço da transparência na execução do Plano Nacional do Hidrogénio, que foi rejeitado;

N.º [753/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que incentive o consumo de sacos reutilizáveis sustentáveis e que assegure maior transparência na cobrança e afetação de receitas da contribuição sobre sacos de plástico, prevista na Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, que foi rejeitado;

N.º [754/XV/1.ª](#) (PAN) — Criação de corredores e espaços verdes para melhoria da qualidade de vida e do ar nos centros urbanos, que foi aprovado;

N.º [757/XV/1.ª](#) (PAN) — Pela eliminação progressiva da sobre-embalagem, que foi rejeitado;

N.º [270/XV/1.ª](#) (BE) — Comparticipação da vacina contra o vírus do papiloma humano a quem, pela idade, não tenha sido abrangido pelo programa nacional de vacinação, que foi rejeitado;

N.º [271/XV/1.ª](#) (BE) — Sensibilização dos profissionais de saúde para um diagnóstico mais célere da síndrome de Phelan-McDermid, que foi aprovado.

Deu-se conta da retirada, pelo proponente, do Projeto de Lei n.º [59/XV/1.ª](#) (BE) — Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos (quinquagésima quinta alteração ao Código Penal).

Foram rejeitados, na generalidade, os seguintes Projetos de Lei:

N.º [513/XV/1.ª](#) (CH) — Altera a legislação penal no sentido de atribuir maior proteção às vítimas de crimes sexuais;

N.º [599/XV/1.ª](#) (PAN) — Consagra a natureza pública dos crimes de violação e outros crimes contra a liberdade sexual, procedendo à alteração do Código Penal;

N.º [671/XV/1.ª](#) (IL) — Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos;

N.º 424/XV/1.^a (PAN) — Cria incentivos ao investimento empresarial na sustentabilidade ambiental, procedendo à alteração do Código Fiscal do Investimento e do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 737/XV/1.^a (IL) — Garante a liberdade de escolha da escola para os alunos de cursos artísticos especializados.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º 708/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que proceda às diligências necessárias com vista à defesa da biodiversidade e proteção das zonas húmidas do Algarve.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo aos Projeto de Lei n.ºs 377/XV/1.^a (PSD) — Procede à segunda alteração da Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, 516/XV/1.^a (PS) — Segunda alteração à Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro, que define as competências, modo de organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas e 587/XV/1.^a (PAN) — Reforça as competências do Conselho das Comunidades Portuguesas e os direitos dos respetivos conselheiros, alterando a Lei n.º 66-A/2007, de 11 de dezembro. Posteriormente, os Deputados Paulo Pisco (PS), Rodrigo Saraiva (IL), António Maló de Abreu (PSD), Diogo Pacheco de Amorim (CH), Bruno Dias (PCP) e Isabel Pires (BE) proferiram declarações de voto.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projeto de Lei n.ºs 484/XV/1.^a (BE) — Altera a idade máxima do adotando (alteração à Lei n.º 143/2015, de 08 de setembro e ao Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro), 508/XV/1.^a (PCP) — Alarga a possibilidade de adoção de crianças até aos 18 anos (primeira alteração à Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro e ao Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro), 534/XV/1.^a (PAN) — Aumenta a idade máxima do adotado para os 18 anos, procedendo à alteração do Código Civil e do Regime Jurídico do Processo de Adoção, 537/XV/1.^a (L) — Clarifica a possibilidade de casais unidos de facto poderem adotar, diminui a idade mínima de adotantes, aumenta a idade máxima de adotados, diminui a idade de consentimento do adotado, remove a dispensa de consentimento e de audição de pessoas neurodivergentes ou com doença mental e introduz a possibilidades de integração de profissionais da área de igualdade de género nas equipas técnicas de adoção e 541/XV/1.^a (IL) — Modifica o processo de Adoção, alargando a idade máxima do adotando para os 18 anos (altera o Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro e a Lei n.º 143/2015, de 8 de setembro).

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo BE, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade das suas propostas de alteração ao texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º 681/XV/1.^a (PS) — Reforça a proteção das vítimas de crimes contra a liberdade sexual, alterando o Código Penal e a lei de acesso ao direito e aos tribunais, tendo usado da palavra os Deputados Joana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Rita Matias (CH), Cláudia Santos (PS), Mónica Quintela (PSD), Patrícia Gilvaz (IL), Alma Rivera (PCP) e Rui Tavares (L). Após a rejeição das propostas de alteração, o texto final foi aprovado em votação final global.

Foram ainda aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 59/XV/1.^a (GOV) — Transpõe as Diretivas (UE) 2022/211 e (UE) 2022/228 relativas a matéria de proteção de dados pessoais;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 162/XV/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo que valorize a

participação cidadã nos procedimentos eleitorais, revendo os valores das compensações pela participação nas assembleias de voto;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º [394/XV/1.ª](#) (PS) — Determina a preparação da codificação da legislação eleitoral;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º [426/XV/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que realize uma experiência de voto eletrónico presencial em mobilidade nos círculos eleitorais das comunidades;

Apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Resolução n.º [634/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda o reforço de formação de Educação Especial ao longo do percurso da docência;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [354/XV/1.ª](#) (IL) — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, consagrando expressamente o controlo da proporcionalidade no escrutínio das iniciativas legislativas da União Europeia, [453/XV/1.ª](#) (IL) — Envio pelo Governo das tabelas de transposição de diretivas europeias à Assembleia da República, [532/XV/1.ª](#) (L) — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, descrevendo a informação que o Governo deve disponibilizar à Assembleia da República, relacionada com o processo de transposição das diretivas europeias, [547/XV/1.ª](#) (PS) — Procede à quarta alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, alargando e atualizando os mecanismos de acompanhamento e escrutínio parlamentar e [531/XV/1.ª](#) (L) — Altera a Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, consagrando o dever de o Governo comparecer, a cada reunião ministerial do Conselho da União Europeia, perante as comissões parlamentares competentes em razão da matéria.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 45 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º [153](#) (2023.07.20)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 856 a 859, 863 e 864/XV/1.ª, da Proposta de Resolução n.º 17/XV/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 836 a 841/XV/1.ª

Foram discutidos conjuntamente, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs [96/XV/1.ª](#) (GOV) — Altera os estatutos de associações públicas profissionais e [98/XV/1.ª](#) (GOV) — Altera o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais abrangidas por associações públicas profissionais, que foram aprovadas, e o Projeto de Lei n.º [858/XV/1.ª](#) (CH) — Assegura a independência das ordens profissionais e altera o regime jurídico das sociedades de profissionais, assegurando a sua sujeição à disciplina e deontologia das associações públicas profissionais correspondentes, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, além da Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (Ana Catarina Mendes), os Deputados [Carla Castro](#) (IL), [Luís Soares](#) (PS), [Nuno Carvalho](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L), [Rita Matias](#) e [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Manuel Loff](#) (PCP), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Joana Sá Pereira](#) (PS), [Emília Cerqueira](#) (PSD), [Isabel Pires](#) (BE), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Mónica Quintela](#) (PSD),

Pedro Anastácio (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Jorge Galveias (CH), Pedro Delgado Alves (PS), Joana Barata Lopes e Helga Correia (PSD) e Pedro Pinto (CH).

Seguiu-se o debate sobre as prioridades da Presidência espanhola do Conselho da União Europeia, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto), e sobre o Projeto de Resolução n.º 823/XV/1.^a (Comissão de Assuntos Europeus) — Apreciação do relatório sobre «Portugal na União Europeia, 2022», que foi aprovado. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (Tiago Antunes), os Deputados Diogo Pacheco de Amorim (CH), Cristina Mendes da Silva (PS), Bernardo Blanco (IL), Bruno Dias (PCP), Paulo Moniz (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Bruno Nunes (CH), Pedro Filipe Soares (BE), Rui Tavares (L), Maria Emília Apolinário (PSD), Miguel Iglésias (PS) e Pedro Pessanha (CH).

Foi apreciado o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão Política da TAP, tendo usado da palavra os Deputados António Sales e Ana Bernardo (PS), Bernardo Blanco (IL), Rui Tavares (L), André Ventura (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Moniz (PSD), Bruno Dias (PCP), Bruno Aragão (PS), Pedro Filipe Soares (BE) e Filipe Melo (CH).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 396/XV/1.^a (apresentado por Deputados membros do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Turquia) — De pesar pela morte do embaixador da Turquia em Portugal Murat Karagöz.

Foi lido, pelo Deputado Marcos Perestrello (PS), o Projeto de Voto n.º 401/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.

Foi lido, pelo Deputado João Torres (PS), o Projeto de Voto n.º 402/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Luís Patrão.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 403/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo CH, pela IL, pelo PCP, pelo BE e por uma Deputada do PSD) — De pesar pelo falecimento de José Mattoso e 405/XV/1.^a (apresentado pelo PAN e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de Milan Kundera.

Após terem sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a) daqueles votos, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi lido, pelo Presidente, o Projeto de Voto n.º 404/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS e pela IL) — De saudação pelos 50 anos do Encontro dos Liberais, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram aprovadas, em votação global, as Propostas de Resolução n.ºs 12/XV/1.^a (GOV) — Aprova, para ratificação, o Acordo entre a República Portuguesa e a Roménia sobre Cooperação em matéria de Defesa, assinado em Bucareste, a 19 de maio de 2022, 14/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Tratado Relativo à Transmissão Eletrónica de Pedidos de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional Entre Autoridades Centrais, assinado em Medellín, a 24 e 25 de julho de 2019, 15/XV/1.^a (GOV) — Aprova a Convenção do Conselho da Europa sobre Coprodução Cinematográfica (revista), assinada em Roterdão, em 30 de janeiro de 2017, e 16/XV/1.^a (GOV) — Aprova o Protocolo que altera a Convenção para a Proteção das Pessoas relativamente ao Tratamento Automatizado de Dados de Caráter Pessoal.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.º 787/XV/1.^a (BE) — Introdução do critério da paridade na composição do Tribunal Constitucional (alteração à Lei de organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional, Lei n.º 28/82, de 15 de novembro) e 739/XV/1.^a (PAN) — Garante a representação equilibrada de género na composição do Tribunal Constitucional e reforça a transparência do processo de cooptação de Juízes, procedendo à alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [729/XV/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à regulamentação da Lei n.º 34/2019, de 22 de maio, estabelecendo diretrizes claras e detalhadas para a aplicação do diploma.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [761/XV/1.ª](#) (PAN) — Incentivo a atividades de mindfulness nas escolas e tempos letivos ao ar livre.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [622/XV/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a inclusão de dados e informação complementar no Relatório Anual de Segurança Interna.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [831/XV/1.ª](#) (PCP) — Pelos direitos dos docentes das Escolas Artísticas António Arroio e Soares dos Reis.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [827/XV/1.ª](#) (IL) — Repor a idade mínima de 15 anos para a entrada em todos os cursos profissionais de dupla certificação.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [700/XV/1.ª](#) (PAN) — Condena a República do Uganda pela aprovação da autodenominada «Lei anti-homossexualidade».

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [796/XV/1.ª](#) (BE) — Reforçar o direito ao livre manuseamento dos manuais escolares gratuitos no 1.º ciclo e [815/XV/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que garanta a distribuição de manuais escolares novos e das fichas de exercícios no 1.º ciclo e pondere o processo de digitalização.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [781/XV/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que remeta para apreciação a Convenção sobre a Eliminação da Violência e do Assédio no Mundo do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º [77/XV/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a proceder à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo e ordenamento do território.

Foram aprovados requerimentos de avocação pelo Plenário da votação na especialidade de propostas de alteração ao texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º [71/XV/1.ª](#) (GOV) — Aprova medidas no âmbito do plano de intervenção «Mais Habitação», e a esta última, apresentados, respetivamente, pelo PSD, pelo BE, pela IL, pelo CH e pelo PCP. Proferiram intervenções os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Márcia Passos](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Filipe Melo](#) (CH), [Bruno Dias](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L) e [Maria Begonha](#) (PS). As propostas de alteração foram, depois, rejeitadas. De seguida, foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, relativo àquela proposta de lei, tendo o Deputado [Bruno Dias](#) (PCP) proferido, posteriormente, uma declaração de voto.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela IL, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade da sua proposta de alteração à Proposta de Lei n.º [97/XV/1.ª](#) (GOV) — Estabelece perdão de penas e amnistia de infrações praticadas por jovens, tendo proferido intervenções os Deputados [Patrícia Gilvaz](#) (IL), [Marta Temido](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Alma Rivera](#) (PCP). Após ter sido rejeitada a proposta de alteração, foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo àquela proposta de lei.

Foram aprovados, em votação final global, os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [55/XV/1.ª](#) (GOV) — Cria o regime jurídico aplicável ao controlo e fiscalização do pessoal crítico para a segurança da aviação civil em exercício de funções sob influência de álcool, estupefacientes ou substâncias psicotrópicas;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [76/XV/1.ª](#) (GOV) — Completa a transposição da Decisão-Quadro 2002/584/JAI e das Diretivas 2010/64/UE, 2012/13/UE e 2013/48/UE, relativas ao processo penal e ao mandado de detenção europeu;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [83/XV/1.ª](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2021/1883, relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado;

Apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Lei n.º [280/XV/1.ª](#) (PS) — Cria o banco de terras e o fundo de mobilização de terras;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [709/XV/1.ª](#) (PSD) — Trigésima alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, e [848/XV/1.ª](#) (PS) — Altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, esclarecendo a descriminalização da detenção de droga para consumo independentemente da quantidade e estabelecendo prazos regulares para a atualização das respetivas normas regulamentares;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º [316/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que proceda ao aperfeiçoamento dos dados constantes do Relatório Anual de Segurança Interna;

Apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [74/XV/1.ª](#) (GOV) — Define os objetivos, prioridades e orientações da política criminal para o biénio de 2023-2025.

Foi aprovado, na generalidade, e, após a assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão, em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [679/XV/1.ª](#) (PS) — Consagra o dia nacional da visibilidade trans, e [687/XV/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie o dia nacional da visibilidade trans.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [657/XV/1.ª](#) (BE) — Criação de códigos de conduta e de uma estrutura independente de apoio à vítima e de denúncia em caso de assédio nas instituições de ensino superior e [686/XV/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que crie estratégias para debelar as situações de assédio moral e sexual no ensino superior.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PCP, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do Projeto de Lei n.º [793/XV/1.ª](#) (PCP) — Alarga as formas de pagamento do apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis, alterando o Decreto-Lei n.º 21-A/2023, de 28 de março. Proferiram intervenções os Deputados [Manuel Loff](#) (PCP), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) e [Isabel Pires](#) (BE), após o que foi rejeitado.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo CH, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do artigo 126.º do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Regimento n.ºs [1/XV/1.ª](#) (BE), [3/XV/1.ª](#) (PAN), [4/XV/1.ª](#) (CH), [5/XV/1.ª](#) (IL), [6/XV/1.ª](#) (CH), [7/XV/1.ª](#) (PCP), [8/XV/1.ª](#) (L), [9/XV/1.ª](#) (PSD) e [10/XV/1.ª](#) (PS), tendo usado da palavra os Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [Alma Rivera](#) (PCP) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS). No fim, o referido artigo foi aprovado.

Foi seguidamente aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos

de Regimento n.ºs [1/XV/1.ª](#) (BE) — Repõe a realização de debates quinzenais, reforçando o escrutínio parlamentar ao Governo (primeira alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2020, de 31 de agosto), [3/XV/1.ª](#) (PAN) — Repõe os debates quinzenais, assegura mais transparência no funcionamento da Assembleia República e garante mais direitos Deputados Únicos representantes de um partido, procedendo à primeira alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2020, de 31 de agosto, [4/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Regimento da Assembleia da República no sentido de repor os debates quinzenais com o Primeiro-Ministro, [5/XV/1.ª](#) (IL) — Audições do Primeiro-Ministro nas comissões parlamentares e regresso dos debates quinzenais com o Primeiro-Ministro na Assembleia da República (primeira alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2020, de 31 de agosto), [6/XV/1.ª](#) (CH) — Altera o Regimento da Assembleia da República tornando-o mais democrático e assegurando a liberdade de expressão e discussão de propostas apresentadas por parte dos Deputados, [7/XV/1.ª](#) (PCP) — Primeira alteração ao Regimento da Assembleia da República, n.º 1/2020 de 31 de agosto, [8/XV/1.ª](#) (L) — Altera o Regimento da Assembleia da República, admitindo o agendamento por arrastamento de projetos e propostas de resolução em termos análogos ao arrastamento de projetos e propostas de lei, repondo os debates quinzenais com o Primeiro-Ministro, instituindo um debate anual sobre o estado do ambiente e debates regulares em matérias de Direitos Humanos e sobre matérias europeias, e garantindo o envolvimento da Assembleia da República no processo de transposição de diretivas europeias, [9/XV/1.ª](#) (PSD) — Primeira alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2020, de 31 de agosto, [10/XV/1.ª](#) (PS) — Primeira alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2020, de 31 de agosto.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar dois Deputados do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 6 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

DAR — I SÉRIE — N.º 154 (2023.07.21)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 862/XV/1.ª e do Projeto de Resolução n.º 842/XV/1.ª

Procedeu-se ao debate sobre o estado da Nação, tendo proferido a intervenção de abertura o Primeiro-Ministro (António Costa).

Seguiram-se no uso da palavra, a diverso título, além do Primeiro-Ministro e do Ministro da Saúde (Manuel Pizarro), os Deputados [Joaquim Miranda Sarmento](#) (PSD), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Tavares](#) (L), [João Torres](#) (PS), [Clara Marques Mendes](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Bruno Dias](#) (PCP), [Joana Mortágua](#) (BE), [Maria Begonha](#) (PS), [Paulo Rios de Oliveira](#) (PSD), [Carla Castro](#) (IL), [Francisco César](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Miguel Matos](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) (PS), [Patrícia Dantas](#) (PSD), [Patrícia Faro](#) (PS), [Sónia Ramos](#) (PSD), [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [João Moura](#) (PSD), [Tiago Brandão Rodrigues](#) (PS), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [João Cotrim Figueiredo](#) (IL), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Alma Rivera](#) (PCP), [Pedro Filipe Soares](#) (BE),

Susana Correia (PS), Rui Cristina (PSD), João Dias (PCP), Isabel Pires (BE), Pedro dos Santos Frazão (CH) e Jâmilâ Madeira (PS).

No encerramento do debate, interveio o Ministro da Administração Interna (José Luís Carneiro).

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 26 minutos.

DAR — I SÉRIE — N.º 155 (2023.09.07)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 5 minutos.

Deu-se conta de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à substituição de uma Deputada do PSD, que foi aprovado.

Foi anunciada a retirada dos Projetos de Lei n.ºs 860 e 867/XV/1.^a e a entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 100 a 103/XV/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 855, 861, 865, 866 e 868 a 873/XV/1.^a, da Proposta de Resolução n.º 18/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 843 a 862/XV/1.^a

Declarou-se caduco o processo relativo à Apreciação Parlamentar n.º 2/XV/1.^a, relativa ao Decreto-Lei n.º 50-A/2022, de 25 de julho, que estabelece o regime remuneratório do trabalho suplementar realizado por médicos em serviços de urgência, no seguimento da rejeição das propostas de alteração apresentadas na Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local.

Foi lida a mensagem do Presidente da República sobre a devolução, sem promulgação, do Decreto da Assembleia da República n.º 81/XV — Aprova medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas.

Em declaração política, o Deputado Hugo Carneiro (PSD) considerou reunidas as condições para baixar os impostos aos portugueses, desafiando o Governo a aprovar as medidas propostas pelo PSD para o fazer.

Em declaração política, o Deputado André Ventura (CH) criticou o Governo e as suas políticas em diversas áreas, acusando-o de desprestigiar e destruir Portugal.

Em declaração política, o Deputado Rodrigo Saraiva (IL) referiu-se à falta de ambição do Governo do PS, considerando ser essa uma das causas dos problemas do País.

Em declaração política, o Deputado Manuel Loff (PCP) fez referência às dificuldades sentidas pelos portugueses nas áreas da educação, da saúde, da justiça, da habitação, criticando o Governo por não ser capaz de as solucionar. No fim, dirigiu palavras de despedida e de agradecimento colegas Deputados e aos serviços da Assembleia da República, tendo o Presidente desejado sucesso no seu regresso à atividade profissional e académica.

Em declaração política, o Deputado Pedro Filipe Soares (BE) teceu considerações em relação ao início do ano letivo, tendo sublinhado a incapacidade de o Governo cumprir as promessas que fez.

Em declaração política, o Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) fez um balanço da Sessão Legislativa que agora termina, destacando os resultados económicos positivos registados, consequência das políticas do Governo do PS.

Em declaração política, a Deputada Inês de Sousa Real (PAN) lembrou a importância do combate às alterações climáticas e da preservação da natureza, lamentando a destruição de várias zonas naturais devido à construção de centrais fotovoltaicas.

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) louvou o facto de cada vez mais jovens ingressarem nas universidades em Portugal, mas alertou para as dificuldades sentidas pelos estudantes e para a falta de investimento no ensino superior e na investigação.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [852/XV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Polónia, [856/XV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a São Tomé e Príncipe, [858/XV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Ucrânia, [860/XV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República ao Canadá e [861/XV/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Nova Iorque.

O Presidente encerrou a reunião eram 16 horas e 24 minutos.

Nota: Foi feita uma retificação, publicada no DAR I Série n.º [1](#), de 16 de setembro de 2023, para inclusão de uma declaração de voto.

DIVISÃO DE REDAÇÃO.